

MARXISMO

NOVA ÉPOCA **VIVO**

06

Pro-gra-ma Teoria do imperialismo | Capitalismo e crise ecológica | **Se-mi-ná-ri-o** O trabalho do partido entre as mulheres | **Re-se-nha** Mulher, Estado e revolução

Para Cecília Toledo, Cilinha
In memoriam

Marxismo Vivo é uma publicação conjunta das seguintes editoras:

Editora Sundermann
Av. Nove de Julho, 925
CEP: 01313-000
Bela Vista – São Paulo – SP
Tel: (11) 4304-5801
vendas@editorasundermann.com.br
www.editorasundermann.com.br

Editora Lorca S.A
Rua Paulo Dias, 53
04109-060
Aclimação – São Paulo – SP

Jornalista Responsável

Maria Cecília Garcia
Mtb 12.471

Editor geral

Martín Hernández

Conselho editorial

Alicia Sagra (Argentina - asagra2@yahoo.com.ar)
Felipe Alegria (Espanha - fealegria1@gmail.com)
Florence Oppen (Estados Unidos - petitmercure@yahoo.fr)
Francesco Ricci (Itália - ricci.franceso2@gmail.com)
Henrique Canary (Brasil - henriquecanary@yahoo.com.br)
João Pascoal (Portugal - jcpascoal@netcabo.pt)
José Welmowicki (Brasil - josweil@ig.com.br)
Maria Cecília Garcia (Brasil - mceciliagarcia@uol.com.br)
Martín Hernández (Brasil - martinhernandez@terra.com.br)
Nazareno Godeiro (Brasil - jpotuguar@terra.com.br)
Paulo Aguená (Brasil - catatao2007@hotmail.com)
Ricardo Ayala (Espanha - rayala361@gmail.com)
Ronald León Núñez (Paraguai - ronald.leon.nunez@gmail.com)

Projeto gráfico

Ana Clara Ferrari

Diagramação e capa

Martha Piloto

Traduções

Paula Maffei
Jéssica Augusti

Revisão técnica

Luciana Candido

Notas da edição brasileira e revisão final

Henrique Canary e Luciana Candido

A impressão ficou a cargo da Bartira Editora Gráfica de São Paulo,
Brasil, e realizou-se em papel Norbrite 66 g/m².

Para a composição do texto, foi usada a fonte Cambria, corpo 11, entrelinhas 13,2 pt; e nos
títulos a fonte N.O.1981, corpo 18.

Impresso em outubro de 2015.

ÍNDICE

- 08** Atualização programática
- 09 A teoria do imperialismo e o Estado supranacional europeu
João Ricardo Soares
- 63 Capitalismo e crise ecológica global
Juan Parodi Jr.
- 85 A atualização programática e a defesa do marxismo
Alicia Sagra
- 96** Seminário internacional: Os revolucionários e o trabalho do partido entre as mulheres trabalhadoras
- 99 O feminismo como ideologia reformista
Florence Oppen
- 117 Enfrentar o machismo para unir a classe trabalhadora a serviço da revolução socialista
Ana Pagu, Glória Trogo e Mariúcha Fontana
- 139 A teoria da revolução permanente e a luta dos oprimidos
José Welmowicki e Alicia Sagra
- 153 As distintas táticas de organização das mulheres trabalhadoras ao longo da história
Ana Pagu, Glória Trogo e Mariúcha Fontana
- 159 Sobre a organização dos oprimidos
Alicia Sagra e José Welmowicki
- 171 Teses para a propaganda entre as mulheres
Terceiro Congresso – III Internacional
(junho 1921)
- 188** Resenha
- 189 Mulher, Estado e revolução,
de Wendy Z. Goldman
Cecília Toledo

Aos nossos leitores

Dando continuidade à política de fazer da revista *Marxismo Vivo* uma ferramenta para socializar o processo de elaboração programática que vem ocorrendo na Liga Internacional dos Trabalhadores, nesta edição, serão abordados três importantes temas. Primeiro, a questão das potências imperialistas europeias e a resposta à pergunta: a UE é um aborto imperialista ou um avanço da civilização? Segundo, a crise ecológica que o planeta enfrenta. Terceiro, o problema da mulher em base ao debate feito no seminário internacional “Os revolucionários e o trabalho do partido entre as mulheres trabalhadoras”.

Ter uma compreensão sobre esses problemas e ver, a partir deles, as tarefas que cabem aos revolucionários significa abordar alguns dos temas mais importantes que o programa que estamos começando a elaborar deverá contemplar. A abordagem desses temas, dada a heterogeneidade que existe entre os que se reivindicam marxistas, será, necessariamente, polêmica. Assim, o primeiro dos trabalhos se desenvolve em forma de polêmica com o conhecido economista, já falecido, Ernest Mandel. O segundo tema, com as diversas correntes ecologistas, e o terceiro faz referência às diferentes polêmicas que surgiram no seminário internacional “Os revolucionários e o trabalho do partido entre as mulheres trabalhadoras”.

O estudo e os debates para atualizar o programa da LIT não se esgotaram. Dessa forma, na última reunião do Comitê Executivo Internacional, foram abordados mais três temas: o caráter de nosso programa; as conclusões do colapso do stalinismo e do fim dos Estados operários no leste europeu; e a democracia burguesa e a atuação dos revolucionários frente a ela. As próximas edições da revista *Marxismo Vivo* darão conta desses novos debates. Sobre todos esses temas, as páginas de nossa revista estão abertas a nossos leitores.

Até a próxima!

Os editores

A

ATUALIZAÇÃO PROGRAMÁTICA

A teoria do imperialismo e o Estado supranacional europeu

João Ricardo Soares¹

Introdução

Na celebração dos 50 anos do Tratado de Roma que estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia, a Declaração de Berlim do Conselho Europeu de 2007 declarava: “Durante séculos, a Europa foi uma ideia, uma esperança de paz e entendimento. Essa esperança se tornou realidade. A unificação europeia nos trouxe paz e bem estar, consolidou nossa comunidade e superou nossas contradições.”

Para os representantes do grande capital europeu, a unificação europeia proporcionou paz e entendimento. Porém, do ponto de vista da classe trabalhadora, a paz entre os burgueses não foi outra coisa além de uma declaração de guerra. O entendimento foi apenas a plena liberdade de movimento que o capital conseguiu no interior da Europa. Cabe também lembrar as suas contradições: as duas guerras mundiais, que representaram quase cem milhões de mortos, e a devastação do continente.

No entanto, se a paz entre os imperialismos fosse realmente o resultado do dito entendimento, a União Europeia (UE) seria, então, sem dúvidas, uma conquista histórica dos povos da Europa. Logo, deveria ser defendida ao máximo. Um entendimento desse tipo era o que propunha Kautsky² às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando defendia “a união dos Estados da civilização europeia numa confederação, (...) os Estados Unidos da Europa”,³ para alcançar a paz perpétua. Não foi, portanto, casual que, na assinatura dos principais

1 Gostaria de agradecer a colaboração de Felipe Alegria, Blanca Misé, Jessica Barquero e Nazareno Godeiro. (J. R. S.)

2 Karl Kautsky (1854-1938): principal autoridade da II Internacional, foi um dos fundadores da social-democracia e seu principal teórico. Sobre o abandono do marxismo por Kautsky, ver *O renegado Kautsky*, de V. I. Lenin. (Nota da edição brasileira)

3 KAUTSKY, Karl, *War and Peace, Justice*, Marxists Internet Archive, abril de 1911.

acordos de constituição da UE, a social-democracia estivesse na linha de frente.

Já naquele momento, contudo, o marxismo revolucionário, representado por Rosa Luxemburgo, recusou-se categoricamente a ver indícios progressivos na unidade entre os imperialistas europeus:

Toda vez que os políticos burgueses levantaram a bandeira do europeísmo, da federação de Estados europeus, (...) foi, em todos os momentos, um aborto imperialista. (...) Assim como combatemos o pan-germanismo e o pan-eslavismo como ideias reacionárias, com a ideia de pan-europeísmo, não temos absolutamente nada em comum.⁴

Esse é também o debate atual: é a UE um aborto imperialista ou um avanço da civilização? O eurodeputado verde⁵ Daniel Cohn-Bendit não tem dúvidas. Para ele, a UE é

um projeto grandioso, contrário ao nacionalismo e ao conservadorismo, e está em consonância com tudo o que se originou na Europa nos séculos passados: o Iluminismo, o Estado de direito, os direitos humanos, a liberalização da economia, a democracia política e a segurança social.⁶

Para Cohn-Bendit, os atuais problemas da UE têm a ver, antes de tudo, com as resistências nacionalistas que freiam a construção de uma verdadeira Federação de Estados, um Estado europeu federal que ele considera um passo inevitável e necessário para reduzir as desigualdades e aprofundar a democracia na Europa.

A UE seria, então, uma conquista da civilização como foi, em seu momento, a construção dos grandes Estados nacionais europeus. Estaríamos, assim, perante uma profunda transformação do caráter da época histórica em que vivemos, pois seria invertida a característica mais importante da época imperialista: a tendência das grandes potências a dominar e subjugar os Estados mais fracos (e, com isso, a tendência a perpetuar e aumentar as desigualdades entre os países).

4 LUXEMBURGO, Rosa, *Friedensutopien*, Marxists Internet Archive, maio de 1911.

5 Como são chamados os deputados do Partido Verde Europeu, organização continental criada a partir da união entre partidos ecologistas de 32 países. (Nota da edição brasileira)

6 COHN-BENDIT, Daniel; VERHOFSTADT, Guy, *Por Europa! Un manifesto*, Biblioteca Nueva, 2014.

A coerência teórica e política do eurodeputado verde-liberal, contudo, não é a mesma que encontramos em setores situados à esquerda. Um manifesto, assinado em maio de 2013 por importantes dirigentes do Comitê Internacional – IV Internacional, ex-Secretariado Unificado (SU),⁷ diz que a estratégia da esquerda para a UE é a luta por sua *audaz refundação*. Transformando essa estratégia em programa, defendem, como o Novo Partido Anticapitalista (NPA) da França, um processo constituinte que altere as regras atuais da UE.⁸ Para o Comitê Internacional – IV Internacional, a radicalização da democracia justifica-se por uma antiga convicção de que “o grande capital europeu não pode recuar em sua tentativa de criar seu próprio estado imperialista europeu”.⁹

Naturalmente, o ex-SU parte de um marco teórico bem distinto do de Cohn-Bendit, mas ambos convergem nas tarefas que colocam. Para eles, a destruição ou a ruptura com a UE seria reacionária e nacionalista, uma vez que a tendência à integração econômica deu lugar a uma nova entidade política, embrião de uma nova superestrutura estatal que supera historicamente os velhos Estados nacionais. Não concebem que os Estados Unidos Socialistas Europeus possam se construir justamente sobre as ruínas da UE.

Para eles, as tarefas dos revolucionários hoje seriam análogas às dos revolucionários do século 19, que, diante do atraso da formação do Estado unificado na Alemanha e na Itália, tiveram de fazer parte da luta pela construção do Estado nacional burguês, posto que tratava-se de uma tarefa historicamente necessária e progressiva. Assim, o eixo do programa do ex-SU não pode ser outro que não radicalizar a democracia burguesa. Como expressa o *Programa de ação* para enfrentar a crise, escrito pelas seções europeias do Comitê Internacional em 2013:

Avançamos na necessidade de organizar uma Europa ecossocialista e democrática; outras instituições supranacionais; outras relações entre as decisões

7 Manifesto *¿Qué hacer con La deuda y el euro?*, assinado, entre outros, por Francisco Louça, Catherine Samary, Michel Husson de Francia e Daniel Albarracín. Ver: *Respuesta al manifesto ¿Qué hacer con la deuda y el euro?*, in: <http://www.litci.org>

8 “A ruptura democrática exige dissolver as instituições atuais da União Europeia e pôr em marcha um processo constituinte que permita definir uma nova Europa social e democrática.” *Compte-rendu du deuxième congrès du NPA*, Suplemento Nº 40, 2013.

9 “O grande capital europeu não pode recuar em sua intenção de criar seu próprio Estado imperialista europeu”, *15th World Congress – 2003. A new world situation*, agosto de 2003.

locais e regionais e entre as decisões nacionais ou supranacionais; outros mecanismos de decisão e controle; a reorientação da economia para a satisfação das necessidades das pessoas comuns (através de um circuito regional da economia), diferente de sua orientação para as exportações; fortalecimento do parlamento e implementação de mecanismos básicos da planificação a partir de um nível local.¹⁰

Deste ponto de vista, Rosa Luxemburgo estaria completamente equivocada em relação a Kautsky. Na verdade, se a realidade fosse a que eles expressam, o programa do marxismo revolucionário – sintetizado na luta pela ditadura do proletariado, ou seja, num regime de democracia operária, e pela revolução internacional – teria se convertido num completo anacronismo histórico, descolado das grandes transformações ocorridas no mundo. Essa foi, na realidade, a conclusão a que a maioria da esquerda chegou sobre a restauração capitalista na ex-União Soviética (URSS), na China ou em Cuba: que estávamos perante uma mudança de época histórica e que a revolução havia desaparecido do horizonte.

Essa discussão nos remete diretamente à vigência histórica da teoria do imperialismo, sobre cuja base a III Internacional de Lenin definiu que “o imperialismo é a antessala da revolução social”.¹¹ Isso foi confirmado, em escala mundial, em 1917. O problema em questão é, justamente, se a teoria leninista do imperialismo é compatível e coerente com a interpretação de um dos fenômenos políticos mais relevantes após a restauração capitalista na ex-URSS e no leste da Europa: a construção da UE e seu significado para o proletariado europeu.

•••

Quando terminávamos este trabalho, o Syriza¹² completava cem dias de governo na Grécia, um país afundado na mais profunda crise econômica e numa regressão social. Depois dos Memorandos (pro-

10 *Contribución para un programa de acción europea para enfrentar la crisis*, In: <http://puntodevistainternacional.org/articulos-y-noticias/estrategia/290-contribucion-para-un-programa-de-accion-europea-para-enfrentar-la-crisis.html?highlight=WyJldXJvcGEiXQ>

11 LENIN, V. I., *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, Prólogo às edições francesa e alemã, Ed. Fundamentos, Madrid, p.11.

12 O Syriza é parte do Partido da Esquerda Europeia. Eis a sua resolução sobre a União Europeia: “A condição para que a UE seja mais aceita por seus cidadãos é que haja mais oportunidades para participar. A Esquerda Europeia defende a democratização da União Europeia e de sua estrutura institucional.” In: *Tesis del 2º Congreso del PIE*, 2007.

gramas de resgate da Troika¹³ para salvar os bancos credores alemães, franceses e ianques) assumidos pela burguesia grega representada pelos governos do PASOK e da Nova Democracia, a dívida grega se multiplicou. Ao mesmo tempo, o país foi profundamente saqueado, por meio das privatizações, reformas trabalhistas, demissões e destruição do sistema de saúde, de pensões e de educação.

Contudo, o Syriza defende que a estratégia para a UE é sua democratização. Recusa-se a tratar Alemanha e França como países imperialistas que subjagam a Grécia, e os apresenta como sócios na UE. Porém, não há outra sociedade que não seja a do capital financeiro europeu com a grande burguesia grega para saquear os trabalhadores e o povo gregos. Incapaz de romper as relações com a burguesia grega e sem receber nenhuma concessão do imperialismo alemão e europeu, o Syriza é incapaz de encarar a ruptura com a UE, ou seja, com o imperialismo. E por esta via, com a grande burguesia grega.

Os acontecimentos da Grécia exigem a atualização de dois pressupostos teóricos que vamos desenvolver neste texto. O primeiro é o caráter de nossa época, que Lenin definiu como imperialista e “antessala da revolução social”. Uma época em que as principais demandas do proletariado e do povo grego só têm a possibilidade de serem cumpridas através da ruptura com o imperialismo (UE e euro), com medidas concentradas no não pagamento da dívida e na expropriação e tomada de controle das multinacionais. São medidas inseparáveis da expropriação dos bancos e da grande burguesia grega e da solidariedade e extensão do processo revolucionário para o resto da Europa.

O segundo pressuposto, não menos importante, é a definição de Rosa Luxemburgo sobre a associação dos Estados europeus como um aborto imperialista. Entendemos que a estratégia de democratizar a estrutura institucional do imperialismo europeu, que é a UE, se embasa numa completa revisão ou, melhor ainda, no abandono dos fundamentos da teoria leninista do imperialismo. Tanto os que atribuem à UE um caráter progressivo, quanto os que defendem a inevitabilidade da construção de um Estado supranacional na Europa, acabam defendendo a mesma estratégia de democratização da UE.

Ernest Mandel, com base no marxismo, desenvolveu em vários de seus principais trabalhos o prognóstico da formação do Estado

13 Comitê formado pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI). (Nota da edição brasileira)

supranacional europeu como um processo inexorável. Nosso objetivo com este trabalho é, além de refutar seus prognósticos, buscar seus fundamentos teóricos e analisar as consequências estratégicas e programáticas. Indo mais além das formulações de Mandel, a estratégia de seus sucessores do atual Secretariado Unificado acabou identificando-se com a da esquerda reformista europeia, agrupada no Partido da Esquerda Europeia. A discussão que realizamos neste texto nos conduz ao tema central em questão, que é a teoria do imperialismo.

A partir da LIT-QI, elaboramos outra análise da natureza econômica e política da UE, e também um programa distinto, que resulta do entendimento do caráter reacionário dessa instituição para os trabalhadores e os povos da Europa.¹⁴ Medidas imprescindíveis como o não pagamento da dívida e a expropriação dos bancos, sem as quais não é possível satisfazer as necessidades de nossa classe, são impossíveis dentro da UE.



Antes de tudo, deve-se reiterar um fato fundamental: a UE é um fenômeno político inédito na história do capitalismo. A livre circulação do capital alcançada desde a assinatura do Tratado de Roma até o Tratado de Maastricht seria algo impensável no mundo anterior à Segunda Guerra Mundial.¹⁵ As lutas interimperialistas na Europa, nas duas guerras mundiais, tinham como objetivo a eliminação das fronteiras que limitavam a vigorosa expansão do capital, em especial o alemão, diante da decadência dos impérios coloniais, em particular do britânico.

14 *A União Europeia e nossa política*, XI Congresso Mundial da LIT-QI, Edições Marxismo Vivo, São Paulo, 2014, p. 13.

15 “A Alemanha tinha assumido a tarefa de ‘organizar’ a Europa, ou seja, unificar economicamente o continente europeu sob seu próprio controle para assim poder disputar seriamente com a Inglaterra o controle do mundo. A intenção da França era desmembrar a Alemanha. A pequena população da França, seu caráter predominantemente agrícola e seu conservadorismo econômico tornam impossível para a burguesia francesa sequer considerar o problema de organizar a Europa, o que de fato demonstrou estar acima das forças do capitalismo alemão, mesmo sendo apoiado, como o foi, pela máquina militar dos Hohenzollern. A França vitoriosa só mantém agora seu domínio fragmentando a Europa. A Grã-Bretanha incita e apoia a política da França de desmembrar e esgotar a Europa, sempre se escondendo atrás da tradicional máscara britânica de hipocrisia. Como resultado disso, nosso desafortunado continente é cortado em pedaços, dividido, está esgotado, desorganizado e dividido, transformado em um manicômio.” TROTSKI, Leon, *¿Es apropiado el momento para la signa: los Estados Unidos de Europa?*, 30 de junho de 1923.

Walter Funk, ministro da economia do III Reich encarregado por Göring¹⁶ de elaborar os planos para a Nova Ordem,¹⁷ dizia isso de forma direta. Em 25 de julho de 1940, afirmou que era uma

verdadeira loucura que cada país produzisse tudo, desde botões até locomotivas, mesmo que para isso fosse necessário elevar o custo da indústria pesada, que só poderia subsistir mediante tarifas, subsídios e restrições das importações (...) em vez disso, deveria desenvolver-se a especialização entre os Estados europeus para o benefício de todos.¹⁸

Atualmente, até mesmo Walter Funk ficaria atônito com o grau de integração e especialização produtiva gerado na Europa. Recentemente, Perry Anderson assinalou com acuidade:

o caso típico é o da Eslováquia, um país onde os trabalhadores da indústria automobilística ganham oito vezes menos que os da Alemanha e onde logo se fabricarão mais automóveis *per capita* – sobretudo nas fábricas da Volkswagen e Peugeot – que em qualquer outro país do mundo.¹⁹

Infelizmente, parece que a Eslováquia precisava se converter num modelo da divisão internacional do trabalho no interior da UE, que fosse reduzida a um mero elo auxiliar da cadeia produtiva alemã e reserva de mão de obra qualificada e barata dentro de uma rede hierarquizada de fornecedores dos grandes monopólios imperialistas para que a verdadeira natureza do ajuste estrutural que estamos vivendo no continente ficasse exposta. Um ajuste que não é só um fenômeno intraeuropeu, mas que deve ser entendido no quadro das relações das potências europeias com os EUA.

A história da construção da UE é a história da luta entre os dois principais imperialismos europeus, o alemão e o francês, pela hegemonia econômica e política continental, na qual a Alemanha consegue, pacificamente e sob a égide dos EUA, o que lhe havia custado historicamente duas guerras mundiais: a subordinação e a integração das diferentes economias à máquina exportadora alemã median-

16 Hermann Göring (1893-1946): Um dos principais líderes do partido nazista e assessor direto de Adolf Hitler. (Nota da edição brasileira)

17 Projeto de organização política, econômica e social formulado pela Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial para obter a hegemonia no continente europeu. (Nota da edição brasileira)

18 TOYNBEE, A. J., *La Europa de Hitler*, Sarpe, 1985.

19 ANDERSON, Perry, *El Nuevo Viejo Mundo*, Akal Madrid, 2012, p. 69.

te uma especialização crescente e hierarquizada. Essas são as bases do milagre alemão. O conflito básico não é entre a UE presidida pela Alemanha e os EUA, mas sim por quem será o grande parceiro dos EUA na Europa.

Na realidade, essa discussão já começou para os marxistas (e também para os que se dedicam seriamente à economia política) nos anos 1960. Naquele momento, se delinearão dois polos na análise do esgotamento do modelo de acumulação do pós-guerra. Esses dois polos defendiam teses contrárias sobre as relações entre os Estados imperialistas europeus e os EUA. De um lado, estava um setor encabeçado por Ernest Mandel, que argumentava que a constituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE) era o resultado da unidade dos Estados imperialistas europeus para competir com os EUA, que iniciavam um claro declínio no final dos anos 1960.²⁰ Do outro lado, havia um setor, onde encontramos Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Magdoff, que argumentava o contrário: que a avassaladora hegemonia norte-americana estava conseguindo impor sua política de portas abertas (isto é, a destruição das barreiras aos investimentos e ao livre comércio na Europa e nas ex-colônias), fortalecendo sua presença na Europa e acabando com qualquer possibilidade para os Estados europeus de disputarem com os EUA a hegemonia mundial.²¹

Entre os autores que contribuíram com essa discussão, queremos destacar a produção teórica de Mandel, definida por ele mesmo como “uma interpretação marxista das causas da grande onda de crescimento rápido da economia capitalista internacional no pós-guerra.” A obra *O capitalismo tardio* (1972), na qual Mandel sistematiza muitas de suas análises, é uma revisão da teoria do imperialismo para tentar incorporar e explicar as mudanças estruturais do capitalismo do pós-guerra. Para além de nossas diferenças sobre suas conclusões centrais, é um fato que sua produção teórica se converteu em base programática para a intervenção de mais de uma geração de militantes do movimento trotskista internacional. Portanto, é preciso dar-lhe toda a atenção devida e iniciar essa discussão tomando como re-

20MANDEL, Ernest, *Capitalism and “Supra-Nationality”* in: *Socialist Register*, 1967, pp. 27-41. MANDEL, Ernest, *La réponse socialiste au défi américain*, Editorial Nova Terra, Barcelona, 1968, p.77; MANDEL, Ernest, *El Capitalismo Tardío*, Primeira edição, 1972, Edições Era, México, 1978.

21 Entre outros autores, a publicação de *The Age of Imperialism* por Harry Magdoff, em 1969, e de *Le pillafie du Tiers-Moiule* por Pierre Jaleé, em 1970, defendem a inquestionável hegemonia dos EUA, mas não discutem o significado da CEE. O debate é desenvolvido e sistematizado por Nicos Poulantzas em *Las clases sociales em el capitalismo actual*, Siglo XXI Editores, México, 1976.

ferência a atualização que Mandel fez sobre a teoria do imperialismo e suas consequências programáticas.

O debate que se iniciou nos anos 1960 sobre a natureza do projeto europeu e do imperialismo no pós-guerra se intensificou nos anos 1990 com dois acontecimentos históricos determinantes: a restauração capitalista, particularmente na ex-URSS e na China, e o grande salto na internacionalização do capital. Desse debate acumulado, queremos destacar três elementos teóricos a serem discutidos:

1) O primeiro é a tese de Mandel sobre a conformação de uma burguesia imperialista europeia acima dos Estados, produto da fusão entre os distintos setores do capital imperialista europeu. Como assinalamos, no final dos anos 1960, iniciou-se uma ampla discussão sobre a internacionalização do capital e seus efeitos sobre as leis de acumulação, ou seja, a concentração e a centralização do capital. Mandel foi pioneiro em afirmar que estávamos diante de uma mudança estrutural que daria lugar, na Europa, a uma “fusão internacional do capital sem o predomínio de nenhum grupo particular de capitalistas nacionais”.²² Os trabalhos atuais, dentro ou fora do pensamento marxista, que defendem a tese da transnacionalização do controle da propriedade capitalista e afirmam que estamos diante da conformação de uma burguesia transnacional acima dos Estados utilizam argumentos similares aos desenvolvidos por Mandel.

2) No entanto, em sua definição de um processo de *supranacionalização* da burguesia imperialista europeia, Mandel se distingue abertamente dos *transnacionalistas* atuais que decretaram o fim do Estado.²³ Nosso autor, pelo contrário, atribui a ele um papel fundamental na época imperialista, mais especificamente na fase que define como capitalismo tardio. Seu prognóstico é que a concorrência interimperialista (EUA-Europa) leva o “imperialismo europeu ocidental” à conformação de um novo Estado imperialista supraeuropeu. Essa definição, que é mais do que um prognóstico, determinou a análise da natureza da UE e marcou profundamente o programa de todas as seções do atual CI-IV.

3) Um terceiro aspecto em discussão é a suposta decadência da hegemonia norte-americana e, conseqüentemente, de seu lugar no sistema mundial de Estados. Essa discussão foi desenvolvida nos textos de Mandel desde 1968.²⁴ Para ele, somente a concorrência entre

22 MANDEL, Ernest, *El Capitalismo Tardío*, Ediciones Era, México, 1978, p. 320.

23 William Robinson, *The Theory of global capitalism*, Baltimore, 2004.

24 “A crise da aliança atlântica responde a uma realidade: a preponderância político-

o imperialismo norte-americano em decadência e o imperialismo europeu ocidental seria capaz de explicar a fusão transnacional do capital europeu, que estaria, por sua vez, na base da construção de um supraestado imperialista na Europa ocidental.

Esses temas permanecem no centro do debate sobre a atualização e/ou a validade da teoria do imperialismo, ainda que a eles devam ser agregados novos elementos fundamentais, como as relações entre as metrópoles imperialistas e o mundo semicolonial e a natureza de alguns países como China e Rússia e seu *status* na cadeia imperialista mundial (ou sistema mundial de Estados). Se ampliássemos a discussão, chegaríamos ao Brasil, à Índia ou à África do Sul, considerados por uma série de autores como países subimperialistas.²⁵ Ou à reavaliação do *status* de países como Grécia e Portugal, onde a intervenção da Troika e a submissão dos Estados aos ditames do capital financeiro europeu os convertem em semicolônias. Pelos objetivos que estabelecemos neste ensaio, só abordaremos, porém, uma parte dos temas envolvidos no debate geral.

A contemporaneidade das questões abordadas por Mandel nos permite iniciar a discussão a partir dos elementos estruturais da teoria do imperialismo e de sua configuração atual e comparar nossas análises e prognósticos com aqueles apresentados por ele.

Mandel escreveu, na introdução da edição inglesa de *O capitalismo tardio*, que:

A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento posterior da época imperialista, do capitalismo monopolista. Portanto, as características da era do imperialismo enunciadas por Lenin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio.²⁶

Mas o que Lenin enunciou são as *características estruturais* que definem toda uma época do capitalismo, algumas características que permanecem e que se expressam em diferentes formas históricas. Mandel, no entanto, apesar de sua afirmação sobre a vigência das ca-

militar dos Estados Unidos no marco de tal coalizão já não concorda com a relação de forças estabelecida no terreno econômico entre as grandes potências imperialistas.” (MANDEL, Ernest, *La réponse socialiste au défi américain*, 1968, p. 77)

25 FONTES, Virginia, *O Brasil e o Capital Imperialista*, Editora UFRJ, 2010; CALLINICUS, Alex, *Imperialism and Global political economy*, Polity Press, Reino Unido, 2009.

26MANDEL, Ernest, Introdução à edição inglesa de *O capitalismo tardio*, Nova Cultural, São Paulo, 1985, p. 5.

racterísticas estruturais do imperialismo definidas por Lenin, questiona elementos chave.

Assim, se Lenin combateu ao extremo o ultraimperialismo kautskiano, Mandel o incorpora como um dos traços característicos de seu *Capitalismo tardio*, embora o limite ao continente europeu. O mesmo acontece com o papel do capital financeiro que Lenin define como a expressão predominante do capital na época imperialista, mas que, para Mandel, perde substância e cede seu protagonismo às empresas multinacionais.

Em seu livro e em seus escritos, Mandel questiona várias das definições estruturais da teoria leninista enquanto mantém, paradoxalmente, as que correspondem a formas históricas específicas. Na introdução antes citada, afirmou: “O capitalismo tardio apresenta uma série de hipóteses novas. Se elas se mostrarão suficientes e coerentes ou não, só a história poderá julgar. Não temos motivos para temer seu veredito”. É hora de avaliá-las. A atualização da teoria do imperialismo não é somente uma necessidade teórica, mas um imperativo para os que entendem o marxismo como uma ferramenta para intervir e transformar a realidade.

O prognóstico da evolução do mercado comum europeu

No final dos anos 1960, Mandel definiu que a economia mundial sofria uma mudança estrutural que conduzia a uma nova divisão mundial do trabalho organizada pelas potências imperialistas. Essa mudança estava marcada, entre outros elementos, pela decadência do imperialismo norte-americano como resultado da concorrência com o Japão e com o imperialismo europeu ocidental. Nesse marco, Mandel definiu que a situação mundial do pós-guerra é de concorrência interimperialista, mas com novas formas históricas.²⁷

Em 1969, afirmou que os Estados Unidos estavam numa situação tal que “O desaparecimento gradual da diferença na produtividade resultou em uma concorrência mais intensa (...) seus mercados exteriores (dos EUA) se encontram gravemente ameaçados ou estão em processo de desaparecimento tal como os automóveis e o aço.”²⁸

²⁷ *Ibid.*

²⁸ MANDEL, Ernest, ¿Hacia dónde van los Estados Unidos? in: *New Left Review*, março-abril 1969. Publicado nos *Ensayos sobre el neocapitalismo*, Ediciones Era, 1971. Em outras obras, Mandel mantém esta mesma definição: *Europe versus America*, Londres, 1970; e *El Capitalismo Tardío*, op.cit. Igualmente, em 1979, a resolução política aprovada no 11º Congresso do Secretariado Unificado – IV dizia: “Desde a década de 60, a característica dominante da tendência histórica das relações interimperialistas entre a Europa e os EUA foi uma mudança na relação de forças econômicas

É verdade que a concorrência tinha se intensificado entre as empresas, mas o resultado foi o oposto: aumentou ainda mais a diferença de produtividade entre os EUA e seus competidores.²⁹ Os mercados estadunidenses nunca foram postos em questão. Pelo contrário, a partir dos EUA, estava sendo impulsionado o desenvolvimento de novos ramos da indústria, as chamadas novas tecnologias, baseadas na microeletrônica, na comunicação e na informática. Suas multinacionais foram a ponta de lança de uma nova divisão mundial do trabalho baseada em investimentos no leste da Ásia após a restauração do capitalismo na China. A desregulamentação dos mercados de capitais permitiu que se intensificasse o papel de seus bancos e fundos de investimento, de seu capital financeiro. A intensificação da centralização dos capitais em escala mundial esteve sempre nas mãos do capital financeiro norte-americano.

No entanto, a crítica fundamental que desenvolveremos nestas linhas *não* está centrada no erro de prognóstico, mas sim na base desse prognóstico. Mandel desenvolveu um modelo teórico sobre o imperialismo no pós-guerra mundial que se demonstrou profundamente equivocado: a ideia de que a Europa se dirigia para a construção de um Estado supranacional, unificando os interesses dos diferentes imperialismos europeus. Mandel começa a formular essa ideia sobre o Mercado Comum Europeu primeiro em seu ensaio “Capitalismo Internacional e ‘Supranacionalidade’” (1967). Sistematiza suas elaborações em seu livro *O capitalismo tardio* (1972), e logo a desenvolve nos artigos “O mercado comum em crise” (1974) e “Funções e limitações do Mercado Comum Europeu” (1984).

A chamada “nova fase do imperialismo” do capitalismo tardio estava ancorada, para Mandel, numa visão linear da suposta decadência do imperialismo norte-americano e da concorrência imposta pelo imperialismo europeu ocidental (e japonês) que levaria os prin-

a favor do imperialismo europeu, principalmente o Alemão (...) o enfraquecimento da posição das grandes corporações norte-americanas em relação aos monopólios multinacionais de distintos países europeus em grandes setores industriais (químico, automotor, maquinarias, equipamentos elétricos, farmácia) nos últimos 20 anos.” (*La crisis en Europa Capitalista y las tareas actuales de la IV Internacional*. Proyecto de resolución de la mayoría del Secretariado Unificado – IV Internacional. Boletín de discusión interna XVI, 1979. Colección Polémica internacional, Bogotá, publicación del PST – Colombia).

29 “Na União Europeia a eficiência do trabalho por horas está abaixo da dos Estados Unidos; em 2002, a produtividade por hora trabalhada na União Europeia não alcançou mais que 86,8% do nível dos Estados Unidos”. Comisión de las Comunidades Europeas, *Algunas cuestiones clave de la competitividad en Europa: hacia un enfoque integrado*, Bruxelas, 21 de novembro de 2003.

cipais imperialismos da Europa a construir um “Estado Federal com base na igualdade política e militar com os EUA”.³⁰ A nova fase imperialista daria lugar a “novas formas históricas” de propriedade dos grandes monopólios, cuja expressão na superestrutura seria “a fusão de certas potências imperialistas” até a criação de um superestado europeu:

O aumento da interpenetração do capital dentro do Mercado Comum, a aparição de grandes unidades industriais e bancárias interligadas que não são simplesmente a propriedade de uma classe capitalista nacional constituem a infraestrutura material para o surgimento de órgãos de poder estatais supranacionais no Mercado Comum.³¹

A principal transformação na estrutura da propriedade do capital seria um novo tipo de empresa na qual “não se tolera nenhum tipo de hegemonia ou a supremacia de um só Estado nacional burguês sobre outros, nem uma confederação solta de Estados nacionais soberanos.”³² Logo, seria o surgimento de uma nova forma de concentração do capital.

Mandel considera que, a partir de 1958, com o *boom* da guerra da Coreia e a assinatura do Tratado de Roma, que criou a Comunidade Econômica Europeia, as potências imperialistas europeias se encontram perante uma situação econômica “híbrida e transitória”, que se desenvolve desde os anos 1940: a internacionalização dos capitais dentro do mercado comum ou a “interpenetração europeia dos capitais”, onde surgiram grupos industriais “cuja propriedade já não é a de uma burguesia ‘nacional’, mas que se reparte entre burgueses de diferentes nacionalidades europeias, sem que nenhuma fração nacional tenha papel hegemônico algum.”³³ Essa nova burguesia supranacional seria a força social que impulsionaria a centralização do capital e da política em nível superestrutural.

Segundo Mandel, o grande capital europeu se encontra, nos anos 1970, frente a um grande dilema no qual o Mercado Comum como projeto de coordenação econômica aparece como ultrapassado: “ou criar um verdadeiro superestado europeu, capaz de uma política anticrise em escala internacional, ou voltar a uma política anticrise em

30 MANDEL, Ernest, *El Capitalismo Tardío*, *Op. cit.*, p. 331.

31 MANDEL, Ernest, *International Capitalism and “Supra-Nationality”*, p. 31.

32 MANDEL, Ernest, *El Capitalismo Tardío*, *op.cit.*, p. 320.

33 “Le Marché Commun en crise”, *La récession généralisée*, Cahier Rouge N° 2, Edition Taupe Rouge, Paris, 1974.

escala nacional. Em ambos os casos, o Mercado Comum está superado.”³⁴ Nesse sentido, previu a criação de uma moeda única e de um único sistema fiscal e tarifário como medidas imediatas inevitáveis a serem tomadas. Em síntese, o suposto Estado supranacional corresponderia às novas formas históricas da propriedade e à nova classe capitalista.

O modelo desenvolvido por Mandel para o pós-guerra se apoia numa “intensificação das contradições interimperialistas”, estabelecendo um paralelismo histórico similar ao do período das disputas que originaram as duas guerras mundiais pela repartição do mundo. Por isso, surge no vocabulário de Mandel um ente novo: o “imperialismo europeu ocidental”, que, mais que uma definição geográfica, concentra toda uma definição política.

Em nossa opinião, Mandel substituiu a nova ordem hegemônica pelos Estados Unidos por um esquema que não correspondia à realidade, começando por interpretar mal o significado da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1952, e do Tratado de Roma, em 1957, como uma simples aliança dos imperialismos europeus, sem destacar o protagonismo dos EUA e as tensões e hierarquias interimperialistas que se desenvolviam na Europa.

Uma forma específica de concentração do capital para a Europa?

A teorização de Mandel se baseava em sua tese da “fusão internacional do capital sem o predomínio de nenhum grupo particular de capitalistas nacionais”,³⁵ isto é, um novo tipo de centralização do capital. A ponta deste novo processo seria o desenvolvimento do Mercado Comum Europeu. Essa definição é o calcanhar de Aquiles para entender seu prognóstico para a UE: o antigo Mercado Comum Europeu caminha para um novo Estado imperialista europeu, posto que existe um novo tipo de empresa com uma “pressão esmagadora a favor da criação de um Estado imperialista supranacional na Europa ocidental”. Se tal prognóstico estivesse correto, seria justificável afirmar que estaríamos perante mudanças de caráter histórico que transformariam profundamente as relações entre as classes e frações de classe em âmbito internacional com novas formações históricas, como o Estado supranacional na Europa ocidental.

Mas será verdade que a internacionalização dos capitais leva, por assim dizer de modo abrupto, à sua desnacionalização como tendência dominante, como afirmava Kautsky em sua teoria do

34 *Ibid.*

35 MANDEL, Ernest, *El Capitalismo Tardío*, op.cit., p. 320.

“ultraimperialismo”?³⁶ A tendência à centralização do capital, ou seja, ao controle da produção, distribuição e crédito no mercado mundial por um número cada vez mais reduzido de grupos econômicos, é um fato indiscutível. É uma característica do imperialismo como fase suprema do capitalismo de monopólios que já definiu Lenin.

O crescimento do comércio e o crescimento da grande produção: tais são as tendências fundamentais observadas ao longo dos séculos absolutamente em todo o mundo. E ao comércio alcançar um determinado grau de desenvolvimento, ao a grande produção alcançar um grau determinado de crescimento – precisamente o grau alcançado mais ou menos no limite dos séculos 19 e 20 –, o comércio criou tal internacionalização das relações econômicas e do capital, e a grande produção se fez tão grande que a livre concorrência começou a ser substituída pelo monopólio. Tornaram-se típicas não mais as empresas que competem “livremente” – dentro do país e nas relações entre os países –, mas as associações monopolistas de empresários, os trustes. O “soberano” típico do mundo passou a ser o capital financeiro, que é particularmente ágil e flexível, que está particularmente interligado dentro do país e em escala internacional, que é particularmente impessoal e está distante da produção direta, que se concentra com facilidade particular e está particularmente concentrado, na medida em que, literalmente, algumas centenas de multimilionários e milionários têm em suas mãos o destino do mundo inteiro.³⁷

No entanto, e este é nosso argumento, a tendência fundamental desse movimento de centralização não leva à eliminação de seu caráter nacional, passando por cima ou, inclusive, questionando os Estados nacionais. Ao contrário, o processo de acumulação e centralização se apoia nos Estados nacionais.

É verdade que Mandel não defendeu nunca a tese do ultraimperialismo como tal, mas faz uma exceção fundamental na Europa,³⁸ onde “a fusão de capitais se dá em *nível continental*, mas por isso

36 KAUTSKY, Karl, *Ultra-Imperialism*, 1914, acessado em <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>

37 LENIN, V. I., *Prefácio a Economía Mundial e Imperialismo*, de N. Bukharin, Nova Cultural, 1986, pp. 10-11.

38 A formação de uma burguesia supranacional é apresentada como parte das mudanças estruturais no capitalismo e nas classes. Entre outros, ver: ROBINSON, W. I., HARRIS, J., 2000. *Towards a Global Ruling Class? Globalization and the Transnational Capitalist Class* in: *Science & Society*, N° 64; VAN APELDOORN, E. B., *Transnational Class Agency and European Governance: The Case so the European Round Table of Industrialists* in: *New Political Economy*, N° 5, 2000.; VAN DER PIJL, K., *The Making of an Atlantic Ruling Clas*, Verso, Londres, 1984.

mesmo a concorrência imperialista intercontinental se *intensifica* ainda mais”.³⁹ (grifo nosso)

Em todo o caso, este axioma lança uma cortina de fumaça sobre o desenvolvimento da relação entre o imperialismo norte-americano e os principais Estados imperialistas da Europa. Assim, distorce a essência do processo que levou à livre circulação de capitais na Europa e à criação da UE e não de um Estado supranacional. Continua sendo verdade que nenhum imperialismo, sendo o que é, pode compreender a unificação da Europa a não ser sob a hegemonia de seus próprios interesses nacionais.

Ao negar a inquestionável *hegemonia econômica, política e militar* do imperialismo estadunidense, Mandel ficou preso a um esquema teórico que absolutamente não correspondia à realidade que ele reduzia, em essência, a uma concorrência interimperialista Europa-EUA. No entanto, a livre circulação de capitais na Europa foi abertamente impulsionada e apoiada pelos EUA. Dentro da UE, os EUA, suas multinacionais e seu capital financeiro não foram nem são simples espectadores, mas elementos determinantes na formulação e na aplicação das principais políticas. Além disso, o Mercado Comum não era um simples instrumento de consulta entre os imperialismos europeus, mas também a arena da luta entre eles pela hegemonia continental.

Dimensões da concentração, centralização e internacionalização do capital

Nos últimos vinte anos, a tendência à concentração e centralização internacional de capitais é um fato impressionante. Do mesmo modo que se traduz em uma expansão internacional dos monopólios imperialistas, se fala também de uma internacionalização do capital através destes monopólios, embora o termo seja um pouco confuso, já que a internacionalização da qual falamos é sempre simultânea ao processo de concentração e centralização.

Em *O capitalismo tardio*, Mandel distingue diferentes níveis de internacionalização: a da produção de mais-valia através da *produção* de mercadorias (o desenvolvimento de grandes empresas com filiais em outros países); a da realização da mais-valia com a *venda* das mercadorias (ou seja, a conquista de novos mercados pelos monopólios); a da compra da *força de trabalho* (em que uma empresa monopolista utiliza trabalhadores de distintas nacionalidades); e,

39 MANDEL, Ernest, *El Capitalismo tardío*, *Op. cit.*, p. 326.

finalmente, a do *poder de decisão sobre o capital*, ou seja, da propriedade capitalista. As três primeiras são características do capitalismo de monopólios descrito por Lenin e do novo tipo de empresas de monopólio ou *holding* que se desenvolvem.

No que se refere à *concentração internacional* da produção⁴⁰ (característica essencial do imperialismo clássico definido por Lenin), o movimento dos últimos 25 anos acentuou a tendência ao monopólio. Em 1999, o informe da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)⁴¹ especificava que as multinacionais monopolizavam 25% da produção mundial. Outros estudos, que analisam longos períodos e que se limitam a um determinado número de grandes corporações, nos mostram uma visão ainda mais concentrada da produção. Por exemplo, o faturamento das 500 maiores empresas da lista da revista *Fortune*,⁴² em 1996, foi equivalente a 38% do PIB mundial, chegando a 43% em 2006. Apesar da disparidade dos números citados, o mais importante é destacar a dinâmica do processo a partir do aumento da livre circulação do capital através dos acordos e áreas de livre comércio e da flexibilização das legislações sobre o investimento estrangeiro.⁴³

Os lucros dessas empresas, no mesmo período, se multiplicaram em 278%. Ou seja, nos dez anos que antecederam a explosão da crise de superprodução de 2007, a concentração internacional de capitais se converteu numa das forças decisivas para o aumento dos lucros. Esta montanha de lucros está diretamente relacionada à quantidade de trabalhadores que essas empresas exploram em escala planetária: 53 milhões diretamente e cerca de 100 milhões indiretos ou terceirizados.⁴⁴ Iguamente, a tabela 1⁴⁵ mostra o grau de oligopolização dos principais ramos industriais nos EUA.

40 Por concentração internacional do capital utilizamos o conceito proposto por Mandel: quando uma proporção cada vez maior do capital acumulado provém, sem dúvida, da produção e realização da mais-valia fora da metrópole de origem.

41 UNCTAD, *World Investment Report*, 1999.

42 Revista que publica, anualmente, o ranking das 500 maiores corporações do mundo, estabelecido pela Global Fortune 500. (Nota da edição brasileira)

43 O processo de concentração da produção explica como as leis do movimento do capital estão profundamente relacionadas às decisões políticas dos Estados: os acordos de livre comércio e investimentos, que, nos anos 1980, não passavam de 50, se multiplicaram e chegaram a 250 em 2012 (*McKinsey Global Institute. Manufacturing the Future: the next era of global growth and innovation*, novembro de 2012).

44 Os cálculos da relação entre lucros e PIB mundial se encontram em SÁNCHEZ, Joan-Eugeni, *El poder de las empresas multinacionales. Diez años de cambios em el Mundo, em la Geografía e em las Ciencias Sociales 1999-2008*, Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, 26 a 30 de maio de 2008.

45 Ver final do artigo.

No entanto, as informações mencionadas sobre o grau de concentração da produção mundial não dizem nada sobre a propriedade dessas empresas, ou seja, se a *concentração internacional* provocou um movimento de mudanças no controle e poder de decisão nestas companhias. Em outras palavras, sobre *quem se apropria da maior parte da mais-valia* produzida neste gigantesco processo de concentração da produção.

Todo o debate está centrado aí: no último aspecto da internacionalização, o da transferência de propriedade ou capacidade de controle e decisão sobre o capital. Esse processo pode se dar de um país a outro, ou de um grupo nacional de proprietários do capital a vários grupos. Essa internacionalização pode se expressar na dominação internacional dos Estados imperialistas ou, como afirma Mandel, na fusão internacional de capital sem predominância nacional, como seria o caso da CEE.

A centralização da propriedade dos monopólios

Vejam os primeiros fatos. O trabalho mais amplo que se conhece sobre o tema é um estudo publicado em 2011 que analisa a propriedade a partir do controle das ações de 43.060 empresas, tendo como resultado que apenas 737 delas controlam 80% do valor total dessas ações.⁴⁶ Assim, o processo de concentração monopolista da produção caminha lado a lado com uma enorme *centralização da propriedade* sobre capitais originalmente diferentes quanto à sua nacionalidade. Uma centralização que se dá em escala mundial, isto é, não só se mantém e se reforça a tendência à formação e consolidação de monopólios, mas estes também se encontram cada vez mais nas mãos de menos proprietários no mundo.

Isso é uma mudança chave entre a realidade anterior à Segunda Guerra Mundial, que uma grande quantidade de autores, inclusive Mandel, define como imperialismo clássico (anos 1910-1940), e a que surge no pós-guerra.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o processo de concentração internacional não resultou numa mudança de propriedade das empresas como fenômeno dominante, ficando muito longe do grau de centralização atual. A divisão do mundo entre as potências coloniais impulsionava a concentração internacional através dos investimentos no setor de matérias primas de suas respectivas colônias. Porém os monopólios dos impérios coloniais, estatais ou privados, e o con-

46 VITALI, S., GLATTFELDER, J. B., BATTISTON, S., *The network of global corporate control*.

trole militar, bloqueavam qualquer possibilidade de o processo de centralização internacional se dar como fenômeno dominante entre os países imperialistas.⁴⁷

No período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, o fluxo da exportação de capitais mudou e se concentrou entre as metrópoles (processo de reconstrução da Europa, com o Plano Marshall, e do Japão) e se manteve com um peso significativo em alguns países semicoloniais, fomentando a industrialização sob controle do imperialismo, em particular em alguns países da América Latina (México, Brasil, Argentina, Chile). O veículo desses últimos investimentos são as empresas multinacionais.

Em síntese, a existência de um imperialismo hegemônico em todas as ordens, com a produtividade de seus monopólios qualitativamente superior à de seus rivais, impôs a política de portas abertas. O livre comércio em escala mundial favorecia, em primeiro lugar, as empresas dos EUA. Essa mudança qualitativa gerou uma nova realidade no mercado mundial, dominada pela troca de investimentos entre os países imperialistas e por um salto da internacionalização da produção com investimentos das empresas multinacionais, incorporando todos os cantos do planeta ao sistema de produção de mercadorias.⁴⁸

Nos dias atuais, o mercado mundial desenvolveu ao extremo a tendência apontada por Lenin de que o capitalismo, *em sua fase imperialista, conduz diretamente à socialização da produção em seus mais variados aspectos*. A prova disso é que dois terços do comércio mundial são realizados nas empresas multinacionais. Esta tendência à integração produtiva em escala mundial, em que a UE é um de seus grandes elos, levou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a dizer que

47 “A preponderância do imperialismo alemão sobre o inglês é mais forte do que as muralhas das fronteiras coloniais ou que as tarifas protecionistas.” (LENIN, V. I., *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Editorial fundamentos, Madri, p. 129).

48 O fluxo de investimentos entre as metrópoles imperialistas como centro das exportações de capitais após a Segunda Guerra Mundial levou Kidron e, posteriormente, os textos de Callinicus, a apresentarem uma mudança na natureza do imperialismo. Esse já não necessitaria da exploração das semicolônias. Mas basta olhar as tabelas de exportações de capitais apresentadas por Lenin (op.cit, p.130) para notar a superficialidade desse critério. Já na época de Lenin, o fluxo das exportações de capitais alemães não se dirigia aos países financeiramente dependentes da Alemanha. (KIDRON, M., *International Capitalism*, Marxists Internet Archive, 1965; CALLINICUS, *Imperialism and Global Political economy*, Politiy Press, Cambridge, 2009).

a cadeia de valor global mudou significativamente a natureza da produção e interconexão da economia mundial. Os países estão envolvidos agora num processo de “especialização vertical”, uma divisão do trabalho vertical em que se especializam em etapas específicas e tarefas da cadeia de valor.⁴⁹

Empresa transnacional ou capital financeiro?

Diante deste processo de transformação do mercado mundial a partir da Segunda Guerra Mundial, Mandel propôs uma nova teoria do imperialismo. Ele afirmou que, na etapa do capitalismo tardio, se produziu uma mudança estrutural em relação ao imperialismo clássico do pós-guerra. Para Mandel, a “virada decisiva” que explicava essa mudança estrutural era “a terceira revolução tecnológica e a formação do capitalismo avançado”. A partir disso, segundo ele, “no capitalismo tardio, a empresa transnacional vem a ser a forma organizativa determinante do grande capital”.⁵⁰

Em nossa opinião, Mandel analisou corretamente o processo de concentração e internacionalização do capital, mas fez uma mudança profunda num elemento central da teoria do imperialismo. Na teoria leninista, *a forma organizativa determinante para o capital é o capital financeiro* e não um novo tipo de empresas *transnacionais*.⁵¹ O programa bolchevique votado em 1919 trazia a seguinte definição do imperialismo:

O processo de concentração e centralização do capital, ao destruir a livre concorrência, conduziu, no começo do século 20, à formação de poderosas associações monopolistas de capitalistas – sindicatos, cartéis, trustes –, que adquiriram uma importância decisiva em toda a vida econômica; à fusão do capital bancário com o capital industrial, extremamente concentrado; à intensa exportação de capitais a países estrangeiros; ao começo da repartição

49 OCDE, *Interconnected Economies*, 2013. Essa nova realidade da divisão mundial do trabalho levou vários autores a considerarem que já não se poderia utilizar os conceitos de países dominantes e dominados, posto que a maioria da periferia participa, de alguma forma, da cadeia de produção global. É o que dizem R. ASTARITA (*Monopolio, Imperialismo e intercambio desigual*, Maya Ediciones, 2009) ou CALLINICUS (op.cit.).

50 MANDEL, E., *Op. cit.*, p. 310.

51 A nomenclatura utilizada não é uma casualidade. Por convenção, se utilizou o termo multinacional às empresas que, a partir de uma base nacional, operam em escala multinacional. As *transnacionais* incluem uma definição sobre a supranacionalidade da propriedade, em que o capital perde a origem ou a hegemonia de um Estado. O trabalho pioneiro sobre esse tema foi desenvolvido por HYMER. (Ver *The Multinational Corporation: A Radical Approach*, Cambridge: Cambridge University Press, 1979).

econômica do mundo, já dividido territorialmente entre os países mais ricos, pelos trustes, que abarcam os grupos de potências capitalistas cada dia mais amplos. Esta época do capital financeiro, época de uma luta, sem precedentes, acirrada entre os Estados capitalistas, é a época do imperialismo.⁵²

Essa definição suscita dois elementos fundamentais: a concentração dos capitais num determinado tipo de empresas e a tendência à sua centralização pela fusão do capital bancário com o industrial, que origina uma *nova forma histórica* de centralização da propriedade, cuja expressão é o capital financeiro. Essa nova forma histórica de propriedade determinava toda uma época. É por isso que se define o imperialismo como a época do capital financeiro.

Nos debates prévios à votação do programa, Lenin enfatizou o porquê da necessidade de elaborar uma definição tão precisa do imperialismo: “o programa do partido deve distinguir-se pela exatidão econômica e não conter nada supérfluo”. Nas análises que justificam tal definição, Lenin destaca que “o século 20 assinala o ponto de *virada* do velho capitalismo ao novo, da dominação do capital em geral à dominação do capital financeiro”.⁵³

Mandel, entretanto, para explicar as características do capitalismo tardio, apontou outra *virada*, em que as transnacionais *se tornaram a forma organizativa determinante*. É surpreendente que, entre as seis características em que se propunha a explicar a nova fase do capitalismo tardio, não tenha mencionado, em lugar nenhum, o capital financeiro!⁵⁴ Não estamos, pois, frente a uma omissão inocente.

Vamos agora aos pormenores de sua definição do imperialismo. Na primeira das principais características dessa nova fase, destacou “o enorme volume de capital necessário para a produção”. Na realidade, uma das notas fundamentais do imperialismo clássico de Lenin:

Do ponto de vista econômico, o imperialismo (ou “época” do capital financeiro, não se trata dos termos) é o grau superior de desenvolvimento do capitalismo, precisamente o grau da produção é tão grande e gigantesco que a liberdade de concorrência é substituída pelo monopólio. Nisso consiste a essência econômica do imperialismo.⁵⁵

52 <http://www.marxists.org/history/etol/newspape/isr/vol22/no04/rcpb.html>

53 LENIN, V. I., *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, *Op. cit.*

54 Sequer no capítulo XVII, *El Capitalismo Tardío como conjunto*, há qualquer menção ao papel desempenhado pelo capital financeiro na nova fase do capitalismo e do imperialismo apontada por Mandel.

55 LENIN, V. I., *Acerca da nascente tendência do “economicismo imperialista”*, <http://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/escritos.htm>

Toda a análise de Lenin parte, justamente, da compreensão de uma tendência à concentração dos capitais, em escala nacional e internacional, que vai aumentando seu volume para uma produção em escala cada vez mais gigantesca. É essa mesma tendência que explica a fusão do capital industrial com o capital bancário e, portanto, a formação do capital financeiro.⁵⁶

Porém Mandel, ao não mencionar o papel do capital financeiro, é atribui um novo papel às empresas capitalistas transnacionais: “A progressiva acumulação e concentração de capital na era do capitalismo monopolista coloca mais capital ainda à disposição das grandes companhias oligopolistas e monopolistas (...) as consequências são o autofinanciamento e a superacumulação”.⁵⁷ Essa capacidade de autofinanciamento justificaria uma mudança estrutural. Para ele, a dinâmica de centralização internacional do capital estaria, de agora em diante, vinculada ao novo papel desempenhado por estas grandes companhias transnacionais.

Se para Lenin o imperialismo significou a “vitória definitiva do capital financeiro”, para Mandel, o capitalismo tardio seria a vitória das transnacionais sobre o capital financeiro.⁵⁸ O problema de Mandel, no entanto, é que ele considera a concentração e a centralização do capital como mundos separados, sem levar em conta que a concentração da produção nessas grandes empresas multinacionais não pode se separar da centralização de capitais que a acompanha, ou seja, das relações de propriedade de quem controla a maioria das fusões e aquisições. Se não consideramos esse fato, ficamos na superfície do fenômeno, esquecendo o papel do capital financeiro como eixo ordenador e o papel dos grupos nacionais de capitalistas.

A supranacionalidade dos monopólios

Se compararmos a realidade atual do imperialismo com a tendência apontada por Mandel, é evidente que a mesma seguiu no sentido

56 “Os monopólios surgiram dos bancos, os quais de modestas empresas intermediárias que eram antes se converteram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de qualquer das nações capitalistas mais avançadas realizaram a ‘união pessoal’ do capital industrial e bancário (...) a oligarquia financeira lança uma densa rede de relações de dependência sobre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção. Eis aqui a manifestação mais evidente desse monopólio”. (LENIN, V. I., *Imperialismo Fase Superior do capitalismo*, *Op. cit.*)

57 MANDEL, Ernest, *Op. cit.*, p. 312).

58 O capital financeiro, segundo esta nova fase do imperialismo, retrocederia à forma de capital bancário, cuja função seria “garantir créditos gigantescos às empresas transnacionais gigantescas” (MANDEL, Ernest, *Op. cit.*, p. 332).

oposto. Em 2010, das 300 principais empresas dos países que compõem a UE, as únicas que se aproximariam da definição de Mandel, ou seja, as de caráter *binacional*, não passam de sete: suíça-sueca ABB, britânica-holandesa Shell, sueca-britânica Astrazeneca, a multinacional Unilever, a franco-germânica Aventis-Sanofi e a também franco-alemã European Aeronautic Defence and Space community (EADS). No entanto, em todas essas empresas, a participação acionária é dividida entre grupos empresariais, fundos de investimentos ou do próprio Estado de cada um dos países. No caso da ABB, o grupo de investimento do multimilionário suíço Martin Ebner é quem controla a maioria das ações. Essa é a realidade da maioria delas.

Acompanhando a tendência mundial, os capitais imperialistas europeus avançaram sua internacionalização. Mas esse movimento se deu em vários níveis, com o incremento do processo de centralização em escala interna dos países, subproduto da concorrência no interior da UE, e em escala internacional. O capital que produz mais-valia se internacionaliza. No entanto, as ligações internas com outras empresas nacionais se mantêm e, em alguns casos, se aprofundam.

A fusão das empresas Thyssen e Krupp, em 1999, e depois a aquisição pelo novo grupo de outras empresas também alemãs (HDW, Atlas Elektronik) criou as bases para voos mais altos do novo grupo: a aquisição de empresas nos EUA, na Coreia, na China e, via investimento direto, sua expansão a outros países.⁵⁹ A nova empresa, além da presença no ramo de origem, o aço e produtos de aço inoxidável, ampliou sua presença em vários ramos da indústria (tecnologias de automação, engenharia, sistemas de elevação, sistemas marinhos, construção naval e serviços) e passou a ocupar o posto 123 na lista Global Fortune 500.

A base para a internacionalização do novo grupo foi sua ampliação dentro da Alemanha. As conexões internas da Thyssen com o grupo Siemens, com o grupo de comunicação alemão Bertelsmann, com Daimler-Benz e com outras empresas não internacionalizadas, formam uma rede de relações internas em que a expansão internacional e a participação de outras empresas internacionais nas ações do grupo não resultam em perda de sua base nacional. Em alguns casos vêm acompanhadas de seu reforço.⁶⁰

59 www.thyssenkrupp.com

60 Este mesmo fenômeno pode ser encontrado nas empresas francesas cujo movimento de entrelaçamento entre as companhias, entre 2005 e 2010, foi ainda mais profundo que na Alemanha. Os dados se encontram em *The Rise of the European Corporate Elite, Evidence from the network of Interlocking Directorates in 2005 and 2010*, de HEEMSKERK, Eelke, Universidade de Amsterdam, março de 2012.

Os prognósticos sobre a formação de uma burguesia supranacional na Europa como resultado da livre circulação de capitais não foram um desenvolvimento teórico exclusivo de Mandel.⁶¹ Alguns trabalhos recentes têm tentado demonstrar, em estudos empíricos, esse fenômeno, seja em escala europeia, seja mundial. No caso europeu, uma das metodologias para definir que estamos diante de uma nova burguesia transnacional é quando as empresas compartilham membros do conselho diretor com outras companhias de fora de seu país de residência. Num destes trabalhos, após identificar as relações entre as 300 multinacionais europeias mais importantes em 2010, os autores reconhecem que “entre as maiores empresas europeias, a maioria dos entrelaçamentos dos conselhos diretores ainda está situada dentro das fronteiras dos países europeus”.⁶²

Em qualquer caso, a existência de conexões entre as grandes companhias multinacionais dos principais Estados imperialistas da Europa é um fato. O grau de integração econômica promove uma profunda rede de entrelaçamento da propriedade. No mesmo ano de 2010, 78% das 300 maiores empresas compartilhavam membros em seus conselhos diretivos.⁶³ No entanto, esse fenômeno, longe de assumir a forma de empresas supranacionais que não admitem a hegemonia de um capital de origem, reforçou a tendência à dominação destes como o fenômeno dominante e não a formação de uma classe capitalista supranacional.⁶⁴ Ao mesmo tempo, mantém a concorrên-

61 Citamos alguns dos autores que, em diferentes âmbitos, seja em nível mundial, seja em escala europeia, desenvolvem a mesma tese de Mandel: VAN APELDOORN, B., *Transnational Class Agency and European Governance: The Case of the European Round Table of Industrialists*, New Political Economy, 2000; ROBINSON, W. I. e HARRIS, J., *Towards a Global Ruling Class? Globalization and the Transnational Capitalist Class*, Science & Society; SKLAIR, L., *The Transnational Capitalist Class*, Oxford: Blackwell, 2001.

62 HEEMSKERK, Eelke, Op. cit.

63 Os estudos sobre este tema vão em distintas direções. Outros trabalhos afirmam que a conexão entre os conselhos diretivos diminuíram após a crise: “Uma primeira medição de todos os vínculos estruturados entre todo o conjunto das companhias mostra um claro domínio de vínculos internos. Existem ligações externas, mas são consideravelmente menos numerosos que as ligações de intercâmbio interno. Além disso, essas ligações externas diminuíram num grau superior de 2006 a 2007”. (*Core business in the Eurozone. An interlocking director at study of four European stock exchange indices*, Warwick Business School, 13-15 de julho de 2009).

64 “De acordo com as descobertas empíricas recentes, existe alguma evidência para a hipótese de que está surgindo uma elite ou classe transnacional. Não há dúvida de que existe uma elite corporativa transnacional que forma uma estrutura global das comunicações mediante a vinculação das empresas com sede, principalmente, na Europa e América do Norte (ver também Van der Pijl, 1984, 1998). No entanto, a

cia entre as diferentes potências imperialistas dentro da UE, prosseguindo estes dois processos: a transnacionalização e o papel de cada Estado podem ser observados a partir da concorrência.

A internacionalização do capital não anula nem supera a concorrência interimperialista

Isso é o que reflete a maior fusão da história entre companhias. Em 2000, uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) foi feita pelo consórcio British Telecom (BT), aliado à empresa estadunidense Bell Atlantic (as duas formam a empresa Vodafone Air Touch) contra a divisão da telefonia móvel do grupo alemão Mannesmann. Depois de meses de luta, a Vodafone adquiriu a alemã Mannesmann por US\$ 199 bilhões, a maior fusão da história empresarial até 2000, que resultou na maior empresa de telefonia móvel do mundo.

Essa operação de centralização serve, em primeiro lugar, para ver o papel chave que desempenhou na disputa, a capacidade de reunir a enorme quantidade de capital necessário para a operação e, portanto, o papel decisivo desempenhado pelo capital financeiro. Em segundo lugar, esse processo de centralização internacional foi o resultado de uma luta entre diferentes capitais nacionais pelo controle do monopólio, cujo resultado final foi a vitória do conglomerado anglo-saxão, que levou o dinheiro para casa.

A OPA ocorreu apenas um dia depois de a Mannesmann tentar uma aliança com uma companhia francesa rival da Vodafone no Reino Unido. A disputa pelo controle da telefonia no mercado europeu foi, então, elevada a um nível político nacional, envolvendo os Estados, quando o então primeiro ministro Gerhard Schröder questionou a OPA. O que salta aos olhos é que a empresa alemã buscou uma aliança com o grupo francês Vivendi⁶⁵ para controlar o mercado europeu,

maioria dos estudos nega um papel hegemônico desse grupo e sugere que a identidade dos membros desse grupo se encontra ancorada nos Estados-nação. (ver também Hartmann 1996, 1999) Além disso, até que exista um Estado mundial, o poder desta classe continuará dependendo do Estado-nação. Em outras palavras: a classe em si transnacional não se transformou em classe hegemônica para si (hegemonic class-for-itself)". (NOLLERT, Michael, *Transnational Corporate Ties: A Synopsis of Theories and Empirical Findings*, Journal of world-systems research, XI-2, novembro de 2005, p. 308; *Special Issue: Globalizations from 'Above' and 'Below' – The Future of World Society*).

65 No entanto, Vivendi estabeleceu um acordo com outra companhia norte-americana: "Em 1º de fevereiro, Vivendi anunciou que estava formando a V.net, uma nova empresa de internet com o Canal+. As negociações estão em andamento com a American Online para construir uma aliança em âmbito europeu. Tudo isso significa que o MAP deve estar bem localizado para competir com o desenvolvimento do o merca-

mas esse recusou a oferta. Após a fusão, o Estado alemão apresentou acusações contra os principais executivos da Mannesmann por desnacionalizarem um setor chave para a economia do país. A disputa se arrastou até 2006.⁶⁶

O significado mais geral da disputa pelo controle da telefonia móvel na Europa expressa a competição acirrada entre os monopólios. Essa competição gera alianças entre as grandes empresas para o controle do mercado em forma de associações. No entanto, as coalizões entre as empresas não produzem blocos continentais fechados ou puramente transnacionais. A luta pelo controle de mercado agrava uma disputa em que:

1) A origem dos capitais, ou seja, sua base em cada um dos Estados nacionais, desempenha um papel relevante na disputa pelo controle da propriedade, que envolveu os distintos Estados no caso alemão acima mencionado.

2) Formam-se distintas alianças entre os rivais europeus com as empresas norte-americanas para conseguir controlar o mercado europeu. Longe de um bloco europeu unificado para enfrentar o imperialismo estadunidense, existem múltiplos e variáveis acordos e alianças com o capital norte-americano que tentam tirar vantagem para dominar o mercado europeu. O resultado é que distintas frações do capital europeu se enfrentam, intervindo a partir de diferentes alianças com o capital norte-americano.

3) Se há um setor em que domina a resistência à integração dos capitais, este é, sem dúvida, os bancos dos países imperialistas europeus. Os governos não hesitaram em intervir para evitá-lo quando foi necessário.

4) Disso não decorre, é claro, que os monopólios dos diferentes países europeus não possam atuarem em bloco quando seus interesses são coincidentes,⁶⁷ mas a manifestação deste fenômeno, não implica em absoluto, na criação de uma classe supranacional. É tão somente a outra face do fenômeno da concorrência.

5) O capital financeiro, além de sua expressão nos bancos, ganhou novas formas de intervir na centralização da propriedade. As diferentes instituições

do de internet na Europa” (The Economist, 3 de fevereiro de 2000).

66 The Economist, 1º de fevereiro de 2000, 3 de fevereiro de 2000; NUCHTERN, Stefanie, *Investigation of an acquisition using the example of Vodafone and Mannesmann*, GRIN, Verlag, 2008.

67 Notavelmente no setor de aviação civil e militar, a empresa AEDS (Airbus) composta, majoritariamente, por capitais germânicos e franceses (com participação minoritária do Estado Espanhol) é um exemplo dessa associação.

que centralizam uma fração importante do capital através dos mercados de ações (como os fundos de investimentos) se convertem, junto aos bancos e vinculados a eles, num dos elementos que conduzem à centralização do capital em escala internacional.⁶⁸

Das características observadas anteriormente, se deduz que a internacionalização da propriedade não anula a disputa entre os capitais provenientes dos diferentes imperialismos nacionais, posto que a tendência dominante não foi a fusão internacional sem hegemonia. Pelo contrário, se confirmou a hegemonia do capital em sua expressão atual mais concentrada: o capital financeiro norte-americano. A tabela 1 ilustra o grau de monopolização da economia norte-americana. Esse grau de concentração do capital em grandes empresas dentro de suas fronteiras é o que permite sua internacionalização. A formação do Mercado Comum na Europa impulsionou o grau de concentração das empresas (é o caso de Thyssen e Krupp citado anteriormente) ou privatizações nas economias mais frágeis, o que gerou monopólios, como o caso da Telefónica na Espanha ou de PT em Portugal. Estes movimentos formam parte de um único processo, cujo critério é, de um lado, o aumento das economias de escala⁶⁹ dentro de cada país e, de outro, no caso dos países com forte base industrial como Alemanha, a criação de uma rede hierarquizada, via investimento estrangeiro direto ou terceirização, especializando cada país europeu para atender seu aparato produtivo.⁷⁰

68 “A empresa que gerencia a Bolsa de Frankfurt, Deutsche Börse, e a de Nova York, NYSE Euronext, acordaram integrar-se para criar a maior empresa do setor em termos de receita e capitalização de mercado. Expressou a ideia há poucos dias o prefeito novo-iorquino Michael Bloomberg: a nova plataforma dará ‘acesso aos investidores estadunidenses à Europa e vice-versa, algo que outros competidores não terão.” Esta notícia foi um terremoto em Londres e Paris. A Deutsche Börse e a NYSE Euronext controlam juntas mais de 90% das transnacionais mundiais de derivados europeus. Desde 2003, essas duas empresas tentam se fundir e, depois da crise iniciada em 2007, a fusão se acelerou. Apesar disso, em dezembro de 2011, a Comissão Europeia, que controla a concorrência da EU, vetou a fusão, contrariando a aprovação dada por seu homólogo nos EUA. É inimaginável uma entidade europeia competindo com os EUA que tenha o capital financeiro alemão como um dos eixos com uma iniciativa similar. Paris e Londres se opuseram terminantemente à intenção do capital financeiro estadunidense e alemão em constituir-se num oligopólio das transações financeiras transatlânticas, controlando desde o mercado de divisas até os derivados (<http://www.europapress.es/economia/noticia-bruselas-bloquea-fusion-deutsche-boerse-nyse-euronext-20120201114339.html> /EL PAÍS. 15/02/2011).

69 Maximização da produtividade através do aumento da concentração e da produtividade com o objetivo de baixar os custos para gerar mais lucro. (Nota da edição brasileira)

70 “O mapa (da produção industrial na UE) claramente demonstra o padrão de centro-periferia das regiões ricas localizadas (...) a sudeste do Reino Unido, passando pela Holanda, Alemanha Ocidental e chegando na Áustria e Norte da Itália. Dinamarca e as regiões próximas a Paris, Estocolmo e Helsinki se mostram como valores

A centralização da propriedade

As fusões e aquisições na Europa, expressando a centralização do capital, seguem o mesmo caminho mundial: 73,7% do Investimento Exterior Direto mundial em 1999 foi destinado a fusões e aquisições. Entre 1990 e 1998, as fusões e aquisições cresceram 250%.⁷¹

A Alemanha, economia mais importante da Europa, foi a vanguarda desse processo. Em 1997, as empresas alemãs se prepararam para a moeda única, e as aquisições e fusões no país alcançaram seu ponto culminante com 140 operações (2,3% do PIB). Em termos de valores, o auge foi em 2000, com 11,7% do PIB, resultado da fusão entre Vodafone e Mannesmann. A partir da crise de 2007, há um declínio, chegando, em 2010, ao nível de fusão mais baixo desde 1995.⁷²

Em que medida esse surpreendente processo de centralização desenvolvido em escala mundial e, particularmente, na Europa muda o controle e o poder de decisão sobre propriedade das grandes corporações?

A política de desregulamentação do mercado financeiro, orquestrada nos anos 1980 nos EUA (e na Inglaterra), ampliou a participação dos chamados investidores institucionais – fundos de investimento e pensões, empresas de seguros e outras companhias de investimento – no mercado mundial de ações. Eles passaram de um total de US\$ 3,2 bilhões em 1981 a US\$ 24,3 bilhões em 1995.⁷³ A Europa não foi uma exceção:

Siemens é um bom exemplo destas mudanças: entre 1982 e 1996, o valor das ações da Siemens em poder de companhias de seguros, fundos de investimento e bancos, foi mais que duplicado, enquanto as demais categorias

atípicos. O grau de concentração industrial varia amplamente nos vários ramos. A maioria dos estudos indica que a alta tecnologia, que aumenta a escala das atividades, implica em uma maior concentração espacial. Entre os anos 1970 e a década de 1990 cerca de um terço das indústrias da UE tornou-se mais concentrada, enquanto o resto se tornou mais disperso.” (COMBES, Pierre-Philippe e OVERMAN, Henry G., *The Spatial Distribution of Economic Activities in the European Union*. Economic Papers, Report prepared for Directorate General for Economic and financial Affairs, European Commission, ECFIN/318/000.)

71 UNCTAD, *Foreign direct investment and the challenge of development: overview*, Word investment report, NNUU, 1999.

72 *The Role of Investment Banking for the German Economy*. Final Report for Deutsche Bank AG, Frankfurt/Main (Michael Schröder, Mariela Borell, Reint Gropp, Zwetelina Iliewa, Lena Jaroszek, Gunnar Lang, Sandra Schmidt e Karl Trela) Dokumentation N° 12-01.

73 OECD, *The Impact of Institutional Investors on OECD Financial Markets*, Financial Market Trends, N° 68, Paris, novembro de 1997, pp. 15-55.

se mantiveram praticamente sem mudanças; o valor das ações em poder de empresas estrangeiras de seguros, os fundos e os bancos (*no mercado alemão*) quase quadruplicou no mesmo período.⁷⁴

Esse fenômeno, aliás, não se limitou à Alemanha:

O homem mais rico da Bélgica, Albert Frére, é considerado um dos homens mais importantes por trás dos bastidores das negociações da Europa. Dentro das empresas “Top 100” europeias, Frére, junto com seu companheiro canadense Paul Desmarais, é – por meio de uma complexa estrutura piramidal – o último proprietário majoritário dos serviços públicos franceses do gigante Suez, assim como da belga Petrofina, que agora se fundiu em Total Fina Elf, das quais Frére, continua sendo o maior acionista (seu portfólio também inclui a metade da CTL-UFA, empresa de rádio e televisão pan-europeia).⁷⁵

Mas é no coração da produção industrial, Alemanha, onde se encontra o capital financeiro mais concentrado da Europa, o que faz essas mudanças mais evidentes. Após a aquisição da Mannesmann pela Vodafone, o então governo Schröder-Fischer impôs uma alteração legislativa de âmbito estrutural. A lei alemã taxava a venda das ações de empresas em poder dos bancos, gerando uma carga fiscal que desestimulava o cruzamento interno e os investimentos especulativos de ações. A mudança introduzida por Schröder permitiu a venda das ações de longo prazo em poder de bancos, companhias de seguros e empresas, que ficaram totalmente livres de impostos.⁷⁶

Essa mudança na lei alemã permitiu que os bancos pudessem mudar os investimentos ao longo prazo nas companhias e vice-versa, impulsionando as mais variadas alianças sobre a propriedade das empresas, entre bancos, fundos de investimentos e companhias de seguros.

Seguindo a tendência mundial, o Deutsche Bank constitui um *holding* – DB Investor – para centralizar sua participação acionária na indústria. O Dresdner Bank faz o mesmo. A flexibilidade permite ao capital financeiro se concentrar nos ramos e nas empresas cujas

74 DEEG, Richard, *Institutional Change and the Uses and Limits of Path Dependency: The Case of German Finance*, Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung.

75 VAN APELDOORN, B., *The Rise of Share holder Capitalism in Continental Europe? The Commodification of Corporate Control and the Transformation of European Corporate Governance*, Max Planck Institute for the Study of Societies.

76 KOGUT, Bruce e WALKER, Gordon, *The Small World of Germany and the Durability of National Networks*, *American Sociological Review*, Vol. 66, N° 3, junho de 2001, pp. 317-335.

expectativas de lucro a curto prazo aumentam seu capital enquanto favorecem sua internacionalização ao liberar capital para novos produtos financeiros. O Deutsche Bank, na época, era uma das mais importantes instituições financeiras com hipotecas nos EUA.

O resultado deste processo de centralização é duplo. A internacionalização do capital alemão dá um salto – os investimentos exteriores passam de US\$ 151,6 bilhões em 1990 a US\$ 1.450,9 bilhões em 2010. Seu capital financeiro ocupa um lugar central na Europa. Assim, não somente não houve uma fusão transnacional, como Allianz e Deutsche Bank aprofundam seu controle e participação não só nos monopólios alemães. Eles financiam exportações e ditam a pauta do ajuste estrutural para cobrar sua dívida da periferia. O capital financeiro, sem dúvida, segue ocupando o lugar decisivo na centralização do capital.⁷⁷

A massa de capitais gerados pela exploração de milhões de trabalhadores deve ser capaz de se mover rapidamente de um ramo a outro da produção de mais-valia para manter o processo de acumulação. Ao mesmo tempo em que impulsiona filiais e empresas com uma taxa de lucro superior à média, o capital financeiro é a grande alavanca da internacionalização do capital. Conseqüentemente, a *forma organizativa determinante para o capital* na época imperialista não mudou e mantém acentuadas as mesmas características centrais expostas por Lenin:

O “soberano” típico do mundo passou a ser o capital financeiro, que é particularmente ágil e flexível, que está particularmente entrelaçado dentro do país e em escala internacional, que é particularmente impessoal e está longe da produção direta, que se concentra com facilidade particular e está já particularmente concentrado, a ponto de que, literalmente, umas centenas de multimilionários e milionário têm em suas mãos o destino do mundo inteiro.⁷⁸

77 “(...) o retorno de um único grupo atlântico, esta vez com Allianz e outras corporações alemãs no centro. Suas quatro diretorias conjuntas com JP Morgan Chase e Goldman Sachs foram o resultado da elaboração de um quadro transatlântico (de outro modo, com algumas mudanças nas empresas, os vínculos com outras empresas da UE permanecem praticamente na mesma situação que em 2000). Através da compra de seguros de vida dos Estados Unidos e das operações dos fundos de investimento e uma negociação no NYSE em novembro de 2000, Allianz retoma a centralidade europeia que já havia obtido em relação ao capital francês no ano 2000”. VAN DER PIJL, Kees; HOLMAN, Otto, e RAVIV, Or, *The resurgence of German capital in Europe: EU integration and the restructuring of Atlantic networks of interlocking directorates after 1991*, Review of International Political Economy, outubro de 2010.

78 LENIN, V. I., *Prefácio a Economia Mundial e Imperialismo*, de N. Bukharin, Nova Cultural, 1986, pp. 10-11.

Esse “soberano típico” da época imperialista continua sendo o eixo da centralização internacional de capitais. Destruídas as travas para a circulação de capitais em escala mundial, investimentos, aquisições e fusões abrem o caminho para que se aumente a um nível ainda mais elevado o processo de centralização da propriedade sob o controle do capital financeiro. Todas as informações sérias a este respeito confirmam isso. Entre a mais recente, se destaca o estudo antes citado em que, após a análise do controle da propriedade de mais de 43.000 empresas no mundo, aponta que o núcleo de 147 empresas que controlam as ações das 737 principais companhias do mundo são justamente *bancos e fundos de investimento*.⁷⁹

As empresas transnacionais continuam sendo, sem dúvida, o principal veículo da internacionalização da produção. As formas históricas da exportação de capitais, contudo, mudaram muito em relação às que Lenin enunciou, concentradas nas colônias e no setor de matérias primas, ferrovias e energia, como aponta Mandel. A tendência à industrialização da periferia sob o domínio do imperialismo através de investimentos *das companhias oligopolistas* e monopolistas passou a ser um fenômeno dominante no pós-guerra e viveu um salto qualitativo com a restauração do capitalismo na China e na ex-URSS e com o desenvolvimento dos novos ramos industriais. A atualização mais importante da teoria do imperialismo no aspecto econômico é justamente a compreensão dessa nova divisão mundial do trabalho e suas consequências políticas. No que concerne à centralização internacional do capital, podemos sintetizar a fase atual com a mesma definição de Lenin: “o característico do imperialismo *não* é o capital industrial, *mas* o capital financeiro”.⁸⁰ (grifo do original)

A crise e a concorrência: incentivo a um Estado supranacional na Europa?

Mandel argumentou que a combinação entre o aumento da concorrência entre os monopólios norte-americanos, europeus e japoneses e uma forte recessão econômica capitalista seriam o incentivo à conformação de um Estado imperialista europeu. Em 1972 escrevia: “O destino da CEE nas próximas recessões provavelmente decidirá a possibilidade ou a impossibilidade de um superpoder independente na Europa ocidental – e também a possibilidade de realização de um superimperialismo norte-americano.”⁸¹

79 VITALI, S.; GLATTFELDER, J. B. e BATTISTON, S., *Op. cit.*

80 LENIN, V. I., *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, *Op. cit.*

81 MANDEL, Ernest, *Capitalismo Tardio*, *Op. cit.*, p. 237.

E o que foi levantado como hipótese em 1972, se converteu em sólido prognóstico em 1975:

(...) o que nós afirmamos é que as contradições e os conflitos interimperialistas se agravam e se exacerbam entre os trustes norte-americanos, japoneses e europeus. Por essa razão é que, ao longo prazo, existe a tendência à interpenetração de capitais e à criação de um superestado imperialista na Europa. *Essas são as armas indispensáveis dos trustes europeus para conservar suas possibilidades de êxito nesta luta de competição exacerbada.*⁸² (grifo do original)

Para Mandel, as medidas anticíclicas destinadas a conter a recessão não poderiam ser realizadas *sem um superestado comum*.⁸³ Mas, por que, depois de quatro recessões e da profunda crise iniciada em 2007, a tendência foi em outro sentido?

Primeiro, porque, como dissemos antes, longe de um bloco europeu unificado para enfrentar o imperialismo estadunidense, dominam os múltiplos e variáveis acordos e alianças das empresas europeias com o capital norte-americano para controlar o mercado europeu.

O segundo fator, a decadência da hegemonia norte-americana, que, para Mandel, inicia nos anos 1960 e levava todos os capitais europeus a se associarem para disputar o mercado mundial, não corresponde, em absoluto, à realidade. A presença dos capitais norte-americanos na Europa aumentou ao longo destes anos, com uma presença ativa no processo de tomada de decisões em todos os âmbitos da UE.

A crise de superprodução aberta em 2007, que levou à explosão do sistema bancário de vários países, é a expressão mais evidente de como cada um dos capitais europeus recorreu a seu próprio Estado. A crise revelou que os banqueiros não estão de acordo em converterem-se numa burguesia supranacional e desfazerem-se de seus Estados. Pelo contrário, esses foram o elemento chave para resgatar os bancos em quebra, assegurar sua sobrevivência e evitar que fossem tragados por seus rivais. O Estado alemão transferiu 480 bilhões de euros a seus bancos. O Commerzbank, com um valor na bolsa de 3 bilhões de euros, recebeu 18 bilhões...⁸⁴

82 MANDEL, Ernest, *La crisis*, Editorial Fontamara, 1974, p. 89.

83 *Ibid*, p. 85.

84 No polo oposto, está o Estado português e sua incapacidade para resgatar um de seus principais bancos, o BES (Banco Espírito Santo), que afundou junto ao *holding* de empresas do grupo. Que isto tenha acontecido estando o país dominado pela Troika, deixa claro que o resgate de Portugal não tem outro fim senão o de garantir

O fato de que foram os Estados que resgataram seus bancos de acordo com a capacidade de cada um e não as instituições da UE ou o BCE expressa a distância entre a tendência a uma *comunidade de interesses* do capital financeiro dos principais Estados imperialistas da Europa e a realidade da concorrência entre eles.⁸⁵ A crise é, antes de tudo, a oportunidade para aumentar a centralização de capital, e cada um dos Estados é uma trincheira na defesa dos bancos e fundos de investimento de seus países.⁸⁶

No entanto, quando a UE realiza o programa de resgate dos Estados que não podem enfrentar a crise de seus bancos (Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda), atua como expressão dos interesses do capital financeiro dos Estados imperialistas centrais, instituindo um amplo programa para saquear o país e transferir a riqueza social aos bancos alemães, franceses e norte-americanos. Como estratégia, aplica uma política de corte brutal nos salários, aumentando a taxa de exploração dos trabalhadores em toda a Europa e, muito particularmente, em sua periferia.

A integração econômica sob a divisão do trabalho das grandes multinacionais não deu lugar a um Estado único. Tampouco a uma burguesia supranacional europeia. Incitou ainda mais a tensão entre o caráter continental das forças produtivas e as fronteiras econômicas nacionais que se mantiveram e se aprofundaram, justamente para proteger essa divisão internacional do trabalho.

A integração econômica sob a hegemonia do capital financeiro significa que cada passo adiante na divisão internacional do trabalho no interior da Europa está a serviço da indústria e das finanças dos países centrais, reforçando seu domínio e promovendo uma maior centralização do capital nas mãos de uns poucos capitalistas

o pagamento da dívida ao capital financeiro internacional. Ver ALEIXO, José, *BES, o Buraco do Espírito Santo*, www.mas.org.pt

85 Em *El Capitalismo Tardío*, Mandel insiste na *tendência* “à constituição de uma comunidade de interesses e participação recíproca no seio do capital financeiro europeu” (*Op. cit.* p. 332). Mas, em 1984, converte essa tendência em *fato*: “no âmbito do capital financeiro, o êxito é real. A integração bancária entre os Seis tem realmente progredido (ainda que em nível menor do que entre os Dez)”. (MANDEL, Ernest, *Fonctions et limites du marche commun européen*, Imprecoor, 17 de janeiro de 1984.)

86 Tampouco os resgates utilizaram o marco das instituições comunitárias. O plano de saque foi decidido diretamente pelos governos, em particular pelo alemão: “na maior crise desde sua existência, são os *governos* quem tomam a iniciativa nos momentos que tem de se tomar decisões chave e não as instituições genuinamente comunitárias.” Os fundos de resgate se formam à margem do orçamento europeu e não são geridos pela Comissão Europeia. Tal hipótese foi vetada por Berlim, queixase o ex-comissário de assuntos econômicos e monetários da UE, Olli Rehn. (El País, 9 de maio de 2013).

concentrados nos países mais industrializados. Do mesmo modo, seu correlato político foi a consolidação do claro predomínio dos governos dos países centrais na UE, particularmente o alemão.

Os prognósticos relativos ao *Estado supranacional* e à *fusão continental dos capitais* obscureceu e impediu a compreensão da essência do movimento desenvolvido pelo capital imperialista europeu. O principal resultado desse processo foi a criação de uma estrutura institucional para administrar a livre circulação de capitais, uma estrutura que constitui o grande instrumento dos imperialismos centrais da Europa para varrer as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora europeia no pós-guerra e para submeter os países mais fracos a uma divisão do trabalho que sirva ao capital imperialista mais concentrado, dominando-os e violando sua independência nacional.⁸⁷ É assim que querem converter a Europa na “região mais competitiva do mundo”.

Dos blocos regionais imperialistas ao Estado supranacional

Mandel substituiu a hegemonia norte-americana pela suposta regionalização das potências imperialistas:

A novidade desta concorrência interimperialista em comparação com o imperialismo clássico analisado por Lenin se encontra, em primeira instância, no fato de que *somente três potências* mundiais se enfrentam no seio da economia imperialista internacional: o imperialismo norte-americano (que absorveu, em grande medida, Canadá e Austrália), o imperialismo japonês e o *imperialismo europeu ocidental*.⁸⁸ (grifo do original)

Que há uma disputa entre os distintos Estados imperialistas no seio da economia mundial, não é nenhuma novidade em relação ao imperialismo clássico. A novidade é o conceito de *imperialismo eu-*

87 Exatamente o que Lenin definiu como o fenômeno político mais importante da época imperialista. “Os monopólios, a oligarquia, a tendência à dominação em vez da tendência à liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isso originou as características distintivas do imperialismo que obrigam a qualificá-lo como capitalismo parasitário ou em estado de decomposição (...) Em seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual, como a desigualdade também se manifesta, de modo particular, na decomposição dos países onde o capital ocupa as posições mais sólidas (Inglaterra).” (LENIN, V. I., *Imperialismo fase superior del capitalismo*, *Op. cit.*, pp.140-141).

88 MANDEL, Ernest, *Capitalismo Tardío*, *Op. cit.*, p. 326.

ropeu ocidental que pressupõe a unidade dos imperialismos europeus e que Mandel apresenta como fato, ou seja, nem mesmo como hipótese a ser confirmada. Daí resulta uma tendência inexorável que *implicará, necessariamente, na fusão de certas potências imperialistas*, resultando num *Estado Federal europeu como nova superpotência imperialista*.

Segundo Mandel, o próprio Lenin *não excluiu, de modo algum, essa possibilidade*.⁸⁹ Para confirmar sua afirmação, cita Lenin:

Não há dúvida de que o desenvolvimento marcha em direção a um único truste mundial que devorará todas as empresas e todos os Estados sem exceção. Mas, por outro lado, o desenvolvimento marcha em tais circunstâncias, com tal ritmo, com tais contradições, conflitos e comoções – não só econômicas, mas também políticas, nacionais etc. –, que, inexoravelmente, antes que se chegue a um único truste mundial, a união mundial “ultraimperialista” dos capitais financeiros nacionais, será inevitável que exploda o imperialismo e o capitalismo se converta em seu contrário.⁹⁰

Pode ser que Lenin tenha trabalhado essa hipótese, mas certamente não nessa citação. Para Mandel, a possibilidade da transnacionalização do capital (um truste mundial), não estava excluída por Lenin, mas não se daria em curto prazo, posto que, segundo nosso, autor:

(...) muito antes que este desenvolvimento alcançasse sua conclusão final, o imperialismo teria entrado em colapso como resultado tanto de suas contradições internas, quanto da luta revolucionária do proletariado e dos povos oprimidos.

Segundo a interpretação de Mandel, as novas formas históricas do Estado e de centralização da propriedade resultariam, pois, da sobre-

89 “O próprio Lenin, é claro, não excluiu de modo algum esta possibilidade de uma maior concentração e centralização internacional do capital – incluída a das grandes potências imperialistas: de fato, afirmou expressamente que a tendência histórica, ao longo prazo, se dirigia ‘logicamente’ para o estabelecimento de um único monopólio mundial. Ele estava convencido, no entanto, de que muito antes de este desenvolvimento alcançar sua conclusão final, o imperialismo teria entrado em colapso como resultado tanto de suas contradições internas, quanto da luta revolucionária do proletariado e dos povos oprimido” (*Op. cit.*, pp. 327-328).

90 LENIN, V. I., *Prefácio a Economía Mundial e Imperialismo*, de N. Bukharin, Nova Cultural, 1986, pp. 28-29, citado por MANDEL, Ernest, *El Capitalismo Tardío*, Ediciones Era, 1972, p. 328.

vivência do capitalismo às distintas ondas revolucionárias e de *suas contradições internas*.

Se Mandel quisesse citar o parágrafo de Lenin desde seu início, justamente uma linha antes, coletaria o verdadeiro sentido do raciocínio de Lenin. A frase excluída diz: “E, na teoria, isso significa não apoiar-se no desenvolvimento real, mas afastar-se arbitrariamente dele em nome desses sonhos.”⁹¹

A frase excluída é a conclusão do verdadeiro sentido da discussão, a polêmica com Kautsky sobre a possibilidade do ultraimperialismo. No parágrafo anterior:

No entanto, pode-se argumentar que depois do imperialismo é “concebível” em abstrato uma nova fase do capitalismo, a saber: o ultraimperialismo? Não. Semelhante fase se pode conceber em abstrato. Mas, na prática, isso significa converter-se num oportunista que nega as importantes tarefas de nosso tempo em nome dos sonhos com as tarefas ou pautas do futuro.

E continuou:

Se por ponto de vista puramente econômico se entende a “pura” abstração, tudo que se pode dizer se reduz à seguinte tese: o desenvolvimento vai até os monopólios; portanto, vai até um monopólio mundial único, até um truste mundial único. Isso é indiscutível, mas, ao mesmo tempo, é um completo vazio, como a afirmação que “o desenvolvimento vai” até a produção de alimentos nos laboratórios. Nesse sentido, a “teoria” do ultraimperialismo é tão absurda como seria a da “ultra-agricultura”.⁹²

Trata-se, então, de uma crítica ao método de análise que identifica uma tendência da realidade e a toma como a própria realidade, isolando-a das contratendências que vão no sentido contrário. Por isso, o ultraimperialismo proposto por Kautsky, como tendência das forças econômicas que operam na fase imperialista só se *pode conceberem abstrato* e, portanto, *para Lenin*, não passava de um *sofisma*.

Essa crítica metodológica de Lenin se aplica inteiramente a Mandel. Pois não existe um ponto de vista puramente econômico da centralização internacional dos capitais, sem hegemonia, como uma necessidade imanente da competição. Tal tendência só é possível como uma abstração (ou um sofisma), posto que na centralização,

91 LENIN, V. I., Prefácio a *Economía Mundial e Imperialismo*, de N. Bukharin, Nova Cultural, 1986, pp. 10-11.

92 LENIN, V. I., *Op. cit.*

que ocorre na realidade, atuam os Estados, as redes de empresas estabelecidas no interior dos Estados e os cruzamentos de propriedade entre elas. Não é uma tendência que opera no vazio, mas é um componente da tendência mais geral à dominação do imperialismo em todos os terrenos.⁹³

O resultado mais importante da centralização internacional, que foi a dominação e a subjugação dos Estados fracos, não foi valorizado por Mandel.

Esse fenômeno político é resultado de que, sendo a concorrência⁹⁴ o principal impulso à centralização dos capitais, essa pode ser prejudicada pela ação do Estado burguês mediante o protecionismo que impede a entrada de mercadorias produzidas por capitais mais produtivos; os monopólios estatais; as restrições ao investimento estrangeiro em setores chave etc.

Foi uma decisão política (o livre comércio) que permitiu o avanço da centralização dos capitais na Europa: “o livre comércio é um mecanismo para a concentração e centralização do capital internacional como o livre mercado dentro de uma nação capitalista o é para a concentração e centralização do capital interno”.⁹⁵ O fenômeno dominante não foi a centralização horizontal. Pelo contrário, as profundas diferenças de produtividade entre os distintos Estados aprofundam a centralização vertical, em que os capitais mais produtivos acumulam e submetem os menos produtivos.

93 A crítica de Poulantzas a Mandel sobre a supranacionalização da burguesia europeia pode ser estendida a muitos autores atuais: “(...) é o lugar circunscrito pelas relações de propriedade econômica e de posse que determina os diversos poderes que se derivam. O fato de que esse lugar seja ocupado por diversos capitais que, por sua vez, reproduzem no interior de uma formação social o mesmo que em seu exterior, nada tem de ‘amistoso’, mas depende de uma relação forçada: as contradições e a concorrência continuam entre os componentes de um capital concentrado. Tanto é assim que a correspondência estreita que se estabelece atualmente entre propriedade econômica e posse, e que constitui a propensão do processo atual de concentração internacional, opera, precisamente, em direção a um controle unificado e uma instância dirigente, central, sob um capital determinado”. (POULANTZAS, N., *Las clases sociales em el capitalismo actual*, Siglo XXI Editores, México, 1976).

94 “(a) concorrência que leva à concentração e à centralização e a uma concorrência renovada, apesar da tendência de nivelção da taxa de lucro”. (MANDEL, Ernest, *Cien años de controversias sobre El Capital*, Siglo XXI Editores, 1985, p. 93).

95 SHAIKH, A., *Valor Acumulación y crisis*, Ed. Tercer Mundo, Bogotá, p. 199. E, no mesmo sentido: “Em vez de acabar com o desenvolvimento desigual, se mostra que o livre comércio o aprofunda. Em vez de acabar com a distância entre países pobres e ricos, se observa o investimento direto, obtendo o controle direto do forte sobre o fraco” (*Op. cit.*, p. 217).

A ampliação da CEE e o Estado supranacional

Em 1973, a CEE era composta, exclusivamente, por países imperialistas – França e Alemanha como eixo, mais Benelux e Itália. Até aquele momento, era possível defender, de maneira abstrata, a formação de uma *burguesia imperialista supranacional* e de um *Estado imperialista europeu*, ainda que fosse como prognóstico *puramente econômico* ou como uma das hipóteses de desenvolvimento.

Porém, no mesmo ano, ingressam na CEE Dinamarca, Irlanda e Inglaterra. À parte as relações especiais entre o imperialismo britânico e os EUA, que afastaria a possibilidade de uma supranacionalidade europeia para a *City*, a incorporação da Irlanda, um país semicolonial, não entrava na definição política das tendências a uma burguesia supranacional europeia, ainda que não a tenha considerado um fator qualitativo que começasse a mudar a natureza inicial do Mercado Comum composto, originalmente, por um seleto grupo de países imperialistas.

Em 1981, a Grécia, um país caracterizado por Mandel como semicolonial,⁹⁶ se converteu no décimo Estado membro. Portugal e o Estado Espanhol solicitam a adesão em 1977 e, em 1978, a comissão votou a favor da solicitação espanhola.

Neste momento, já não é possível referir-se a CEE como um clube seleto dos principais imperialismos europeus. A incorporação dos novos países, em particular da Irlanda e da Grécia, converte a definição da base econômica do Estado europeu em construção (uma centralização internacional sem hegemonia) em algo quimérico. Mas Mandel não reage diante dessa realidade. Em 1984, ele escreve:

Dada a gravidade da crise econômica mundial, as burguesias necessitam de um instrumento anticrise mais eficaz. Na Europa, não existe a possibilidade, pelo menos a médio prazo, de conseguir outro instrumento que não seja a criação de uma federação burguesa europeia, uma vez que a ideia de um “Estado mundial” é um sonho vazio. Se os efeitos da crise não levaram à desintegração nem ao desaparecimento puro e simples do Mercado Comum, é por esta série de razões. O que aconteceu, em vez disso, foi que o projeto europeu está “bloqueado” numa etapa intermediária entre uma simples zona comercial de livre intercâmbio e um novo estado supranacional, tal e qual

96 “Tais nações semicoloniais só surgem quando de fato as indústrias-chave e os bancos no país estão possuídos ou controlados por capitalistas estrangeiros e quando, por aquela razão, o próprio Estado protege fundamentalmente os interesses de classe do imperialismo estrangeiro contra a burguesia ‘nativa’. Essa é hoje a situação na Grécia, Brasil, Gana ou Irã”. (MANDEL, Ernest, *Ensayos sobre el neocapitalismo*, Ediciones Era, 1971-1969, p. 141).

havíamos previsto. Não há nada nos acontecimentos dos últimos meses que permita questionar este diagnóstico e este prognóstico.⁹⁷

Neste mesmo ano, Margaret Thatcher, então primeira-ministra do Reino Unido, impõe a devolução de uma parte da contribuição da Inglaterra à CEE, com o argumento categórico de que o Reino Unido não estava disposto a financiar a agricultura francesa. Naquela época, a Política Agrícola Comum (PAC) representava 75% do orçamento da Comunidade Europeia. Diante de todos esses fatos, afirmar que não há nada na realidade que faça mudar o *diagnóstico* e o *prognóstico* de que o caminho até o Estado Federal supranacional seguia adiante era, retomando a crítica de Lenin a Kautsky, “não apoiar-se no desenvolvimento real, mas afastar-se arbitrariamente dele em nome desses sonhos”.

Em 1991, quando o Conselho Europeu, realizado em Maastricht, aprovou o Tratado da UE, Mandel caracterizou que a unificação da Europa estava no “meio do caminho entre uma confederação e uma federação estatal” e que as instituições têm uma *natureza híbrida*. O raciocínio final disso é que a UE “deve superar importantes barreiras políticas, culturais e ideológicas” rumo ao Estado supranacional. Tal comentário, que se assemelha às banalidades dos jornalistas encarregados de interpretar o quadro europeu, é, infelizmente, alheio à profundidade habitual das análises de Mandel.

Em vários livros e artigos que citamos ao longo deste, texto há um *diagnóstico* que sustenta um *prognóstico* de uma nova potência imperialista europeia. É desconcertante que não exista uma palavra sobre a base de seu diagnóstico, a formação de uma nova burguesia supranacional, nem sobre as características do novo imperialismo em gestação.

Mas o que mais impressiona é que, diante do processo de transformação da CEE até a atual UE, suas definições se mantiveram como se tudo continuasse igual e como tivessem se mantido os seis Estados imperialistas que deram origem ao tratado de Roma. A UE é vista como uma relação horizontal igualitária entre os Estados a tal ponto que, em 1991, justamente quando a periferia já estava submetida aos processos de desindustrialização, privatizações e cortes orçamentários, Mandel afirmava que “os verdadeiros abandonos de soberania são bastante limitados”.⁹⁸ A perda limitada de soberania podia ser, no

97 MANDEL, Ernest. *Fonctions et limites du marché commun européen*, Imprecor, 17 de novembro de 1984.

98 “Na medida em que o Estado nacional lhe serve menos, esta busca substituí-lo por instituições supranacionais. No entanto, para que essas últimas adquiram um

máximo, o caso dos países imperialistas centrais, se é que se pode definir assim as transferências de alguns poderes estatais aos organismos da UE. Mas, com certeza, nada tinha a ver com a submissão da periferia da Irlanda, de Grécia ou de Portugal.⁹⁹

O desenvolvimento desigual e combinado e as novas incorporações à UE

Mandel utilizou com maestria a teoria do desenvolvimento desigual e combinado para explicar, a partir do marxismo, as fontes dos superlucros e sua relação com a teoria do imperialismo sintetizada por Lenin. No capítulo 2 de *O capitalismo tardio*, com base em *O Capital* de Marx, explica-nos como as fontes dos superlucros e seu movimento histórico estão fundados na desigualdade, considerada como uma característica geral do sistema capitalista. Desde a desigualdade entre os ramos industriais ou entre as regiões dos países que se industrializaram, até a exportação de capitais como característica do imperialismo e, a partir de então, do mercado mundial: “Todo sistema capitalista aparece como uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como consequência do desenvolvimento desigual e combinado de países e regiões, ramos industriais e empresas, causados pela busca de superlucros.”

Ele explica como o processo de acumulação de capital produz o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital. A falta de homogeneidade na economia capitalista é um resultado necessário do desenvolvimento das leis do movimento próprio

verdadeiro caráter estatal, devem superar obstáculos políticos, culturais e ideológicos importantes. Isso é mais complexo do que o previsto inicialmente. Por isso, a unificação da Europa fica suspensa no meio do caminho entre uma confederação frouxa de Estados soberanos e uma federação europeia de caráter verdadeiramente estatal, com uma moeda comum, um banco central comum, uma política industrial e agrícola comum, um exército e polícias comuns, e tudo isso representado por um verdadeiro governo comum. As instituições que resultaram do ato único ou dos Tratados de Maastricht refletem bem esse caráter híbrido. Trata-se de instituições pré-estatais ou semiestatais. O verdadeiro poder permanece nas mãos do conselho de ministros da CE, ou seja, dos doze governos associados. Os verdadeiros abandonos de soberania são muito limitados. E isso explica bastante a disparidade das situações nacionais”. (MANDEL, Ernest, *Europe: Relance et austérité*, La Brèche, N° 494, 28 de agosto de 1992.

⁹⁹ Limitamo-nos a esta extensão no caso da polêmica com Mandel, já que, antes de seu falecimento, em 1995, não chegou a ver a ampliação de 2004 com a entrada de dez novos membros da Europa oriental: Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Eslovênia, Malta e Chipre.

do capitalismo. Conclui afirmando que esta justaposição constitui a característica essencial da estrutura da economia mundial na época do imperialismo.

Estamos interessados, para efeito de polêmica, num aspecto desenvolvido brilhantemente por Mandel: o papel das diferenças regionais como fenômeno dominante nos países europeus que se industrializaram no século 19. Esta característica inicial do capitalismo da época da livre concorrência precede a exportação de capital para as colônias. Naquela época, a desigualdade regional aparecia como um fator importante para a obtenção de superlucros.

Mandel explica como estes países europeus se apoiaram no desenvolvimento desigual dentro de suas fronteiras – *colônias internas* – utilizando as regiões predominantemente agrárias, que funcionaram “como fontes para o fornecimento de matérias primas e produtos alimentícios, como mercados para os bens industriais e como reservas de força de trabalho a preço baixo”.¹⁰⁰

Apoiado na análise que Marx faz da Irlanda e de seu papel na acumulação capitalista inglesa, Mandel estuda o papel desempenhado pelas colônias internas nos Estados: Flandres na Bélgica; Mezzogiorno na Itália; regiões do Império Austro-Húngaro; áreas da Baviera, Silésia, Pomerânia e Prússia no Império alemão; França antes da Primeira Guerra Mundial com o oeste agrário e o centro; Espanha e a região do Sul (Andaluzia); e os estados do sul norte-americanos.

A relação entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no interior dos Estados capitalistas industrializados guarda mais que uma semelhança formal com a relação entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos, porque a sua função econômica é a mesma em ambos os casos (...). As regiões subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas, assim como as “colônias estrangeiras” funcionam, dessa maneira, como uma *fonte de superlucros*.¹⁰¹

Qual foi a tendência da maioria das colônias internas comparando-as com as colônias externas¹⁰²? No primeiro caso, a concorrência no interior das fronteiras nacionais levou ao *nivelamento das taxas de lucro*, anulando as diferentes taxas regionais que funcionavam como

100 *Op. cit.*, p.59.

101 *Ibid*, p. 61.

102 No capítulo 11 da obra citada, o autor explica o papel das exportações de capitais introduzido por Lenin como uma das características do imperialismo como fonte de superlucros ainda vigente sobre o capitalismo tardio.

fonte de superlucros dos monopólios emergentes. É isso que explica o surgimento da exportação de capital no princípio do século.

Se o mesmo método de análise que explica as razões fundamentais pelas quais o capital abandona as colônias internas em detrimento das externas fosse utilizado por Mandel, a partir da dinâmica de expansão do Mercado Comum (desta vez com Grécia e Irlanda), sua conclusão seria excludente com a perspectiva de que a UE se convertera num superestado europeu. É o que vamos estudar a seguir.

Como vimos anteriormente, a tendência a manter os *superlucros* pela exportação de capitais para as semicolônias e colônias no início da época imperialista e hoje em dia é resultado do aproveitamento das desigualdades entre os países para tirar proveito da diferença nos preços de produção e maior taxa de lucro. A esse fator, apresentado por Mandel, também se soma uma explicação mais profunda sobre a impossibilidade de uma equiparação internacional das taxas de lucro:

as exportações de capital aos países atrasados poderiam se beneficiar do fato de que *não havia um mercado de capital uniforme em escala mundial*, preços de produção uniformes ou uma taxa uniforme de lucro. A diferença no nível destes salários era tal que havia uma considerável probabilidade de garantir superlucros simplesmente pela introdução de métodos de fabricação. (grifo nosso)

No caso das colônias internas citadas, a característica não foi somente a diminuição das desigualdades internas, mas, em alguns casos, como o de Flandres, a situação acabou se revertendo de tal forma que se converteu na principal região industrializada da Bélgica. Esse fato é explicado por Mandel a partir de um fenômeno de signo oposto ao que permitiu a manutenção de superlucros nas colônias e semicolônias do exterior:

(...) A criação de um mercado de capitais unificado (...) criou uma taxa nacional uniforme de interesses e lucro. Isso permitiu que as diferenças marginais no nível dos salários industriais em diferentes zonas geográficas dentro de um país dificilmente excedessem certos limites (...).

A produção, neste contexto, contribuiu para nivelar a taxa nacional de lucro: os superlucros não podiam ser obtidos lá, *precisamente porque o país era regido por um sistema uniforme de preços de produção*. (grifo do original)

A tendência a uniformizar as taxas de produção dentro das fronteiras dos Estados é o que explica em última instância, que as diferenças

salariais tendam a diminuir como expressão da aproximação da produtividade do capital nas distintas regiões no interior de cada uma das fronteiras. No centro desse processo, está a tendência a igualar as taxas de lucro no interior das fronteiras dos Estados, sendo os salários, a política fiscal e as taxas de juros tão somente a expressão dos ganhos médios que operam dentro das fronteiras de acordo com a produtividade.

Esse processo, resultado de um movimento turbulento do capital, ao mesmo tempo em que avança em direção a igualar as taxas de lucro, não nega a existência dos superlucros no interior dos Estados, mas indica que já não serão obtidos pelas desigualdades regionais como um fator chave.

Em 1993, quando o Tratado da UE entrou em vigor, faziam parte dele Irlanda, Grécia e Portugal. Em 1994, Hungria e Polônia solicitaram o ingresso que se efetivou em 2004.¹⁰³ Manter, nesse contexto, a mesma definição de quando a CEE era composta por seis países imperialistas sem explicar por que o novo Estado estaria condenado a manter as desigualdades regionais, em contraste com o processo histórico que Mandel explica no capítulo citado, é uma contradição. Estaríamos diante de um fenômeno histórico similar às colônias internas, onde os preços de produção do hipotético Estado europeu tenderiam ao nivelamento e, como resultado, também o nível dos salários e o seguro social.

Se essa fosse a perspectiva, Cohn-Bendit teria razão quando afirma que estamos diante de um fenômeno histórico muito progressivo. Ou, o que é o mesmo, diante de uma tendência a diminuir a desigualdade entre os países e diante da possibilidade histórica de elevar profundamente o nível de vida do conjunto da classe operária europeia.

Ocorre, porém, que a realidade se move na direção oposta. A tendência ao aumento das desigualdades na Europa não é uma tendência, mas uma brutal realidade presente, tanto dentro dos países, quanto, de maneira ainda mais profunda, entre os países. As diferenças nos níveis de vida entre os países imperialistas centrais e Portugal, Grécia e todos os países da Europa do leste incorporados à UE se aprofundam. É assim porque não existe a mínima possibilidade do capital renunciar aos superlucros obtidos pela livre circulação de capital dentro da UE:

103 Junto aos países citados, somaram-se, em 2004, Estônia, Letônia, Lituânia, República Checa, Eslováquia, Eslovênia, Malta e Chipre. Em 1999, cinco anos antes do ingresso na UE, os Estados Unidos os incorporou à OTAN. Cabe ressaltar que esse país também foi um árduo defensor da ampliação da UE.

As empresas na Nova Europa (países do leste) terceirizadas por empresas alemãs pagam 17 por cento dos salários em comparação com salários alemães. Com isso, aumentam sua produtividade em 60 por cento. Portanto, sob a terceirização, podem reduzir os custos trabalhistas individuais em 72 por cento.¹⁰⁴

Esta é uma das bases do milagre alemão: na medida em que a UE garante a completa liberdade de investimento e comércio, ao mesmo tempo em que as fronteiras econômicas dos países mantêm e aprofundam a diferença da produtividade, essa diferença pode chegar a 140% entre as cinco regiões mais produtivas da Alemanha em comparação com as de menor produtividade da UE.¹⁰⁵ Os tratados europeus seguem as tendências da divisão mundial do trabalho com o aumento do livre comércio em escala planetária e a integração vertical das empresas.¹⁰⁶ Este é, possivelmente, o efeito mais profundo da concorrência entre os grandes monopólios imperialistas: baixar os custos de produção mediante o aumento da exploração da força de trabalho.

Assim, o capital internacionalizado, diferentemente do que previa Mandel, não é uma alavanca para um Estado supranacional. Pelo contrário, é o principal interessado em que sua liberdade de movimento gere um fenômeno oposto no que diz respeito às condições de exploração dos trabalhadores, que devem se manter presos às condições de exploração exigidas pelo imperialismo no interior das fronteiras.

Essa realidade da UE é confirmada por vários estudos. Xavier Vence, ainda que atribua o aumento das disparidades regionais à “arquitetura e governança da UE” e à falta de “políticas compensatórias”, faz um amplo estudo sobre o aumento das desigualdades regionais na UE a partir de vários indicadores centrados na UE-15 (antes da ampliação até o leste):

104 MARIN, Dalia. *A New International Division of Labor in Europe: Outsourcing and Offshoring to Eastern Europe*, University of Munich, setembro de 2005.

105 COMBES, Pierre-Philippe e OVERMAN, Henry G., *The Spatial Distribution of Economic Activities in the European Union*. Economic Papers, Report prepared for Directorate General for Economic and financial Affairs, European Commission.

106 Em 2004, cerca de 13% do total das importações utilizaram insumos intermediários; a maior parte da contratação externa (quase três quartos) se deu com outros países desenvolvidos. Ainda assim, a externalização dos PECO (países do centro da Europa e do leste) tem, de longe, as maiores taxas de crescimento. Entre 1995 e 2004, praticamente dobraram de tamanho (GODART, Olivier e GÖRG, Holger *The Role of Global Value Chains for German Manufacturing*, Kiel Institute for the World Economy and Christian-Albrechts-University of Kiel, Alemanha).

(...) o mais preocupante seja a evolução destas disparidades ao longo do tempo. As diferenças foram consideravelmente ampliadas na UE-15 ao longo do período 1995-2009 (...). A geografia industrial evidencia um reforço das posições da Alemanha, os países nórdicos e de alguns países do leste limítrofes com a Alemanha e uma dramática perda de posições dos países do sul e dos mais ocidentais (incluídos França, Bélgica e, de maneira espetacular, o Reino Unido). E conclui: “A liberalização uniformizadora leva a dois processos (...) por um lado, conduz à hiperconcentração de atividades num número reduzido de países e regiões, desertificando, progressivamente, o resto e, por outro, reforça a hiperespecialização dos territórios periféricos em poucas atividades, fazendo-os especialmente dependentes e vulneráveis.”¹⁰⁷

Em 1992, depois do Tratado de Maastricht, Mandel definiu a UE como um semiestado, na medida em que o processo de integração geraria instituições pré-estatais e não um Estado unitário.¹⁰⁸ Parece irrelevante o nome que damos à superestrutura político-administrativa que gere os grilhões que ligam os países à cadeia produtiva europeia, a menos que a definição de pré-Estado seja entendida como uma etapa de um movimento inexorável que tão só se deteve num estágio em particular. Como veremos mais adiante, o ex-SU, em 2003, manteve o prognóstico intacto.

As novas bases do Estado supranacional europeu

Até onde conhecemos, a última definição de Mandel sobre a UE salientava que:

As instituições que resultaram do Ato Único ou dos Tratados de Maastricht refletem bem esse caráter híbrido. Tratam-se de instituições pré-estatais ou semiestatais. O verdadeiro poder permanece nas mãos do Conselho de Ministros da CE, ou seja, dos doze governos associados.¹⁰⁹

A forma híbrida não é o reflexo de uma contradição entre a integração econômica e a forma não estatal que a administra. Serfati observa que “as formas de dominação política exercidas sobre o capital não são imutáveis; seguem dominadas pela existência de classes dirigentes que estão organizadas num espaço sociopolítico delimitado

107 VENCE, X., *Crisis y Fracaso de la UE neoliberal*, Editorial Eneida, Madri, 2014, pp. 40 e 182.

108 Até onde pudemos investigar, parece-nos que esta é a última definição de Mandel. (*Europe: Relance et austérité*. La Brèche, N° 494, 28 de agosto de 1992.

109 La Brèche, N° 494, 28 de agosto de 1992.

por um território”.¹¹⁰ Mas o território em questão não tem uma expressão meramente física. Ele expressa as condições em que o capital se acumula, sua hierarquia na divisão internacional do trabalho.

Em outras palavras, o território em questão, ao promover a liberdade de movimento do capital, exige, em contrapartida, a manutenção das desigualdades regionais como fonte dos superlucros. Todos os passos dados para a integração que foram além do *intergovernamentalismo* (Tribunais da UE, Directivas¹¹¹, Frontex¹¹², política de fronteiras comunitária, Parlamento Europeu, BCE, moeda única), as famosas transferências de soberanias, respondem às necessidades dos imperialismos centrais, mas servem para evitar um progresso real rumo a uma verdadeira unificação europeia.

Essa transferência de soberania se combinou, assim, com a decadência norte-americana. Em seu início, sobretudo, respondeu às necessidades da reconstrução econômica de um continente devastado pela Segunda Guerra Mundial. O modo encontrado pelos EUA, com o Plano Marshall, foi incorporar a Alemanha e reconstruir sua economia, exigindo, em contrapartida, o livre comércio e um investimento sem restrições. Esse fator político desempenhou um papel chave no desenvolvimento da liberalização dos mercados até a atual configuração da UE.

Esse processo não foi construído contra os capitais dos EUA. Pelo contrário, a produção de bens duráveis, eixo da indústria do pós-guerra, em que os monopólios norte-americanos mantinham a liderança, e seu crescente investimento no Mercado Comum necessitava, assim como o capital alemão, de uma escala que exigia o paulatino desaparecimento das barreiras aduaneiras.

110 “A UE é uma construção híbrida que constitui uma “resposta” aos processos de mundialização do capital, admitindo que esta mundialização se desenvolve em formas politicamente determinadas, particularmente na Europa (...) adota hoje uma fisionomia que está marcada pelo domínio de um capital rentista – que funciona por apropriação de rendas ou pela captação de riquezas baseada na existência de diferentes tipos de direito de propriedade – cuja envergadura é muito mais importante que no começo do século 20, mas também pelo tipo de relações de forças interestatais (hegemonia americana) e as configurações estatais produzidas pela história”. (SERFARTI, C. Viento Sur, N° 74, 2004, p. 68.

111 Legislação que estabelece metas a serem cumpridas pelos países membros da UE. Cada país é livre para estabelecer sua própria legislação trabalhista, por exemplo, ou regras e regulamentações nos sistemas de saúde e educação. (Nota da edição brasileira)

112 Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da UE: organismos auxiliares aos países da UE para a aplicação de normas comunitárias no controle das fronteiras externas e de deportação de imigrantes ilegais para seus países de origem. (Nota da edição brasileira).

O euro e o BCE, ponto alto das transferências da soberania e exaltados como prova da incontrolável marcha rumo ao Estado supranacional, foi a continuação do mesmo fenômeno e resultou da quebra do *franco forte* francês e de sua debilidade frente ao marco alemão. A fuga de capitais da França para a Alemanha deu um salto quando esta última, com um forte déficit público depois de absorver a Alemanha do leste, aumentou muito a taxa de juros e rompeu os acordos do Sistema Monetário Europeu.¹¹³ O fato de a sede do BCE ser em Frankfurt não é somente uma ironia da história.

Para os dirigentes da CI-IV (ex-SU), a fórmula pré-estatal ou semiestatal, não é, senão, a maneira de expressar uma estação na inexorável marcha até o superestado europeu. Segundo Vercammen:

O pseudodebate público, os aspectos caóticos de algumas cúpulas, as incoerências da estrutura institucional europeia, um consenso muito embrionário entre governos (...) e uma legitimidade limitada e precária, tudo isso não deve induzir ao erro: a UE tem se mostrado uma surpresa, constituindo o maior mercado único do mundo, ao lado de uma união monetária. Sua construção supranacional não está mais que em seu começo. Não está nem acabada, nem consolidada.¹¹⁴

No entanto, não encontramos em Vercammen o mesmo rigor teórico de Mandel, já que, agora, segundo o autor citado:

(...) (o) que bloqueia um verdadeiro debate público e democrático é que o verdadeiro objetivo da UE é inconfessável diante dos povos e das classes operárias da Europa: criar um aparato de Estado supranacional a serviço dos grandes grupos.¹¹⁵

113 "(...) a iniciativa francesa para conter o ressurgimento alemão era a moeda comum (...) (a) União Econômica e Monetária (UEM), o Banco Central Europeu, e o euro estavam destinados a europeizar a evolução até uma zona do marco alemão manejado de maneira unilateral. No entanto, como coincidiu com a reunificação alemã e o colapso da União Soviética, esta conquista particular, também marcou o final da rota descrita aqui" (VAN DER PIJL, K.; HOLMAN, Otto; e RAVIV, O., *Op. cit.*, 2010).

114 VERCAMMEN, François, *Unión Europea -Ante el gran salto: falsos debates y ofensiva capitalista*, Viento Sur, N° 58, setembro de 2001, p. 55. Inprecór, junho de 2001.

115 Sobre a estrutura de classes, o autor evita discutir por que não se originou uma burguesia supranacional, mas encontra uma nova solução para o problema. Se não existe verdadeira burguesia europeia, comparável às que existem no plano nacional, essas dispõem de um instrumento que funciona: a Mesa Redonda Europeia dos Industriais ou ERT (sigla em inglês), *ibid*, p.58.

As teses de Mandel que criticamos partiam de uma análise das mudanças estruturais no capitalismo que justificariam novas formas históricas de propriedade. Agora, no entanto, nos encontraríamos diante de uma conspiração secreta, “inconfessável diante dos povos”.

Após a implantação do euro, houve um intenso debate sobre a “Europa superpotência” e os caminhos que o processo de integração seguiria.¹¹⁶ Bush dava início à sua guerra colonial no Afeganistão e, imediatamente, no Iraque, com a oposição manifesta de Chirac e Schröder, pressionados por uma intensa mobilização de massas europeia e mundial e pela oposição manifesta da maioria dos alemães e franceses.

No mesmo período, aconteceu o congresso do ex-SU que interpretava as coisas apresentando uma nova relação de forças entre os EUA e a UE:

(...) O fenômeno novo é a fissura no bloco transatlântico e sua maior crise desde meio século atrás (sem contar a breve crise de Suez no outono-inverno de 1956) entre os EUA e a União Europeia. A forte oposição de Chirac-Schröder não estava inscrita em nenhuma agenda.¹¹⁷

Mas o que seria uma forte oposição de Paris e Berlim não chegava ao nível das bravatas de De Gaulle, quando se retirou do comando único da OTAN, em 1968. A fissura de Chirac tampouco correspondia a uma suposta maior crise desde o pós-guerra. No entanto, sobre esta nova base teórica, o XV Congresso do ex-SU predisse, em 2003: “o grande capital europeu não pode recuar em sua intenção de criar seu próprio Estado imperialista europeu”.¹¹⁸

Agora, toda a análise estrutural de Mandel é substituída pela referência a uma nova relação de forças transatlânticas, centrada no eixo Berlim-Paris, e a “aparição deste Estado implica, inevitavelmente, um *novo ato de equilíbrio* com respeito à atual supremacia dos EUA”.¹¹⁹

116 Na época, tiveram início os debates sobre a constituição europeia, encarregada a uma “comissão de sábios”. Essa constituição deveria substituir todos os tratados anteriores. A intenção fracassou com o “não” de eleitores franceses e holandeses em 2005. Evitando se expor ao risco de uma nova votação, a constituição foi emendada e se converteu num novo tratado.

117 VERCAMMEN, François, “*America Limited*” frente a “*Europa SA*”, *Viento Sur*, Nº 68, junho de 2003, p. 5; *America Inc. vs Europe plc*, *International Viewpoint*, maio de 2003.

118 15th World Congress – 2003. *A new world situation*, agosto de 2003.

119 *Ibid.*

O preço da improvisação na teoria é muito caro na política: a inexorabilidade do novo Estado teria agora por objetivo *equilibrar* a supremacia dos EUA e nada mais. Mas que *ato de equilíbrio*, frente à hegemonia norte-americana, se coloca ao hipotético Estado imperialista europeu?

A chamada dura oposição de Chirac e Schröder à invasão ao Iraque não durou muito. A França cedeu seu espaço aéreo aos aviões das Forças Aéreas dos EUA com destino ao Iraque, e a Alemanha atuou como o outro extremo do eixo de transporte durante a campanha militar. Os dois países *votaram a favor da resolução da ONU que ratificava a ocupação do Iraque* pelos EUA, reconhecendo o regime fantoche imposto por Washington. Uma vez que a Inglaterra e o Estado Espanhol apoiaram Bush, o prognóstico já não se encaixa em nenhuma estrutura europeia coerente. Uma vez mais, os interesses específicos dos Estados prevaleceram, e não houve nenhuma *entente* europeia que justificasse tal prognóstico.

Sequer a população de Mali, a última aventura militar francesa na África, foi notificada de que a política do imperialismo europeu *equilibra* os interesses neocoloniais de Washington. Se esse fosse o caso, qual seria o interesse na eleição de seus algozes? Igualmente, a população palestina, submetida à política genocida de Israel, não conta com o apoio da EU. Tampouco a resistência síria, cujo embargo de armas decretado pelos EUA é seguido à risca. Para não ir mais longe, a associação oriental, eufemismo para ofensiva imperialista sobre a Ucrânia e as ex-repúblicas soviéticas, cuja voz ressonante de Washington é seguida incondicionalmente pela UE, sequer nos permite identificar qualquer indício de *equilíbrio*.

Identificamos, no entanto, o grande equilíbrio reivindicado pelo imperialismo europeu: submeter sua classe operária a uma taxa de exploração que lhe permita competir com os monopólios norte-americanos.

Últimas considerações: sobre teoria e programa

O marxismo não conhece textos definitivos. A teoria do imperialismo sintetizada por Lenin exige dos marxistas um sério esforço de atualização. O sentido da teoria é nos ajudar a interpretar a realidade para permitir uma compreensão comum das tarefas, assim como Trotski definiu o significado do programa.

A atualização de Mandel percorreu o caminho oposto. O referencial teórico construído em *Capitalismo tardio* no que diz res-

peito às relações entre os Estados imperialistas e ao significado da UE está equivocado na avaliação da essência do fenômeno. Portanto, também equivocado ao apontar a *dinâmica dos acontecimentos*.

Ainda que os fatos não tenham correspondido ao que apontava a teoria, as tarefas (o programa) se afastaram cada vez mais da realidade. Após o Tratado de Maastricht e a configuração da UE e já aberta a via de incorporação dos países do leste europeu como párias semicoloniais, a proposta de atualização do *Programa de transição* de Trotski feita por Mandel colocou a reforma das instituições da UE como a tarefa que unificaria o proletariado dos países imperialistas e dos países dominados: a luta por uma *assembleia constituinte europeia*, isto é, a mesma política defendida pelos partidos da esquerda reformista europeia.¹²⁰

Iniciamos este trabalho com a nota do Conselho Europeu que celebrava a superação das contradições entre as potências europeias. Contudo, a violência com que se expressaram as contradições entre os Estados imperialistas europeus nas duas guerras mundiais correspondeu a dois elementos chave: a relação de forças entre eles e o resultado da luta entre revolução e contrarrevolução que, como consequência da fatal combinação entre a política da socialdemocracia e o stalinismo, levou à vitória de Hitler.

A teoria sintetizada por Lenin consiste, a nosso ver, em várias esferas que somente vamos enunciar sem desenvolvê-las. No que concerne à época histórica, diz respeito a um período em que as forças produtivas se chocam com as relações de produção, e o crescimento econômico do sistema mundial aprofunda a desigualdade entre os países, o que implica a tendência à dominação da maioria deles, submetidos e incorporados ao sistema de produção de mercadorias dominado pelo capital financeiro. As formas de dominação, embora existam modalidades predominantes, dependeram e dependem da divisão mundial do trabalho imposta pelos monopólios e da relação de forças entre as classes.

A superestrutura do imperialismo é a síntese e o reflexo das mudanças estruturais e da correspondente relação entre as classes sociais: a burguesia dos países imperialistas e dos países dominados, a classe operária e a pequena burguesia. Da mesma forma, corres-

120 “Gostaríamos de propor as reivindicações de transição que aqui seguem para complementar, e não para substituir, as do *Programa de transição* de 1938: (...) 22. Assembleia Constituinte europeia eleita por sufrágio universal para transformar radicalmente as instituições europeias atuais” (La Gauche, N° 14 – 12 de julho 1995).

ponde ao imperialismo também uma ideologia que é forjada em suas instituições e influencia o comportamento das classes.

As alterações propostas por Mandel estavam colocadas para adaptar a teoria à nova realidade, cuja essência afirmava preservar. No entanto, suas mudanças não só se demonstraram equivocadas, como se tornaram contrárias à atualização da teoria, que reduziu substancialmente a relação de forças entre os Estados imperialistas. Nesse ponto, Mandel mantém o mesmo quadro básico de relações analisadas por Lenin: o de um imperialismo hegemônico em decadência e imperialismos rivais que disputam com ele a hegemonia.

Eis aqui o quadro que nos apresentava Lenin:

A rivalidade imperialista e a luta entre eles se encontram extremamente exacerbadas devido ao fato da Alemanha dispor de uma região insignificante e de poucas colônias, a criação de uma “Europa Central” é, todavia, coisa do futuro, e está gerando uma luta desesperada. Por enquanto, a marca característica de toda a Europa é o fracionamento político. Nas regiões britânicas e americanas, pelo contrário, é muito elevada a concentração política, mas há uma disparidade enorme entre a imensidão das colônias da primeira e a insignificância das que a segunda possui (...)

Graças a suas colônias, a Inglaterra aumentou “sua” rede ferroviária em 100.000 quilômetros, quatro vezes mais que a Alemanha. No entanto, todo o mundo sabe que o desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha neste mesmo período, e especialmente o desenvolvimento da produção de carvão e siderúrgica, foi incomparavelmente mais rápido que o da Inglaterra, deixando de lado França e Rússia. Em 1892, a Alemanha produziu 4,9 milhões de toneladas de ferro fundido contra os 6,8 milhões da Inglaterra, enquanto em 1912 já produzia 17,6 contra 9, isto é, uma superioridade gigantesca sobre a Inglaterra!

Cabe perguntar: no terreno do capitalismo, que outro meio poderia haver que não fosse a guerra para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e a divisão das colônias e das “esferas de influência” do capital financeiro por outro?

O capital financeiro e os trustes não atenuam, mas acentuam a diferença entre o ritmo de crescimento da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem ser resolvidas as contradições, *sob o capitalismo*, a não ser *pela força*?¹²¹ (grifo do original)

121 LENIN, V. I., *Op. cit.*, pp. 106-110.

Existe uma infinidade de “atualizações” de Lenin que tomam esta análise como parte de “sua” teoria. Mas Lenin enunciou, por um lado, as mudanças estruturais do capitalismo que definem a essência do imperialismo e, por outro, a relação de forças historicamente determinada entre as classes, que inclui as relações entre os Estados e que determina as *formas históricas* concretas em que se expressa o conteúdo essencial do imperialismo. Quando explicava as razões da guerra, Lenin se referia às “formas históricas concretas que toma a rivalidade entre os grandes Estados capitalistas”, marcadas pela forte decadência da Grã-Bretanha, cujo império colonial se chocava com sua debilidade econômica e com a força dos monopólios estadunidenses e alemães.

Esse quadro não corresponde em nada à realidade da relação de forças entre os Estados Unidos e os demais Estados imperialistas nos últimos quarenta anos.¹²² Os monopólios estadunidenses, além de se manterem à frente na internacionalização do capital, representam a maior parte dos superlucros dos novos ramos produtivos. Do mesmo modo, as exportações das cinco principais economias europeias do mercado são altamente dependentes do mercado dos EUA. Isso tudo configura uma relação que pouco tem a ver com a perda de hegemonia (tabela 2).

As contradições entre os Estados imperialistas europeus persistem (e as desses com os EUA). No entanto, já não têm o mesmo caráter que tinham antes da Segunda Guerra Mundial, já que delas não resulta uma disputa pela hegemonia mundial.¹²³ Pelo contrário, a de-

122 “Devido à debilidade de todos os velhos impérios, fecha-se a etapa das guerras imperialistas pela repartição do mundo. O triunfo norte-americano na guerra imperialista liquida o problema do domínio do mundo capitalista. A partir do pós-guerra, todo o mundo capitalista, incluídos os países imperialistas, tem de aceitar a liderança e o domínio norte-americano na estruturação de uma frente única contrarrevolucionária em escala mundial. Os lógicos atritos interimperialistas não podem mudar essa situação, se impõe a hegemonia estadunidense sobre o mundo capitalista e sua liderança contrarrevolucionária e a impossibilidade, no momento, de novas guerras interimperialistas. Entramos na etapa de preparação e execução de guerras contrarrevolucionárias. Fecha-se uma etapa no caráter das guerras, abre-se uma nova. Fecha-se a etapa das guerras interimperialistas e entra-se na etapa das guerras contrarrevolucionárias” (MORENO, Nahuel, *Tesis para la actualización del Programa de Transición*. “Tesis VII – Treinta años de grandes triunfos revolucionarios” in: www.archivoleontrotsky.org).

123 O debate sobre a decadência norte-americana e sua relevância continua produzindo uma ampla literatura. No entanto, os autores atuais não veem na Europa a candidata a romper a hegemonia norte-americana, mas na China capitalista. (Ver ARRIGHI, Giovanni, *Adam Smith em Pekín. Orígenes y fundamentos Del siglo XXI*. Akal, 2007.)

cadência econômica da Inglaterra, da França e da Itália implica a esses países distintas alianças com os EUA para manterem-se erguidos. A desigualdade na recuperação econômica desde a grande recessão de 2008-2009 mostra, sem dúvidas, que na mais profunda crise da economia capitalista desde 1929, os Estados imperialistas europeus não conformaram nenhuma *entente* para disputar os mercados dos EUA.¹²⁴ Opostamente, a máquina exportadora alemã continua dependendo da recuperação norte-americana. Por último, o anúncio das negociações do transcendental Acordo Transatlântico de Comércio e Investimento (TTIP) entre os EUA e a UE, anunciado na reunião do G8 em 17 de junho de 2013, que pretende converter ambos os espaços econômicos numa área transatlântica de livre comércio, seria claramente impensável sob o modelo traçado por Mandel.

Sob a hegemonia norte-americana, se produziu uma transformação substancial nas relações entre os imperialismos europeus. A localização da Alemanha descrita por Lenin em 1916 é completamente diferente da atual. Lenin escrevia: “a Alemanha dispõe de uma região insignificante e de poucas colônias, e a criação de uma ‘Mitteleuropa’¹²⁵ é, ainda, coisa do futuro” Esse futuro chegou, mas não sob a forma de uma “Mitteleuropa”, e sim do Mercado Único, permitindo que a potência industrial alemã ultrapassasse suas fronteiras, integrasse as economias satélites e, naturalmente, a Europa central e ocidental ao seu complexo industrial.

A crítica mais importante que fazemos a Mandel não é tanto por seus falsos prognósticos, mas sim porque, quando a realidade já se chocava em cheio com a teoria, não teve a prudência de atender à recomendação de Lenin:

124 Em essência, a crítica de Poulantzas a Mandel se demonstrou correta ao afirmar que “a internacionalização do capital se efetua sob o domínio decisivo do capital norte-americano” e que a CE não fez nada mais do que acentuar tal tendência. Uma vez que o capital europeu se agrupa em várias ententes, ocorre exatamente o contrário quando se trata de concentrações sob a égide do capital americano. Disso resulta o aumento da presença norte-americana e sua classificação, junto com Alemanha, como central para o mercado europeu (POULANTZAS, N., *Op. cit.*).

125 “A ideia de *Mitteleuropa* (Europa central) foi uma invenção alemã, um conceito criado, como é sabido, pelo amigo de Marx Weber, Friedrich Naumann, durante a Primeira Guerra Mundial (...). A Europa Central que ele imaginou devia organizar-se em torno de um núcleo germânico que combinasse a eficiência industrial prussiana com o *glamour* cultural austríaco e que atraísse as nações satélites para que se integrassem numa enorme comunidade aduaneira (*Zollgemeinschaft*) e militar que se estenderia ‘desde o Vístula até os Vosgos’ (...) essa *Mitteleuropa* unificada seria um *Oberstaat*, um ‘superestado’ capaz de rivalizar com o império anglo-americano e com o russo”. (ANDERSON, P., *Op. cit.*, p. 55).

(...) é necessário assimilar a verdade indiscutível de que um marxista deve considerar a vida real, os fatos exatos da realidade e não seguir agarrando-se à teoria de ontem, que, como toda teoria, no melhor dos casos, só tração fundamental, o geral, só abarca de um modo aproximado a complexidade da vida. “A teoria, meu amigo, é cinza; mas a árvore da vida é eternamente verde”.¹²⁶

Infelizmente, os atuais dirigentes do ex-SU alteram a teoria, mas para continuar justificando a mesma política.

Madri, outubro de 2014.

126 LENIN, V. I., *Cartas sobre la Tática*, Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org. A frase entre aspas na citação é de *Palabras de Mefistófeles*, de Fausto de J. W. Goethe (nota do Arquivo Marxista na Internet).

Tabela 1 - Monopólios nos EUA (2002)

| Indústria | Percentual de receitas das quatro maiores empresas | Percentual de receitas das 20 maiores empresas |
|---------------------------------|---|---|
| Cervejarias | 90,8 | 96,4 |
| Processamento de tabaco | 86,7 | 98,8 |
| Processamento de petróleo | 84,7 | 99,7 |
| Cereais matinais | 78,4 | 98,8 |
| Livrarias em geral | 78,2 | 81,4 |
| Operadoras de cartão de crédito | 75,8 | 96,6 |
| Aparelhos domésticos | 69,5 | 92,5 |
| Processamento de chocolate | 69,0 | 96,7 |
| Telecomunicação móvel | 63,4 | 91,9 |
| Farmácias e drogarias | 52,8 | 65,6 |
| Teledifusão | 50,2 | 76,0 |
| Equipamentos de áudio e vídeo | 43,2 | 78,2 |
| Indústria farmacêutica | 34,0 | 70,5 |
| Calçados | 32,0 | 73,1 |
| Distribuição de gás natural | 18,4 | 52,8 |
| Fábricas têxteis | 13,9 | 39,6 |
| Operadoras de seguros | 13,5 | 39,6 |
| Imobiliário | 4,7 | 11,3 |

Capitalismo e crise ecológica global

Juan Parodi Jr.

A doutrina de Marx suscita em todo o mundo civilizado a maior hostilidade e o ódio de toda a ciência burguesa (tanto a oficial quanto a liberal), que vê o marxismo algo assim como uma “seita perniciosa”. E não se pode esperar outra atitude, pois numa sociedade que tem como base a luta de classes não pode existir uma ciência social “imparcial”. De um ou de outro modo, toda a ciência oficial e liberal defende a escravidão assalariada, enquanto o marxismo declarou uma guerra implacável a essa escravidão.

V. I. Lenin

Introdução

A crise ecológica que o planeta enfrenta é um motivo de preocupação em todos os cantos do mundo. O movimento ecologista é um dos movimentos sociais mais amplos existentes. Praticamente todos os partidos fazem referência a essa questão. Filmes como *Interstelar* ou *Avatar* levam à mente de milhões de pessoas mundos futuros imersos em graves crises ecológicas.

Os trabalhadores e as trabalhadoras não podem ficar alheios a essa discussão. Por um lado, a crise ecológica esconde um perfil de classe, no qual os ricos consomem os recursos naturais, e os pobres pagam pelas consequências. Isso fica oculto na maior parte do tempo devido à forma como se costuma apresentar a questão ambiental: como uma questão que afeta “todo o gênero humano” ou, inclusive, que só se preocupa com espécies animais e plantas, mas não afeta as pessoas.

Por outro lado, a crise ecológica é a máxima expressão da decadência histórica do capitalismo, um sistema que chegou a seu limite e hoje descarrega sua crise sobre os trabalhadores e o planeta. Hoje em dia, imperam respostas à crise ecológica global que não questionam o capitalismo. É tarefa dos marxistas entrar nesse debate e de-

monstrar que não pode existir uma natureza que se recupere de seus males sob o atual sistema econômico e social.

A mudança climática vai acabar com a espécie humana? Pode existir um capitalismo verde? Que critérios uma economia ecologicamente sustentável tem de cumprir? Tentaremos responder a essas e outras perguntas de maneira simples, mas rigorosa, para colocar um pequeno grão de areia para que os revolucionários possam compreender e dar respostas a essas questões a partir de uma perspectiva anticapitalista.

Principais problemas ambientais

A crise ecológica global tem inúmeras expressões. Neste trabalho, não vamos entrar nos temas locais. Vamos focar os principais problemas globais. Entre eles, destacamos três aspectos. Primeiramente, trataremos da mudança climática, talvez a questão mais candente e de maior impacto hoje em dia. Em segundo lugar, trataremos da perda da biodiversidade, ou seja, da extinção de espécies. Esse processo de extinção massiva é um indicador claro da destruição dos ecossistemas naturais. Por último, revisaremos a “pegada ecológica”, um indicador que quantifica o uso de recursos naturais que uma economia consome para sua produção.

Com esses três aspectos, pretendemos dar uma informação clara sobre as implicações e os efeitos que a crise ecológica global está causando, e ainda vai causar, baseando-nos em estudos científicos mais atuais e completos em relação ao tema.

A mudança climática

O clima da Terra está mudando. Na realidade, sempre esteve mudando. Houve períodos glaciais e calor se alternando várias vezes na história do planeta. Porém, no passado, essas alterações aconteceram por causa das mudanças na deriva continental ou devido a variações da órbita e da inclinação terrestre em relação ao Sol. A novidade é que agora acontece numa velocidade muito maior do que em períodos anteriores. Isso acontece devido à emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela humanidade. Essa mudança global está trazendo (e trará) efeitos perniciosos para milhões de pessoas.

A mudança climática de origem antrópica, ou seja, pela ação humana, é uma realidade inequívoca. É verdade que há certo grau de incerteza e não conhecemos todos os detalhes, mas, hoje em dia, quem nega a responsabilidade humana na mudança climática global

é claramente minoria. Na realidade, este grupo irredutível não deve nos surpreender. A grande indústria sempre investiu generosamente em cientistas que lhe dessem razão. Ou, ao contrário, para acossar quem revelava verdades incômodas. Perguntem a Clair Cameron Patterson!¹²⁷

O principal organismo internacional que o estuda é o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC), organismo da ONU que periodicamente publica estudos a respeito. O IPCC estabelece que existe uma influência humana no clima devido à emissão de GEE (como o dióxido de carbono – CO²) Esses gases prendem a radiação da Terra e mantêm o calor na atmosfera como uma estufa. Na realidade, esse efeito é necessário para a vida, mas desde que começou a queima massiva de combustíveis fósseis, como carbono ou petróleo, a concentração desses gases na atmosfera não faz mais do que aumentar e, com ela, a temperatura global. Concretamente, o nível atmosférico de CO² é 40% maior agora do que antes da era industrial.

A mudança climática não é um problema do futuro. Já está se manifestando. Nas últimas três décadas, por exemplo, foram sendo batidos, respectivamente, os recordes de temperaturas desde que esses dados são medidos diretamente (1850). Outros efeitos que já se manifestam são a subida do nível do mar (+0,19 metros desde 1901) ou o degelo da camada de gelo que cobre a Antártida e o Ártico.

Esse aquecimento global está produzindo e produzirá, com certeza, entre outros efeitos, secas ou ciclones mais fortes, redução no rendimento dos cultivos e perda dos recursos hídricos. Além disso, a mudança climática alimenta outros problemas como a perda dos habitats. A selva amazônica, a maior do mundo, por exemplo, está ameaçada, já que, ao se aquecer, perde umidade e incendeia facilmente. No futuro, a bacia amazônica pode se tornar uma savana.

A gravidade da mudança climática dependerá de até que ponto se continuar a emitir GEE. No melhor caso que o IPCC coloca, a temperatura global se elevaria 1°C até o final do século. No pior dos casos, quase 4°C. Talvez não pareçam cifras muito impressionantes,

127 PATTERSON, Clair Cameron (1922-1995): Geoquímico estadunidense. Em 1953, calculou a longevidade da terra em 4,550 bilhões de anos, baseando-se no pressuposto de que as pedras encontradas nos meteoritos seriam provavelmente de longevidade similar a ela. Em 1965, publicou o artigo "Entornos contaminados e naturais do homem", que tentava chamar a atenção do público para o aumento da concentração de chumbo no meio ambiente e na cadeia alimentar. Foi um dos opositores mais firmes da utilização do chumbo na elaboração dos combustíveis. Por conta disso, foi perseguido pelas multinacionais que os tratavam e comercializavam.

mas tem de se esclarecer que se trata de temperaturas médias anuais. Para se ter uma dimensão melhor do significado desses dados, é necessário se referir aos efeitos que provocariam. Com um aumento de 4°C, por exemplo, é possível que a selva amazônica desapareça totalmente. A partir de 2°C, abre-se a possibilidade de que ocorram efeitos não previstos. Poderia acontecer, por exemplo, que ao se descongelar o solo – que no mundo está, atualmente, permanentemente congelado, sejam liberadas enormes quantidades de GEE que provocariam um salto abrupto no aquecimento global.

A emissão de GEE é, em sua maior parte, responsabilidade da queima de combustíveis fósseis como o carbono ou o petróleo para produzir energia e para fazer funcionar os meios de transporte, como os automóveis e os aviões. Entre essas duas atividades, totaliza-se mais da metade das emissões. Existem outras atividades que o afetam, como o desflorestamento.

Perda da biodiversidade

Talvez este seja o indicador mais espetacular dos que vamos explicar. Para isso, nos baseamos no Informe Planeta Vivo, elaborado pelo WWF.¹²⁸ Para realizá-lo, foram analisadas 10.000 populações de vertebrados. Pois bem, segure-se na cadeira. Desde 1970, essas populações se reduziram em 52%. Ou seja, se você tem mais de 40 anos, durante sua vida, a humanidade reduziu a metade dos animais vertebrados do mundo. Há casos ainda mais agudos. Para as espécies de água doce, por exemplo, a redução é de 76%. E isso porque a medição se compara com os níveis de 1970, quando já tínhamos exterminado muitos animais.

Como se não bastasse, a extinção dos animais é um indicador do quanto golpeamos a natureza inteira. A maior causa da extinção é a destruição direta do habitat onde a espécie vive. A conservação da biodiversidade e de seus ecossistemas é necessária para a manutenção de nossa espécie. A agricultura, por exemplo, depende disso.

Pegada ecológica

Usando esse mesmo informe da WWF, passaremos a explicar a última parte do primeiro capítulo. A pegada ecológica é um indicador de impacto ambiental que mede a pressão a que são submetidos os recursos naturais para alimentar uma determinada economia. Pode

¹²⁸ World Wildlife Fund: a maior organização conservacionista no mundo, cujo objetivo é deter a degradação do meio ambiente.

ser medida para um país, para uma pessoa ou para o mundo todo e pode ser comparada com os recursos naturais que existem.

Há uns 45 anos, consumimos mais recursos do que os que estão disponíveis. Ou seja, derrubamos mais árvores do que plantamos, pescamos mais peixes do que nascem, emitimos mais CO² do que é absorvido etc. Como consequência, extinguímos espécies, acumulamos GEE na atmosfera e contaminamos as águas (especialmente com nitrogênio) e o ar (7 milhões de mortes provocadas em 2012 segundo a OMS!).

Isso não significa que antes dos anos 1970 não havia impactos sobre o meio ambiente, mas que a partir daquele momento, somando todos os impactos provocados sobre os recursos naturais, ultrapassamos a quantidade de todos os recursos disponíveis sustentavelmente.

Atualmente, necessitaríamos os recursos de um planeta Terra e meio a mais para sustentar o que consumimos. Se continuarmos com essa progressão, em 15 anos necessitaremos de três planetas.

Uma questão de classe

Até agora, dissemos que, intencionalmente, provocamos esses efeitos. Provocamos? Quem o faz concretamente? É óbvio que um camponês africano não impacta negativamente sobre o planeta da mesma forma que um multimilionário estadunidense. Ou esse milionário como um trabalhador imigrante nos Estados Unidos.

Os três países com maior pegada ecológica por habitante correspondem ao Golfo Pérsico – Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos – que sustentam um enorme consumo relacionado ao petróleo. Nos primeiros postos, costumam aparecer os países da América do Norte, da Europa e países ricos da Ásia. Do outro lado da classificação, estão, principalmente, os países africanos e países asiáticos pobres. Acontece que os países ricos consomem mais recursos do que têm, e os países empobrecidos consomem menos do que têm disponível. O primeiro país da lista consome 40 vezes mais por pessoa do que o último! Significa que os países ricos consomem os recursos dos pobres. Em outras palavras, são imperialistas também na questão ambiental.

Dentro de cada país, as diferenças de classe também se expressam. Os trabalhadores e as pessoas humildes consomem pouco. Têm automóveis mais simples, viajam menos, vivem em pequenos edifícios. Os capitalistas e ricos fazem, frequentemente, longas viagens de

avião ou de automóveis grandes e têm várias casas com jardins. É claro, é curioso comprovar que é difícil encontrar estudos sobre as pegadas ecológicas comparadas de distintas classes sociais, apesar de que, tecnicamente, não haveria nenhum problema. Os organismos internacionais com capacidade para desenvolver estudos não costumam investir nisso.

Do mesmo modo que o consumo não é dividido igualmente entre todos os seres humanos, os impactos também não o são. A população trabalhadora e pobre, especialmente nos países economicamente colonizados e empobrecidos, fica sempre com a pior parte. Um capitalista tem uma casa sólida num terreno sem riscos. Um trabalhador pobre talvez tenha sua moradia construída precariamente num terreno inundável. Um capitalista pode escolher em que parte do planeta viver. Um trabalhador pobre passa verdadeiras penúrias se necessita emigrar. Um capitalista pode comprar comida de qualidade de qualquer parte do mundo. Um trabalhador pobre depende de mercados locais. Um capitalista importa petróleo. Um trabalhador pobre talvez dependa de conseguir, ele mesmo, a lenha na floresta para se aquecer e cozinhar.

Encontramos os exemplos mais evidentes dessa diferença em como uns e outros suportam catástrofes naturais. O terremoto de 2005 na Caxemira causou 86.000 vítimas. No Canadá, aconteceu um terremoto, em 2012, com características semelhantes ao da Caxemira, e não houve nenhum morto.

A degradação ambiental é um problema de classe. Nem toda a humanidade é igualmente responsável, nem todos sofremos da mesma maneira suas consequências. Os capitalistas e imperialistas saqueiam os recursos dos trabalhadores pobres e dos países economicamente colonizados. Uns vivem consumindo a todo vapor, e outros sofrem os efeitos da crise ecológica.

Hoje em dia, há muitos que sofrem as consequências da degradação ambiental. Um estudo de Jesús Castillo, professor de Ecologia da Universidade de Sevilla, conta entre 20 e 50 milhões os refugiados por causas ambientais no mundo.

Movimento operário e meio ambiente

Muitos sindicalistas desconfiam dos ecologistas por vê-los como inimigos de muitos postos de trabalho. Por sua vez, muitos ecologistas olham com desconfiança para os sindicalistas por considerá-los produtivistas que só se preocupam com os postos de trabalho sem

levar em conta o meio ambiente. Não poucas vezes, vimos conflitos entre essas duas visões. Será verdade que há uma contradição irreconciliável entre os interesses da classe trabalhadora e a conservação do meio ambiente? Começemos com um pouco de história.

O começo do movimento operário e socialista

No começo do movimento socialista, já temos alguns exemplos interessantes de como aqueles pioneiros entendiam a relação dos trabalhadores com a natureza. William Morris foi um militante socialista do século 19 e também escritor. Seu romance mais famoso foi *Notícias de nenhuma parte* (1890), em que descreve como imaginava a sociedade comunista. O protagonista do romance é William Guest que, depois de voltar de uma reunião da Liga Socialista, dorme e acorda no ano 2101, muito depois do triunfo da revolução mundial. Na Londres em que se encontra depois de acordar, não existem classes sociais distintas. A propriedade é comunitária e controlada democraticamente. A relação com a natureza é muito diferente: cidade e natureza se confundem e se integram numa relação equilibrada e respeitosa. A educação das crianças passa por expedições ao bosque. Ah! E o parlamento serve para guardar esterco. William Morris imaginava que a revolução mudaria a maneira como os trabalhadores se relacionam com seu meio natural. Ele imaginou o comunismo como uma sociedade pastoril, onde as cidades e a civilização se dissolviam na natureza tornando-se uma coisa só.

Ainda no século 19, podemos encontrar inúmeras mobilizações operárias contra as condições de contaminação e insalubridade nos postos de trabalho. Em 1888, por exemplo, nas minas de Riotinto (Andaluzia), aconteceu um forte conflito social por esse motivo. Naquele tempo, o mineral era calcinado ao ar livre nos chamados fornos. Esses fornos emitiam gases sulfurosos que envenenavam os mineiros e as terras agrícolas da região. A companhia mineira inglesa e as autoridades locais, alarmadas com a magnitude do conflito, fizeram vir tropas ao povoado. Em 4 de fevereiro, uma multidão se reuniu numa manifestação na praça central do povoado, e as tropas abriram fogo indiscriminadamente contra a multidão, matando centenas de pessoas. Aquele ano longínquo continua sendo conhecido na região como “o ano dos tiros”.

Em 1880, Serguei Podolinski, um militante socialista que lutou contra o império do czar russo, publicou *O socialismo e a unidade das forças físicas*, em que estudava a economia e sua relação com a

energia. Partindo da segunda lei da termodinâmica, estabeleceu que o trabalho era uma forma de acumular energia, sendo o pioneiro na pesquisa da antropologia energética social. Conheceu Marx e lhe enviou sua obra. Não sabemos se Marx respondeu, mas há sim o registro de uma carta em que Engels escreve a Marx a respeito da obra de Podolinski, apontando a dificuldade de calcular com exatidão as transferências energéticas que acontecem na economia.

Marx e Engels foram pessoas que sempre acompanharam os avanços da ciência de seu tempo. Não é por acaso que Engels, em seu discurso ante o túmulo de Marx, disse: “Para Marx, a ciência era uma força histórica motriz, uma força revolucionária”. Ambos mostraram uma preocupação com os elementos de crise ecológica que já se expressavam em seu tempo, como o empobrecimento dos solos da agricultura. No tomo III de *O capital*, Marx escreveu:

Todo o espírito da produção capitalista, orientada para o lucro monetário imediato, se encontra em contradição com a agricultura, que tem de levar em conta o conjunto permanente das condições de vida das sucessivas gerações humanas que vão se encadeando.

No tomo I, encontramos outra passagem reveladora:

A produção capitalista não só destrói a saúde física dos operários, mas também altera os intercâmbios naturais entre o homem e a terra (...) todo progresso na agricultura capitalista é também um avanço da arte de esgotar o solo.

É significativo o enlace e a correlação que Marx estabelece entre a exploração dos trabalhadores e do solo, assim como sua noção de progresso econômico destrutivo do meio ambiente.

Marx afirmou nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* que a humanidade vive e morre na natureza. Para ele, seguindo o tomo III de *O capital*, o socialismo deveria restabelecer o ciclo material como “lei reguladora da produção” e, mediante a apropriação coletiva dos meios de produção, gerir os recursos e a economia para “regular racionalmente seu metabolismo com a natureza” em vez de ser arrastado pelo mecanismo cego da busca do lucro individual e privado.

Marx estabelece que:

Sequer toda uma sociedade, uma nação, todas as sociedades contemporâneas de conjunto são proprietárias da terra. São só seus ocupantes, seus usufrutuários e devem, como *boni patres familias*, legá-la melhorada para as gerações futuras.

Walter Benjamin é outro pensador marxista destacado que se ocupou da crítica ecológica ao capitalismo. Em sua obra *Rua de sentido único* (1928), escrevia que a sociedade capitalista rouba os dons da terra, empobrecendo-a e fazendo com que dê colheitas ruins. Nessa obra, escreveu:

(...) ao receber o que a natureza nos oferece, evitemos a cobiça, dado que ela não pode presentear nada a nossa mãe Terra. Portanto, convém que mostremos reverência ao tomar, devolvendo à mãe Terra uma parte do que recebemos antes de nos apoderarmos daquilo que nos corresponde.

Sua perspectiva de socialismo se reflete em sua obra *Paris, capital do século 19* (1938), na qual o trabalho perderia seu caráter de exploração da natureza pelo homem, instaurando-se uma harmonia que melhoraria, a partir deste momento, a relação humanidade-natureza.

Mais adiante no tempo, floresceram diversos autores marxistas que incorporaram as questões ambientais em suas preocupações. Na bibliografia deste texto, se encontram algumas recomendações. Não obstante, nos damos o direito de destacar Nahuel Moreno, dirigente trotskista argentino. Em 1980, Moreno escreveu as *Teses para a atualização do Programa de transição*, programa cujo original foi redigido por Trotski para a fundação da IV Internacional. Com isso, pretendia reorganizar essa mesma IV Internacional. O texto teve um papel central para desenvolver o programa da Liga Internacional dos Trabalhadores .

A penúltima das *Teses para a atualização do Programa de transição* está justamente dedicada à crise ecológica. Moreno reformula a famosa tese atribuída a Rosa Luxemburgo sobre socialismo ou barbárie, mas, desta vez, colocando o holocausto como horizonte em caso de derrota da revolução. Moreno escreve que os poderosos meios de destruição desenvolvidos colocavam na ordem do dia o perigo da guerra nuclear e da destruição da natureza, especialmente o esgotamento das fontes de energia.

A tese termina colocando que a revolução não só poderá evitar isso, como também colocaria, na ordem do dia, um desenvolvimento

tecnológico nunca antes visto pela humanidade ao aproveitar construtiva e positivamente a tecnologia hoje existente, que poderá dar um novo salto ao se libertar do capitalismo.

O stalinismo

A ruptura entre meio ambiente e socialismo tem data. Stalin impôs a partir do governo da URSS a política de “socialismo em um só país”, ou seja, a coexistência pacífica com o imperialismo. A partir desse momento, renunciou impulsionar a revolução internacional e situou sua concorrência com os países imperialistas no terreno das corridas econômica e armamentista. Krushev¹²⁹ enunciou o objetivo de tentar superar a economia dos Estados Unidos. Mas os países do socialismo real partiam de uma situação de atraso e dependência dos países imperialistas, o que os levou a apertar o acelerador produtivo ao máximo. Era a época do stakhanovismo,¹³⁰ que teve um balanço ambiental lamentável. Na época da queda do muro de Berlim, a Tchecoslováquia¹³¹ e a República Democrática Alemã (RDA) superavam os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália em suas emissões de dióxido de carbono por habitante. Dois dos maiores desastres ecológicos da história moderna aconteceram em países do socialismo real: o acidente de Chernobil e a dessecação do Mar de Aral (processo que continuou também depois da queda da URSS, diga-se de passagem). Isso divorciou por décadas o movimento socialista mundial, dirigido pelo stalinismo, da preocupação ecológica, abrindo espaço para a hegemonia de colocações antissocialistas que ainda perduram no movimento ecologista.

Sindicalismo e ecologismo

A partir dos anos 1970, se recuperaram – com o impulso de um novo ascenso revolucionário que começa a se desapegar de sua camisa de força stalinista – algumas tradições que vale a pena destacar, como a das proibições verdes. Essa iniciativa foi tomada, pela primeira vez, pelo sindicato de trabalhadores da construção de Nova Gales do Sul (Austrália), depois de uma onda de lutas vitoriosas. Uma proibição verde consistia em colocar em greve os trabalhadores da construção

129 Nikita Krushev (1894-1971): secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1953 e 1964. (Nota da edição brasileira)

130 Movimento nascido na ex-URSS. Deve sua denominação a um mineiro chamado Stakhanov que bateu o recorde de extração de carvão. O stakhanovismo impulsionava um sistema de trabalho que tentava incentivar e aumentar o rendimento do operário sem lhe dar compensação alguma, uma vez que apelava a suas convicções revolucionárias. Foi aplicado na União Soviética a partir de 1935.

131 Nome do país até sua divisão em República Tcheca e Eslováquia em 1993.

não por uma reivindicação trabalhista, mas para impedir a construção de edifícios destinados a gentrificar¹³² uma região ou para impedir a destruição de um espaço verde. Essa iniciativa se estendeu em nível nacional. Por exemplo, em 1976, a União dos Sindicatos Australianos travou uma forte luta contra a mineração, o processamento e a exportação de urânio.

Outro exemplo mundialmente conhecido de “sindicalismo verde” é o de Chico Mendes, dirigente dos seringueiros da Amazônia, e que foi assassinado por latifundiários. Também devemos mencionar a revolta turca, iniciada em 2013, contra a destruição do Parque Gezi, ou o caso da Revolução Egípcia, quando a população bloqueou um porto no Mediterrâneo até que o governo abandonasse a ideia de criar uma fábrica de fertilizantes na região, e acabou inclusive fechando a que já existia.

É possível conciliar o emprego e a conservação ambiental?

Uma vez terminado esse resumo histórico, queremos tentar responder a essa pergunta chave. Apesar das contradições que inevitavelmente surgem, pensamos que sim. Na realidade, contradições parecidas acontecem em muitos outros terrenos, inclusive dentro da própria classe trabalhadora. Muitas vezes, distintos grupos de trabalhadores competem e se enfrentam entre si pelo emprego; os nativos contra os imigrantes; ou os de um povo contra os povos do lado. Para essas contradições, é fundamental não perder a perspectiva do interesse geral do conjunto da classe trabalhadora.

Diz o Manifesto comunista:

(Os comunistas) destacam e reivindicam sempre, em toda e cada uma das ações nacionais proletárias, os interesses comuns e peculiares de todo o proletariado, independentemente de sua nacionalidade e que, qualquer que seja a etapa histórica em que se mova a luta entre o proletariado e a burguesia, mantêm sempre o interesse do movimento focado em seu conjunto.

Ou seja, nós sempre enfocamos nossas políticas a partir da ótica do interesse geral de classe na busca da revolução e da tomada do poder. No caso da concorrência entre operários pelo emprego, dizemos ao operário nativo: “é verdade que os trabalhadores imigrantes concorrem contigo pelos postos de trabalho. Mas se te enfrentas com eles, a classe trabalhadora estará dividida e nunca poderá enfrentar

132 Gentrificação: política de deslocar a população pobre local para revalorizar determinada região em benefício dos donos dos edifícios ou dos terrenos.

os patrões. Tua tarefa não é rechaçar o trabalhador imigrante, mas se unir a ele para enfrentar o inimigo comum”.

Na questão ambiental, temos de ter um critério parecido: buscar sempre o interesse geral da classe trabalhadora e da revolução. Vou me permitir dar dois exemplos reais nas quais minha organização, Corriente Roja,¹³³ teve de tomar uma posição.

A primeira foi o possível fechamento de uma central nuclear velha e perigosa, a de Garoña. O governo espanhol queria mantê-la aberta, pois é uma máquina de fazer dinheiro para as grandes companhias elétricas. Há, porém, uma grande mobilização por seu fechamento. Alguns sindicatos foram contrários ao fechamento, argumentando com a defesa dos postos de trabalho da planta da central nuclear. Corriente Roja está a favor do fechamento: alguns postos de trabalho não podem justificar o alinhamento com o governo e os patrões, colocando em grave risco a população da região. Esse posicionamento deve ser acompanhado da exigência para não perder nenhum posto de trabalho e de um plano de instalação de energias renováveis na comarca.

O segundo exemplo é a luta dos mineiros em 2012. Na Espanha, houve grupos ecologistas que se posicionaram a favor do fechamento das minas de carvão, já que são muito poluentes. E realmente o são, mas não era isso o que estava em discussão. O plano do governo não era o fechamento das minas de carbono para impulsionar uma alternativa sustentável. Era o fechamento das minas de carvão para comprar o produto mais barato de outros países onde os trabalhadores têm menos direitos. Era isso o que se discutia além da própria estabilidade do governo, golpeado pela greve mineira. Por isso, Corriente Roja foi parte da luta dos mineiros contra o fechamento das minas.

A favor do fechamento da central nuclear de Garoña e contra o fechamento das minas de carvão? Não é contraditório? Não, porque ambas as posições nascem da defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora. Uma posição sindicalista que, em nome da defesa de alguns postos de trabalho, coloque em risco as condições de vida do conjunto da classe trabalhadora é unilateral e míope. Uma posição ecologista que sistematicamente seja favorável ao fechamento de qualquer atividade econômica poluente sem analisar se esse fechamento tem um conteúdo ecologista ou se é só uma manobra patronal para aumentar os lucros é igualmente unilateral e míope.

133 Seção espanhola da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional.

O impossível capitalismo verde

O capitalismo está em decadência, é um sistema esgotado. Cada dia que passa, se asfixia mais, aumenta a destruição e não o progresso. Mas como isso acontece?

Vimos novos avanços nos últimos anos, como, por exemplo, a revolução da informática. Agora, muitos temos um celular e um computador, algo impensável há não muitos anos. Não é o capitalismo o que propicia essas melhoras?

Para responder, temos de entender o que são as forças de produção. Marx e Engels explicaram que o surgimento do capitalismo foi um fenômeno progressivo, já que superou o velho modo de produção feudal. Essa mudança permitiu avanços espetaculares não só no bem estar da burguesia, mas também no dos trabalhadores. Elementos tão básicos, como a nutrição e a medicina, avançaram, e a vida dos trabalhadores foi, a partir de então, mais longa e satisfatória. No entanto, chegando um momento, a destruição que o capitalismo produzia era cada vez maior do que os progressos que conhecia. Lenin fixou como demonstração definitiva dessa mudança a Primeira Guerra Mundial. As distintas potências imperialistas cometiam um massacre em escala industrial para disputar os mercados e poderem seguir crescendo. Pouco depois, a maior crise do capitalismo foi superada e se estabeleceu uma época de prosperidade com a Segunda Guerra Mundial ao custo de dezenas de milhões de mortos. A reconstrução dos países que tinham sido literalmente devastados e a revolução tecnológica produzida pelo enfrentamento militar permitiram que os capitalistas tivessem investimentos produtivos a fazer.

Desde então, não houve nenhuma guerra de proporções similares. No entanto, o avanço da economia capitalista está deixando um rastro de destruição do principal meio de produção: a natureza. A crise ecológica global é a principal marca atual do esgotamento histórico do capitalismo, de sua capacidade para produzir mais do que destrói. Para cada passo adiante que dá, retrocede dois.

A velocidade do capitalismo e a velocidade da natureza

O nó do sistema econômico capitalista é que os agentes econômicos guiam sua atividade pela busca do lucro privado de seus donos, os capitalistas. Uma empresa produz de tal ou qual forma em função da maximização dos lucros de seus acionistas. Os bancos movem seu dinheiro e investem sempre buscando repartir os máximos dividendos em seus conselhos de administração. O dono da terra ou de um

edifício tenta fazer com que sua renda seja a maior possível. Escreveu Marx no primeiro tomo de *O capital*:

A circulação do dinheiro como capital é (...) um fim em si, pois a valorização do valor existe unicamente no marco deste movimento renovado sem cessar. O movimento do capital, enfim, é carente de medida. (...) Nunca, pois, deve se considerar o valor de uso como fim direto do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o movimento infatigável da produção de lucros.

Antes de continuar, é preciso esclarecer que não se trata de uma escolha individual de cada capitalista. Não pode existir um capitalismo moral e humano que, além de cuidar dos lucros dos capitalistas, cuide também das condições de vida dos trabalhadores. Caso um capitalista individual aumentasse o salário de seus trabalhadores, concorreria com os demais com um lastro. Seus lucros seriam menores ou seus preços, mais altos. Sua empresa tenderia, inevitavelmente, a desaparecer mais cedo do que tarde, engolida pela concorrência do mercado capitalista.

Na busca por maximizar os lucros dos capitalistas, a economia capitalista mantém várias tendências constantes. Uma delas é a tendência a acelerar o máximo possível o ciclo de reprodução de capital. Ou seja, um capitalista investe um dinheiro numa indústria. A fábrica em que investiu produz mercadorias que são vendidas. Depois de pagar o salário a seus trabalhadores e de ter comprado as matérias primas necessárias, o capitalista recebe mais dinheiro do que investiu. Quanto mais rápido esse ciclo se repita, mais capital o capitalista vai acumulando. O capitalismo é um sistema que busca acelerar constantemente a velocidade da economia. Engels escreveu em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* a seguinte passagem reveladora:

Paulatinamente, a marcha se acelera, o passo de caminhada se transforma no trote, o trote industrial em galope e, por último, em corrida desenfreada, em bater os sinos da indústria, do comércio, do crédito e da especulação, para terminar finalmente, depois dos saltos mais arriscados, na fossa de um *crack*. E assim, uma e outra vez.

A busca permanente para maximizar os lucros, ou seja, a produção, é incompatível com os limites do planeta. O capitalismo tem um ritmo distinto do ritmo dos ciclos naturais. A indústria madeireira não se regula em função da velocidade de crescimento das novas ár-

vores, mas pela necessidade desesperada do investidor de receber os lucros com os quais enche sua carteira. As petrolíferas não regulam sua atividade em função da quantidade de CO² que a atmosfera é capaz de assimilar, nem a agricultura funciona deixando que o solo se recupere.

Os custos da produção e a conservação da natureza

Para maximizar seus lucros, o capitalista necessita investir pouco e vender os produtos o mais caro possível. Há um investimento que é fixo, cujo preço o capitalista não pode fazer baixar. Mas há outro que é variável e que ele pode tentar baixar. O salário dos trabalhadores, por exemplo, pode ser algo mais alto ou mais baixo. Se o preço do produto no mercado é o mesmo, quanto menos salários sejam pagos aos trabalhadores, maior margem de lucro terá o capitalista.

Os custos de prevenção e reparação ambiental aumentam os custos variáveis de um investimento, isto é, diminuem o lucro capitalista. Se uma indústria, por exemplo, tem de depurar a água que usa antes de vertê-la, terá de investir em máquinas e trabalhadores. Se uma indústria tem de reparar os danos ambientais causados, terá de investir em materiais e trabalhadores.

Para as empresas, investir em prevenção ou reparação ambiental significa ter um custo maior. Significa reduzir sua margem de lucros. Por isso, o capitalismo se rebela sistematicamente contra qualquer regulação que o obrigue a isso, do mesmo modo que se rebela contra a legislação trabalhista. A legislação ambiental é produto da luta. É uma conquista da mesma forma que uma conquista de um acordo coletivo melhor numa greve.

A falsa solução da eficiência

Uma corrente de pensamento propõe que a solução para a crise ecológica é uma eficiência maior da indústria. Se provocarmos um determinado dano ao produzir uma mercadoria, talvez possamos reduzir o dano se o fizermos de maneira eficiente. É uma armadilha. A eficiência energética e de material é muito importante, mas sob o capitalismo se torna o seu contrário. Coloquemos um exemplo trabalhista para entender melhor.

A nova tecnologia pode ser aplicada para tornar mais fácil o trabalho dos operários. Mas quando uma empresa capitalista incorpora uma nova máquina ou uma nova técnica, essa mudança não resulta

em maior facilidade no trabalho dos operários. Em vez de reduzir a jornada de trabalho, o que faz o capitalista é demitir uma parte dos trabalhadores e manter ou aumentar o horário de trabalho dos que ficam. Assim, uma melhora tecnológica, ao invés de ajudar, acaba sendo um ataque aos trabalhadores.

Da mesma maneira, funciona a eficiência. Uma maior eficiência poderia servir para produzir a mesma coisa usando menos energia e emitindo menos poluição. Mas, numa empresa capitalista, é usada apenas para aumentar a margem de lucros da empresa. Se produzir mais eficientemente, por exemplo, o custo por mercadoria diminui. O patrão, então, pode inundar o mercado com seus produtos e destruir a concorrência, vendendo mais e ganhando mais. Ou pode baixar o preço do produto para destruir os concorrentes e ganhar mais. Contudo, em nenhum caso vai se contentar com o que já ganha, principalmente porque, se não se apressa, logo um capitalista rival vai conseguir a mesma melhora e usará sua maior eficiência para tentar abarcar o mercado.

É possível uma mudança de modelo produtivo?

Há também os que pensam que é possível que o capitalismo se transforme num sistema econômico capitalista sustentável. Isso supõe mudar todas as fontes energéticas de que usufrui. O capitalismo se desenvolve com a chamada revolução industrial, com os motores e a eletrificação. Tudo isso funciona queimando combustíveis fósseis. Podemos dizer que o carvão, o petróleo e o gás natural são o sangue que corre nas veias do capitalismo. Todo o transporte, todas as indústrias, toda a energia é obtida assim.

Um hipotético capitalismo ambientalmente sustentável teria de revolucionar toda a sua base energética. Isso pressupõe um investimento de proporções gigantescas. Os capitalistas renunciariam a seus lucros para, altruisticamente, salvar o futuro do planeta? Impossível! Recordemos a lei universal do capitalismo: o que orienta sua atividade é a busca de lucros e nenhum outro critério humano, moral ou ambiental.

É verdade que existem setores capitalistas que investem em energias renováveis ou coisas similares. Mas o capitalismo tem hierarquias e setores dominantes. Os capitalistas das energias renováveis não têm o mesmo poder do que os das petroleiras. Nem os das *bikes* em relação à indústria automobilística. Nem os da agricultura ecológica em relação à agroindústria.

A ideologia ambiental do capitalismo

Há algo que muitos se perguntam: como pode ser que os capitalistas estejam cegos em relação à crise ecológica? Na realidade, não estão cegos. É interessante ver como construíram a ciência econômica dominante de forma a ocultar a crise ecológica. As palavras economia e ecologia começam iguais e não é casualidade. O prefixo “eco” vem do grego “oikos”, que significa “casa”. No entanto, nas faculdades de economia, se costuma ensinar a economia como algo separado da ecologia. Nos manuais, desliga-se o dinheiro da produção da natureza em que se baseia, a tal ponto que os bens naturais não têm preço. O que custa um determinado bem natural é o que custa sua extração.

Assim se constrói a ilusão de uma economia eterna, abstrata, separada de qualquer ligação com o mundo físico e natural. A roda da economia poderia seguir girando eternamente sem se chocar nunca com os limites naturais. No entanto, os rios são contaminados, os solos se desertificam e o petróleo acaba. Os custos que produzem esses danos ambientais não são contabilizados. A indústria petroleira não internaliza os custos do derivado do petróleo como, por exemplo, os danos causados pela mudança climática. Isso significa que os lucros econômicos são privatizados, mas os custos sociais são repartidos.

A ciência econômica ainda está baseada nos clássicos do século 19 sem atualizações frente à crise ecológica. Essa política consciente é parte da construção ideológica capitalista que busca ocultar suas próprias contradições repetindo uma cantilena fantasiosa que diz que tudo vai bem, quando na verdade se está caindo num abismo.

As ONGs ecologistas e o caráter de classe do Estado

A principal corrente ecologista do mundo é a das Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas, como o Greenpeace. Já explicamos anteriormente como o movimento operário e socialista abandonou, desde o stalinismo, qualquer preocupação ambiental, abrindo espaço para essas tendências. Remotamente, essa tendência ecologista tem uma origem burguesa e pequeno-burguesa. Essas classes sociais, que começaram a desfrutar de viagens à natureza, buscavam conservá-la. Já na Idade Média, os reis e nobres resguardavam zonas naturais para usá-las para caçadas. Muitos dos parques naturais da Europa têm essa origem.

As ONGs tentam proteger o meio ambiente exigindo legislação ambiental e compromissos das empresas. Certamente, houve alguns êxitos importantes. De novo, vamos usar um exemplo trabalhista

parecido. No terreno trabalhista, em alguns países, existem hoje em dia grandes conquistas para os trabalhadores. Se pensarmos que no século 19 as crianças morriam diariamente trabalhando nas minas, ninguém negará que agora isso não acontece. No entanto, essa legislação trabalhista não acabou com a exploração dos trabalhadores e, muitas vezes, retrocede. Na crise econômica atual, por exemplo, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras sofreram um duro ataque. Em momentos históricos mais extremos, voltaram a aparecer condições tão ruins como as do início do capitalismo ou inclusive piores. Na Alemanha nazista, voltaram a recuperar de maneira massiva o trabalho escravo nos campos de concentração. Franco¹³⁴ também implantou a escravidão generalizada depois da Guerra Civil Espanhola.

Com a proteção ambiental, acontece algo parecido. As lutas conseguiram forçar alguns avanços que, ainda que sejam importantes, não alteraram a realidade fundamental da exploração da natureza pelo capitalismo. Os Estados capitalistas protegem fundamentalmente os interesses da classe capitalista, apesar de refletirem as lutas e chegam a incorporar legislações trabalhistas ou restrições ambientais. É uma ilusão pensar que os governos capitalistas ou as próprias empresas vão tomar uma posição definitiva de proteção aos trabalhadores e à natureza.

Um bom exemplo é o protocolo de Kyoto. Apesar de existirem alguns avanços tímidos, apesar de toda a parafernália, das dezenas de grandes metas internacionais, as emissões de CO² seguem absolutamente excessivas. Hoje, com Kyoto oficialmente caducado e fracassado, os governos do mundo sequer foram capazes de estabelecer um novo objetivo.

Para terminar, proponho uma prova: entrar na internet nas páginas de distintas companhias petrolíferas. Possivelmente, a maioria delas apresentarão fotos de paisagens bucólicas e trabalhadores felizes, uma vez que remarcam sua profunda preocupação com a proteção ambiental e os direitos dos trabalhadores.

O decrescimento

A outra grande tendência do ecologismo atual é chamado de “de-crescimento”. Sob este guarda-chuva, encontramos uma multiplicida-

134 Francisco Franco (1892-1975): ditador militar conhecido como “o Generalíssimo”. Depois da derrota da Segunda República e da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), implantou em toda a Espanha um regime fascista que produziu centenas de milhares de vítimas que pereceram em campos de concentração, execuções extrajudiciais ou na prisão. Foi chefe de Estado da Espanha de 1936 até sua morte.

de de propostas que tentam construir uma alternativa econômica e social sob o capitalismo, de modo que, pouco a pouco, o substituam. Nesse terreno, encontramos muitos movimentos de agricultura ecológica, de banco ético, de artesanato, de troca e moedas alternativas, inclusive as chamadas cooperativas integrais, que tentam oferecer todos os serviços que uma pessoa necessita sem ter de recorrer às empresas capitalistas.

O problema dessa proposta é que o capitalismo já preenche o mundo e não deixa espaço para que uma economia alternativa se desenvolva. As hortas ecológicas, por exemplo, podem fornecer alimentos a pequenos círculos. Porém, se tentarem satisfazer as necessidades de grandes camadas da população, vão necessitar de terra, muita terra. No entanto, a terra tem donos: os latifundiários capitalistas. Como conseguir a terra dos latifundiários? Poderíamos pensar em comprá-la. Para isso, seria necessário muito capital, ou seja, seria necessário que um capitalista fizesse um investimento capitalista. No entanto, já dissemos que as leis do mercado capitalista conspiram contra um capitalismo verde. Os produtos ecológicos necessitam de uma mão de obra mais intensiva, são mais caros de serem produzidos de um ponto de vista capitalista. A única opção que resta é ocupar a terra, isto é, fazer a revolução e destruir o poder dos capitalistas.

A mesma coisa acontece com o resto dos setores da economia, inclusive de modo mais acentuado. Como organizar uma nova forma de se mover sustentavelmente sem controlar as empresas energéticas e a indústria automobilística? Como construir casa para milhões sem controlar as grandes construtoras? Como produzir energia para a população sem expropriar as grandes companhias elétricas? É simplesmente impossível. Não se pode construir uma nova economia sem destruir a que existe hoje.

Essas experiências de contrapoder são muito antigas, ainda que tenham formas novas. Suas propostas são uma repetição do socialismo utópico e do anarquismo.

Definitivamente, é uma ilusão pensar em capitalismo verde. O único horizonte possível para uma economia e uma sociedade sustentáveis é acabar com a economia capitalista, que sacrifica a natureza e os trabalhadores no altar do lucro econômico dos capitalistas. Para acabar com a economia capitalista, é preciso acabar com o poder político dos capitalistas, ou seja, fazer a revolução socialista.

Tabela - Pegada ecológica dos países

| Países com maior pegada ecológica | |
|--|--------------------------------|
| Qatar | Filipinas |
| Kuait | Quênia |
| Emirados Árabes Unidos | Tajiquistão |
| Dinamarca | Angola |
| Estados Unidos | Iêmen |
| Bélgica | Índia |
| Austrália | Zâmbia |
| Canadá | Burundi |
| Holanda | Moçambique |
| Irlanda | Malavi |
| Finlândia | Nepal |
| Singapura | Paquistão |
| Suécia | República Democrática do Congo |
| | Ruanda |
| | Eritreia |
| | Bangladesh |
| | Haiti |
| | Afeganistão |
| | Timor Leste |
| | Palestina Ocupada |
| Países com menor pegada ecológica | |
| Quirguistão | |
| Libéria | |
| Sri Lanka | |
| Tanzânia | |
| Camboja | |
| Madagascar | |
| Etiópia | |
| Serra Leoa | |
| Indonésia | |
| Guiné-Bissau | |
| Camarões | |
| Congo | |
| Lesoto | |
| Togo | |

Referências

IPCC (2014), *Climate Change. Synthesis Report*.

WWF (2014), *Informe Planeta Vivo*.

CASTILLO, Jesús, *Migraciones ambientales. Huyendo de la crisis ecológica en el Siglo XXI*, Virus Editorial, 2011.

CASTILLO, Jesús, *Trabajadores y medio ambiente. La lucha contra la degradación ambiental desde los centros de trabajo*, Editorial Atrapasueños, 2012.

TANURO, Daniel, *El imposible capitalismo verde*, Editorial La Oveja Roja, 2011.

LÖWY, Michael, *Ecosocialismo. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista*, Editorial Biblioteca Nueva, 2012.

A atualização programática e a defesa do marxismo

Alicia Sagra

Quanto à atualização programática, não é demais falar sobre a importância e a urgência dessa tarefa, centralmente a partir das profundas mudanças ocorridas a partir de meados dos anos 1980 e 1990.

Não é a primeira vez que, sem a presença de nossos grandes mestres, tivemos de enfrentar mudanças bruscas de grande magnitude. Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo sofreu uma mudança profunda por conta de dois fatos de sinais contraditórios: a expropriação do capitalismo em um terço da humanidade, de uma forma não prevista, e o fortalecimento do stalinismo como aparato contrarrevolucionário. Essas mudanças tiveram um grande impacto sobre a vanguarda mundial e em parte importante do movimento de massas.

As mudanças da década de 1940-1950, ao não acontecerem segundo previu Trotski, produziram uma grande crise no movimento trotskista, que via, por um lado, que o ascenso de massas não liquidava a burocracia soviética, mas a fortalecia, e, por outro lado, que essa mesma burocracia, definida como contrarrevolucionária, encabeçava a expropriação do capitalismo. A consequência desses fatos não previstos foi que uns chegaram à conclusão de que o *Programa de transição* e as teses da revolução permanente não passaram na prova da história e, por isso, abandonaram o trotskismo. Outros, defendendo religiosamente as teses da revolução permanente, negaram-se a reconhecer que, ainda que deformados, tinham nascido novos Estados operários. Nesse sentido, foi muito importante para o desenvolvimento de nossa corrente a atualização do *Programa de transição* e das teses da revolução permanente feita por Nahuel Moreno.

O que hoje nos obriga a voltar a encarar essa tarefa é que, a partir dos processos do leste europeu, volta a acontecer uma grande mudança mundial de magnitude semelhante, também a partir de dois fatos de sinais opostos: a restauração do capitalismo em todos os

Estados operários burocráticos e a destruição do aparato stalinista central.

As mudanças dos anos 1980 e 1990 têm um ponto em comum com as do pós-Segunda Guerra Mundial. Ambos são produto da combinação entre um profundo ascenso de massas e a crise de direção revolucionária. Mas sua consequência sobre as correntes que se definiam marxistas, inclusive as trotskistas, foi muito maior. A maioria dessas correntes acabou capitulando à campanha ideológica do imperialismo sobre o fracasso do socialismo e a supremacia do capitalismo. Um as fizeram explicitamente, mudando o programa. Outras, implicitamente, conservando o discurso revolucionário, mas mudando o centro de sua atividade, que passou a ser eleitoral e parlamentar. Concretamente, abandonaram a luta pela ditadura do proletariado e pela construção do socialismo, pois pensam que não é possível ou que não é necessária. Assim, aparecem os horizontalistas, os autonomistas, os que defendem a síntese do marxismo com o anarquismo, os que defendem substituir o partido revolucionário por fóruns de discussão. Ou seja, o que está questionado não é só a revolução permanente, mas também as bases do marxismo. Por isso, concordo que o *Manifesto comunista* deve ser o ponto de partida da atualização programática.

Pareceu-me necessário insistir no motivo desse ponto de partida, pois nos anos 1990, muitos insistiam (e ainsistem) que era necessário voltar à Marx e o faziam considerando que nem Lenin, nem Trotski tinham passado na prova da história. Como não podia ser de outra forma, grande parte dos que começaram criticando o leninismo e o trotskismo acabaram abandonando o marxismo.

Os processos anteriores de atualização, encarados por Lenin, Trotski e Moreno, sempre aconteceram no combate contra o revisionismo e contra as correntes inimigas do marxismo. Agora, mais do que antes, nós devemos fazer o mesmo, já que esses setores estão muito mais amplos, como produtos do vendaval oportunista do qual falamos há bastante tempo.

Conseqüentemente, a atualização que estamos encarando deve responder a duas tarefas centrais: 1) a que coloca Trotski no *Programa de transição*, de realizar as melhores análises da realidade e das táticas para conseguir a “mobilização sistemática das massas para a revolução socialista”; 2) a defesa do marxismo, do leninismo e do trotskismo, o marxismo de nossa época.

Mas não podemos fazer essa defesa como fazem os religiosos com a Bíblia. Devemos aplicar o mesmo método usado por nossos mestres, estudando sem nenhum temor todo nosso acervo teórico-pro-

gramático, para demonstrar, categoricamente, como seus aspectos centrais passaram na prova da história, marcando e corrigindo seus erros e, o que é mais difícil, respondendo aos novos fenômenos da realidade. Temos de fazer isso aplicando o materialismo dialético também para estudar nossos mestres sem nos assustarmos ao encontrar contradições em seu pensamento.

Sobre o debate da inevitabilidade do socialismo

Como não podia deixar de ser, na medida em que começamos a estudar com profundidade, aparecem diferentes interpretações e polêmicas. A primeira que encontramos foi publicada na revista *Marxismo Vivo* Nº 5 sobre se Marx diz ou não que o socialismo é inevitável.

Em primeiro lugar, quero me referir à importância dessa discussão, já que muitos podem questionar essa relevância na medida em que hoje ninguém defende essa inevitabilidade. Para mim, a importância reside em dois aspectos: um é que essa definição foi utilizada pelos reformistas (começando por Kautsky) para justificar que não se lutasse pela revolução. Grande parte daqueles que, para justificar seu reformismo, defendiam a inevitabilidade são hoje os defensores da impossibilidade do socialismo. Esses teóricos da impossibilidade influenciam a consciência de grandes setores de vanguarda e os convencem que, ao se comprovar a não existência da inevitabilidade, tem de se rechaçar o *Manifesto comunista* e, também, o marxismo de conjunto. O outro aspecto tem a ver com o método com o qual temos de encarar a atualização programática. Como já manifestei, inclui como grande tarefa a defesa do marxismo sem medo de se corrigir o que se considerar necessário.

Pegando o caso do *Manifesto comunista*, temos de analisá-lo a fundo, contrastando-o com a realidade. Se há um aspecto em que esteja desatualizado ou equivocado, temos de precisar se esse erro tem a ver com a linha central do pensamento marxista ou se, ao contrário, é uma contradição com ela. As contradições existem e são parte da realidade. Não podemos exigir que nossos mestres não as tenham. Não estaríamos aplicando bem o materialismo dialético se atuássemos assim.

O que está sendo discutido

Em segundo lugar e já entrando na polêmica, parece-me que é necessário precisar o que está em discussão e o que não está. Nesse sentido, não creio que Nahuel Moreno ou Martín Hernandez questio-

nem que Marx, Engels, Lenin e Trotski sejam materialistas dialéticos. Tampouco acredito que digam que Marx e Engels eram objetivistas e pensavam que era possível chegar ao socialismo sem a intervenção humana, mais precisamente sem a intervenção da classe operária que deverá encabeçar a revolução socialista triunfante para abrir caminho ao socialismo.

O que se questiona é a afirmação de Marx e Engels (que fazem não só no *Manifesto comunista*), de que, *inevitavelmente*, a classe operária cumprirá sua missão histórica, ou seja, que essa será capaz de se autodeterminar e levar ao triunfo a revolução socialista. Para mim, é isso que explica Trotski:

*As especulações de certos intelectuais, segundo os quais, em detrimento da teoria de Marx, o socialismo não é inevitável, mas meramente possível, estão desprovidas de todo conteúdo. Evidentemente, Marx não quis dizer que o socialismo se realizaria sem a intervenção da vontade e da ação do homem: semelhante ideia é simplesmente um absurdo (...). As forças produtivas necessitam de um novo organizador e de um novo mestre e, dado que a existência determina a consciência, Marx não tinha dúvida de que a classe trabalhadora, à custa de erros e de derrotas, chegaria a compreender a verdadeira situação e, cedo ou tarde, tiraria as necessárias conclusões práticas.*¹³⁵ (grifo nosso, A. S.)

Ou seja, Trotski, defendendo a visão de Marx num texto intitulado “A inevitabilidade do socialismo”, afirma que é absurdo dizer que Marx pensava que se chegaria ao socialismo sem a intervenção humana. Porém apenas dizer, contra a teoria de Marx, que o socialismo é possível e não inevitável não tem nenhum conteúdo. Por quê? Porque como a existência determina a consciência, *Marx não tinha dúvidas* de que a classe trabalhadora entenderia e atuaria de forma conseqüente, ou seja, cumpriria sua missão histórica.

Isso é o que Trotski afirma que dizia Marx. Lenin concorda: “Pelo exposto, se vê como Marx chega à conclusão de que é inevitável a transformação da sociedade capitalista em socialista.”¹³⁶ Nahuel Moreno e Martín Hernández concordam com Trotski e Lenin sobre qual é a posição de Marx com relação ao tema da inevitabilidade, e eu concordo com eles.

A diferença com Lenin e Trotski é que eles concordavam com Marx nessa afirmação. Moreno, Hernández e eu opinamos que é uma

135 TROTSKI, Leon, *A inevitabilidade do socialismo* in: *O marxismo de nossa época*, 26 de fevereiro de 1939 (citado por Martín Hernández, *Marxismo Vivo*, N° 5, p. 48).

136 LENIN, V.I., *Karl Marx. Breve esboço biográfico* (citado por Martín Hernández, *Marxismo Vivo*, N° 5).

afirmação equivocada que entra em contradição com a definição marxista da história.

Insisto que é importante precisar o que está em discussão, já que, para mim, a seleção muito boa de citações apresentadas pelos companheiros Ricci e Ayala mostram que Marx e Engels são materialistas dialéticos, que não são objetivistas e que não consideram que o econômico seja o único elemento determinante. Isso não está em discussão.

Pode ser que a explicação para que se neguem a ver uma colocação que é repetida em vários trabalhos dos fundadores do socialismo científico esteja na afirmação que fazem os companheiros:

Pode-se ignorar tanto o resto daquele texto (o Manifesto) como as condições particulares nas quais ele foi escrito e o objetivo ao qual a obra deveria servir? E se pode falar de uma “contradição” em Marx e Engels sem detectar que se esta contradição existisse, todo o edifício da concepção materialista-dialética da história entraria em colapso?¹³⁷

Na realidade, não se passa por cima do resto daquele texto. Pelo contrário, o que se diz é que essa definição da inevitabilidade entra em contradição com o resto do texto e com a definição marxista da história da humanidade como a história da luta de classes. Reafirma-se, assim como fez Trotski em 1938, que, apesar de seus erros, o *Manifesto comunista* passou na prova da história.

Não devemos corrigir erros por medo de derrubar o edifício do marxismo?

Foi essa citação dos companheiros que me motivou a escrever esse texto, pois me deixou com dúvidas sobre o método que usaríamos para encarar a reelaboração e a atualização programática.

Dessa citação, concluo que os camaradas estão conscientes de que a definição da inevitabilidade do socialismo existe no *Manifesto comunista*, que se deve às condições particulares em que foi escrito, mas que não se pode dizer que é uma contradição, porque isso derrubaria a concepção materialista-dialética da história. Não acho que, ao raciocinarmos assim, estejamos aplicando o materialismo dialético.

137 “O teórico da ‘inevitabilidade’ do socialismo é o renegado Kautsky (não Marx)”, *Marxismo Vivo*, N° 5, p. 54.

Como encarar uma atualização programática com critérios científicos com o temor de que, ao fazermos determinados questionamentos, tudo desaba? Assim atuaram os trotskistas no pós-guerra, que se negaram a reconhecer os novos Estados operários porque fazê-lo significava questionar aspectos das teses da revolução permanente, e isso poderia levá-los a questionar todo o trotskismo. Moreno não atuou assim. Ele recorreu às próprias elaborações de Trotski para explicar onde estava o erro, o que o levou a cometê-lo. Não a rechaçar, mas a reafirmar os aspectos centrais da revolução permanente e do trotskismo. Tampouco Trotski atuou assim quando, de fato, ao elaborar a teoria da revolução permanente, enfrentou e superou a concepção etapista da revolução defendida por Marx. Nem Lenin, quando, com sua concepção de partido de vanguarda democraticamente centralizado, descartou a proposta de partido único da classe operária.¹³⁸ O grande exemplo que temos são Marx e Engels. Eles foram seguidores fervorosos de Feuerbach, que “pulverizou a contradição (do idealismo hegeliano com a matéria) restaurando de novo no trono, sem mais rodeios, o materialismo (...)”.¹³⁹ Engels afirma que “o entusiasmo foi geral: a ponto de todos nos convertermos em feuerbachianos”. No entanto, isso não impediu que, quando vieram os problemas, fizessem críticas demolidoras. O temor de que pudessem derrubar o edifício do materialismo, fazendo com que o idealismo voltasse a recuperar o trono, não os deteve. A rigorosidade de seu método lhes permitiu superar Feuerbach, fortalecendo a concepção materialista com o método do materialismo dialético.

Tirando as diferenças, esse é o método que devemos aplicar. Para sermos consequentes com a aplicação do materialismo dialético, não podemos pretender que nossos mestres não incorreram em contradições nem que estivessem imunes às pressões de sua época.

138 “Esta organização dos proletários como classe, ou seja, como partido político” (*Manifesto Comunista*) – “Se esta tomada de consciência se estende ao seio da classe operária, mudará consideravelmente a posição dos sindicatos: esses não gozarão muito tempo do privilegio de serem as únicas organizações da classe operária. Ao lado ou acima dos sindicatos de cada ramo da indústria surgirá uma união geral, uma organização política de toda a classe operária” (ENGELS, F. *The Labour Standard*, 4 de junho de 1881; *Sindicalismo - Marx e Engels*, Ched Editorial, 1ª ed., 1980, p.41. “Artigo 7 – Em sua luta contra o poder coletivo das classes possuidoras, o proletariado não pode atuar como classe, a não ser constituindo-se ele mesmo em partido político próprio e oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras”, das resoluções do Congresso Geral da I Internacional celebrado em Haia, 2 de setembro de 1872).

139 ENGELS, Frederich, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, nota preliminar*, 21 de fevereiro de 1888.

Como explicamos essa contradição em Marx e Engels

Não me parece correta a explicação que surge da frase de Moreno, em que identifica a inevitabilidade do socialismo com o catastrofismo. Concordo com Ricci e Ayala de que são dois conceitos diferentes, ainda que tenham alguma relação entre eles. A explicação que Martín Hernández dá para “determinismo econômico” é a que surge da citação de Lenin: “Marx chega à conclusão de que é inevitável a transformação da sociedade capitalista em socialista, apoiando-se única e exclusivamente na lei econômica do movimento da sociedade moderna.”¹⁴⁰ Mas, ainda que, evidentemente, exista um elemento determinista na definição da inevitabilidade, não me parece que esteja aí toda a explicação.

É muito difícil precisar as causas das contradições em mentes geniais, mas o tempo transcorrido e o estudo de suas próprias elaborações e os novos aportes ao marxismo nos ajudam a tentá-lo. A partir daí, me inclino a pensar que a explicação tem de ser buscada nas pressões mais gerais das tendências predominantes na época que lhes coube viver. Isso não tem a ver com a data em que Darwin escreveu *A origem das espécies*. No século 19, as ciências eram predominantemente positivistas, com seu padrão universal de transformações progressivas no conhecimento, nas ciências e na sociedade, o que, sem dúvida, continha aspectos deterministas. O que tem de estranho, então, que apesar de sua genialidade – que lhes permitiu sintetizar a dialética de Hegel com o materialismo – tenham recebido a influência das ciências a que recorriam permanentemente, manifestando alguns elementos de positivismo? Os homens geniais se sobressaem em sua época, mas não podem escapar totalmente dela. Isso não questiona o marxismo. Não esqueçamos que a tese III de Feuerbach, que os companheiros citam, não coloca uma ação de causa-efeito dos homens sobre as circunstâncias (época), mas uma interação dialética entre eles.

São totalmente sem fundamentos as acusações que muitos intelectuais fazem a Marx e Engels de eles seriam deterministas ou positivistas. Eles eram materialistas dialéticos. Mas isso não significa que não pudessem ter alguns elementos de positivismo que entravam em contradição com a concepção de mundo e história da qual são autores. Esses elementos positivistas, para mim, não se expressam apenas na questão da inevitabilidade. Também aparecem elementos dos mesmos na descrição da evolução das sociedades. Teria de se es-

140 LENIN, V. I., *Esboço Biográfico de Karl Marx* in: *Marxismo Vivo*, N.º 5, p. 47.

tudar se não é também o que explica sua visão de que a revolução socialista aconteceria primeiro nos países mais avançados.

Nada disso questiona a concepção marxista, mas diz que são contradições com essa concepção. É por isso que podemos superá-las apoiando-nos nas definições gerais do marxismo. No caso que nos ocupa – a inevitabilidade do socialismo –, apelando à definição marxista da história como a história da luta de classes.

Do meu ponto de vista, a influência do positivismo em diferentes graus se manteve por muito tempo. Foi outra mente genial, a de Trotski, com sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, que nos deu os elementos para descartá-la definitivamente.

Trotski e sua possibilidade teórica

Em seu artigo “A URSS na Guerra”, de setembro de 1939, Trotski, referindo-se ao “coletivismo burocrático” de Bruno Ricci disse:

Já é absolutamente evidente que se o proletariado internacional, como resultado da experiência de toda nossa época e da presente nova guerra, mostrar-se incapaz de se converter em dono da sociedade, isto significaria a perda de toda a esperança para a revolução socialista, uma vez que é impossível esperar outras condições mais favoráveis para isso. Em qualquer caso, agora ninguém é capaz de prever ou caracterizar tal coisa.

Os marxistas não têm o menor direito – se a desilusão e o cansaço não forem considerados “direitos” – de chegar à conclusão de que o proletariado perdeu suas possibilidades revolucionárias e deve renunciar a todas as aspirações de hegemonia na era imediatamente próxima.¹⁴¹

E, em seu artigo “Mais uma vez em defesa da URSS”, afirma:

Evidentemente, alguns camaradas se surpreenderam porque em meu artigo (“A URSS na guerra”), eu falo de “coletivismo burocrático” como uma possibilidade teórica. (...) A marcha dos acontecimentos conseguiu demonstrar que o atraso da revolução socialista engendra traços indiscutíveis de barbárie: desemprego crônico, pauperização da pequena burguesia, fascismo e, finalmente, guerras de extermínio que não abrem qualquer caminho novo. Que formas sociais e políticas a nova “barbárie” poderá assumir, *se admitirmos, teoricamente, que a humanidade não seja capaz de alcançar o socialismo?* (...) Uma alternativa dessa espécie – socialismo ou escravidão totalitária – tem um *interesse não só teórico*, mas também *uma enorme importância para a agitação* porque, a partir dela, a

141 TROTSKI, Leon *Em defesa do marxismo*, São Paulo, Sundermann, 2011, p. 36.

necessidade da revolução socialista aparece de forma muito mais clara.¹⁴²
(grifo nosso, A. S.)

No mesmo artigo, Trotski disse: “muitas vezes, os marxistas falamos de ‘socialismo ou barbárie’, mas quando se refere à possibilidade de que a barbárie se imponha ante o fracasso do socialismo, a colocamos só como *possibilidade teórica*”. Essa hipótese teórica de Trotski, assim como a que fala sobre a dinâmica de classes da revolução no *Programa de transição*, mostra a genialidade de seu pensamento e nos dá ferramentas para corrigir debilidades ou erros que ele mesmo cometeu. Ao mesmo tempo, ao colocar essa alternativa especial de socialismo ou barbárie (socialismo ou servidão totalitária) só como argumento para a agitação do socialismo e como produto de uma situação hipotética na qual a humanidade não alcance o socialismo, mostra que, politicamente, ele não via essa possibilidade. Ou seja, seguia considerando que, mais cedo ou mais tarde, a classe operária cumpriria sua missão histórica.

Sobre os limites do programa

Sobre até onde pretendemos chegar com nosso programa, dependerá, é claro, das condições que tenhamos para fazê-lo. Contudo, creio que não podemos terminar o programa com a tomada do poder.

Os sessenta anos de ditadura burocrática do proletariado na ex-URSS, assim como a experiência nos Estados operários deformados do pós-Segunda Guerra Mundial, devem ser levados em conta em nosso programa. Isso significa que não podemos não entrar na transição.

Por um lado, devemos trabalhar com as duas categorias de ditadura do proletariado com as quais Moreno começou a trabalhar: a burocrática e a revolucionária. Devemos levar em conta que a categoria que se impôs na consciência da vanguarda e do movimento de massas, a partir de seus sessenta anos de existência, é a burocrática. Essa deve ser explicitamente rechaçada por nosso programa, ao mesmo tempo em que temos de reivindicar o regime dos seis primeiros anos da Revolução Russa como o da ditadura revolucionária do proletariado.

Devemos dedicar um espaço importante para explicar as características da democracia soviética, parte integrante do regime da ditadura revolucionária do proletariado e, centralmente, devemos desenvolver o terceiro aspecto da revolução permanente: o desen-

142 *Ibid*, pp. 55-56.

volvimento da revolução internacional, como condição indispensável para evitar ou combater a burocratização.

Junto com isso, concordo com o que é colocado na revista *Marxismo Vivo* Nº 5 sobre a necessidade de estudar a fundo as conclusões às quais foram chegando Lenin e Trotski depois da tomada do poder com relação à evolução da ditadura do proletariado e, consequentemente, as fases do socialismo desenvolvidas por Marx e Engels.

Em relação a esse tema, Nahuel Moreno, baseando-se nas experiências de Lenin e Trotski, chega à seguinte conclusão:

Nossa análise: há duas etapas da ditadura do proletariado. Transcorridos 60 anos da Revolução Russa, podemos ver que o que se antecipava como uma só etapa no tempo durante a ditadura do proletariado – a construção socialista, a extinção das classes e da própria ditadura – se transformou em duas etapas ou tarefas históricas bem delimitadas. Uma primeira etapa, na qual vivemos há 60 anos, em que a tarefa essencial é política, de luta implacável contra o imperialismo e que exige um fortalecimento do Estado operário, ou seja, da ditadura de classe (que pode ser burocrática ou revolucionária). E uma segunda etapa, posterior à derrota do imperialismo, em que a tarefa fundamental é econômica, cultural, de construção do socialismo, e na qual, tal como previram nossos mestres, o Estado vai se extinguindo, a ditadura do proletariado vai se debilitando e deixando espaço para o florescimento mais completo e inédito das liberdades. Na primeira etapa, os Estados operários vivem uma contradição aguda. O imperialismo continua dominante no nível da economia e da política mundiais e continua explorando de forma indireta a classe operária desses países devido à subsistência das fronteiras nacionais e a superioridade antes apontada. Como consequência disso, a classe operária sofre ainda uma opressão pela via direta, como custo da necessidade de defender o Estado operário e o surgimento de uma burocracia que fica com um sobreproduto. Essa opressão pode ser coercitiva, para manter e aumentar os privilégios e a vida parasitária dos funcionários, se o regime é burocrático. Mas também pode ser uma entrega voluntária e democrática de um sobreproduto pelo proletariado, um sacrifício para pagar os gastos com o enfrentamento ao imperialismo, de desenvolvimento da revolução socialista nacional e internacional e a seus funcionários, se o regime é democrático revolucionário (...). Se, segundo Marx, a etapa socialista se caracteriza por dar a cada um segundo seu “trabalho”, menos o que iria ao “fundo comum”, na etapa atual – a primeira da ditadura do proletariado – cada um recebe um salário que está de acordo com o grau de opressão ou sacrifício que se imponha. Ou seja, tem de produzir um sobreproduto muito importante que arranca de seu trabalho e que não volta à classe operária, não vai ao “fundo comum”. Portanto, a classe trabalhadora sofre uma opressão ou um sacrifício. Consequentemente, o governo do proletariado assume um caráter mesquinho, restrito e distorcido. Pode-se dizer, com toda razão, que o proletariado governando em um país atrasado e isolado continua sendo uma classe oprimida (Trotski, 1937). Essa situação só poderá mudar com a derrota definitiva do imperialismo (...). A segunda etapa histórica da ditadura do proletariado,

que começará uma vez derrotado o imperialismo, será a do começo da construção da sociedade socialista. Essa sim terá as características que apontavam Marx e Lenin antes da Revolução de Outubro. Nesse período, ainda que cada qual receba de acordo com seu trabalho, ainda que sobrevivam normas burguesas de distribuição e existam muitos resquícios do capitalismo, terá terminado a opressão do homem e sua principal fonte atual: a exploração da humanidade pelo imperialismo. Essa será uma etapa de enriquecimento sistemático da sociedade e de desenvolvimento das forças produtivas que partirá, agora sim, de um nível mais elevado do que tinha o capitalismo. Será esse desenvolvimento superior que evitará que existam contradições agudas e lhe dará um caráter reformista e não revolucionário, pois o enfrentamento de distintas posições não será violento. A construção do socialismo ou a transição ao comunismo estará assentada na mobilização permanente de toda a população. E junto com o desaparecimento da exploração, vão desaparecendo as classes e o próprio Estado, e surgirão os produtores e consumidores socialistas, habitantes com a mesma localização econômica. Resumindo então, agora podemos dizer que as duas etapas posteriores ao capitalismo, que manejamos desde Marx (transicional e comunista), se transformam em três: 1) a transicional do capitalismo ao socialismo; 2) a socialista ou de transição ao comunismo; e 3) a comunista.¹⁴³

143 MORENO, Nahuel, *A Ditadura revolucionaria do proletariado*, cap. IX, 1979, p. 154.

A large, stylized, light gray letter 'S' is centered on a black background. The letter is thick and has a slightly irregular, hand-drawn appearance. It is positioned behind the text, which is centered within its negative space.

Seminário Internacional

OS REVOLUCIONÁRIOS E O TRABALHO DO
PARTIDO ENTRE AS MULHERES TRABALHADORAS

Apresentação

No marco da tarefa assumida pela LIT-QI, de encarar a atualização programática da Internacional, discutiu-se a importância de tomar, entre os primeiros temas a serem abordados, a questão da mulher. Para esse fim, foi realizado, entre os dias 25 de novembro e 5 de dezembro de 2014, em São Paulo, Brasil, o seminário “Os revolucionários e o trabalho do partido entre as mulheres trabalhadoras”.

Esse seminário teve como objetivo fazer avançar a atualização programática, aprofundando o estudo da concepção marxista sobre o tema e, ao mesmo tempo, encarar, a partir do ponto de vista teórico, as polêmicas existentes em relação às tarefas da libertação das mulheres e à organização dos oprimidos.

Participaram 24 camaradas (19 companheiras e cinco companheiros) dos partidos da Argentina, do Brasil, da Colômbia, da Espanha, de Honduras, de Portugal e membros do Secretariado Internacional da LIT-QI.

Nesses 11 dias, foram estudados textos de Marx, Engels, Lenin, Trotski, Clara Zetkin, Moreno, entre outros marxistas e intelectuais feministas.

O trabalho foi organizado em quatro blocos: 1) *A visão do materialismo histórico sobre a opressão da mulher*, em que foram abordados os conceitos de opressão e exploração; 2) *Feminismo e patriarcado: as relações de gênero e classe, as teorias de gênero, empoderamento, pós-modernidade e discussão sobre a família*, no qual se estudou as posições das principais correntes feministas, incluindo as pós-modernas, e a crítica marxista a essas posições; 3) *Revolução permanente e o papel das tarefas democráticas*, que foi o bloco principal, ao qual se dedicou mais tempo e que incorporou o estudo e a discussão não só das tarefas da libertação da mulher, mas também outras tarefas democráticas, destacando-se, em especial, o tema da autodeterminação nacional; 4) *O trabalho entre as mulheres trabalhadoras e a ação concreta na organização da luta contra o machismo e a exploração*, no qual se tratou a experiência histórica das internacionais e, nesse

marco, se encarou a polêmica sobre o tema da organização dos oprimidos.

Ao longo desses dias, foram precisados conceitos poucos conhecidos, esclarecendo diferenças e atingindo algumas sínteses. É impossível reproduzir aqui toda a riqueza desses dias de estudos e debates, mas queremos nos aproximar desse objetivo com a publicação de uma série de artigos de participantes do seminário que se referem a alguns dos principais temas debatidos e refletem diferentes visões que foram se manifestando.

○ feminismo como ideologia reformista

Florence Oppen

Nosso estudo do feminismo como corrente ideológica se enquadra num processo de luta cada vez mais contundente contra o machismo e a opressão da mulher, no qual milhares de trabalhadoras de diferentes países estão tomando essas bandeiras democráticas (luta pelo aborto livre e gratuito, contra a violência e o feminicídio, contra a impunidade frente aos estupros etc.). Nossos partidos estiveram e estarão sempre ao lado das mulheres na luta por seus direitos. Quanto a isso, não há dúvidas. Entretanto, no interior desses processos de luta, surgem diferentes ideologias, diferentes programas políticos, que representam diferentes interesses de classe e diferentes estratégias de libertação. Nesse marco, este texto é uma primeira discussão sobre as origens do feminismo como ideologia e a relação que os marxistas tiveram historicamente com suas distintas variantes.

Na luta pela libertação das mulheres, o feminismo não foi capaz de mostrar uma via consequente de libertação para as mulheres trabalhadoras. Por isso, parece-nos errado assumir que o feminismo é a única ideologia que defende os interesses das mulheres. Inclusive, defendemos que, ao não conseguir combinar a luta contra a opressão com a luta contra a exploração, o feminismo mantém a imensa maioria das mulheres num beco sem saída. Porém, enfrentamos também aqueles setores que se originam do stalinismo e do castro-chavismo e que se dedicaram a contrapor a luta pelos direitos dos setores oprimidos à luta pelo socialismo, minimizando a luta contra o machismo e postergando para um futuro socialista a incorporação das reivindicações mais urgentes que afetam metade da classe trabalhadora: as mulheres trabalhadoras.

○ feminismo como ideologia e os movimentos de mulheres

Costumamos falar de “movimento feminista” para nos referirmos de maneira geral à luta das mulheres. É importante, contudo, tal

como fez Clara Zetkin,¹⁴⁴ começar diferenciando o *movimento feminino* de luta, cujo *sujeito social* são as mulheres, do feminismo como *ideologia*. Na história, surgiram dois grandes movimentos das mulheres. O primeiro coincidiu com a época das revoluções burguesas e o desenvolvimento da industrialização. O segundo que coincidiu com a incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho, à atividade produtiva (e não simplesmente reprodutiva)¹⁴⁵ após a Segunda Guerra Mundial.

Essa diferença entre movimento e ideologia é importante porque o primeiro movimento de mulheres, que surgiu com as revoluções burguesas e a industrialização, não foi necessariamente feminista, mas, como assinala Zetkin, uma grande parte do movimento feminino não era feminista. Havia uma ala burguesa que eventualmente se definiu como feminista na Alemanha. Existiu também uma ala social-democrata ou socialista.¹⁴⁶ O historiador Richard Evans calcula que, em 1914, o SPD,¹⁴⁷ como resultado de seu trabalho no setor feminino da classe trabalhadora, possuía 175.000 mulheres filiadas.¹⁴⁸

Provisoriamente, podemos apontar uma primeira definição abstrata e funcional do feminismo, que abarca todas as suas variantes: definimos o feminismo como a ideologia que promove não só a emancipação das mulheres como objetivo ou bandeira, mas que também implica uma estratégia de emancipação particular, já que argumenta que *o sujeito social e político da emancipação das mulheres são as próprias mulheres*. Se é verdade que dentro do feminismo coexistiram vários programas (desde burgueses ou reformistas até alguns que foram considerados revolucionários), como marxistas, argumenta-

144 Clara Eisner Zetkin (1857-1933): dirigente da social-democracia alemã e, mais tarde, da III Internacional. (Nota da edição brasileira)

145 No caso específico do Brasil, bem como de outros países onde perdurou por longo período a escravidão de homens e mulheres trazidos da África, a integração da mulher à atividade produtiva é muito anterior à industrialização. Nas lavouras onde predominava a mão de obra escrava, as mulheres negras escravizadas cumpriam um papel produtivo tão importante quanto os homens negros escravizados. Logo, a história da mulher no Brasil (que, naturalmente, incluiu a mulher negra) apresenta características particulares em comparação com a história da mulher europeia, e se combina com a questão racial. Uma próxima edição de *Marxismo Vivo* deverá debater com mais detalhes todas os temas relativos ao problema da opressão racial. (Nota da edição brasileira)

146 ZETKIN, Clara, *El movimiento de las mujeres socialistas en Alemania e La emancipación femenina en la Revolución Alemana 1848-1849*.

147 Partido Social-Democrata da Alemanha. (Nota da edição brasileira)

148 EVANS, Richard, "Politics and the family, social democracy and the working class family" in: *Theory and in practice before 1914*, The German Family, Richard Evans (ed.), 1981, p. 258.

mos que, se é possível falar de certa unidade da ideologia feminista, é porque existe uma unidade estratégica fundada numa convicção ideológica: que o sujeito de libertação da opressão é o sujeito oprimido, e que as demais lutas se cruzam, dividem ou, no melhor dos casos, estão condicionadas à libertação das mulheres como requisito prévio.¹⁴⁹

A dinâmica de classes do primeiro movimento de mulheres

O surgimento destes movimentos de mulheres lutando em diferentes momentos da história por direitos democráticos (igualdade de direitos, igualdade de condições trabalhistas etc.) deve ser compreendido como *parte da luta de classes* e não como algo alheio a ela. A dificuldade, porém, está em explicar como funcionam esses movimentos de luta democráticos e como sua dinâmica evoluiu com o surgimento do imperialismo e, mais concretamente, qual é o seu *motor*. Esse motor, como em qualquer processo de luta, encontra-se na *contradição* da sociedade que empurra determinado setor de classe, ou vários deles, a lutar. Veremos que diferentes setores sociais experimentaram e interpretaram essa contradição de maneiras diferentes. É daí que surgem tanto o feminismo quanto o marxismo como teorias contrapostas.

O pesquisador Richard Evans, em seu trabalho pioneiro *The feminists: Women's emancipation movements in Europe, America, and Australasia 1840-1920* (1977) diz que o termo “feminista” surgiu somente no final do século 19, primeiro em francês, e depois em inglês. Ou seja, que a ideologia feminista é um subproduto dos movimentos de mulheres, mas não é a única ideologia ou programa que influenciou os movimentos. Evans afirma que, se as mulheres sempre lutaram contra sua opressão, foi apenas no século 19, com a ascensão do capitalismo, que “as mulheres começaram a se reunir em organizações específicas para lutar pela emancipação do sexo feminino como um todo”, isto é, pela primeira vez, surgiu um movimento de mulheres como tal.

A ideia de uma emancipação coletiva das mulheres surgiu durante a Revolução Francesa, pelas portas que esta abriu e também pelas

149 Nesse marco ideológico (a defesa dos direitos das mulheres pelas próprias mulheres), cabem vários *programas*. Em última instância, é isso que diferencia os distintos tipos de feminismos: desde o programa burguês que propõe resolver os problemas da mulher dentro do capitalismo, ou seja, com uma perspectiva formal de adquirir direitos dentro do capitalismo, o que só corresponde às mulheres burguesas, até o feminismo radical, que conecta a luta pela emancipação da mulher à luta contra o capitalismo. Nesse último caso, pode-se chegar a definir o feminismo como anticapitalista ou socialista. Porém, se mantém que essa luta deve ser conduzida por um movimento de mulheres e não pela classe trabalhadora em seu conjunto.

que fechou, como mostram as elaborações teóricas sobre o tema que surgiram a partir de 1790. Na França, o filósofo racionalista Nicolás Condorcet publicou *Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania* (1790), e a ativista revolucionária e intelectual Olympe De Gouges publicou sua *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadã* (1791). O debate político se espalhou rapidamente por toda a Europa. Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft publicou *Defesa dos direitos da mulher* (1792); na Alemanha, Theodor Gottlieb Von Hippel escreveu *Sobre o progresso civil das mulheres* (1792); e na Itália, Rosa Califfonia publicou *Breve defesa dos direitos da mulher* (1794). Todos esses trabalhos sublinham uma contradição: que as revoluções feitas em nome de princípios universais de liberdade e igualdade não proclamaram direitos para todos, mas excluíram metade da população, as mulheres.

Portanto, o primeiro movimento de mulheres ou a primeira onda de lutas democráticas em favor das mulheres se abriu com a época das revoluções burguesas e o desenvolvimento do capitalismo industrial, e se manifesta de maneira mais exacerbada em seu início, com a Revolução Francesa, embora tenha ocorrido uma dinâmica semelhante com as revoluções inglesa e americana. Inicialmente, a revolução mobilizou as mulheres, que se organizaram em clubes mistos, como a Sociedade Fraterna dos Patriotas dos Dois Sexos, ou exclusivamente femininos, como o Clube das Cidadãs Republicanas Revolucionárias, que, inclusive, entre agosto e setembro de 1792, conquistou o direito das mulheres ao divórcio e a serem testemunhas no registro civil. Porém, a partir de 1793, as mulheres foram excluídas dos direitos políticos. Em 1795, elas também foram excluídas das assembleias políticas. Na tentativa de dissolver todas as associações e clubes patrióticos radicais, uma ordem de 30 de outubro de 1793 determinou a dissolução dos clubes femininos: não poderiam se reunir na rua mais de cinco mulheres, com o argumento de que “a vocação natural da mulher é ocupar-se de sua casa e de seus filhos”. Por fim, Olympe De Gouges e outras dirigentes foram guilhotinadas ou presas.¹⁵⁰ Essa deposição das conquistas democráticas revolucionárias se institucionalizou na França com a proclamação, em 1810, do *Código Napoleônico*, que seria um padrão para toda a Europa, determinando, em seu artigo 312, a obediência da mulher ao marido.¹⁵¹

150 GUILHAUMOU, Jacques; LAPIED, Martine, “La participación política de las mujeres en la Revolución francesa” in: *Enciclopedia histórica y política de las mujeres (Europa y América)*, Christine Fauré (org.), vol. 1, p. 148.

151 HUGHES, Ann, “La participación de las mujeres en las revoluciones inglesas”; KERBER, Linda, “La participación de las mujeres en la Revolución estadounidense”;

No entanto, não é possível compreender essa contradição ou relação política da Revolução Francesa mantendo-se no nível dos discursos, das leis e das instituições ou do que, às vezes, chamamos de superestrutura. Sabe-se que, no curso da Revolução Francesa, os setores revolucionários tiveram de destruir ou dissolver todas as identidades sociais anteriores: os estamentos, as corporações, as cidades e seus privilégios associados, pois eram identidades essencialistas que justificavam um lugar particular na divisão social do trabalho, um *status* especial no espaço social. Isso se deu para consolidar a identidade burguesa do indivíduo como um sujeito social abstrato e o conceito de Estado. Essa concepção de indivíduo como um sujeito com direitos e deveres frente ao Estado e no mercado de intercâmbio, porém totalmente desvinculado da esfera da produção, é uma produção social e ideológica da sociedade burguesa.

A *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (1798) é uma peça chave da superestrutura (ideologia, leis, instituições) necessária ao desenvolvimento da economia burguesa, em que qualquer identidade coletiva que se opusesse ao indivíduo e ao Estado, com o argumento de que gerava um interesse específico e diferente em contraposição ao interesse nacional (e ao interesse do mercado), deveria ser suprimida. Porém, por que a revolução proclamou “os direitos do homem” e não simplesmente do indivíduo, incluindo a mulher? Por que se opôs tão veementemente às demandas de Olympe de Gouges, que exigiam simplesmente a extensão dos mesmos direitos e liberdades formais às mulheres? Por que a revolução burguesa, que pretendeu destruir *todos* os laços sociais preexistentes, se empenhou em conservar e adaptar uma relação de opressão previamente existente, baseando-se na suposta inferioridade natural das mulheres para negar-lhes o *status* de cidadãs, de sujeitos livres?

Para entender essa exclusão, que não foi acidental ou aleatória, mas obedeceu a uma lógica histórica, temos de ver que o que ocorreu no nível da estrutura econômica e, mais concretamente, com o surgimento e generalização do capitalismo industrial ao longo do século 19. Foi uma dupla transformação do modo de produção, ou melhor, uma transformação com duplo caráter. Se é verdade que o capitalismo industrial lançou, imediatamente, muitas mulheres ao trabalho fabril, em seguida deu um passo atrás e, na esfera econômica, a mulher foi progressi-

GUILHAUMOU, Jacques e LAPIED, Martine, “La participación política de las mujeres en la revolución frances”a in: *Enciclopedia histórica y política de las mujeres (Europa y América)*, Christine Fauré (org.), vol. 1, 2007; e DUHET, Paule-Marie, *Las mujeres y la revolución (1789-1794)*, 1974.

vamente excluída da produção social e encerrada na família, onde lhe foi imposto o trabalho reprodutivo não pago, o chamado “trabalho doméstico”. Esse foi um processo contraditório que durou várias décadas. Porém, o resultado é que a economia doméstica ou familiar (que antes era, no mundo camponês, uma unidade produtiva) foi, pouco a pouco, substituída pela produção assalariada socializada, mantendo a família como forma de organização, mas atribuindo-lhe outra função: a reprodução da força de trabalho do proletariado.

No capitalismo, a mulher encerrada no lar perde sua independência econômica. Essa “dissolução da economia familiar como economia produtiva”, afirma Zetkin, “não só é consequência, mas também premissa do poderoso desenvolvimento da indústria capitalista, na qual se abrem novos setores de trabalho e novos mercados e o aporte de nova força de trabalho”.¹⁵² Nesse campo, Zetkin sintetizou e deu uma expressão programática e política ao trabalho previamente realizado por Engels sobre a transformação da família com o surgimento do capitalismo.¹⁵³ Porém, a outra transformação própria do modo de produção capitalista é a aparente separação entre a esfera da produção (relações privadas e coercitivas entre as classes) e a esfera de consumo (relações sociais públicas, entre indivíduos livres), ou, se abstrairmos, entre o que se denominaria a esfera econômica e a esfera política, a estrutura e a superestrutura. De fato, a lógica da esfera econômica é a divisão da sociedade em classes, com relações de exploração e de opressão, enquanto na lógica da esfera política temos uma ficção jurídica (com consequências reais) de indivíduos formalmente livres e iguais, num Estado neutro e regulador.

É nesse período de afirmação do capitalismo industrial que, segundo Zetkin, a exclusão de fato de todas as mulheres (ou mesmo sua

152 ZETKIN, Clara, *La emancipación femenina en la revolución alemana de 1848-1849*.

153 ENGELS, Frederick, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, 1884. Engels afirmava que, com o advento do novo tipo de família que surge no capitalismo, a família individual monogâmica, “a administração do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já não tem nada a ver com ela. A administração do lar se tornou um *serviço privado*; a mulher se converteu na criada principal sem tomar já parte na produção social. Somente a grande indústria de nossos dias abriu-lhe novamente – ainda que só à proletária – o caminho da produção social. Porém, isso foi feito de tal sorte que, se a mulher cumpre com seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e não pode ganhar nada, e se quer tomar parte na grande indústria social e ganhar por sua conta, se torna impossível cumprir com os deveres da família. O mesmo que acontece à mulher na fábrica acontece também em todos os ramos de trabalho, incluída a medicina e o direito. A família individual moderna se funda na escravidão doméstica franca ou mais ou menos dissimulada da mulher; a sociedade moderna é uma massa, cujas moléculas são as famílias individuais”.

inclusão meramente formal) no espaço público ou político se transforma num problema social potencial, já que para a metade da população (as mulheres) existe uma contradição entre as relações sociais realmente existentes e os princípios políticos que, na democracia burguesa, as justificam. O novo modo de produção capitalista não é simplesmente a troca de um modo de exploração da mulher por outro (do trabalho produtivo explorado na família camponesa pelo trabalho reprodutivo não pago na família burguesa e o trabalho precário na indústria). O capitalismo, objetivamente, piora a condição da maioria das mulheres, que são as que pertencem à classe trabalhadora, mas também gera uma *contradição* entre a vida objetiva, material, da mulher encerrada e oprimida no espaço privado da família e o espaço público regulado pelos fundamentos burgueses de liberdade e igualdade abstrata. Essa contradição, na verdade, tem o potencial de acender uma faísca entre as mulheres, de servir como impulso àquilo que Zetkin chamou de “a luta pela plena emancipação e igualdade do sexo feminino”. Uma luta para gerar uma transformação qualitativa e importantíssima na superestrutura: para alcançar, primeiro, que os princípios abstratos se traduzam em leis que garantam a igualdade de direitos e, depois, que essas leis tenham um conteúdo social, real, e que esses direitos tenham uma aplicabilidade. A revolucionária alemã explicou da seguinte forma essa contradição:

As máquinas e o modo moderno de produção começaram gradualmente a cavar o fosso da produção autônoma da família, impondo para milhões de mulheres o problema de encontrar um novo modo de sustento, um sentido para sua vida, uma atividade que ao mesmo tempo fosse também agradável. Milhões de mulheres se viram obrigadas a buscá-lo fora, na sociedade. *Então, começaram a tomar consciência de que a falta de direitos tornava muito difícil a salvaguarda de seus interesses e a partir deste momento surge a genuína questão feminina moderna.*¹⁵⁴ (grifo nosso)

Para Zetkin, há basicamente duas maneiras de resolver essa contradição que habita “a questão feminina moderna”. Essas duas maneiras têm a ver com a localização social dos grupos de mulheres: as mulheres burguesas e as mulheres trabalhadoras. Podemos considerar, portanto, que o feminismo liberal foi e continua sendo a tentativa política e ideológica de propor uma solução para essa contradição do regime político democrático burguês entre direitos formais e reais

154 ZETKIN, Clara, *La contribución de la mujer proletaria es indispensable para la victoria del socialismo*.

dentro dos marcos da sociedade burguesa, isto é, é uma ideologia que se dá como missão e objetivo, em última instância, realizar os objetivos ideais das revoluções burguesas e do Iluminismo, enquanto o socialismo é a tentativa de resolvê-la agudizando a luta de classes até a substituição do sistema capitalista de exploração.

A característica fundamental desse tipo de movimento ou lutas democráticas que surgem na sociedade burguesa é que *podem* mobilizar setores de classe diferentes e, às vezes, contrapostos, e conformar movimentos de luta *policlassistas*, ou *podem* dar lugar a *movimentos separados* (de mulheres burguesas organizadas de um lado, e mulheres trabalhadoras de outro) que confluem, episodicamente, na luta por reivindicações conjuntas, ainda que essa segunda opção seja de caráter mais excepcional a partir de um ponto de vista histórico (como foi o caso da socialdemocracia alemã e do primeiro movimento feminino). Ainda assim, no interior desses movimentos policlassistas (ou seja, que podem lutar pelo direito ao voto tanto de setores da burguesia quanto da pequena burguesia e do proletariado), surge uma *tensão* própria da dinâmica da luta de classes. Essa *coincidência* na luta por reformas democráticas não pode nos levar a pensar numa *identidade* de interesses ou, inclusive, numa dinâmica de luta análoga, ainda que seja num espaço de luta. A coincidência esconde que, no fundo, a opressão que sofrem as mulheres de cada classe obedece a um nível de contradição social diferente. A contradição mais visível, que se manifestou historicamente primeiro, foi a que afetou as mulheres burguesas: a contradição própria da democracia burguesa, que afirma nos *princípios* uma universalidade de direitos e liberdades, enquanto nas *leis* e nas *instituições* são negadas à metade dos indivíduos realmente existentes (as mulheres). Porém, para as mulheres trabalhadoras, a contradição na sociedade é outra. Não é só, e sequer primeiramente, uma contradição da superestrutura, mas da *estrutura*, já que sua *vida material* se vê diretamente determinada, em primeiro lugar, pela relação de exploração. Entretanto, isso não implica, para as mulheres trabalhadoras, que os direitos políticos sejam menos importantes. Pelo contrário, o que Zetkin denominou “a opressão social” da mulher trabalhadora, que tem como base o trabalho reprodutivo, não só sobredetermina a opressão política (a faz mais grave e profunda), como também hierarquiza e torna mais importante a necessidade de luta por liberdades políticas.

Nesse sentido, se cada classe ou setor de classe que participa da luta pelos direitos democráticos obedece a uma lógica própria, podemos dizer que o movimento que surge como conjunto, como único e

policlassista, está destinado a polarizar-se ou degradar-se. Isso não só porque, caso se obtenha conquistas parciais que satisfaçam também o setor mais privilegiado (a burguesia), esse vai se retirar da luta, mas porque a dinâmica de classes do proletariado se dá a partir da condição de explorado para pensar e enfrentar a opressão. A intervenção de diferentes classes, mais do que um movimento unificado, produz, na realidade, dois movimentos de mulheres (burguesas e proletárias) com sua lógica própria, mas que ainda estão confundidos num só, ainda não diferenciados. A estratégia dos socialistas é organizar as mulheres trabalhadoras com seus irmãos de classe e com seus métodos operários de luta, o que não exclui fazer unidade de ação com setores burgueses. Não é, portanto, uma fatalidade nem uma necessidade que se deem movimentos de mulheres unificados. Mas toda a luta do socialismo foi para evidenciar que há pelo menos duas e não apenas uma forma social de opressão. Enquanto a opressão à mulher trabalhadora engloba e supera a opressão burguesa, a opressão aos setores burgueses e sua estratégia de emancipação se baseia na perpetuação da opressão social das mulheres trabalhadoras (o trabalho doméstico, os baixos salários, as leis parlamentares sem conteúdo social nem orçamento etc.)

Quanto mais tempo o movimento socialista demorou a tomar as bandeiras democráticas (porque teve de travar primeiro uma batalha interna e, somente em 1907, se conseguiu aprovar que a II Internacional tomasse como sua a luta pelo voto feminino), mais se instalou a ideia de uma convergência “natural” de todos os setores de classe num só movimento de mulheres para lutar por seus direitos, e ficou mais difícil evidenciar a dinâmica de classes e a estratégia de classe socialista nessas lutas, chegando-se a identificar a libertação da mulher com a necessidade de um movimento policlassista único e com a ideologia supostamente natural do feminismo, ou seja, construindo o mito de que a libertação da mulher é algo alheio à luta de classes, competindo ao movimento feminista realizá-la. A existência de um movimento policlassista de luta não é uma necessidade nem uma constante, mas uma variável. É uma variável que corresponde a um *momento* da luta de classes na qual o proletariado não se organizou ainda para defender de maneira independente seu programa e seus direitos. É um momento que pode se prolongar, mas não é a forma de luta de fato nem foi, historicamente, a forma em que se assentaram as bases materiais da libertação da mulher. A maior prova disso foi a Revolução Russa.¹⁵⁵

155 GOLDMAN, Wendy, *Mulher, Estado e Revolução*, 2010.

A dialética entre opressão e exploração

Em seu livro *Democracia contra capitalismo* (1995), Meiksins Wood explica como a separação das esferas econômica e política na sociedade capitalista tende a debilitar as relações extraeconômicas (familiares, políticas, laços de amizade etc.), privilegiando a constituição de sujeitos individuais “formalmente livres e iguais”, disponíveis para trabalhar e consumir. Entretanto, por sua vez, utiliza as “desigualdades extraeconômicas” existentes, que chamamos de relações de opressão, para aumentar a exploração de alguns setores da classe.¹⁵⁶ Ou seja, o capitalismo tende não a eliminar as desigualdades e opressões com as quais se encontra, mas a englobar “todas as opressões históricas e culturalmente disponíveis num âmbito determinado” para aumentar a exploração.¹⁵⁷

Por isso, a teoria marxista parte do pressuposto de que as relações de opressão não existem em estado puro na sociedade, mas estão sempre combinadas com as de exploração. O mesmo ocorre com a exploração, que se combina com a opressão política da classe trabalhadora em seu conjunto. Na realidade social, ambas as relações se dão de forma combinada, mas é necessário entender que essa combinação é dialética: todas as relações de opressão estão *subordinadas* às de exploração, isto é, quando servem para a extração de *mais-valia*, são reforçadas, mas quando ameaçam a paz social, ao gerar lutas de massas ou ameaçam a produtividade do capital porque perpetuam formas de exploração menos produtivas, são transportadas a outros setores de classe, trocadas por outras, ou, inclusive, se sua base material é eliminada, podem desaparecer por um período.

Entretanto, as relações de opressão não são estruturais no capitalismo, como precisa Wood:

Se é verdade que o capital se beneficia do racismo e do *sexismo*, não é por uma tendência *estrutural* do capitalismo em direção à desigualdade racial ou à opressão de gênero, mas ao contrário, porque esta(s) ocultam as realidades estruturais do sistema capitalista e dividem a classe trabalhadora.¹⁵⁸ (grifo nosso)

Veremos que essa afirmação é certa, porém incompleta e, portanto, não é totalmente certa. O capitalismo não só se beneficia da opres-

156 WOOD, Meiksins. *Democracia contra capitalismo, la renovación del materialismo histórico*, p. 309.

157 *Ibid.*

158 *Ibid.*

são porque pode superexplorar setores e manter um véu ideológico sobre a classe em seu conjunto, mas porque, no caso da opressão à mulher, se beneficia, enquanto pode, de um trabalho não pago: o trabalho doméstico reprodutivo. O capitalismo obtém esse benefício material dessa forma de exploração não paga da força de trabalho das mulheres, enquanto não lhe convenha – segundo o lugar e o momento histórico – transformar esse trabalho reprodutivo indispensável em trabalho socializado ou assalariado.

Entretanto, o que nos interessa aqui é a dimensão ideológica dessa separação do político e do econômico. Marx explicava que o capitalismo como modo de produção era uma máquina de gerar mistificações, de ocultar o rosto político das relações econômicas – daí a necessidade de fazer uma crítica da economia política, da economia burguesa, como uma organização política e não natural da economia. Em sua *Introdução à crítica geral da economia política* (1857), Marx afirmava que os economistas burgueses como John Stuart Mill (grande feminista!) tendiam a naturalizar as relações de exploração, a “apresentar a produção (...) como regida por leis eternas da natureza, independentes da história”, ou seja, a apresentar *as relações burguesas*, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, “como leis naturais, imutáveis da sociedade em abstrato”, e que o faziam “de forma dissimulada”.¹⁵⁹

Para as mulheres, assim como para as nações, nacionalidades ou etnias oprimidas (algumas oprimidas como raça), a separação entre a esfera social de produção e a esfera política do negociável teve e tem grandes implicações. A primeira é que, estruturalmente, no capitalismo, os direitos políticos, ou os bens extraeconômicos, como Wood os chama, tendem a ser desvalorizados, a serem meramente formais:

(...) o *status* dos bens políticos se vê, necessariamente, diminuído pela autonomia da esfera econômica, a independência entre a exploração capitalista e o poder coercitivo direto (...), a existência de uma esfera separada puramente “política” e distinta da “economia”, que torna possível, pela primeira vez, uma democracia que só é política, sem as implicações econômicas e sociais vinculadas à antiga democracia grega.¹⁶⁰

159 MARX, Karl, *Introducción a la crítica general de la economía política* in: *Contribución a la crítica de la economía política*, Siglo XXI Editores, p. 286.

160 WOOD, Meiksins, *Op. cit.*, p. 318.

A mistificação que gera a ideologia burguesa – que é, inicialmente, a separação do político e do econômico – “pode dar a impressão de oferecer um alcance mais amplo, maior liberdade de ação no mundo”, isto é, gera a ilusão de superar a determinação econômica. Porém, toda liberdade que não esteja garantida materialmente, que não tenha um conteúdo real, acaba se revelando, sobretudo nos momentos mais críticos, como uma liberdade abstrata ou metafísica. Para os setores oprimidos da classe trabalhadora, o tipo de liberdade que o capitalismo oferece não é mais que uma máscara da exploração a que estão submetidos.¹⁶¹

Portanto, Wood argumenta que, contrariamente às aparências (e isso é particularmente verdadeiro a partir da época imperialista), o capitalismo tende a reduzir esse “domínio extraeconômico” de direitos e liberdades e, inclusive, a invadi-lo excessivamente em tempos de crise:

(...) o capital ganhou controle privado sobre questões que antes eram do domínio público e, ao mesmo tempo, cedeu a responsabilidade social e política a um Estado formalmente separado. (...) todos os campos da vida social que se encontram justamente fora das esferas de produção e apropriação e fora do controle direto do capitalista estão sujeitos aos imperativos do mercado e da mercantilização dos bens extraeconômicos.¹⁶²

Em última instância, toda ideologia ou teoria política que reproduz essa separação, que “mascara as realidades de classe do capitalismo” é burguesa. Ou seja, toda ideologia – como o feminismo e o nacionalismo – que reivindica a autonomia do político frente ao econômico como autonomia real e presente, como autonomia operativa, é “o que lança um véu sobre as relações de classe capitalistas.”¹⁶³

161 *Ibid*, p. 324.

162 *Ibid*

163 “No modo de produção capitalista, a superestrutura que garante a exploração e a realização da *mais-valia* gera uma máscara que oculta as relações sociais: a esfera da circulação, a esfera da realização do lucro, possui regras diferentes da esfera da produção e é a única que possui visibilidade social, e nela se tem de resolver todos os conflitos políticos e econômicos, não na esfera da produção. O capitalismo esconde e coloca seu sistema de produção a salvo de todo conflito político e social; enquanto se siga produzindo, que diga ou faça o que quiser – a liberdade nesse segundo âmbito vem condicionada pela premissa do lucro. O efeito ideológico da superestrutura do capitalismo é precisamente a de negar ‘a importância da classe a todo momento’, criando uma categoria abstrata da classe, uma categoria ‘puramente econômica’ que parece não ter nada a ver com a estrutura social e política, que parece estar simplesmente confinada, restrita ao âmbito econômico, ‘por baixo’ do Estado e do mandato político” (WOOD, Meiksins, *Op. cit.*, p. 327).

O feminismo, ou pelo menos suas variantes que não lidam com a exploração, é uma simples reação à desigualdade formal e, porque não lida com a contradição de fundo, se vê diante da disjuntiva de reivindicar a inclusão à igualdade e à universalidade formal ou de celebrar a diferença, o específico da mulher, como uma identidade libertadora. As distintas variantes do feminismo construíram um novo essencialismo para lutar contra a opressão, idealizando as virtudes femininas e fazendo bandeira do mero fato de ser mulher.

Nesse sentido, o feminismo se converteu, assim como o nacionalismo, em ideologia potencialmente muito útil para a burguesia, pois lhe permite continuar fazendo o que necessita para explorar, já que é uma ideologia que possibilita ocultar a origem do poder de classe, do Estado, da *mais-valia*, do que mantém em pé as estruturas da opressão: a organização da exploração. Agitar a bandeira do feminismo permite a todos os setores liberais da burguesia ocultar as raízes das desigualdades e buscar a origem das desigualdades em outro lugar que não seja as relações econômicas (natureza, ideologia etc.)

A ideologia feminista e o socialismo

Na medida em que consideramos o feminismo uma ideologia essencialmente reformista, o socialismo, como corrente revolucionária, se apoia na teoria marxista para elaborar outra teoria de libertação que tem também como objetivo enfrentar e desmascarar as pretensões de tal ideologia das mulheres como verdadeira arma de emancipação. No fundo, o que o socialismo opõe a todos os feminismos e que torna essas duas compreensões irreconciliáveis é o o fato de que propõem duas compreensões diferentes da opressão e duas estratégias opostas de emancipação. Ou se pode conquistar a libertação total e permanente das mulheres no marco do capitalismo, sem buscar conscientemente sua destruição e superação e, portanto, as feministas têm razão sobre o fato de que a luta pela libertação da mulher e a luta contra a exploração são duas lutas separadas; ou reivindicamos, ao contrário, que a opressão das mulheres no capitalismo se assenta sobre uma base material (a exploração das mulheres com o trabalho reprodutivo não pago e a exploração geral de toda a classe), e que todas as relações de opressão estão subordinadas a satisfazer a lógica do lucro, a lógica da exploração. Portanto, ou o sujeito social da libertação das mulheres *são as mulheres mesmas* e sua luta não está entrelaçada com a luta de classes, ou, como argumentam os socialistas, o sujeito social da libertação das mulheres é

a classe trabalhadora em seu conjunto, com as mulheres organizadas em suas fileiras como vanguarda. Nesse aspecto da teoria e da estratégia, não existe síntese ou fusões possíveis. Zetkin assinalou essa diferença fundamental entre a estratégia feminista e a socialista na época da II Internacional, quando o SPD se dedicou a organizar em separado as mulheres da classe trabalhadora:

A emancipação humana integral de todas as mulheres depende, portanto, da emancipação social do trabalho; o que só pode ser realizado pela luta de classes contra a exploração, por parte da maioria. Portanto, as mulheres socialistas se opõem fortemente ao credo das mulheres burguesas de que seus direitos são os direitos das mulheres de todas as classes e (que), por isso, deve ser um movimento apolítico, neutro, exclusivamente pelos direitos das mulheres.¹⁶⁴

Porém isso não quer dizer que a disputa com o feminismo seja uma empreitada fácil. De maneira muito geral, nós socialistas temos um problema com a ideologia feminista, assim como com o nacionalismo. Estamos a favor dos *objetivos* gerais de luta que reivindicam (libertação das mulheres, emancipação nacional); porém, estamos, em muitos casos, contra o *programa* e, fundamentalmente, estamos contra a sua *estratégia*. Não podemos simplesmente rechaçar tais proposições como falsas, perigosas e reacionárias, como fazemos com o machismo e o racismo. Combatemos de maneira intransigente esses últimos subprodutos da cultura burguesa, apelando não somente às armas críticas do marxismo, mas, sobretudo, lutando por reivindicações e transformações na sociedade.

O feminismo como promessa de libertação de todas as mulheres deve ser desmascarado ou superado. Porém, isso só é possível com uma luta ideológica e política dentro da classe trabalhadora, isto é, com a mobilização da classe trabalhadora em torno das bandeiras democráticas dos direitos das mulheres contra o machismo. Zetkin assinalou que somente quando a classe trabalhadora toma essas questões em suas mãos, quando se consegue que as trabalhadoras saiam separadas e comecem a arrastar o resto dos setores proletários, somente nesse momento a burguesia mostra sua verdadeira face, e ela mesma destrói todas as ilusões feministas.

164 ZETKIN, Clara, *El movimiento de las mujeres socialistas en Alemania*.

Quando, por causa *do desenvolvimento das lutas de classe* favorecidas pela instauração da república, prevaleceram no seio da burguesia as tendências reacionárias, ficou claramente expresso que a sorte do movimento feminino estava de mãos dadas com a sorte do movimento operário.¹⁶⁵ (grifo nosso)

A elucidação do feminismo e do socialismo como dois caminhos divergentes e a elucidação última do socialismo como o único caminho real para a libertação total da mulher só surgem “com o desenvolvimento da luta de classes” e, em particular, quando o proletariado se põe à frente, de maneira independente, para reivindicar seus direitos como setores oprimidos. Até que não exista essa luta organizada com caráter de classe, a disputa com o feminismo é puramente propagandística e, portanto, sumamente limitada (o que não significa inútil). Porém, está claro para Zetkin que a luta por desmascarar o caráter reformista do feminismo não pode nunca ser centralmente uma luta de propaganda, mas um esforço constante para *mobilizar de forma independente* a classe trabalhadora por reivindicações programáticas pelos direitos das mulheres.

No entanto, Zetkin, que sintetizou brilhantemente as conclusões políticas de várias décadas de intervenção, de luta e de disputa da socialdemocracia alemã entre as mulheres trabalhadoras, também avisou que, na disputa política e ideológica com o feminismo burguês, os socialistas deviam ser cuidadosos para não entrar na lógica feminista ou reformista na defesa das reivindicações democráticas. O socialismo sempre buscou a unidade de ação na luta com todos os setores favoráveis à igualdade salarial, ao direito ao voto, ao direito ao divórcio etc., inclusive com setores burgueses. O que sempre reivindicou é a diferença entre unidade para lutar e organização. E, em termos de organização, defendeu sempre a organização das mulheres trabalhadoras segundo linhas claras de classe:

As proletárias não devem contar, portanto, com o apoio das mulheres burguesas na luta por seus direitos civis; as contradições de classe impedem que as proletárias possam aliar-se com o movimento feminista burguês. Com isso, não queremos dizer que devam rechaçar as feministas burguesas se elas, na luta pelo sufrágio universal feminino, se puserem a seu lado e sob sua direção para combater nas frentes o inimigo comum. Porém, as proletárias devem ser perfeitamente conscientes de que o direito de voto não pode ser conquistado mediante uma luta do sexo feminino sem discri-

165 ZETKIN, Clara. *La emancipación femenina en la revolución alemana de 1848-1849*.

minações de classe contra o sexo masculino, mas somente com a luta de classes de todos os explorados, sem discriminação de sexo, contra todos os exploradores, também sem nenhuma discriminação de sexo.¹⁶⁶

A questão é como, no marco da unidade de ação, as mulheres trabalhadoras e os socialistas se diferenciam nas razões pelas quais lutam por seus direitos políticos para alcançar um valor real e significativo para nossa classe. Zetkin afirmava:

Por isso, a luta pela emancipação da mulher proletária não pode ser uma luta semelhante à que desenvolve a mulher da burguesia contra o homem de sua classe; pelo contrário, a sua é uma luta unificada à do homem de sua classe contra a classe dos capitalistas. Ela, a mulher proletária, não necessita lutar contra os homens de sua classe para derrubar as barreiras que a livre concorrência levantou. As necessidades de exploração do capital e o desenvolvimento do modo de produção moderno eliminaram completamente essa luta. Pelo contrário, devem ser levantadas novas barreiras contra a exploração da mulher proletária, com as quais devem se harmonizar e garantir seus direitos de esposa e mãe. *O objetivo final de sua luta não é a livre concorrência com o homem, mas a conquista do poder político por parte do proletariado. A mulher proletária combate ombro a ombro com o homem de sua classe contra a sociedade capitalista. Tudo isso não significa que não deva apoiar, também, as reivindicações do movimento feminino burguês. Porém a conquista dessas reivindicações somente representa para ela o instrumento, como meio para um fim, para entrar em luta com as mesmas armas ao lado do proletário.*¹⁶⁷ (grifos nossos)

A primeira coisa que afirma Zetkin é que a defesa da extensão de todos os direitos democráticos para as mulheres (e o mesmo se poderia argumentar para os negros e os imigrantes) pode obedecer a duas lógicas diferentes e, inclusive, contrapostas. Para o feminismo, obedece a um ideal de *inclusão* na lógica burguesa, a da livre concorrência entre indivíduos formalmente livres e iguais. Trata-se de uma luta para estender às mulheres os direitos e liberdades da democracia burguesa existentes.

Para o socialismo, a luta pelos direitos formais dentro da democracia tem o objetivo de assentar as bases de um *enfrentamento e superação* dessa lógica, já que para a classe trabalhadora explorada essa lógica da concorrência entre indivíduos formalmente livres e

166 ZETKIN, Clara, "Resolución presentada al Congreso Socialista Internacional de Stuttgart", 22 de agosto de 1907.

167 ZETKIN, Clara, "La contribución de la mujer proletaria es indispensable para la victoria del socialismo".

iguais é a própria base de sua exploração, que homens e mulheres concorram na arena salarial por trabalho. Por isso, Zetkin argumenta que, para as mulheres trabalhadoras, seu objetivo final é a “conquista do poder político por parte do proletariado”. Enquanto as feministas almejam realizar os ideais dos *princípios* burgueses de liberdade e igualdade, as socialistas reivindicam esses direitos para poderem se organizar politicamente, para terem uma independência social, política e econômica que lhes permita defender, na sociedade burguesa, seus *interesses* de classe e poderem se organizar para derrubá-la.

A segunda coisa que afirma Zetkin é que, ainda que a conquista de direitos democráticos seja para os setores burgueses e pequeno-burgueses um fim em si, para a classe trabalhadora é um instrumento fundamental, o que não quer dizer que nossa relação com os direitos políticos seja meramente instrumental ou oportunista. É fundamental que as mulheres e outros setores obtenham uma igualdade de direitos para poderem se organizar politicamente junto aos seus companheiros de classe. Se a metade da classe ou um setor importante (como os negros, os imigrantes ou os LGBTTs) não se encontra em igualdade de direitos para lutar, isso é um obstáculo enorme para que a classe trabalhadora, como classe, se constitua como um sujeito político. Por isso, Zetkin recordava que ela lutou pelo direito de voto porque esse tinha uma transcendência especialmente importante para as trabalhadoras:

Os objetivos e os valores pelos quais se reclama o direito ao voto diferem segundo o estrato social a que as mulheres pertencem. *O significado do direito de voto é inversamente proporcional ao tamanho do patrimônio*. Portanto, é muito reduzido para as mulheres da grande burguesia e muito importante para as proletárias.¹⁶⁸ (grifo nosso)

Cada conquista democrática, ainda que seja formal, tem, pois, um significado *maior* para a classe trabalhadora do que para a classe burguesa, porque é uma ferramenta a mais para desenvolver sua atividade e organização política até a revolução.

168 ZETKIN, Clara, “Resolución presentada al Congreso Socialista Internacional de Stuttgart”, 22 de agosto de 1907.

Enfrentar o machismo para unir a classe trabalhadora a serviço da revolução socialista

Ana Pagu, Glória Trogo e Mariúcha Fontana

A Liga Internacional dos Trabalhadores, desde sua fundação, tem uma atuação principista no combate ao machismo. Consequente com seu programa de luta pela revolução socialista, acredita que não é possível construir o socialismo com machismo. Da mesma forma, não se pode prescindir de metade da classe trabalhadora para construir a revolução.

Compreendemos que os revolucionários atuam para derrubar esse sistema assentado na exploração e acabar com todas suas mazelas e toda a opressão. Porém, estão inseridos nessa sociedade, cuja ideologia machista é arraigada, impregnada de tal forma nos homens (que oprimem) e também nas mulheres (que são oprimidas), que a opressão é exercida, vivida e percebida como se fosse natural. Na verdade, ela é construída historicamente.

Rejeitamos qualquer luta pelo socialismo que, em nome de uma suposta totalidade da classe, negue as especificidades (mulheres, negros, LGBTQs etc.) que a compõem. Não acreditamos que as mulheres possam, em nome do socialismo, submeter-se ao machismo. Incorporamos suas bandeiras como parte da luta de nossa classe para que as mulheres trabalhadoras se insurjam contra a submissão que o capitalismo impõe a elas. Estimulamos e incentivamos as mulheres a serem parte ativa das transformações sociais, a serem sujeitos políticos.

Não acreditamos num homem novo sob o capitalismo. As organizações de esquerda refletem a sociedade em que vivem, mas o partido tem um programa revolucionário de mudança dessa sociedade, de luta contra ela. Os homens revolucionários não se transformam automaticamente em não opressores, do mesmo modo que a opressão

só pode ter fim com a tomada do poder. Entretanto, em contradição com o programa revolucionário, os homens carregam essa ideologia e essa prática machista. Parte dessa ideologia, inclusive, está profundamente enraizada dentro de cada um e naturalizada. Veem-na como se fosse natural, e não cultural ou adquirida, como realmente é. Nas organizações de esquerda, essa contradição precisa ser resolvida em favor do nosso programa, a partir de um combate interno e de medidas que façam com que homens socialistas realmente revolucionários, diferentes do homem comum e da sociedade machista, sejam defensores e aliados das mulheres na luta contra o machismo.

Apoiando-se em Marx, Lenin, Trotski e Moreno, nossa corrente construiu um arsenal teórico relevante sobre a questão da mulher, que demonstra ser impossível qualquer saída para as mulheres trabalhadoras dentro do sistema capitalista, seja por uma luta unicamente cultural contra o machismo seja em unidade com setores da burguesia. Mais do que isso, defendemos que é necessária uma luta permanente contra o machismo: antes, durante e depois da tomada do poder.

O livro *Mulheres trabalhadoras e marxismo*, de Carmem Carrasco e Mercedes Petit, escrito no final dos anos 1970,¹⁶⁹ incorporando as teses da Fração Bolchevique,¹⁷⁰ armou nossa Internacional para enfrentar as teorias revisionistas da segunda onda¹⁷¹ e travar uma polêmica com Mary Alice Waters, dirigente do Socialist Workers Party (SWP) norte-americano, reafirmando a necessidade de unidade entre homens e mulheres trabalhadores, condenando a unidade permanente entre trabalhadoras e burguesas, reafirmando o objetivo de independência de classe na luta das mulheres trabalhadoras e do partido revolucionário.

O livro *O gênero nos une, a classe nos divide*, de Cecília Toledo, publicado nos anos 1990,¹⁷² foi uma grande contribuição para a compreensão de que a luta das mulheres está atravessada por um perfil de classe. Os revolucionários a devem tomar com independência de classe, com a estratégia da tomada do poder pelos trabalhadores. Foi uma polêmica muito importante que nos deu sub-

169 CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo. Um debate sobre a opressão*. São Paulo, Sundermann, 2012. (Nota da edição brasileira)

170 Agrupamento interno à Quarta Internacional construído por Nahuel Moreno nos anos 1970. (Nota da edição brasileira)

171 Refere-se à segunda grande onda mundial de lutas feministas, cujo centro foram os Estados Unidos, no final da década de 1960. (Nota da edição brasileira)

172 Publicado no Brasil pela Editora Sundermann em várias edições, todas esgotadas. (Nota da edição brasileira)

sídios para compreender as concepções de gênero e não opô-las à concepção de classe.

Em 2014, nossa Internacional foi chamada à atualizar seu programa em diversos temas. O seminário internacional “Os revolucionários e o trabalho do partido entre as mulheres trabalhadoras” foi extremamente valioso, possibilitando o estudo de clássicos, o retorno às nossas elaborações para criticá-las, precisá-las e produzir novas compreensões à luz da necessidade de armar nossas seções para melhor enfrentar a luta contra o machismo e travar as lutas pelas bandeiras democráticas das mulheres.

Neste texto, apresentamos nossas primeiras conclusões, retomando as elaborações de Lenin e Trotski para a questão da mulher e desenvolvendo uma análise crítica ao texto *Mulheres trabalhadoras e marxismo*, na perspectiva de contribuir com nossa Internacional.



Os dias atuais reafirmam a necessidade de uma resposta revolucionária de classe às opressões. Em todos os continentes, imigrantes, negros, homossexuais e mulheres da classe trabalhadora têm sido vítimas de enorme violência e exploração, mas também têm protagonizado lutas memoráveis e se destacado em tantas revoluções. Podemos falar das mulheres indianas que levantaram um país contra um estupro em 2012. Ou das mulheres de Kobane, que ganharam as redes sociais em todo o mundo ao serem a vanguarda das milícias curdas que pararam tropas da Al Nustra e de Assad, ou mesmo das argentinas que polarizaram o país contra o feminicídio – exemplos ocorridos em 2015.

Rosa Luxemburgo dizia que a burguesia mantém o sistema de exploração pelas armas em última instância. No dia-a-dia, no entanto, seu instrumento preferido são as ideologias que dividem e oprimem a classe. Entre elas, o racismo, a xenofobia, a homofobia, a transfobia e tantas outras que colocam um setor da classe em desvantagem em relação a outros, transformando diferenças em desigualdades. A decadência do capitalismo, acirrada pela crise econômica internacional, tem levado a um crescimento brutal das opressões, entre elas a das mulheres.

O machismo atinge de maneira particular a nossa classe, degradando, subordinando e mantendo metade dos trabalhadores (as mulheres) em situação de superexploração e de inferioridade. A opres-

são no interior da própria classe a divide e enfraquece a luta contra o capitalismo.

Segundo Lenin, o capitalismo, em sua fase imperialista, piora a situação das massas tanto economicamente, com medidas de exploração necessárias à conformação dos monopólios, quanto politicamente, agudizando as distintas formas de opressão.

Antes, durante e depois da tomada do poder, os revolucionários incorporam, dão importância e têm uma conduta de acordo com o programa que defendem. Como disse Marx, não pode ser livre quem oprime outros.¹⁷³ A luta contra a opressão da mulher é parte e se subordina à luta de classes. Não é possível acabar de forma definitiva com a opressão da mulher sob o capitalismo, e apenas a classe trabalhadora pode derrotar esse sistema e construir o socialismo.

A luta pela revolução e pelo socialismo é uma luta de toda a classe trabalhadora contra a burguesia. Mas a classe trabalhadora é formada por homens e mulheres, por negros e brancos, por efetivos e terceirizados etc., que precisam, unidos, enfrentar os capitalistas e a exploração. Para que essa luta seja vitoriosa, é necessário que a classe operária e as organizações revolucionárias sejam vanguarda também na defesa das demandas democráticas não resolvidas pela burguesia para unir a classe no combate à exploração.

Não é possível acabar com o machismo sob o capitalismo.

Não é possível construir o socialismo com machismo

O feminismo burguês e reformista vende a ilusão de que é possível libertar as mulheres dentro do sistema, abstraindo os interesses de classe ou praticando a colaboração de classes, unindo burguesas e proletárias por reformas no capitalismo. Já os movimentos pós-modernos abstraem qualquer possibilidade de identidade de classe ou gênero e supervalorizam o indivíduo. Negam a necessidade de ação coletiva e veem a libertação da mulher apenas como um caminho individual e, portanto, desconsideram as relações entre as classes e supervalorizam o papel do indivíduo em detrimento das relações sociais.

Essas ideologias, na verdade, cumprem o papel de ajudar a dividir as mulheres trabalhadoras. Ao venderem a ilusão de que o capitalismo pode promover sua libertação, coloca uma parte delas ao lado dos interesses da burguesia contra os interesses dos trabalhadores.

173 MARX, Karl, *Extracto de una comunicación confidencial* in: ENGELS, Friedrich e MARX, Karl, *Sobre el Colonialismo*, 1870.

Por outro lado, o stalinismo, professou, em grande medida, essa mesma ideologia reformista ao defender a colaboração de classes. Ao mesmo tempo, em nome da defesa de um suposto interesse de classe, defendia que a luta pela libertação das mulheres seria travada depois da revolução. Ou seja, supostamente em nome da unidade da classe, não se devia lutar contra o machismo. Para o stalinismo, não era o machismo que dividia a classe, mas sim a luta contra o machismo. Decisões apoiadas num raciocínio dessa natureza foram tomadas na URSS depois da contrarrevolução stalinista em relação às mulheres, aos homossexuais e às nacionalidades oprimidas, na contramão de uma postura e de um programa revolucionário.

As contribuições de Lenin e Trotski, apoiados em Marx, continuam vigentes. São extremamente atuais e configuram um importante referencial para encarar a luta contra o machismo e pelas demandas democráticas das mulheres num marco estratégico, a serviço de libertar as mulheres trabalhadoras e promover uma forte educação da classe contra os preconceitos em relação à mulher.

A validade das contribuições de Lenin para as questões democráticas

Lenin dizia que “sem as mulheres não pode haver um verdadeiro movimento de massas”.¹⁷⁴ Por isso, dava uma enorme importância para que a questão da mulher fosse tomada pelos revolucionários.

As principais contribuições de Lenin sobre as questões democráticas são resultado das polêmicas com os sociais-democratas alemães.¹⁷⁵ Radek¹⁷⁶ argumentava que a defesa do direito à autodeterminação dividia a classe e estava contra os interesses da revolução, uma vez que o capitalismo não era capaz de garantir as liberdades nacionais. Lenin se opunha a essa compreensão. Explicava que o centro da questão estava em compreender que, em primeiro lugar, a classe estava dividida pelas opressões e que a defesa das nacionalidades oprimidas cumpria o papel de unificá-la contra a burguesia imperialista. Esse mesmo raciocínio foi estendido às demais tarefas democráticas.

174 ZETKIN, Clara, *Recordações de Lenin*.

175 O debate pode ser lido em LENIN, V. I., *El proletariado y el derecho de las naciones a la autodeterminación* in: *Obras Completas de Lenin*, Tomo XXVII, 1915.

176 Karl Bernardovich Radek (1885-1939): judeu polonês, militante socialista desde 1900. Aderiu aos bolcheviques em 1917. Após a Revolução Russa, desempenhou tarefas na III Internacional. Participou da oposição conjunta liderada por Trotski, Kamenev e Zinoviev. Foi expulso do PCUS em 1927, readmitido em 1930 mediante autocrítica e condenado à morte no segundo Processo de Moscou. (Nota da edição brasileira)

(...) Parabellum (Radek) (...) declara ilusória a luta pelo inexistente direito à autodeterminação e opõe-lhe a luta revolucionária de massas do proletariado contra o capitalismo (...) Acontece que Parabellum, em nome da revolução socialista, rejeita com desdém um programa consequentemente revolucionário no domínio democrático. Isso é errado. O proletariado não pode vencer senão através da democracia, isto é, realizando integralmente a democracia e ligando a cada passo da sua luta reivindicações democráticas formuladas da maneira mais decidida. É absurdo opor a revolução socialista e a luta revolucionária contra o capitalismo a uma das questões da democracia, nesse caso a questão nacional. Devemos combinar a luta revolucionária contra o capitalismo com um programa e a uma tática revolucionários em relação a todas as reivindicações democráticas: república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade de direitos das mulheres, autodeterminação das nações etc. Enquanto existir o capitalismo, todas essas reivindicações só podem realizar-se como exceção e, além disso, de um modo incompleto e desvirtuado. Apoiando-se nas realizações democráticas já conquistadas e denunciando seu caráter incompleto no regime capitalista, exigimos o derrocamento do capitalismo, a expropriação da burguesia como base indispensável para acabar com a miséria das massas e também realizar completa e integralmente todas as transformações democráticas. Algumas dessas transformações começarão antes do derrocamento da burguesia, outras no curso de seu derrocamento, e outras depois de dito derrocamento (...).¹⁷⁷

Lenin escreve sobre as questões da democracia, especialmente sobre a questão nacional, a partir de 1914. A maioria de seus textos data de 1915 e 1916 e, depois, são sistematizados em forma de teses em 1919, já na III Internacional.

Ao serem formulados antes de abril de 1917, antes que Lenin trabalhasse claramente com a estratégia da tomada do poder pelo proletariado e sim com a estratégia da revolução democrática na Rússia, pode-se questionar se os pressupostos estabelecidos por Lenin sobre as questões da democracia antes de 1917 continuam vigentes. Ou seja, a importância dada por Lenin a questões como a das mulheres e a da autodeterminação das nacionalidades estavam inseridas numa estratégia de “radicalização da democracia” e poderiam embutir uma dinâmica de colaboração de classes?

As elaborações e a metodologia de Lenin no que se refere ao trato de todas as questões democráticas seguem válidas. Longe de engendrarem uma “dinâmica policlassista” ou apontarem para alguma “frente anti-imperialista”, são o melhor instrumento para assegurar a unidade e a independência de classe do proletariado no interesse da revolução socialista.

177 LENIN, V. I., *O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação* in: *Obras escolhidas*, vol. 2, p. 273.

É por isso que as teses da III Internacional referentes a esses temas resgatam as elaborações de Lenin. Também Trotski, a IV Internacional, o SWP norte-americano e James P. Cannon, dirigente do SWP, apoiam-se exatamente nessas elaborações para responderem questões relativas ao trabalho entre os oprimidos depois dos anos 1930, seja na questão nacional e das mulheres na URSS burocratizada, seja nos EUA com a questão negra.

Ainda que não tivesse chegado à conclusão acabada da revolução permanente, Lenin nem defendia colaboração de classes, nem considerava a burguesia e o capitalismo capazes de resolver as questões democráticas de modo completo. Na verdade, a maioria dos seus textos aproxima-se muito da lógica da revolução permanente, mesmo que ele não tivesse uma definição categórica de que a revolução russa devesse culminar na ditadura do proletariado. Por outro lado, Lenin nunca deixou espaço para uma estratégia de “radicalização da democracia”, estratégia essa reformista, encarnada naqueles anos especialmente por Kautsky e combatida por ele frontalmente.

Lenin dá extraordinária importância às questões democráticas por duas razões. A primeira ele toma de Marx, que, na análise da opressão da Inglaterra sobre a Irlanda, dizia que não pode ser livre quem oprime outro. Segundo Marx:

(...) na Inglaterra, se repete agora o que se observou em proporções monstruosas na Roma Antiga. Um povo que oprime outro povo forja suas próprias cadeias.¹⁷⁸

(...) Os anos de estudo sobre a questão irlandesa me fazem deduzir que o golpe decisivo contra as classes dominantes da Inglaterra (e decisivo para o movimento operário de todo o mundo) terá de ser dado na Irlanda e não na Inglaterra.¹⁷⁹

(...) a condição preliminar para a emancipação da classe operária inglesa é a transformação da atual união coercitiva, ou seja, do avassalamento da Irlanda, na aliança igual e livre, se possível, ou numa separação completa, se não for possível.¹⁸⁰

178 MARX, Karl, “Extracto de una comunicación confidencial” in: ENGELS, Friedrich e MARX, Karl, *Sobre el Colonialismo*, 1870.

179 MARX, Karl, “Carta de Carlos Marx a Sigfrido Meyer y Augusto Vogt”, 8 de abril 1870.

180 *Ibid.*

A falta de resposta do proletariado inglês à opressão nacional sobre a Irlanda com a consequente superexploração do proletariado irlandês nas fábricas inglesas impedia a unidade entre o proletariado inglês e o irlandês e, conseqüentemente, a revolução na Inglaterra. Ou seja, os operários irlandeses odiavam o proletariado inglês. Da mesma maneira, a resposta à questão das nacionalidades que faziam parte do império russo era crucial para a revolução, afinal 57% de sua população pertencia a tais nacionalidades oprimidas. A defesa de uma união livre de povos livres implicava na defesa sincera do direito à autodeterminação e, portanto, de separação se essa fosse a vontade de tais nacionalidades oprimidas.

A segunda questão é que Lenin já tinha muito claro que o capitalismo entrara na sua época de decadência, na sua época imperialista, e que tal sistema e a burguesia não resolviam e não podiam resolver de maneira acabada todas as questões democráticas. Isso significa que o proletariado deveria defender as tarefas democráticas não concluídas pela burguesia.

A independência de classe é, para Lenin, um princípio central. Em qualquer país onde o proletariado exista, a tarefa primeira é constituir-lo como classe independente, organizá-lo de modo inteiramente separado e independente das demais classes e subordinar todas as demandas aos interesses da sua luta de classe e do objetivo final, o socialismo. Polemizando com Rosa Luxemburgo, que se opunha à defesa da autodeterminação, Lenin criticava, ao mesmo tempo, as antigas resoluções da II Internacional sobre esse tema porque, apesar de não diferirem da defesa desse princípio, o faziam de maneira nebulosa e vaga. Lenin, então, propunha completar a resolução do Congresso Socialista Internacional de Londres de 1896, incluindo:

1) da particular urgência desta reivindicação sob o imperialismo; 2) do caráter condicional e do conteúdo classista de todas as reivindicações da democracia política (...); 6) da necessidade de subordinar a luta por esta reivindicação, como de todas as reivindicações da democracia política, da luta direta, revolucionária, de massas pelo derrocamento dos governos burgueses e pela realização do socialismo¹⁸¹

Conforme dizia Lenin, podemos estender essas conclusões sobre a questão nacional a todas as demais demandas democráticas, incluindo a questão da mulher. No mesmo debate com Rosa Luxembur-

181 LENIN, V. I., *La revolución socialista y el derecho de las naciones a la autodeterminación*, 1916.

go, para explicar como os revolucionários deveriam encarar a questão nacional, Lenin tomou como exemplo os critérios pelos quais os revolucionários deveriam se posicionar a favor do divórcio contra os reacionários, que alegavam que tal medida dividia as famílias.

Os reacionários estão contra a liberdade de divórcio, aconselham a proceder “com prudência” com relação à dita liberdade e gritam que isso significa a “desagregação da família”. Porém, a democracia considera que os reacionários são uns hipócritas, pois, na verdade, defendem a onipotência da polícia e da burocracia, os privilégios de um sexo e a pior opressão à mulher; considera que, na verdade, a liberdade de divórcio não significa a desagregação dos vínculos familiares, mas, pelo contrário, seu fortalecimento sobre os únicos fundamentos democráticos possíveis e que estabelecem uma sociedade civilizada. Acusar os partidários da liberdade de autodeterminação, ou seja, da liberdade de separação, de fomentarem o separatismo é tão falacioso e hipócrita quanto acusar os partidários da liberdade de divórcio de fomentarem o desmoronamento dos vínculos familiares. Do mesmo modo, os defensores dos privilégios e da venalidade em que se funda o matrimônio burguês na sociedade burguesa combatem a liberdade de divórcio. Negar no Estado capitalista a liberdade de autodeterminação, ou seja, de separação das nações, não significa outra coisa que não seja defender os privilégios da nação dominante e os procedimentos policiaescos de administração em detrimento dos democráticos.¹⁸²

Trotsky, que não tinha uma posição firme na polêmica entre Lenin e Rosa e, por isso, foi duramente criticado por Lenin, depois de 1917, veio a ser, também no tema das opressões, o maior dos leninistas. Em 1939, usou exatamente os critérios de Lenin para defender o direito à autodeterminação dos ucranianos frente à tentativa do stalinismo de impor a unidade forçada.

A reação termidoriana,¹⁸³ coroada pela burocracia bonapartista,¹⁸⁴ fez as massas retrocederem também na esfera nacional. As grandes massas do

182 LENIN, V. I., *Sobre el derecho de las naciones a la autodeterminación* in: *Problemas de política nacional e internacionalismo proletario*, Arkal, Madri, 1975.

183 Termidor é o nome dado a um dos meses do novo calendário instituído pela Revolução Francesa. O sentido político da expressão *termidor* ou *reação termidoriana* vem do fato de que, no dia 9 desse mês (27 de julho de 1794), o setor mais radical da Revolução Francesa – os jacobinos – foi derrubado do poder, dando início a um período de reação, com a anulação de várias medidas revolucionárias e com a eliminação física de seus principais líderes. No caso da Revolução Russa, a reação termidoriana é, fundamentalmente, a contrarrevolução política promovida pelo stalinismo e que resultou no extermínio da velha guarda bolchevique e na perda de inúmeras conquistas políticas e sociais pelo proletariado soviético. (Nota da edição brasileira)

184 Refere-se à burocracia stalinista. (Nota da edição brasileira)

povo ucraniano estão insatisfeitas com a situação de sua nação e desejam mudá-la drasticamente. Este é o fato do qual deve partir a política revolucionária, diferentemente do que fazem os burocratas e os sectários. Se nosso crítico fosse capaz de raciocinar politicamente, teria imaginado sem muita dificuldade os argumentos dos stalinistas contra a palavra de ordem de uma Ucrânia independente: “nega a defesa da União Soviética”, “rompe a unidade das massas revolucionárias”, “não serve aos interesses da revolução, mas aos do imperialismo”. Em outras palavras, os stalinistas repetiram os argumentos de nosso autor: Invariavelmente, o fariam no futuro. A burocracia do Kremlin disse à mulher soviética: “como em nosso país existe socialismo, você deve ser feliz e não fazer abortos, ou sofrerá as consequências”. Ao ucraniano, disse: “como a revolução socialista resolveu a questão nacional, é seu dever ser feliz na URSS e renunciar a toda ideia de separação, ou aceitar o pelotão de fuzilamento”. Que diz um revolucionário à mulher? “Deve ser você quem decide se quer um filho; eu defenderei seu direito ao aborto diante da polícia do Kremlin.” Ao povo ucraniano, lhe diz: “o que importa para mim é sua atitude para seu destino nacional e não os sofismas ‘socialistas’ da polícia do Kremlin; apoiarei sua luta pela independência com todas as minhas forças!” O sectário, como tantas vezes acontece, se encontra localizado ao lado da polícia, salvaguardando o *status quo*, ou seja, a violência policial, com base em especulações estereis sobre a superioridade da unificação socialista das nacionalidades contra o fato de que permanecem divididas.¹⁸⁵

Trotsky aplica o mesmo critério de Lenin na Ucrânia. Em certo sentido, de forma mais categórica frente ao Estado operário burocratizado. Isso porque a essência da compreensão de Lenin herdada de Marx é que não se deve opor as tarefas democráticas à luta pela revolução socialista. Trotsky, assim como Lenin, não opõe a luta democrática aos interesses do socialismo. Pelo contrário, nesse exemplo, Trotsky retoma e opera com a lógica integral de Lenin ao demonstrar que a tarefa dos revolucionários não é se abster dos temas democráticos ou estar contra eles em nome da unidade, mas que a tarefa dos revolucionários frente à opressão das nacionalidades e ao direito da mulher a decidir sobre ser mãe ou não é estar ao lado dos oprimidos contra a política de submissão forçada do stalinismo.

Lenin sempre defendeu que as lutas pelas questões democráticas deveriam ser feitas pela classe e com independência de classe. Em caso de acordos episódicos com a burguesia, defendia que lutassem juntos, mas marchassem separados. Houve apenas uma situação em que Lenin – incluindo Trotsky – admitiu apoiar os setores mais radicais do campo democrático (frente entre distintas classes). Foi nas “Teses do Oriente”, votadas pela III Internacional em 1922. Essas te-

185 TROTSKY, Leon, *La independencia de Ucrania y el confusionismo sectario*, 1939.

ses propunham a “frente única anti-imperialista” para os países do oriente, tal como propunha a “frente única operária” para os países do Ocidente. Segundo Alejandro Iturbe, essas teses, após a revolução chinesa de 1923-1928, foram duramente criticadas por Trotski. Posteriormente, Moreno também as corrigiu, rechaçando duramente a unidade com setores pequeno-burgueses e recuperando o que nelas há de essencial: a independência de classe.

Não é por acaso que em nenhum de seus trabalhos da década de 1930 Trotski tenha chamado a constituição de frentes anti-imperialistas ou de qualquer outro tipo. A célebre formulação das “Teses do Oriente” sobre a frente anti-imperialista é o único antecedente certo desta colocação na literatura marxista revolucionária. Ainda que essas teses assinalem como paralelas a frente operária nos países ocidentais e a frente anti-imperialista nos países orientais, *o próprio texto assinala que a grande tarefa continua sendo conseguir a total independência política e organizativa da classe operária e não formar frentes estáveis com a burguesia.*¹⁸⁶ (grifo nosso)

Não encontraremos em Lenin uma política de colaboração de classes. Insistimos: as lutas pelas questões democráticas têm imensa importância para Lenin, sempre subordinadas à questão de classe, ao interesse da revolução e com a preocupação de unir a classe. Essa é a principal lição que devemos extrair de suas elaborações.

A revolução permanente e a tarefa de libertação das mulheres

A tarefa de libertação das mulheres é uma tarefa democrática, já que se insere no contexto da luta pela igualdade entre os sexos e, portanto, surgiu como reivindicação das revoluções burguesas do final do século 19. Entretanto, assim como muitas outras tarefas democrático-burguesas, como a reforma agrária, a libertação nacional, o acesso universal à saúde e à educação, a burguesia não levou adiante a tarefa democrática das mulheres em todos os países do planeta.

Trotski, na teoria da revolução permanente, deu uma explicação teórica para o substitucionismo social, ou seja, na fase imperialista do capitalismo, caberia ao proletariado cumprir as tarefas democráticas que a burguesia não cumpriu até então. Tal teoria retira, portanto, qualquer papel progressivo da burguesia nacional e desmonta a perspectiva da revolução por etapas, juntando no tempo e no espaço a revolução burguesa e a revolução proletária.

186 ITURBE, Alejandro, “En defensa de la revolución permanente”, *Marxismo Vivo*, ano IV, Nº 3, setembro de 2013.

O programa da revolução proletária, portanto, não seria o programa mínimo e o programa máximo do reformismo, mas um programa de transição, um sistema de palavras de ordem mínimas, democráticas, econômicas e transicionais que coloca em marcha a revolução socialista.

Mary Alice Waters, dirigente do SWP americano, desenvolve uma interpretação da luta das mulheres na perspectiva da revolução permanente, com a qual não estamos de acordo, da seguinte forma:

As mulheres podem conseguir sua libertação somente com o triunfo da revolução socialista mundial. Este objetivo só pode ser alcançado com a organização e as mobilizações de massas das mulheres fazendo parte da luta de classes. Aqui reside a *dinâmica anticapitalista objetiva da luta das mulheres por sua libertação*, assim como a razão fundamental pela qual a IV Internacional deve estar presente nessas lutas e contribuir para oferecer uma direção revolucionária para a luta das mulheres por sua libertação.¹⁸⁷

(...) a luta contínua para eliminar todas as formas de relações sociais opressivas herdadas da sociedade de classes *só pode acontecer com a participação consciente e a direção de um movimento autônomo de libertação da mulher*.¹⁸⁸
(grifo nosso)

Partindo de uma premissa correta, que “as mulheres somente poderão conquistar sua libertação com o triunfo da revolução socialista mundial”, Mary Alice Waters chega a duas afirmações erradas. A primeira delas é atribuir uma dinâmica anticapitalista em si para a luta das mulheres. A segunda, decorrente da primeira, é sustentar que um movimento autônomo de mulheres é o sujeito social dessa luta, subestimando o papel da classe operária e do partido revolucionário.

Essa visão estava sob a pressão de dois fatores da luta de classes da década de 1970. Por um lado, um poderoso ascenso do movimento contra as opressões nos Estados Unidos. Por outro, o abandono da luta contra as opressões pelo stalinismo que, naquele momento, já atacava as conquistas que as mulheres tiveram na Revolução de Outubro e defendia uma teoria etapista de luta contra a opressão. Em linhas gerais, segundo o stalinismo, essa batalha ficaria para depois da tomada do poder.

187 WATERS. M. A. *La revolución socialista y la lucha por la liberación de la mujer*, 1979.

188 *Ibid.*

Nesse marco, a corrente morenista escreveu, em 1979, uma importante contribuição para a luta das mulheres, o livro *Mulheres trabalhadoras e marxismo*, de Carmem Carrasco e Mercedes Petit. O livro começa pelo combate à concepção revisionista de Mary Alice Waters, resgatando o caráter democrático da tarefa de libertação das mulheres e a centralidade da classe operária na luta pela revolução socialista.

Mas, pelo que diz e pelo que não diz, Waters considera o fundamental das tarefas das mulheres para sua libertação como transicional, ou seja, como anticapitalista-socialista. (...) Nós defendemos algo completamente distinto: as tarefas de libertação das mulheres como tais são democrático-burguesas, historicamente se colocam com o início do capitalismo e dizem respeito às mulheres de todas as classes.¹⁸⁹

O primeiro e fundamental acerto do livro é localizar que as questões democráticas, o combate às opressões, subordinam-se à questão de classe, de modo que a luta contra a opressão está subordinada à luta do proletariado contra a exploração e pelo socialismo. Dito de outro modo, nosso programa ordena-se pela ditadura do proletariado, porque se trata de lutar pelo socialismo para superar o modo de produção e as relações sociais de produção capitalistas que se apoiam na propriedade privada e na exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

O caráter histórico da tarefa de libertação das mulheres não é transicional, como afirma Mary Alice Waters, mas democrático. O sujeito social da libertação das mulheres, tendo as mulheres trabalhadoras na vanguarda, é o proletariado (homens e mulheres da classe trabalhadora). Ao abandonar as fronteiras de classe e propor um movimento autônomo de mulheres, as posições de Mary Alice Waters são frente-populistas e, como tal, conduzem a um programa nos marcos da radicalização da democracia burguesa.

Entretanto, um estudo teórico mais crítico do livro também demonstra que existem insuficiências e erros que precisam ser reconhecidos. Quanto ao caráter da tarefa de libertação das mulheres, o livro incorre num erro semelhante ao de Mary Alice Waters. Ao identificar corretamente que o caráter histórico da tarefa é democrático, aponta que o caráter da luta, necessariamente, é frente-populista e

189 CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo. Um debate sobre a opressão*. São Paulo, Sundermann, 2012. p. 41.

praticamente decreta que em nenhum contexto pode ser transicional, ao contrário da nossa tradição e do próprio *Morenazo*.¹⁹⁰

Para o *Programa de transição* e para a própria compreensão morenista do método do *Programa de transição*, desenvolvido em vários textos, todas as tarefas elencadas no nosso programa, independentemente de seu caráter histórico, são necessidades imediatas que podem ou não cumprir um papel transicional dependendo da realidade concreta de uma situação concreta.

Nas *Teses para a atualização do Programa de transição*, Moreno faz uma crítica correta a essa concepção:

A nova teoria da revolução permanente da atual direção do SWP é a teoria dos movimentos unitários progressivos dos oprimidos e não do proletariado e do trotskismo. Todo movimento de oprimidos – se é unitário e abarca o conjunto desses, ainda que sejam de classes diferentes – é, por si só, cada vez mais permanente e leva, inevitavelmente, sem diferenciações de classe ou políticas, à revolução socialista nacional e internacional. Essa concepção foi expressa, particularmente, com relação aos movimentos de negros e de mulheres. Todas as mulheres são oprimidas, assim como todos os negros; caso se consiga um movimento do conjunto desses setores oprimidos, esta mobilização não se deterá e os levará, com diferentes etapas, a fazer uma revolução socialista. (...) Para o SWP, a revolução socialista é uma combinação de distintos movimentos multitudinários – sem diferenças de classes – de importância parecida: o movimento negro, o feminino, o operários, o juvenil, o de idosos, que chegam quase pacificamente ao triunfo do socialismo. Se todas as mulheres marcham juntas, representam 50% do país; se ocorrer o mesmo com os jovens (70% em alguns países latino-americanos) mais os operários, negros e camponeses, a combinação desses movimentos fará com que a burguesia fique encurralada num pequeno hotel, já que serão os adultos burgueses machos brancos os que se oporiam à revolução permanente. É a teoria de Bernstein combinada com a revolução permanente: o movimento é tudo, e a classe e os partidos não são nada. Essa teoria cai rapidamente num humanismo anticlassista, reivindicando a *praxis* como categoria fundamental em contraposição à luta de classes como motor da história.¹⁹¹

Dessa maneira, é equivocado identificar a tarefa democrática de libertação das mulheres como transicional em si, como faz Waters. Mas também é equivocado do ponto de vista teórico afirmar que essa tarefa de caráter histórico democrático não poderá jamais, em nenhuma situação, cumprir tal papel, podendo ser do ponto de vista político formal globalmente resolvida pelo imperialismo e do ponto de vista real, no

190 Nome pelo qual é conhecido o livro *O partido e a revolução*, de Nahuel Moreno, escrito em 1973.

191 MORENO, Nahuel, *Teses para a atualização do programa de transição*, 1980.

socialismo, de forma que, no presente, pode ser descartada e ignorada pela classe trabalhadora e pelas mulheres da classe trabalhadora como Carrasco-Petit chegam a afirmar num ponto do livro.

Afinal, a tarefa de libertação das mulheres é realizável ou irrealizável sob o capitalismo?

Ao centrar a crítica à Mary Alice Waters na questão do caráter das tarefas, o livro faz uma confusão teórica. Por um lado, afirma que, por ter um caráter democrático, a libertação das mulheres pode se dar no capitalismo:

Na Suécia está praticamente conquistada – até onde a natureza o permite – a igualdade entre os sexos e a mais ampla liberdade sexual, e isso não enfraqueceu o imperialismo sueco.¹⁹²

Por outro lado, afirma em diversos trechos que a libertação das mulheres só é possível no socialismo, depois da derrota mundial e definitiva do imperialismo. As duas afirmações, sem uma explicação correta, parecem contraditórias. Na realidade, porém, uma visão dialética da libertação das mulheres, à luz da revolução permanente, nos conduz a uma explicação correta da questão.

A tarefa de libertação das mulheres é democrática? Sim. Isso significa que o capitalismo pode resolver até o final a questão da emancipação das mulheres? Não. Evidentemente, o capitalismo pode conceder direitos democráticos: direito ao aborto, creches, igualdade perante a lei, divórcio etc. Nunca poderá, contudo, conceder até o final a igualdade na vida real e concreta. Como resolver então essa contradição? Lenin se colocou a mesma questão:

Por isso, todos os raciocínios de que, sob o capitalismo, é “irrealizável”, no sentido econômico, uma das reivindicações da democracia política, entram numa definição equivocada, do ponto de vista teórico, das relações gerais e fundamentais existentes entre o capitalismo e a democracia política em geral.

No segundo caso, essa afirmação é incompleta e inexata. Porque não só o direito das nações à autodeterminação, mas todas as reivindicações básicas da democracia política são “realizáveis” no imperialismo unicamente de modo incompleto, desfigurado e a título de rara exceção.¹⁹³

192 CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Op. cit.*, p. 43.

193 LENIN, V. I., *Balance de la discusión sobre la autodeterminación*, 1916.

Em nossa opinião, parece que, na questão das mulheres, opera a mesma lógica. O capitalismo, evidentemente, pode conceder medidas parciais, mas não pode levar até o fim a libertação das mulheres. Quando avança, é sempre “de modo incompleto, desfigurado e a título de rara exceção”. A tarefa é democrática, mas sua solução definitiva não se dará nos marcos do capitalismo. Para negar “o caráter transicional em si” da libertação das mulheres, não precisamos afirmar que ela pode ser resolvida pelo capitalismo. Como qualquer outra demanda democrática, a luta das mulheres pode adquirir uma dinâmica anticapitalista como pode não adquirir.

Moreno ensaia uma resposta à questão em *O partido e a revolução*:

(...) Para Germain, o imperialismo pode outorgar as reivindicações democráticas, já que não há razões orgânicas na estrutura do país imperialista que o impeçam de fazer concessões mínimas de tipo democrático (aborto, liberdade de imprensa etc.). No entanto, nos países atrasados, a burguesia nacional não pode fazer esse tipo de concessão “em sua essência coletiva”; por exemplo, não pode admitir a revolução agrária. Isso é correto, mas o companheiro Germain esquece que as burguesias nacionais também podem fazer concessões democráticas mínimas ao movimento de massas (aborto, liberdade de imprensa etc.) porque não há qualquer razão orgânica que os impeça. Também esquece (e isso é realmente grave) que o imperialismo não pode fazer, “em sua essência coletiva”, a concessão democrática de liberar economicamente todas as suas colônias. Se a burguesia nacional não pode fazer a revolução agrária porque seria “expropriar a si mesma em grande medida”, o imperialismo também não pode conceder a independência nacional completa aos países dependentes, porque também seria “expropriar a si mesmo”, e não apenas “em grande medida”, mas sim de forma total. Deixaria de ser imperialismo.¹⁹⁴

Pensamos que o mesmo raciocínio poderia ser aplicado à questão das mulheres, ou seja, o capitalismo pode outorgar medidas parciais, mas não pode cumprir a tarefa de libertação das mulheres “em sua essência coletiva”. Entretanto, há outra questão colocada: haveria, então, dois tipos de tarefas democráticas? Algumas que podem ser realizadas e outras que, por sua natureza, não podem?

O livro *Mulheres trabalhadoras e marxismo* afirma que sim, são dois tipos:

Para nós, nenhuma luta democrática, e isto inclui a das mulheres, vai objetivamente contra o capitalismo (salvo as de libertação nacional e reforma

194 MORENO, Nahuel, *O partido e a revolução*, p. 376.

agrária), contra sua essência, que é a exploração do trabalho assalariado por meio da propriedade privada.¹⁹⁵

Nos países atrasados, a existência do imperialismo estabelece uma diferença substancial entre a opressão imperialista e os demais tipos de opressão (das mulheres, dos negros, dos homossexuais etc.). Estes últimos relacionam-se a problemas de tipo essencialmente ideológico, cultural, que fazem parte da superestrutura, apesar de terem uma consequência econômica, a superexploração. Quanto à opressão imperialista nos países atrasados, ela se converteu em exploração econômica e faz parte da estrutura, a própria essência do imperialismo.¹⁹⁶

Evidentemente, a questão da opressão nacional dos países atrasados (relação colonial) tem uma dimensão econômica extraordinária para o imperialismo. É um traço essencial. Mas tem, também, uma dimensão política. Se uma nação conquista a sua independência política formal, o imperialismo não vai acabar.

Na questão das mulheres é o mesmo. Existe uma dimensão política formal, mas a superestrutura não existe separada da estrutura econômica. A opressão da mulher, o trabalho doméstico, a transferência para a esfera privada da reprodução da força de trabalho também são elementos que se relacionam à economia capitalista, mesmo que não sejam a estrutura fundamental do modo de produção capitalista. No entanto, elas dão base à superestrutura política (formal) e ideológica, que cumpre um papel importante na manutenção do sistema. Afirmar isso não significa reconhecer um sistema dual, um duplo modo de produção (capitalista e patriarcal), mas reconhecer que o capitalismo não revolucionou até o final todas as relações sociais de produção. Pelo contrário, o capitalismo soube se aproveitar de diversas relações pré-capitalistas e colocá-las a serviço da exploração, especialmente na sua fase imperialista, inclusive para incrementar seu exército industrial de reserva.

No caso da opressão da mulher, apesar de ter destruído a família como unidade de produção, não extinguiu a família. Transformou-a em família burguesa e manteve o trabalho doméstico, deixando a esfera da reprodução da força de trabalho a cargo da mulher, um trabalho improdutivo, é certo, mas que tem uma função econômica e ideológica importante. Localizar a exploração na estrutura e a opressão

195 CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Op. cit.*, p. 45.

196 *Ibid*, p. 89.

na superestrutura e não estabelecer uma relação dialética entre uma coisa e outra não ajuda a explicar bem o problema.

O livro retira do presente a necessidade e a tarefa democrática da luta pela emancipação da mulher. Aponta que, na sua dimensão política e formal, já está resolvida ou pode se resolver generalizadamente bem facilmente. E, como na dimensão econômica essa tarefa apenas se resolve na transição do socialismo para o comunismo, ela terá importância apenas nesse momento. Antes disso, ela não interessa às mulheres trabalhadoras (desconhecendo inclusive a dimensão específica da opressão sobre as trabalhadoras que Clara Zetkin identifica). Às trabalhadoras, por essa compreensão, apenas interessaria a luta contra a exploração.

Se quisermos definir corretamente a política revolucionária para as mulheres é imprescindível fazer uma localização precisa da etapa histórica em que nos encontramos. E, então, temos que começar por dizer que na luta pelo socialismo e o comunismo se estabeleceram duas grandes etapas: A primeira, que se abriu em 1917 e se estenderá até a derrota mundial do imperialismo (...); A segunda será daí até o comunismo. (...) Sem dúvida, vivemos na primeira etapa, e nossas caracterizações e política não podem ignorar isso. (...) Para nós, é um fato inegável que esta situação das massas exploradas é o que as leva a reduzir a importância ou a ignorar muitos dos problemas que afetam grupos importantes de pessoas, inclusive a metade da humanidade, como as mulheres.¹⁹⁷

Essa não deixa de ser uma visão economicista da questão. Parece que a opressão não diz respeito à classe ou, ao menos, que tem pouca importância. Ou seja, não é importante o fato de que, além da exploração, a enorme maioria da classe sofre uma opressão cotidiana (sejam as mulheres, imigrantes, jovens, precarizados, negros etc.). Parece que, para as autoras, a classe está unida, e lutar contra a opressão antes da transição do socialismo para o comunismo divide a classe ou, pior, une a classe à burguesia, na medida em que a luta democrática seria, necessariamente, policlassista. Para Lenin e Trotski, essa questão se coloca oposta à lógica das autoras. Para eles, a luta contra a opressão, subordinada à luta da classe trabalhadora e de seus objetivos revolucionários, é imprescindível para unir a classe e deve ser conduzida de maneira não reformista e com independência de classe. E mais: deve ser travada de forma audaz, cotidiana e sincera pelo proletariado e pelos revolucionários.

Ao atribuir um caráter policlassista à luta democrática, o livro parece evitar a luta contra a opressão e o machismo por medo do

¹⁹⁷ *Ibid*, pp. 90-91.

policlassismo. Enxerga na luta o perigo de divisão da classe, ignorando que a classe está cruzada, de cima abaixo, pela opressão; que o machismo (e outras opressões) dividem a classe e necessitam de combate cotidiano.

A relação dialética entre exploração e opressão

Não podemos fazer uma oposição entre estrutura e superestrutura como se fosse possível travar uma luta contra a exploração separada da luta contra a opressão, ou mesmo como se houvesse na política uma hierarquia obrigatória entre as reivindicações. Ou seja, como se a luta contra a exploração e contra o capitalismo não fosse obrigada a incorporar as lutas democráticas contra a opressão, como se a exploração determinasse sempre em primeira instância todos os fenômenos políticos. Como dizia Engels,

(...) segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converterem-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma como fator predominante.¹⁹⁸

Se é importante e fundamental identificar que o surgimento da opressão da mulher coincide, historicamente, com o surgimento da exploração e, portanto, entender que sem por fim à exploração não se resolve de modo completo a opressão, nem Engels e muito menos Lenin tiveram uma visão economicista e mecânica dessa questão. Lenin dizia que, do ponto de vista econômico, de sua base material ou, de um modo absoluto, nenhuma das tarefas democráticas podem ser resolvidas sob o capitalismo, a não ser de modo incompleto, deformado, precário e como exceção. De um ponto de vista político, porém, e de modo relativo, praticamente todas são realizáveis. O fato de a base material da opressão da mulher não ser a estrutura central

198 ENGELS, Friedrich, “Carta a Bloch”, 1890.

do sistema capitalista não quer dizer que ela não exista. Em última instância, é essa base material e a função ideológica que ela ajuda a manter o que torna impossível que o capitalismo possa resolver globalmente essa questão. Por outro lado, não é verdade que, do ponto de vista político ou jurídico e formal, o capitalismo já tenha resolvido todos os problemas de opressão ou que esses não digam respeito às mulheres e à toda a classe trabalhadora. Todas as lutas democráticas, incluindo a libertação das colônias, têm uma dimensão política (formal) e outra econômica.

É preciso identificar e combater um dos principais postulados teóricos sobre o qual se alicerçam as posições de Mary Alice Waters. As teóricas feministas, em geral, defendem que o patriarcado é uma ideologia, mas o localizam no inconsciente. Por isso, orientam uma luta cultural. Outra vertente sustenta que o patriarcado é estruturante da sociedade, o que leva a duas estruturas: a capitalista e a patriarcal. Não podemos nos limitar a uma discussão meramente econômica, opondo ou contrapondo, muitas vezes, estrutura a superestrutura, economia a política, como se não formassem parte de uma totalidade dialética.

Algumas reflexões sobre a família na tradição marxista

Não podemos defender uma visão da família idealizada e secundarizar a opressão de mulheres, crianças e homossexuais no interior das famílias. Em alguns trechos, Carrasco-Petit cometem esse erro. Por exemplo:

As mulheres que vão do campo à cidade não o fazem para libertar-se, para romper conscientemente com sua dependência econômica, incorporando-se à produção, nem para escapar da opressão de suas famílias ou seus maridos, mas para fugir de uma miséria espantosa. Nas cidades, muitas delas são obrigadas a trabalhar como faxineiras ou tornam-se vendedoras ambulantes ou prostitutas. Pior para as que chegam sozinhas, *sem o menor apoio de um marido ou companheiro (ainda que este seja machista)*, ou de alguns membros de sua família.¹⁹⁹ (grifo nosso, A. P., G. T., M. F.)

Acreditamos que a família, para muitas mulheres, é um ponto de apoio afetivo extremamente importante, mas não negamos também seu caráter opressor. Oprimidas pela ideologia da manutenção da instituição familiar, muitas suportam violências de todas as ordens (psicológica e física). Nossa tarefa reside em educar homens e mu-

199 CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Op. cit.*, p. 40.

lheres contra a submissão. Não nos cabe dizer aos oprimidos que é melhor suportar a opressão machista do que não ter uma família. Não defendemos que o fato de ter um marido seja a única maneira da mulher trabalhadora se realizar. Não devemos defender que uma mulher aceite a submissão para estar casada. Segundo Wendy Goldman,²⁰⁰ o Estado operário russo foi o primeiro a instituir juridicamente o direito da mulher ao divórcio. Os bolcheviques faziam agitação pública no campo para explicar às mulheres que o Estado, juridicamente, lhes garantia a união livre e o direito à separação caso quisessem. Essa foi uma herança da III Internacional e de Lenin que os russos incorporaram.

Outra crítica a esse tema se refere à reivindicação da família operária contra os ataques do capitalismo. Pensamos que, do ponto de vista teórico, é errada a formulação de defesa da “família operária”. Não existe uma “família operária” e uma “família burguesa” sob o capitalismo. Como instituição, só existe uma família: a burguesa. A instituição familiar é uma instituição burguesa, que possui um caráter reacionário. Nosso programa defende a abolição da família, não a criação ou a defesa da “família operária”. Outra coisa é reconhecer e defender as condições de vida e o direito aos vínculos e laços emocionais da classe operária contra a barbárie capitalista, mas não com o objetivo de formar ou defender a instituição familiar. Evidentemente, não temos nenhum acordo com quem defende que a abolição da família deva ser uma palavra de ordem de agitação, incompreensível e até desrespeitosa para as massas proletárias, que compreenderão de tal agitação insana um ataque aos seus familiares. Disso não deriva, no entanto, que passemos a defender a família operária como programa (nem como palavra de ordem, porque, nesse caso, o termo presta-se a confusões enormes), como o livro propõe.

Erros que devemos corrigir na armação programática e política

O seminário foi muito positivo para indicar passos a avançar em nossas elaborações. Sem dúvida nenhuma, o maior avanço que tivemos foi chegar à conclusão de que em nossas armações históricas faltava incluir a necessidade de enfrentar o machismo no interior da classe. Ainda que nossa Internacional sempre tenha sido principista nesse sentido, a ausência dessa perspectiva nos desarma para combater as diversas opressões (mulheres, negros, LGBTTs) de forma consequente, visto que, ao não identificá-las, negligenciamos que a

200 GOLDMAN, Wendy, *Mulher, Estado e revolução*, São Paulo, Boitempo, 2014.

classe está dividida pelas opressões. Como consequência, não nos preparamos para dar um combate correto, compreender que o que divide a classe não é a luta contra o machismo, mas o próprio machismo. Nesse sentido, é tarefa dos revolucionários lutar pelas questões democráticas para unificá-las, pois não pode ser que qualquer setor da classe tenha sua liberdade assegurada pela opressão de outro, como dizia Marx.

Necessitamos romper com uma visão economista ou antidialética de abordar a opressão da mulher. É preciso compreender que o machismo tem expressões sociais, culturais e políticas que se dão em todas as esferas da vida da mulher trabalhadora e que não devemos opor a luta contra o machismo à luta contra a exploração. Temos de incorporar todas as demandas das mulheres trabalhadoras no programa socialista, tomando-as de um modo revolucionário e com independência de classe.

Acreditamos, também, que é preciso avançar em relação ao caráter das lutas das mulheres trabalhadoras. É um erro atribuir um caráter policlassista para a luta das mulheres em função de seu caráter histórico. Isso seria um grave erro. Temos de fazer avançar a disputa das mulheres de nossa classe. Não podemos nos abster de atuar sobre elas, não podemos nos limitar a disputar os movimentos que já existem. É preciso ter iniciativas para ganhá-las para nossas fileiras. É nosso dever travar uma luta cotidiana e impulsionar a luta pelas questões das mulheres trabalhadoras. Incorporando e sendo parte das lutas das mulheres trabalhadoras, poderemos nos colocar como alternativa contra as reformistas, feministas policlassistas e defensoras da radicalização da democracia de todos os matizes.

A teoria da revolução permanente e a luta dos oprimidos

José Welmowicki e Alicia Sagra

Introdução

Em nosso seminário internacional “Os revolucionários e o trabalho do partido entre as mulheres trabalhadoras”, ocorrido em dezembro de 2014, deu-se uma rica discussão e algumas polêmicas sobre a teoria da revolução permanente e a articulação da mesma com as lutas dos oprimidos. Nesses artigos, tentamos resumir nossa intervenção no seminário.

A revolução permanente é fundamental para a intervenção dos revolucionários em todos os terrenos, porque é a teoria da revolução socialista internacional que combina distintas tarefas, etapas e tipos de revoluções. Além disso, é a teoria que articula as relações entre as tarefas e os sujeitos no processo da revolução socialista mundial. Por isso, sem a compreensão da revolução permanente, é impossível ter uma estratégia correta para a revolução e para a organização da classe operária e dos setores oprimidos.

A origem da teoria

Nascida da revolução de 1905, essa teoria trouxe uma nova interpretação da dinâmica da revolução nos países atrasados, ainda que, em 1905, tenha sido formulada só para a Rússia. Até então, afirmava-se a possibilidade da revolução socialista acontecer nos países de maior desenvolvimento capitalista. Como consequência, em toda a II Internacional se pensava que os países maduros para a revolução socialista eram Inglaterra, França e Alemanha.

Leon Trotski, apoiando-se nas elaborações de Parvus²⁰¹ e em textos de Marx sobre a revolução alemã de 1848,²⁰² ao fazer o balanço

201 Alexander Parvus (1867-1924): militante revolucionário que fez parte do movimento social-democrata russo e alemão no final do século 19 e início do século 20. (Nota da edição brasileira)

202 Principalmente em “Mensagem do Comitê Central da Liga Comunista” (1850),

da revolução de 1905,²⁰³ elabora o que será uma nova visão dentro da socialdemocracia sobre a dinâmica de classes e o caráter da próxima Revolução Russa.

Qual é a contribuição de Trotski para a teoria da revolução permanente?

Tanto na primeira formulação de 1905 quanto na segunda, desenvolvida em 1929, estabelece uma relação entre as tarefas colocadas e a dinâmica de classes. A burguesia já não é capaz de levar até o fim as tarefas da revolução democrático-burguesa. Essas só se completarão se forem tomadas pela classe operária, que deverá impor a ditadura do proletariado. “A dominação política do proletariado é incompatível com sua situação de dominação econômica por parte da burguesia”, dizia Trotski em seu livro *Balanço e perspectivas*. Por isso, uma vez conquistado o poder político, o proletariado começará a atacar a propriedade capitalista, a enfrentar a exploração, ou seja, as tarefas democráticas se combinarão com as socialistas. Em outras palavras, a dinâmica de classe levará à revolução socialista. Esses dois aspectos (o proletariado como sujeito social da revolução e a combinação das tarefas) são os dois grandes aportes de Trotski, e não aparecem em Lenin antes de abril de 1917.

A novidade da teoria da revolução permanente não é que a classe operária tem de tomar as tarefas da revolução democrática, já que a burguesia não o fará. Apesar de essa definição partir de sua elaboração, tal como o próprio Trotski explicita em sua obra *A revolução permanente*, ele tinha em comum com Lenin a convicção de que a burguesia era incapaz de completar sua própria revolução. Nisso, os dois se diferenciavam dos mencheviques, que sustentavam que a revolução seria encabeçada pela burguesia.

Porém, apesar de concordar que a burguesia não cumpriria sua tarefa, Lenin não definia qual classe a substituiria. Falava de operários e camponeses, mas sem definir qual seria o sujeito social da revolução. Junto com isso, mantinha a tradicional visão dos marxistas de sua época, de que a revolução colocada era a democrático-burguesa, que seria completada pela ditadura democrática dos operários e camponeses.

onde Marx diz que o proletariado, ao intervir na revolução democrático-burguesa, não se satisfaz frente às conquistas democráticas e trata de avançar mais por seus interesses. Por isso, é necessária sua organização independente.

203 TROTSKI, Leon. *Balanço e perspectivas*, publicado no Brasil pela Editora Sundermann na coletânea *A teoria da revolução permanente*, São Paulo, 2010. (Nota da edição brasileira)

Diferentemente de Lenin, Trotski opinava que era impossível que os camponeses se organizassem de forma independente em seu próprio partido. Por isso, via a classe operária, por seu papel social decisivo, como a única classe que poderia realizar a revolução democrática, apesar de seu número reduzido na Rússia. A partir do sujeito social da revolução, chegou à conclusão de que, uma vez no poder, não teria por que parar nas tarefas da revolução burguesa. Assim, a revolução democrático-burguesa se converteria em socialista.

Já na versão de 1929, Trotski incorpora à teoria da revolução permanente o que não via em 1905 e que era a outra grande diferença com Lenin: o partido centralizado como sujeito político da revolução. No item 2 das “Teses”, diz que só o proletariado organizado, em aliança com os camponeses, e dirigido por um partido revolucionário, pode levar a cabo a resolução efetiva das tarefas democráticas e instaurar a ditadura do proletariado, que assumirá, também, as tarefas socialistas.

Queremos reafirmar, então, que para Trotski o caráter da revolução é permanente não porque as tarefas democráticas *por si só*, ao serem aprofundadas, levem à revolução socialista, mas porque há uma relação direta com o sujeito social que pode levar a cabo essa revolução. *Esse sujeito social é o proletariado* que, no poder, começará a cumprir as tarefas socialistas.

O pós-guerra traçou fatos novos: revoluções que expropriaram a burguesia sem o proletariado como sujeito social e sem partido revolucionário. Isso não foi previsto por Trotski, mas são suas elaborações, em especial a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado e a hipótese teórica que coloca no *Programa de transição*²⁰⁴ o que nos permitem interpretar esses fatos. Foi a combinação de uma situação objetiva insustentável (guerra, derrotas, *crack* financeiro etc.), junto com a pressão revolucionária de massas, que obrigou as direções pequeno-burguesas, inclusive stalinistas, a irem além do seu programa e expropriarem a burguesia. Essas revoluções questionam aspectos das teses da revolução permanente, mas não a teoria. Nenhuma dessas revoluções foi encabeçada pela burguesia. Pelo contrário, foi necessário tomar o poder e expropriá-la para

204 “Não se pode descartar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, *crack* financeiro, ofensiva revolucionária das massas etc.), partidos pequeno-burgueses, incluídos os stalinistas, possam ir além do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia” (TROTSKI, Leon, *Programa de Transição*, Editora Sundermann, p. 39).

cumprir as principais tarefas da revolução democrático-burguesa, a independência nacional e o problema da terra.

Como apontou Moreno:

A teoria da revolução permanente é muito mais ampla que as teses escritas por Trotski no final da década de 1920; é a teoria da revolução socialista internacional que combina distintas tarefas, etapas e tipos de revoluções na marcha rumo à revolução mundial. A realidade foi mais trotskista e permanente que o próprio Trotski, e que previram os trotskistas. Produziu combinações inesperadas: apesar das falhas do sujeito (ou seja, que o proletariado, em algumas revoluções, não tenha sido o protagonista principal) e do fator subjetivo (a crise de direção revolucionária, a debilidade do trotskismo), a revolução socialista mundial obteve triunfos importantes, chegou à expropriação em muitos países dos exploradores nacionais e estrangeiros, ainda que a direção do movimento de massas tenha continuado nas mãos dos aparatos e direções oportunistas e contrarrevolucionários. Se não reconhecemos esses fatos, deixamos o campo livre para as interpretações revisionistas que se assentam neles para *negar o caráter classista e político da teoria da revolução permanente*. (*Teses para a atualização do Programa de Transição*, Tese XXXIX) (grifo nosso).

Por outro lado, manteve-se o fio condutor da teoria e das teses: sem a classe operária e o partido, cedo ou tarde, a revolução se paralisa e retrocede. Pode-se chegar até a expropriação da burguesia, mas ao final se congela e vai para trás. Se isso já era claro em 1980, hoje a restauração do capitalismo na China, em Cuba, no Vietnã e em todo o leste europeu está aí como prova máxima. A ausência do proletariado à frente e do partido revolucionário fez com que cada uma dessas vitórias, em vez de avançar até a liquidação do imperialismo em todo o planeta, fosse utilizada pelos aparatos burocráticos para frear, até fazer retroceder e reverter as conquistas.

Por isso, tal como afirma Moreno, a teoria da revolução permanente permanece viva e correta em sua essência, mantendo seu caráter *classista e internacionalista*: tal como colocara Trotski, só a classe operária e o partido à frente podem levar à revolução socialista mundial até derrotar o imperialismo e estabelecer o socialismo em todo o planeta.

O pós-guerra e os efeitos sobre o trotskismo

Esses fatos do pós-guerra levaram a muitas revisões no interior do trotskismo. Órfãos de direção pelo assassinato de Trotski, os jovens e inexperientes quadros que estavam à frente da IV Internacional caí-

ram no impressionismo sob a pressão da esquerda de orientação stalinista, fortalecida pelo triunfo contra o nazismo e o surgimento dos novos Estados operários burocráticos. Era o momento em que Mao, Ho Chi Minh e, em pouco tempo, Fidel Castro apareciam como referência.

O que dizia o Secretariado Internacional da IV Internacional sob a direção de Pablo?²⁰⁵ Que essas direções não eram contrarrevolucionárias, mas direções centristas que, como produto da pressão das massas, podiam se converter em revolucionárias. Foi uma mudança de 180° nas posições da IV, que a levou a uma profunda crise. Essa visão, que identificou o que se chamou *pablismo*, foi combatida pela corrente de Moreno e pelo SWP dos EUA durante 1952-1953.

Mais tarde, o Secretariado Unificado (SU), formado em 1963 sob a direção de Ernest Mandel, continuou com a revisão, atribuindo às direções pequeno-burguesas, como o PC chinês de Mao Tse Tung e o *castrismo*, um papel revolucionário, dando origem ao desvio guerrilheirista que foi enfrentado tanto por Moreno quanto pelo SWP.

As localizações, contudo, foram mudando. A evolução posterior do SU unificou o *mandelismo* e o SWP, abandonando o critério leninista para caracterizar as direções por seu programa e caráter de classe. Para eles, uma direção pequeno-burguesa ou stalinista pode se transformar em revolucionária. Confundiram o que era produto da combinação da radicalização das massas com uma situação extrema de crise catastrófica, guerras etc. – que as empurraram a ir mais adiante –, com um suposto caráter revolucionário dessas direções. Em especial, aplicaram esse critério para definir o *castrismo*, sobre o qual opinavam que, por não provir do stalinismo, podia ser considerado uma direção revolucionária por estar à frente de uma revolução que expropriou a burguesia. Fidel Castro chegou a ser identificado por George Novack²⁰⁶ como um dirigente igual ou superior a Lenin.

Por outro lado, outro setor do trotskismo, como os casos de Gerry Healy, da Inglaterra, e de Pierre Lambert, da França, tomando as teses da teoria revolução permanente como uma bíblia, não identificaram essas revoluções como socialistas, mesmo elas tendo expropriado as burguesias, nem reconheceram como tais os Estados operários degenerados a que deram origem.

205 Pseudônimo de Michel Raptis, militante de origem grega, dirigente, junto com Ernest Mandel, do Secretariado Unificado da Quarta Internacional no pós-guerra. (Nota da edição brasileira)

206 George Novack (1905-1992): trotskista norte-americano, autor de uma série de obras sobre a filosofia e a história do marxismo e do movimento operário. Foi um dos principais dirigentes do Socialist Workers Party (SWP) dos Estados Unidos. (Nota da edição brasileira)

O SWP revisa a teoria da revolução permanente em relação aos oprimidos

Na década de 1960-1970, houve nos EUA um grande ascenso do movimento de mulheres, encabeçado por diferentes correntes feministas, e um ascenso do movimento negro por direitos civis, contra a discriminação racial, em momentos em que não havia grandes lutas operárias. Frente a essa realidade, o SWP fez uma revisão teórica muito profunda. Temos trabalhado bastante o material de Mary Alice Waters, mas a base teórica é de Novack. Em seu livro *Democracia e Revolução*, de 1971, Novack introduz conceitos que, na realidade, são uma revisão global da teoria da revolução permanente.

Em primeiro lugar, manifesta que a defesa da democracia contra seus inimigos levaria por si só à luta pelo socialismo e que a estratégia revolucionária seria *defender e ampliar* a democracia.

Nesse texto teórico-histórico explica:

Hoje em dia, as classes médias urbanas e rurais diminuíram em importância econômica e social; os pequenos proprietários já não terão por tempo suficiente força independente para resistirem a golpes frontais contra a democracia. Há só uma força social com suficiente poder para defender a democracia contra “o perigo claro e presente” da reação capitalista. É a classe operária, que compreende a grande maioria da população. Os operários brancos, os afro-americanos e os povos do Terceiro Mundo, a juventude radical, as mulheres que se rebelam contra seu *status* de “segundo sexo” e os intelectuais e profissionais dissidentes, formam uma falange de forças que têm de ser unidas numa frente comum para defender a democracia.²⁰⁷

Novack, partindo da afirmação de Trotski de que há uma tendência crescente ao fascismo e/ou à bonapartização da democracia burguesa, faz uma proposta programática geral (que Trotski não faz): a estratégia da revolução permanente nas democracias como a dos EUA é a luta por defendê-la dos ataques em todas suas dimensões. A luta por liberdades democráticas, contra a opressão à mulher, contra o racismo, pelos direitos da juventude etc. devem ser o centro, e a chave é radicalizá-la até chegar à ditadura do proletariado. O caminho ao socialismo passa, então, pela defesa e pela ampliação da democracia burguesa. A luta pela democracia e por estendê-la, por si só, levaria ao socialismo. Por esse caminho, se chegaria direto à luta pelo

207 NOVACK, George, *Democracia e revolução*, cap. 12: “Como defender e ampliar a democracia?”.

poder. Esse conceito foi, depois, aplicado pela direção do SWP em sua resolução sobre a luta das mulheres.

Coerente com essa perspectiva, Novack atribui a capacidade de dirigir a revolução a todos os setores que sofrem opressão e discriminação, a todos os setores oprimidos em geral, que deveriam se unir numa frente única.

Os marxistas enfocam o problema de uma forma fundamentalmente diferente. Consideram a democracia burguesa não como um fim em si mesmo, mas como uma etapa na evolução da soberania popular; cujas conquistas progressistas devem ser preservadas. No entanto, essas conquistas estão permanentemente postas em perigo pela cada vez mais reacionária dominação dos ricos durante a decadência do capitalismo. Só podem ser mantidas e ampliadas através da ação e da organização independente das massas operárias e de todos os oprimidos contra os monopolistas e os militaristas, que devem ser dirigidas em definitivo a despojar os anteriores do poder.²⁰⁸

Desse enfoque, deriva a defesa de que o sujeito social não é a classe operária e sim uma somatória de sujeitos dos movimentos de massas democráticos, sem diferença de classes: o movimento negro, o de mulheres, o da juventude e a classe operária como um setor a mais. Por essa via, nega o critério de classe da teoria da revolução permanente tal como propõe Moreno na Tese XXXIX das *Teses para a atualização do Programa de transição*:

(...) a direção do SWP está embarcada em outro ataque à teoria trotskista da revolução permanente. Para essa nova teoria do SWP, já não é *imprescindível nem o proletariado nem o trotskismo para um contínuo desenvolvimento da revolução permanente*. Em suma, é um ingrediente a mais. A nova teoria da revolução permanente da atual direção do SWP é a teoria dos movimentos unitários progressivos dos oprimidos e não do proletariado e do trotskismo. *Todo movimento de oprimidos – se é unitário e abarca o conjunto deles ainda que sejam de classes distintas – é, por si só, cada vez mais permanente e leva, inevitavelmente, sem diferenciações de classe ou políticas, à revolução socialista nacional e internacional*. Essa concepção foi expressa, particularmente, em relação aos movimentos de negros e de mulheres. Todas as mulheres são oprimidas, assim como todos os negros; caso se conquiste um movimento do conjunto desses setores oprimidos, *esta mobilização não se deterá e os levará através de diferentes etapas a fazer uma revolução socialista*.

(...) Para o SWP, a revolução socialista é uma combinação de distintos movimentos multitudinários – sem diferenças de classes – de similar impor-

208 *Ibid.*

tância: o movimento negro, feminino, operário, de juventude, de velhos, que chegam quase pacificamente ao triunfo do socialismo. Se todas as mulheres marcham juntas, representam 50% do país; se ocorre o mesmo com os jovens (70% em alguns países latino-americanos), mais operários, negros e camponeses, a combinação desses movimentos fará com que a burguesia fique encurralada num pequeno hotel, já que serão os adultos burgueses machos e brancos os que se oporão à revolução permanente. É a teoria de Bernstein combinada com a revolução permanente: o movimento é tudo e a classe e os partidos não são nada. Essa teoria cai rapidamente num humanismo anticlassista, reivindicando a *práxis* como categoria fundamental em contraposição à luta de classes como motor da história. Nós – frente ao SWP – devemos reivindicar, mais do que nunca, o caráter classista e trotskista da revolução permanente. Nenhum setor burguês nem reformista nos seguirá no processo de revolução permanente. Em algumas conjunturas excepcionais, quando a ação não atente contra a burguesia e a propriedade privada, marcharão juntos jovens burgueses e operários, mulheres burguesas e operárias, negros oportunistas e revolucionários; mas essa marcha em comum será excepcional e não permanente. Nós seguimos defendendo, intransigentemente, a essência, tanto da teoria quanto das próprias teses escritas da revolução permanente: só o proletariado, acaudilhado por um partido trotskista, pode dirigir, conseqüentemente, até o fim, a revolução socialista internacional e, por conseqüência, a revolução permanente. Só o trotskismo pode impulsionar a mobilização permanente da classe trabalhadora e seus aliados, principalmente a da classe operária. (grifos nossos)

A posição do SWP e suas propostas para a libertação da mulher

Vinculada a essa revisão da teoria, surge a revisão do conceito sobre a opressão e a proposta do movimento unificado de mulheres, de Mary Alice Waters. Como afirma Waters em *A revolução socialista e a luta pela libertação da mulher*,

A opressão da mulher é indispensável para a manutenção da sociedade de classes. Portanto, a luta de massas das mulheres contra sua opressão é uma forma de luta contra a dominação capitalista. (...) As mulheres são um importante componente e um poderoso aliado potencial da classe operária na luta por derrubar o capitalismo (...). Sem a mobilização de massas das mulheres, a classe operária não pode realizar suas tarefas históricas. (...) Assim, nosso apoio para a construção de um movimento feminista autônomo faz parte da estratégia do partido revolucionário da classe operária.

Waters parte de uma definição equivocada: que a opressão da mulher é indispensável para a manutenção da sociedade capitalista, tema sobre o qual falaremos mais adiante. Por outro lado, Waters encara o *conjunto das mulheres* como aliado da classe operária. Para ela, a luta pelas tarefas democráticas por si só levam à tomada do

poder. Se todas as mulheres, sem distinção de classe, são um sujeito social de uma importante luta democrática, é estratégica a formação do movimento feminista unificado, o que nos leva à Irmandade de Mulheres que propunham as feministas radicais.

É a visão oposta à da dirigente revolucionária Clara Zetkin que impulsionou a ação e as resoluções sobre a mulher na II e, depois, na III Internacional. Em *A contribuição da mulher proletária é indispensável para a vitória do socialismo*, Zetkin dizia:

O objetivo final de sua luta não é a livre concorrência com o homem, mas a conquista do poder político por parte do proletariado. A mulher proletária combate ombro a ombro com o homem de sua classe contra a sociedade capitalista. Tudo isso não significa que não deva apoiar também as reivindicações do movimento feminino burguês. Mas a conquista dessas reivindicações só representa para ela o instrumento como meio para um fim, para entrar na luta com as mesmas armas ao lado do proletário. (...) a mulher proletária se põe ao lado do proletariado, e a burguesa, da burguesia. Não nos deixemos enganar pelas tendências socialistas no seio do movimento feminino burguês: se manifestarão enquanto as mulheres burguesas se sentirem oprimidas, mas não mais além.

Nos anos 1980, o SU incorporou e passou a defender essa visão elaborada pelo SWP, aprofundando-a e aceitando as posições das feministas radicais. Em 1989, a então seção do SU, a Liga Comunista Revolucionária (LCR) da Espanha, desenvolveu uma tese intitulada “A rebelião das mulheres”. Segundo essa tese, a revolução é uma soma de lutas democráticas que são anticapitalistas por si só, se as levamos de forma radical, independentemente da classe e de sua direção: a ecológica, a feminista etc.

Propõe que “a opressão das mulheres é exercida de forma individualizada ‘pelos homens’ de conjunto” e, a esse conjunto de relações, chama *patriarcado*, identificando-se com a posição das feministas radicais, analisadas no seminário e no artigo de Florence Oppen desta revista.

O sujeito social da libertação das mulheres são “as mulheres”, ou seja, todas, sem distinção de classe: “o movimento feminista surge como expressão deste despertar das consciências de muitas mulheres e se conforma como o sujeito determinante na luta por sua libertação”. Considera que elas são parte do conjunto de setores que estarão em unidade até o final na luta pelo socialismo, entre os quais estaria a classe operária. Na tese 14: “Além disso, existem outros mo-

vimentos de libertação e, particularmente, da classe operária, que para conseguir seus objetivos também devem considerar a destruição do Estado". Na tese 15: "também o caráter estratégico do movimento feminista, seu papel central na transformação revolucionária". Na tese 16: "As mulheres são o sujeito de sua própria libertação".

Ou seja, para a LCR e o SU, há vários movimentos, o de todas as mulheres, o da classe operária e outros que se somam à luta anticapitalista. A classe operária é, para a LCR, somente parte desse processo, um dos múltiplos movimentos, ainda que seja muito importante. Mas, categoricamente, seu papel não é o de dirigir, mas o de aliar-se com qualquer outro setor. Não há nenhuma referência à divisão de classe entre as mulheres. O movimento feminista deve ser autônomo do Estado e *dos outros movimentos*, incluindo o movimento operário e o partido. Consequentemente, o papel do partido revolucionário não é dirigir nem combater as direções pequeno-burguesas, mas apenas participar ativamente do movimento autônomo das mulheres e ponto.

Como vimos no seminário, não estamos só recordando polêmicas dos anos 1970 e 1980 do século 20. Essas posições são defendidas ainda hoje por organizações trotskistas, como o Freedom Socialist Party (FSP) dos EUA. Portanto, esse debate se mantém atual.

O caráter das tarefas da libertação da mulher e o que se pode conquistar antes da tomada do poder

Esses dois temas que estão em discussão entre os marxistas também foram debatidos no nosso seminário. O seminário fez avançar a compreensão de que as tarefas da luta contra a opressão são democráticas e não são tarefas anticapitalistas *em si mesmas*. Ou seja, o capitalismo não se estrutura ao redor da opressão da mulher. As demandas pela igualdade da mulher são reivindicações da revolução democrática que não foram resolvidas. Algumas delas foram se impondo ao longo dos séculos 20 e 21, ainda que com muitas desigualdades. Referimo-nos a questões democráticas como o direito ao voto, a guarda dos filhos, o direito a estudar, a ser proprietária, ao divórcio, ao aborto. Isso se deu em vários países.

Por outro lado, no seminário ficou claro que a luta contra a opressão da mulher é milenar e que a burguesia, apesar de ter conquistado o desenvolvimento das forças produtivas e ter criado as condições ao incorporar massivamente a mulher ao mercado de trabalho, foi incapaz de resolver o tema, mesmo nos países imperialistas. É decisivo

entender que isso tem a ver com o que propõe a revolução permanente: na época imperialista, a burguesia é incapaz de levar até o fim qualquer tarefa democrática que tenha ficado pendente da revolução burguesa. Isso inclui a opressão à mulher, que escraviza metade da humanidade.

Essa incapacidade tem, segundo Trotski, dois motivos centrais: 1) a relação orgânica das burguesias com o imperialismo; 2) o temor de colocar as massas, em especial a classe operária, em movimento. Essa incapacidade a que se refere Trotski tem a ver com levar até o fim as tarefas democráticas. As burguesias, no entanto, foram obrigadas, em certas circunstâncias, a tomar ou aceitar algumas medidas parciais para frear grandes movimentos revolucionários. Por exemplo, é de interesse de setores da burguesia que haja um mercado interno unificado e medidas protecionistas contra os competidores internacionais. Houve certos processos de industrialização na América Latina e de nacionalização – parcial ou não – de recursos minerais. Também na América Latina, conhecida pelos golpes de Estado recorrentes, em determinado momento se utilizou a reação democrática para desviar o ascenso.

A respeito da opressão à mulher se dá uma dinâmica semelhante: a burguesia é incapaz de resolver o problema, assim como é incapaz de resolver o problema do racismo, porque o capitalismo incorpora todas as opressões. Utiliza as distintas situações de privilégios e desvantagens para melhor explorar os trabalhadores e os povos. Esse processo de aproveitar as desigualdades chega a seu ponto máximo na fase decadente do capitalismo – o imperialismo –, que se aproveita de todas as diferenças raciais, sexuais, nacionais etc. para melhor explorar. Isso não exclui o fato de que, frente à radicalização e às lutas, a burguesia e o imperialismo possam fazer concessões, em particular no terreno das reivindicações formais, como o divórcio, a igualdade perante as leis e a legalização do aborto. Como vimos antes, as demandas desse tipo podem ser concedidas sem que o capitalismo corra perigo. Além disso, sempre que fazem esse tipo de concessões legais, tratam de incorporar e cooptar setores de mulheres com a promessa de conseguir a igualdade com as leis do sistema dentro do capitalismo. Por exemplo, o direito ao voto já existe na imensa maioria dos países e, junto com ele, vêm os chamados à “participação cidadã” das mulheres como caminho para superar a opressão.

Esse é o pano de fundo do assim chamado empoderamento, das “políticas de gênero” que dizem às mulheres que basta que se tornem conscientes de seus direitos, se eduquem, se proponham a tomar

as tarefas dos homens, para conquistar a igualdade e acabar com a violência que sofrem etc. Com esse objetivo, faz-se propaganda, utilizando como exemplo as mulheres que são ministras ou presidentes de países, como Angela Merkel, Dilma Rousseff ou Cristina Kirchner. As campanhas da ONU também falam de gênero e de progresso da mulher. Todas elas ocultam o fato de que, para a imensa maioria das mulheres, as trabalhadoras e as donas de casa dos lares operários, a situação piora a cada dia. Esse é um sonho completamente impossível sob o capitalismo, pois o imperialismo cada dia piora mais as condições de vida dos trabalhadores, e as mulheres são as que mais sofrem com o desemprego, a fome, o desmonte da saúde e da educação públicas e outros gravíssimos problemas.

Por tudo isso, no seminário houve acordo que a exploração capitalista divide os oprimidos e, portanto, é equivocado considerar todas as mulheres como sujeito social da luta contra a opressão. Assim, a luta contra a opressão à mulher é parte das tarefas democráticas, das tarefas que ficaram para ser enfrentadas pela revolução socialista. Essa tarefa ficou nas mãos do proletariado, o que significa que só se pode sua resolução só pode avançar com a tomada do poder em cada país e, mais precisamente, ser resolvida plenamente com a derrota final do imperialismo e a construção do socialismo mundial e do comunismo. Da mesma forma que para outras questões democráticas não resolvidas, reafirmamos que o sujeito social é o proletariado, e o sujeito político é o partido revolucionário, operário e internacionalista. Reafirmamos que, para chegar até o socialismo, é central encarar cotidianamente a luta contra a opressão à mulher, porque a opressão divide a classe operária, sujeito social da revolução.

Hierarquia das tarefas democráticas

Outra questão que se discutiu foi se todas as tarefas democráticas abandonadas pela burguesia têm igual hierarquia ou se, para a revolução permanente, existem hierarquias diferenciadas. Este tema foi polêmico. Para nós, não há dúvidas: existe essa diferenciação hierárquica. Tal como dizem as teses da revolução permanente e o artigo de polêmica com Tony Cliff e o SWP da Inglaterra, de Florence Oppen,²⁰⁹ há três grandes tarefas democráticas históricas, resumidas da seguinte maneira por Michel Löwy:

209 *Marxismo Vivo – Nueva época*, Nº 3, p. 101 (edição disponível apenas em espanhol).

1) Revolução democrática agrária: a corajosa e definitiva abolição de todos os resíduos da escravidão, feudalismo e despotismo asiático, a liquidação de todas as formas pré-capitalistas de exploração (...) e a expropriação dos grandes latifundiários e distribuição da terra aos camponeses.

2) Libertação nacional: a unificação da nação e sua emancipação da dominação imperialista; a criação de um mercado nacional unificado e sua proteção frente a mercadorias estrangeiras mais baratas; o controle de certos recursos naturais estratégicos.

3) Democracia: para Trotski, isso incluía não só o estabelecimento de liberdades democráticas, uma república democrática e o fim dos governos militares, mas também a criação das condições sociais e culturais para a participação popular na vida política, pela redução da jornada de trabalho para oito horas e a educação pública.²¹⁰

Moreno agrega que a única dessas tarefas que é estrutural, porque sua conquista atacaria a estrutura da dominação na época atual, é a libertação nacional, o que é uma conclusão da própria teoria do imperialismo. A dominação colonial e semicolonial é parte estrutural da dominação econômica e política do imperialismo, da etapa atual do capitalismo mundial. Cremos que Moreno tem razão. Isso tem a ver com a fase monopolista do capitalismo, com o fato de que cada vez um número menor de potências imperialistas são as dominadoras, que existiu a submissão dos ex-Estados operários, que estamos vendo países imperialistas que passam a ser dominados, que as invasões e as guerras coloniais continuaram durante todo o século 20 e que vão até o século 21.

Qual deve ser, então, a posição dos revolucionários frente às tarefas democráticas da luta contra a opressão da mulher?

Sem dúvida, devemos tomá-las como fundamentais. Como diz Lenin, se os revolucionários não aparecem como os que mais lutam por toda e cada uma das reivindicações, não merecerão a confiança nem arrastarão as massas oprimidas ao campo da revolução. Levantar a luta contra a opressão às mulheres permite por em movimento amplas camadas das mulheres trabalhadoras e atraí-las ao campo do proletariado. Além disso, o machismo e a opressão à mulher dividem a classe operária, e necessitamos de sua unidade para conquistar o triunfo da revolução. Por isso, temos de chamar o proletariado de

210 LÖWY, Michael, A política do desenvolvimento desigual e combinado: *A teoria da revolução permanente*, São Paulo: Sundermann, 2015, p. 115.

conjunto a assumir as bandeiras dos oprimidos: das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos imigrantes, dos LGBTTs etc.

Isso é parte importantíssima da luta para que a classe operária seja o caudilho de todos os setores oprimidos. Queremos que a classe operária seja o caudilho dos camponeses pobres, dos setores populares urbanos, das minorias perseguidas.

Quanto à luta contra a opressão à mulher, tomar este combate a fundo implica dar uma permanente batalha contra as direções e organizações que transmitem a influência burguesa, um combate com orientação de classe para dividir águas e ganhar as mulheres trabalhadoras para estar ao lado da classe. Hoje, quando a burguesia assume retoricamente essas bandeiras e, inclusive, tenta capitalizar algumas medidas conquistadas no terreno democrático, esse combate se faz mais importante para poder enfrentar ideologias como a do empoderamento, as teorias de gênero, a colaboração de classes. É necessária uma luta implacável contra essas concepções feministas para ganhar as mulheres trabalhadoras e exploradas e uni-las à classe.

Determinar, então, que as tarefas contra a opressão da mulher são de caráter democrático (portanto, policlassistas, já que, como alerta Clara Zetkin, intervêm as distintas classes que sofrem essa opressão) diminui a importância dessa luta? Pelo contrário, fazer essa precisão permite fortalecê-la ao tomá-la a partir dos critérios que marcam a teoria-programa da revolução permanente. Ou seja, estamos seguros de que somente podemos encarar a luta conseqüente contra a opressão à mulher se a demarcarmos na perspectiva da luta do proletariado pela destruição do capitalismo e do imperialismo, pelo poder da classe operária, no caminho do socialismo e do comunismo, única forma de libertar a humanidade de toda exploração e opressão.

As distintas táticas de organização das mulheres trabalhadoras ao longo da história

Ana Pagu, Glória Trogo e Mariúcha Fontana

O seminário internacional “Os revolucionários e o trabalho do partido entre as mulheres trabalhadoras” debateu diversas experiências de organização dos oprimidos ao longo da história. A III Internacional, por considerar que os sindicatos eram as principais ferramentas de organização da classe trabalhadora, orientava a atuação das mulheres comunistas nesses organismos. No entanto, essa orientação não exclui a necessidade de buscar formas especiais de organizar os oprimidos com independência de classe e com um programa revolucionário.

Muito se conhece sobre as experiências de organização de mulheres em movimentos policlassistas, como os que ocorreram na década de 1970 e outros que existem na atualidade, como a Marcha Mundial de Mulheres. Entretanto, se conhece pouco sobre as experiências de organização dos oprimidos nos marcos da classe trabalhadora. Nesse sentido, estudamos alguns exemplos interessantes.

No final do século 19, na França, surgiram grupos femininos que se organizaram na União de Trabalhadoras e em Círculos de Lavadeiras. Esses grupos tiveram importantes conquistas econômicas, como a redução da jornada de trabalho de 14 para 12 horas, o direito de representar seus próprios interesses perante o poder público, a construção de lavanderias e restaurantes públicos etc.

A Liga das Costureiras da Inglaterra teve uma grande participação nas greves e mobilizações de rua em 1867. As tecelãs de Lyon, depois de uma greve de quatro semanas, conquistaram a redução da jornada de 12 para dez horas sem redução salarial. A I Internacional participou e apoiou a greve. Essas trabalhadoras inauguraram a

história de resistência operária às guerras imperialistas. Em 1870, fizeram um “Manifesto das mulheres de Lyon, membros da Internacional”, encorajando os jovens a não prestarem o serviço militar na guerra franco-prussiana. Essa organização de mulheres trabalhadoras se filiou à I Internacional, constituindo um importante exemplo de organização dos oprimidos na perspectiva revolucionária.

A social-democracia alemã também deixou exemplos interessantes. Formaram-se clubes de operárias, conferências, congressos etc.

No III Congresso da Liga das Sociedades Operárias Alemãs, que aconteceu em Stuttgart no início de dezembro 1865, o trabalho profissional e a emancipação da mulher foram energicamente defendidos pelos participantes. O congresso saudou calorosamente a iminente convocatória da *Primeira Conferência das Mulheres Alemãs* que aconteceria no mês de outubro em Leipzig.²¹¹

Lenin dava muita importância à organização classista dos setores oprimidos. Lenin falava da necessidade de táticas especiais de organização para as mulheres no partido e no movimento. No partido, dizia:

De nossa concepção ideológica, extraem-se medidas de organização. (...) não devemos fechar os olhos diante dos fatos. O partido deve contar com organismos – grupos de trabalho, comissões, comitês, seções ou como se decida chamá-los –, cuja tarefa especial seria despertar as amplas massas femininas, vinculá-las ao partido e mantê-las sob sua influência. (...) necessitamos de nossos próprios organismos para trabalhar com elas, necessitamos métodos especiais de organização. Não se trata de uma defesa burguesa dos “direitos da mulher”, mas dos interesses práticos da revolução.²¹²

Mais uma vez, é Lenin quem tenta animar Clara Zetkin na sua luta dentro da III Internacional para incorporar políticas e métodos de organização especiais e específicos para as mulheres:

Não se deixe desorientar. Por que em nenhuma parte, nem mesmo na Rússia Soviética, não militam no partido tantas mulheres quanto o número de homens? Por que o número de operárias organizadas em sindicatos é tão reduzido? Esses fatos obrigam à reflexão. A negação da necessidade de organismos especiais para o nosso trabalho entre as extensas massas femininas é uma das manifestações de uma posição muito principista e radical de nossos

211 ZETKIN, Clara, *La question feminina e el reformismo*, p. 24.

212 ZETKIN, Clara, *Recordações de Lenin*.

“queridos amigos” do partido operário comunista. Segundo eles, deve haver uma só forma de organização: a União Operária. Já sei. Muitas cabeças de mentalidade revolucionária e confusas recorrem a princípios quando não veem a realidade, isto é, quando a inteligência se nega a apreciar os fatos concretos nos quais se deve prestar atenção. Como fazem estes conservadores da “pureza de princípios” frente às necessidades impostas pelo desenvolvimento histórico em nossa política revolucionária? Todos esses raciocínios caem por terra frente a uma necessidade inexorável: sem milhões de mulheres, não podemos realizar a ditadura do proletariado, sem elas não podemos levar a cabo a edificação do comunismo. *Devemos encontrar o caminho que nos conduz até elas, devemos estudar muito, provar muitos métodos para encontrá-lo.*²¹³ (grifo nosso)

Nesse mesmo sentido, no calor da vitória revolucionária, Lenin aprova a ousada proposta de Clara Zetkin de realizar um congresso de mulheres sem distinção de partido:

Clara Zetkin afirma:

Em primeiro lugar, devia-se organizar um comitê de companheiras dos vários países que manteria contato estreito com as seções nacionais e preparar, elaborar, em seguida, o congresso. Restava decidir se, por razões de oportunidade, o comitê deveria começar a trabalhar logo oficialmente e publicamente. De qualquer maneira, seus membros deviam, como primeira coisa, por-se em contato com as dirigentes dos movimentos sindicais e políticos, das organizações femininas burguesas de todo tipo (inclusive médicas, jornalistas, professoras etc.) e formar, em cada país, um comitê nacional organizador apartidário. (...) Naturalmente, as mulheres comunistas deveriam ser não somente a força motriz, mas também a força dirigente no trabalho de preparação, na atividade do comitê internacional e no próprio congresso e, finalmente, na aplicação das decisões (...).²¹⁴

Nunca defenderam, no entanto, organizações separadas de mulheres, já que o objetivo dos métodos especiais de organização sempre foi a unidade da classe. Nesse sentido, combateu-se os separatistas (bundistas)²¹⁵ que, na questão das nacionalidades, propunham partidos e sindicatos dos oprimidos separados do restante da classe.

213 *Ibid.*

214 *Ibid.*

215 União Geral de Trabalhadores Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia ou apenas “Bund”, termo pelo qual ficou mais conhecido (do ídiche: *Algemeyner Yidisher Arbeiter Bund in Lite, Poyln un Rusland*). Foi um movimento político judeu de corte socialista, criado no final do século 19 no Império Russo. Funcionou como tendência interna do POSDR, que buscava organizar os socialistas judeus de maneira autônoma dentro do partido. (Nota da edição brasileira)

Outra referência de atividade dos revolucionários entre os setores oprimidos é o trabalho realizado entre os negros norte-americanos por James P. Cannon na década de 1930. Trotski orientou que os negros dos EUA se organizassem enquanto tal e exigissem dos sindicatos operários que apoiassem sua luta contra a opressão. Combater o racismo no interior da classe operária e jamais separar a luta contra a opressão da luta contra a exploração foram as premissas centrais que nortearam esse trabalho exemplar. Trotski chegou a propor a formação de um partido negro nos Estados Unidos, sempre buscando tomar a luta dos oprimidos como parte da luta da classe operária.

Na década de 1970, essa posição histórica dos revolucionários foi revisada por Mary Alice Waters, dirigente do SWP. Ela defendeu a formação de movimentos amplos de mulheres sem distinção de classe. Desenvolveu uma teoria segundo a qual a luta das mulheres seria anticapitalista em si e revisou o sujeito social da revolução socialista, que seria um grande movimento de massas de mulheres aliado à classe operária. Na sua concepção, o sujeito social clássico da revolução socialista para o marxismo, a classe operária, é substituído por uma formulação genérica. Por sua vez, o sujeito político, o partido revolucionário, também não seria necessário, entrando no seu lugar um suposto movimento de massas de mulheres.

Moreno, ao avaliar o surgimento do comitê das donas de casa da Bolívia, afirmou categoricamente que aquela organização não tinha nada a ver com o que propunha Mary Alice Waters. Esse movimento surgiu em 1961 e se tornou uma importante organização de mulheres trabalhadoras para defender suas demandas. É, até hoje, parte integrante da COB:

O Comitê de Donas de Casa está organizado como um sindicato e funciona junto a ele. Também somos parte da Federação dos Trabalhadores Mineiros e temos nosso lugar na Central Operária Boliviana. Sempre fazemos escutar nossa voz e estamos atentas para executar as tarefas a que se propõe a classe trabalhadora. (...) Este movimento das mulheres bolivianas se deu bem dividido: as mulheres burguesas e reformistas de um lado, e as operárias ao lado da luta operária. Não existiu, na Bolívia, nenhum movimento unitário de mulheres. Este Comitê surgiu em 1961. Naquele momento, passávamos por uma situação econômica bastante pesada: a empresa devia três meses aos nossos companheiros, não chegavam vivos, não havia medicamentos para atendimento médico. Então, os mineiros se organizaram para fazer uma marcha que consistia em ir todos a pé, com suas esposas e seus filhos, até a cidade de La Paz. Era uma marcha muito grande, porque La Paz está bem longe. Porém, o governo enterrou nossos planos e cortaram o que havíamos

preparado. Prenderam os dirigentes e os levaram para La Paz. (Depoimento de Domitila Chúngara,²¹⁶ “Si me dejan hablar...”)

Elas não podiam se organizar num movimento unitário de mulheres porque seus interesses fundamentais se enfrentavam. E, assim, na Bolívia, onde existe uma das lutas da classe operária mais poderosa da América Latina, as mulheres operárias se organizaram para apoiar os seus companheiros em suas lutas. Depois, esses comitês começaram a colocar reivindicações das mulheres operárias como mulheres, porém, sempre ligadas às lutas gerais de seu povo contra a opressão.²¹⁷

Um outro exemplo elucidativo é a proposta feita por Moreno no livro *A traição da OCI*. Ele defende a formação de uma organização nacional dos imigrantes para lutar por direitos democráticos:

Assim, o que nasceu como um pequeno organismo *ad hoc* pode se converter numa poderosa organização única de todos os imigrantes da França e com uma direção independente da burocracia sindical (com justa razão, odiada pelos imigrantes por seu racismo). Essa organização poderia dirigir a luta por todos os direitos dos imigrantes (direitos que até agora a OCI não se dignou sequer a mencionar). Por exemplo, na campanha eleitoral, o PS lhes havia prometido o direito ao voto. (...) Tudo isso poderia ser feito se existisse um partido revolucionário que o propusesse. A OCI não é esse partido. Seus escassos artigos sobre os trabalhadores imigrantes se limitam a apoiar suas lutas sem oferecer-lhes nenhuma perspectiva revolucionária.²¹⁸

Portanto, a conclusão a que chegamos com relação às táticas de organização é que o princípio ordenador de nossa intervenção deve sempre ser a independência de classe. Devemos julgar as organizações por sua composição social, seu programa e sua direção. Nesse marco, acreditamos que movimentos como o Movimento Mulheres em Luta, no Brasil, estão de acordo com a tradição revolucionária e servem como ferramenta de luta contra o machismo dentro da classe trabalhadora.

216 Domitila Barrios de Chúngara (1937-2012): boliviana que liderou o Comitê das Donas de Casa que tinha como principal objetivo lutar com seus maridos mineiros por melhores condições de trabalho. O comitê se transformou numa organização que passou a lutar contra a carestia e por melhor qualidade dos serviços públicos. Em 1979, liderou uma greve de fome em toda a Bolívia, que derrubou o ditador Hugo Bánzer. A citação foi extraída do livro *Si me dejan hablar... Testimonio de Domitila – una mujer de las minas de Bolivia*, de Moema Viezzer. (Nota da edição brasileira)

217 CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes, *Mujeres Trabajadoras y Marxismo*, 1979
218 MORENO, Nahuel. “Sobre la organización de los inmigrantes em Francia” in: *La Traición del OCI*.

Sobre a organização dos oprimidos

Alicia Sagra e José Welmowicki

No artigo “A teoria da revolução permanente e a luta dos oprimidos” nos referimos à polêmica com o SWP nos anos 1970 e com outras correntes do trotskismo que reivindicavam a organização autônoma das mulheres e demais setores oprimidos, passando por cima da fronteira de classe. Esse tema não foi polêmico no seminário, já que havia acordo unânime em rejeitar esse tipo de organizações de aliança de classes.

Contudo, surgiu outra polêmica sobre se é correto ou não chamar as mulheres trabalhadoras e demais setores oprimidos dos trabalhadores a se organizarem de forma autônoma (sobretudo no que se refere à luta contra a opressão). Ou seja, que existam, no nível da organização da classe – nas centrais sindicais, por exemplo – organizações de combate às opressões não conjunturais, mas permanentes.

O que chamou a atenção no seminário é que os que nos opúnhamos a esse tipo de organização, assim como os que as defendiam, nos apoiávamos nos mesmos materiais programáticos para fundamentar nossas posições: “*Teses para a propaganda entre as mulheres*”, votada pelo III Congresso da III Internacional (1921), e a “*Tese XXIX*” das *Teses para a atualização do Programa de transição*, de Nahuel Moreno (1980). Evidentemente, estamos diante de um problema de diferentes interpretações dos mesmos documentos.

Por esse motivo, temos de aprofundar o estudo dos mesmos, analisando essas definições programáticas não só a partir do ponto de vista teórico ideológico, mas também, histórico. Qual foi a orientação que, historicamente, deram nossos mestres com relação à organização dos oprimidos? E por que o fizeram?

Primeiro, devemos precisar o que esses documentos dizem, contrastando a letra escrita com a prática concreta que tiveram aqueles que os escreveram. Embora tenhamos de aplicar o mesmo método para os dois documentos citados, é indubitável que o central é o ma-

terial da III Internacional, já que todos reconhecemos que suas teses são a principal ferramenta programática para o trabalho sobre as mulheres.

Como não somos religiosos que seguem uma bíblia, um segundo passo – uma vez precisado o que dizem – é determinar se essas definições são corretas na atualidade. Se o foram em seu momento, mas, pelas mudanças mundiais, já não o são ou se sempre estiveram equivocadas.

Devemos seguir estes passos com muita precisão, porque esta discussão não é para ganhar uma polêmica nem por um interesse puramente intelectual. Nosso propósito comum tem a ver com a necessidade de encarar a reelaboração programática com o objetivo de atualizar nosso programa histórico.

Vamos então, começar com o documento mais recente.

Tese XXIX das Teses para a atualização do Programa de transição

Nesta Tese, Nahuel Moreno afirma:

(...) somos favoráveis à unidade de ação anti-imperialista; à unidade de ação das mulheres pelo aborto, pelo divórcio ou pelo direito ao voto; à unidade de ação com qualquer partido político para pedir espaços iguais no rádio e na televisão; a uma manifestação com quem for para reivindicar esses direitos democráticos contra o governo bonapartista e totalitário ou mesmo democrático-burguês. Mas não confundimos a unidade de ação com a formação de uma frente. Somos contra fazer frentes com os partidos burgueses ou pequeno-burgueses para defender a democracia, mesmo que concordemos com eles na defesa de determinados pontos democráticos. Com o nome de “frente”, se estruturam organizações que *são frente-populistas* (mesmo que, em determinados casos, possam desempenhar um papel relativamente progressivo, como os movimentos nacionalistas) *por intervirem distintas classes – sobretudo a burguesia e a pequena-burguesia – e por seus objetivos, que não são os da independência política da classe operária.* (...) Quando essa frente (que nós jamais devemos promover porque a consideramos uma variante de frente-populismo) se dá e nela intervém a classe operária ou um setor importante dela, podemos intervir nela, já que, objetivamente, existe, mas para rompê-la, para denunciá-la desde dentro e para tornar a classe operária que está nela independente política e organizativamente. Isso significa que podemos intervir num movimento nacionalista, mas com um claro sentido de denúncia da colaboração de classes e propondo a independência da classe operária (...). Essa clarificação de que nós não somos favoráveis a uma frente única anti-imperialista, nem antifeudal, nem feminista antimachista, nem democrática antiditatorial, mas sim a ações anti-imperialistas, feministas, democráticas e anti-latifundiárias é muito importante, porque tem havido

uma tendência a camuflar a política frente-populista com estes nomes.²¹⁹
(Grifo nosso)

Ao apresentar este texto, tivemos dois tipos de resposta: 1) que a recusa a constituir essas frentes apontadas acima se refere apenas à unidade com a burguesia (que seria o caso do SWP nos anos 1970) e que, portanto, não se aplica quando se trata de organizar em separado as mulheres trabalhadoras; e 2) que, na citação anterior, se esboça uma colocação propagandista e sectária, que tem a ver com Moreno não estar à altura de Lenin no tema da luta contra a opressão à mulher.

Não concordamos com a primeira colocação, porque, para nós, a posição de Moreno ao rejeitar essas frentes se baseia em dois aspectos: 1) *“por intervirem distintas classes – sobretudo a burguesia e a pequena-burguesia”*; e 2) *“por seus objetivos, que não são os da independência política da classe operária”*.

Quanto ao segundo argumento, não vemos por que seja propagandista e sectário rejeitar a organização em separado das mulheres e demais oprimidos e, pelo contrário, dar um grande combate para que se organizem junto a seus irmãos de classe, batalhando nos organismos de frente única operária pela maior participação das mulheres, inclusive em suas equipes de direção. Acreditamos que essa última forma torna mais efetiva a luta contra o machismo, que é muito forte nos sindicatos, especialmente onde a burocracia dirige, mas não só neles. Além disso, acreditamos que essa orientação, utilizando todos os mecanismos que aconselha a III Internacional (comissões de mulheres, jornais específicos, encontros de mulheres trabalhadoras), é a melhor na luta para que o conjunto da classe assuma o combate contra a opressão à mulher. Não nos parece que organizar as mulheres separadamente seja a melhor forma de enfrentar o machismo nos sindicatos. Isso seria o mesmo que dizer que a melhor forma de enfrentar a burocracia é nos organizarmos separadamente nos sindicatos vermelhos.²²⁰

Em relação a Moreno, não acreditamos que tenha menosprezado a luta contra as opressões. É verdade que, sobre a questão da mu-

219 MORENO, Nahuel, *Teses para a atualização do Programa de transição*, Tese XXIX.

220 Os sindicatos vermelhos foram criados no período ultra-esquerdista da III Internacional para atuar paralelamente aos sindicatos amarelos (reformistas). Foi uma política do Partido Comunista da União Soviética (já stalinizado), votada no sexto congresso (1928), sob a ótica de que não se deveria combater o reformismo dentro dos sindicatos amarelos, mas sim criando os sindicatos vermelhos, sob controle dos comunistas. (Nota da edição brasileira)

lher, nossa corrente só incorporou essa política em 1973, a partir da influência positiva do SWP dos EUA. Contudo, a partir desse momento, foi um tema importante que marcou a formação, em especial, de nossos quadros mulheres, cujo número e peso foram uma característica marcante de nosso partido. Obviamente, Moreno não esteve, em nenhum aspecto, à altura de Lenin. Entretanto, a partir de 1973, independentemente dos erros e correções, consideramos que a orientação que tivemos para o trabalho sobre as mulheres foi no marco das resoluções da III Internacional. Quando, no final dos anos 1970, Moreno se viu obrigado a enfrentar seus mestres do SWP, desenvolveu a polêmica com Mary Alice Waters apoiando-se nas elaborações leninistas.

De qualquer forma, consideramos que o documento programático mais completo são as teses do terceiro congresso da III Internacional, reivindicadas sem nenhuma dúvida por todos os participantes do seminário. Por isso, é nelas que devemos centrar nossa análise.

O que propõem as teses da III Internacional

As teses foram elaboradas e apresentadas por Clara Zetkin que, em *Recordações de Lenin*, descreve as conversas anteriores ao congresso que teve com o dirigente bolchevique sobre o tema. Há um conceito que perpassa toda a tese: *só no comunismo será atingida a libertação da mulher, e ao comunismo só se chegará pela luta conjunta de operários e operárias*.

Nela se coloca a obrigação de todos os partidos da Internacional de realizarem um trabalho sobre o proletariado feminino, tomando consciência da importância da “participação ativa das mulheres em todos os setores da luta do proletariado (inclusive sua defesa militar), da construção de novas bases sociais, da organização da produção e da existência de acordo com os princípios comunistas”.

Chama atenção a importância que se dá a esse trabalho, preocupando-se, inclusive, em como desenvolvê-lo nos países do oriente. Detalha a necessidade de recorrer a organismos especiais (comissões, seções etc.), indica que se deve dar especial importância ao trabalho nas fábricas e sindicatos e que as frações comunistas dos sindicatos e de outras organizações operárias devem ter organizadores e agitadores que se dediquem especialmente ao trabalho sobre as mulheres trabalhadoras. Coloca que sejam realizadas reuniões com as trabalhadoras nos locais de trabalho, assim como em seus bairros. Ou seja, é extremamente detalhista. Em nenhum momento, no entan-

to, chama a organizar as trabalhadoras separadamente. Pelo contrário, se define energicamente contra:

*Declarando-se energicamente contra toda espécie de organização em separado das mulheres no seio do partido, sindicatos ou outras associações operárias, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista reconhece a necessidade, para o partido comunista, de empregar métodos particulares de trabalho entre as mulheres e estima útil formar em todos os partidos comunistas órgãos especiais encarregados desse trabalho.*²²¹ (grifo nosso)

Esses organismos especiais a que faz referência não têm nada a ver com organizá-las de forma separada. É o que mostra a categórica afirmação com que começa o parágrafo. Mas, se resta alguma dúvida sobre isso, a *resolução referente às formas e métodos do trabalho comunista entre as mulheres*, apresentada por Alexandra Kollontai, votada no mesmo congresso, propõe que

(...) para que se cumpra este fim, todos os partidos que integram a III Internacional devem formar em todos os seus órgãos e instituições, começando pelos mais inferiores até os mais elevados, seções femininas presididas por uma integrante da direção do partido, cujo fim será o trabalho de agitação, de organização e de instrução entre as massas operárias femininas (...) Essas organizações femininas não formam organizações separadas; não são mais que órgãos de trabalho (...).

Pode-se dizer que essa tese se refere ao partido, o que não está em discussão. É verdade, esta tese e a mais geral (“Teses para a propaganda entre as mulheres”) se referem, centralmente, ao partido, a como ganhar as mulheres trabalhadoras para o partido, como formar um movimento comunista de mulheres, ou seja, do partido. Por esse motivo, sempre nos pareceu equivocado o argumento de que o chamado a construir organismos especiais (comissões, seções etc.) com a orientação de organizar separadamente as mulheres trabalhadoras, ou seja, construir organismos permanentes de unidade de ação a partir das opressões estivesse no marco da III Internacional.

Porém, apesar das teses da III Internacional estarem centradas no partido, não ignoram os sindicatos. Há duas definições nesse sentido. 1) “No período atual, os sindicatos profissionais e de produção devem ser para os partidos comunistas o terreno fundamental do tra-

221 “Teses para a propaganda entre as mulheres”, Terceiro Congresso da Terceira Internacional.

balho entre as mulheres (...).” e a que já mencionamos: “[O congresso da III Internacional declara-se] *energicamente contra toda espécie de organização em separado das mulheres no seio do partido, sindicatos ou outras associações operárias (...)*”. (grifo nosso)

As teses da III Internacional são tão insistentes na importância de manter a unidade entre as operárias e os operários que aconselham que, nas comissões de mulheres, sempre que possível, também participem homens. No mesmo sentido, quanto à formação, propõem: “A fim de desenvolver o espírito de camaradagem entre operárias e operários, é desejável não criar cursos e escolas especiais para as mulheres comunistas: em cada escola do partido, deve, obrigatoriamente, haver um curso sobre os métodos de trabalho entre as mulheres.”

Tudo isso que se propõe para o partido e para o sindicato está intimamente ligado à definição de Lenin em suas conversas com Clara Zetkin: “De nossa concepção ideológica se desprendem as medidas organizativas”. Qual é essa concepção ideológica em relação à questão da mulher? Que só o comunismo libertará as mulheres e que ao comunismo se chegará pela luta unificada de operários e operárias, ou seja, que o conceito como dissemos, perpassa toda a tese. Por isso, a proposta organizativa se ordena em torno da questão de classe e não da opressão. Por isso, Lenin continua sua frase dizendo: “Nenhuma organização especial da mulher comunista!”.

Poder-se-ia dizer que aqui Lenin se refere à mulher comunista e não à trabalhadora. Mas, se não é sua orientação, por que, em toda sua história, nem Clara Zetkin, nem Lenin nem a III Internacional nunca chamaram as mulheres trabalhadoras a se organizarem de forma separada? E não se pode dizer que o faziam por menosprezar a luta contra a opressão. Sua política foi propagandista por não fazer esse chamado? As teses da III Internacional se preocupam em não ficar só na propaganda, mas não orientam a criar organizações de mulheres com esse objetivo. Porém indicam: “Para serem realmente órgãos de ação e não apenas de propaganda oral, as seções femininas devem se apoiar nos núcleos comunistas das empresas e fábricas e designar, em cada núcleo comunista, um organizador especial do trabalho entre as mulheres da empresa ou fábrica.”²²²

Para finalizar, essa orientação de Clara Zetkin, de Lenin e da III Internacional continua sendo correta atualmente ou é necessário modificá-la pelas mudanças que aconteceram na realidade?

Se analisarmos o grau de machismo nos sindicatos e no partido na época de Lenin, não podemos dizer que tenha sido menor do que

²²² *Ibid.*

atualmente. Vendo o baixo número de mulheres dirigentes sindicais e políticas que havia nesse momento e os obstáculos, inclusive legais, que em muitos países impediam a participação das mulheres, não podemos duvidar: o machismo era muito superior, e a situação da mulher, muito pior. Não por acaso, a tese da III coloca: “Admitir as mulheres como membros iguais em direito e deveres em todos os outros partidos e em todas as organizações proletárias (sindicatos, cooperativas, conselhos de antigos funcionários de usinas etc.)”²²³

Portanto, não vemos nada que justifique alterar a orientação organizativa da III Internacional. O machismo divide a classe e dificulta a entrada de mulheres trabalhadoras no partido. Essa é uma das razões centrais pela qual devemos enfrentá-lo de forma sistemática e permanente. Não podemos fazê-lo, porém, aprofundando essa divisão ao criar organizações separadas permanentes das mulheres e do resto dos oprimidos. Não podemos aplicar aqui o critério de “dividir agora para unir depois”, que, em determinadas circunstâncias, se aplica para as nações oprimidas. Se o fizéssemos, cairíamos numa orientação sexista. A organização em separado das mulheres trabalhadoras debilita a classe e debilita a luta contra a opressão, pois faz com que o resto da classe se esquive do problema com o argumento de que “são coisas de mulheres, que as companheiras se encarreguem”. Ou seja, o oposto ao aconselhado pela III Internacional.

Leon Trotski e a questão negra

Como já dissemos, não conhecemos nenhum caso em que a III Internacional, na época de Lenin, tenha chamado a organização em separado das operárias nem que tenha impulsionado a organização dos oprimidos a partir da opressão. Mas há um exemplo que é utilizado como argumento pelo Freedom Socialist Party dos Estados Unidos para dizer que sua orientação de chamar organizações autônomas de mulheres, negros, LGBTTs etc. está no marco da tradição do trotskismo. Trata-se da proposta que Trotski fez aos EUA para de impulsionar a construção de uma organização negra.

O direito à autodeterminação

O problema negro foi algo ao qual Trotski dedicou muita atenção. Assim foi na África do Sul, onde propôs a “república negra”. Na mesma época, dedicou-se a estudar o tema nos EUA, onde vinha acompanhando a construção do SWP. Chegou à conclusão de que os negros estadunidenses eram uma nação oprimida e que, portanto, o que estava coloca-

223 *Ibid.*

do era o direito à autodeterminação. Essa definição de Trotski foi polêmica dentro do SWP e foi produto de várias discussões nos anos 1930. No começo da década, numa dessas discussões, Trotski argumentava:

Sobre esta questão, um critério abstrato não é decisivo: o que é mais decisivo é a consciência histórica de um grupo, seus sentimentos, suas determinações (...). A tomada de consciência não teve ainda lugar entre os negros, e esses não fazem sequer a unidade com os trabalhadores brancos; 99,9% dos trabalhadores norte-americanos são racistas com relação aos negros, seu comportamento é desumano assim como com os chineses etc. É necessário fazê-los compreender que o Estado americano não é seu Estado e que eles não têm de se converter nos guardiões desse Estado.

Os operários norte-americanos que dizem: “Se os negros querem viver separadamente, nós os defenderemos contra nossa polícia norte-americana”, esses são os verdadeiros revolucionários. Tenho confiança neles. O argumento que diz que a reivindicação pela autodeterminação se afasta do ponto de vista de classe representa uma adaptação à ideologia dos trabalhadores brancos.²²⁴

E respondia a quem lhe dizia que os negros não reivindicavam esse direito:

Se os negros não estão exigindo agora o direito à autodeterminação é, naturalmente, pela mesma razão que os operários brancos não estão levantando ainda a palavra de ordem da ditadura do proletariado. Os negros ainda não colocaram em suas cabeças que podem se atrever a tomar uma porção dos grandes e poderosos Estados Unidos para eles.

A organização negra

Mais tarde, em 1938, como parte das discussões com a direção do SWP sobre o *Programa de transição*, a questão negra foi novamente abordada. Trotski explica, então, a importância do tema, partindo do ponto de vista de onde e com quem se deveria construir o partido:

As velhas organizações, começando pela AFL, são organizações da aristocracia operária. Nosso partido faz parte do mesmo meio, não da base das massas exploradas, das quais os negros são a camada mais explorada. O fato de que até o presente nosso partido não se tenha centrado no problema negro constitui uma causa de adaptação à sociedade capitalista, enquanto os mais

224 TROTSKI, Leon, (1933), *On black nationalism an self-determination*, 2ª Ed., Pathfinder Press, 1971.

oprimidos e os que são as maiores vítimas da discriminação representam o meio mais dinâmico da classe operária.

Devemos dizer àqueles negros que tiveram uma tomada de consciência que o desenvolvimento histórico os chama a se converterem em vanguarda da classe operária. O que serve de freio para as camadas superiores? São os privilégios, o conforto é o que os impede de se converterem em revolucionários. Tudo isso não existe para os negros. O que pode transformar certa camada, levá-la a ter mais capacidade de valor e sacrifício? Isso se concentra nos negros. Se nós no SWP não formos capazes de encontrar o caminho para essa camada, então não somos dignos. A revolução permanente e tudo o mais não serão mais do que mentiras.²²⁵

Nessa discussão, como parte de sua insistência para que se tomasse o problema negro e na busca por esse caminho, Trotski, que continuava defendendo o *direito à autodeterminação*, apoiou também a proposta de C.L.R. James,²²⁶ que defendia a construção de uma organização negra. Trotski argumentava que a proposta era nova e sem precedentes e se tratava de uma “tática especial para uma situação especial”.

Qual era essa situação especial? As condições de vida dos negros nos EUA, sobretudo nos estados do sul: a cultura comum que os une, a segregação no transporte, nas escolas, nos trabalhos, em muitos sindicatos e na própria classe operária, já que se considerava que 99% dos trabalhadores brancos eram racistas. Trotski explica a proposta da seguinte maneira:

(...) (os negros) Foram reduzidos à escravidão pelos brancos, foram libertados pelos brancos (a suposta libertação). Foram conduzidos e enganados pelos brancos e não tinham sua própria independência política. Eles tinham necessidade, enquanto negros, de uma atividade preparatória à política. Em teoria, parece-me absolutamente claro que é preciso criar uma *organização especial para responder a uma situação especial* (...). Nosso movimento conhece muitas formas de organização, como o partido, o sindicato, a organização educativa, a cooperativa; *mas agora se trata de um tipo de organização nova que não coincide com as formas tradicionais*. Devemos considerar a questão a partir de todos os pontos de vista para decidir se é ou não certo e

225 TROTSKI, Leon, (1939), *A organização negra*, Pathfinder Press, 1971.

226 Cyril Lionel Robert James (1901-1989), mais conhecido como *C. L. R. James*, originário de Trinidad e Tobago, foi um historiador, jornalista e ensaísta trotskista. Suas obras são influentes em vários contextos teóricos, sociais e historiográficos. Sua história da Revolução Haitiana, *Os jacobinos negros* (Boitempo Editorial, 2000), é um marco na análise da questão negra desde o ponto de vista da teoria da revolução permanente. (Nota da edição brasileira)

qual deveria ser a forma de nossa participação nessa organização (...). É para despertar as massas negras. Isso não exclui a captação. Creio que o êxito é muito possível, não estou seguro. Mas deve ficar claro que nossos camaradas, nessa organização, devem entrar organizados em um grupo.²²⁷ (grifos nossos)

Meses depois, em julho de 1939, o Segundo Congresso do SWP votou duas resoluções apresentadas por C. L. R. James. Uma propunha o *direito à autodeterminação* para o povo negro, e outra, a formação de uma *organização negra*.

Qual é o significado dessa orientação proposta por Trotski?

Como já dissemos, o Freedom Socialist Party dos EUA diz que o chamado à essa organização negra é uma prova de que Trotski orientava a organização dos oprimidos como tais. Não nos parece que seja assim. Não propôs, por exemplo, uma organização dos trabalhadores imigrantes chineses, que ele mesmo disse que eram muito maltratados nos EUA. Não defendeu, tampouco, uma organização de mulheres, apesar de não menosprezar a opressão que sofriam.

Temos a impressão que o chamado a essa “organização negra” se tratou, como o manifestou, de uma “tática especial para uma situação especial”, que estava estreitamente ligada à sua visão dos negros como nacionalidade oprimida e à política central de autodeterminação que vinha defendendo. Seguindo esse raciocínio, parece-nos que essa organização, que ele não consegue precisar bem o que é, que diz ser diferente de tudo o que existiu, tem mais a ver com a organização do povo negro como nação, ou seja, a organização de uma nação que não tinha um território próprio.

Essa organização nunca se concretizou e não há nada escrito sobre o tema além dessa conversa com o SWP. Portanto, é difícil esclarecer mais. O que nos parece evidente é que Trotski teve um grande acerto em sua insistência para que se tomasse o problema negro e que essa insistência foi muito importante para a localização do partido nas lutas contra a opressão racial durante a Segunda Guerra Mundial e durante as grandes mobilizações pelos direitos civis da década de 1960. Com relação às mobilizações dos anos 1930, James P. Cannon, em seu trabalho “A Revolução Russa e a questão negra”, conta que foi dessa revolução que veio o incentivo para os revolucionários tomarem o problema negro. Os trotskistas o tomaram, ainda que fossem

227 TROTSKI, Leon, (1939), *A organização negra*, Pathfinder Press, 1971.

muito pequenos, mas o Partido Comunista dos EUA, que se voltou para o tema (apesar de sua condução stalinista), fez um grande trabalho em prol do movimento negro e teve um grande resultado em sua construção.

Apesar de se tratar de uma espécie de balanço, Cannon não faz nenhuma referência ao chamado à organização negra. Porém, se refere ao direito à autodeterminação:

A palavra de ordem da “autodeterminação” encontrou pouca ou nenhuma aceitação na comunidade negra. Depois do colapso do movimento separatista dirigido por Garvey,²²⁸ sua tendência foi principalmente rumo à integração racial com igualdade de direitos.²²⁹

Seria tema de outro artigo analisar a política aconselhada por Trotski para o movimento negro dos EUA. O que nos parece é que não é correto tomar um aspecto isolado dessa política (o chamado a uma organização negra), que ele define como uma “tática especial para uma situação especial”, como se essa fosse sua orientação geral para os setores oprimidos.

228 Marcus Mosiah Garvey (1887-1940): dirigente negro jamaicano e figura emblemática do movimento negro. Nos EUA, propunha a saída de todos os negros do país para formar uma república própria na África, já que a integração era impossível.
229 CANNON, James Patrick, “A Revolução Russa e o movimento negro norte-americano”, 1959.

Teses para a propaganda entre as mulheres Terceiro Congresso – III Internacional (junho 1921)

Princípios Gerais

1. O Terceiro Congresso da Internacional Comunista, juntamente com a Segunda Conferência das Mulheres Comunistas, confirma a opinião do primeiro e segundo congressos relativamente à necessidade, para todos os partidos comunistas do Ocidente e do Oriente, de reforçar o trabalho entre o proletariado feminino, em particular a educação comunista das grandes massas de operárias que devem entrar na luta pelo poder dos soviets e pela organização da República Operária Soviética.

Para a classe operária do mundo inteiro e, conseqüentemente, para os operários, a questão da ditadura do proletariado é primordial.

A economia capitalista se encontra num impasse. As forças produtivas não podem mais se desenvolver nos limites do regime capitalista. A impotência da burguesia atrasou a indústria, aumentou a miséria das massas trabalhadoras, fez crescer a especulação, acelerou a decomposição da produção, o desemprego, a instabilidade dos preços, o custo de vida desproporcional aos salários, provocou um recrudescimento da luta de classes em todos os países. Nessa luta, é sobretudo a questão de saber quem deve organizar a produção, se um punhado de burgueses e exploradores sobre as bases do capitalismo e da propriedade privada, ou a classe dos verdadeiros produtores sobre a base comunista.

A nova classe ascendente, a classe dos verdadeiros produtores, deve, conforme as leis do desenvolvimento econômico, tomar nas mãos o aparelho de produção e criar novas formas econômicas. Somente assim poderá se dar o máximo desenvolvimento às forças pro-

dutivas, às quais a anarquia da produção capitalista impede de dar todo o rendimento de que elas são capazes.

Enquanto o poder estiver nas mãos da classe burguesa, o proletariado será impotente para restabelecer a produção. Nenhuma reforma, nenhuma medida, proposta pelos governos democráticos ou socialistas dos países burgueses, serão capazes de salvar a situação e minorar os sofrimentos insuportáveis dos operários, pois esses sofrimentos são um efeito natural da ruína do sistema econômico capitalista e persistirão enquanto o poder estiver nas mãos da burguesia. Só a conquista do poder pelo proletariado permitirá à classe operária se apoderar dos meios de produção e assegurar assim a possibilidade de restabelecimento da economia em seu próprio interesse.

Para adiantar a hora do enfrentamento decisivo do proletariado com o mundo burguês agonizante, a classe operária deve se conformar à tática firme e intransigente preconizada pela III Internacional. A realização da ditadura do proletariado deve ser a ordem do dia. Eis o objetivo que deve definir os métodos de ação e a linha de conduta do proletariado dos dois sexos.

Partindo do princípio de que a luta pela ditadura do proletariado está na ordem do dia e que a construção do comunismo é a tarefa atual nos países em que a ditadura já está nas mãos dos operários, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista declara, que, tanto a conquista do poder pelo proletariado como a realização do comunismo nos países em que eles já se livraram da opressão burguesa, não serão cumpridas sem o apoio ativo da massa feminina do proletariado e semiproletariado.

De outra parte, o congresso chama mais uma vez a atenção das mulheres para o fato de que, sem o apoio dos partidos comunistas, as iniciativas pela libertação das mulheres, o reconhecimento de sua igualdade pessoal completa e a sua libertação verdadeira não são realizáveis.

2. O interesse da classe operária exige, nesse momento, com uma força particular, a entrada das mulheres nas fileiras organizadas do proletariado que combate pelo comunismo; ele o exige, na medida em que a ruína econômica mundial se torna mais intensa e intolerável para toda a população pobre das cidades e do campo, e na medida em que, para a classe operária dos países burgueses capitalistas, a revolução social se impõe inevitavelmente, enquanto o povo trabalhador da Rússia soviética se detém na tarefa de reconstruir a economia nacional sobre as novas bases comunistas. Essas duas tarefas serão mais facilmente realizadas se as mulheres participarem ativamente de forma consciente e voluntária.

3. Em todos os lugares em que a questão da conquista do poder surgir diretamente, os partidos comunistas deverão saber apreciar o grande perigo que representa para a revolução as massas inertes dos operários sem experiência nos movimentos econômicos, dos empregados, dos camponeses presos a concepções burguesas, da Igreja e dos preconceitos e sem ligação com o grande movimento de libertação que é o comunismo. As grandes massas femininas do Oriente e do Ocidente, não experimentadas nesses movimentos, constituem, inevitavelmente, um apoio para a burguesia e um objeto para sua propaganda contrarrevolucionária. A experiência da revolução húngara, ao longo da qual a consciência das massas femininas jogou um papel tão triste, deve servir de advertência ao proletariado dos países atrasados que estão entrando no caminho da revolução social.

A prática da República Soviética mostrou o quanto é essencial a participação da operária e da camponesa, tanto na defesa da República durante a guerra civil, como em todos os domínios da organização soviética. Sabe-se a importância do papel que as operárias e as camponesas já desempenharam na República Soviética, na organização da defesa, no reforço da retaguarda, na luta contra a deserção e contra todas as formas de contrarrevolução, de sabotagem, etc.

A experiência da República Operária deve ser aproveitada e utilizada nos outros países

De tudo o que acabamos de dizer, resulta a tarefa imediata dos partidos comunistas: estender a influência do partido e do comunismo às vastas camadas da população feminina de seu país, através de um órgão especial do partido e de métodos particulares, permitindo abordar mais facilmente as mulheres para livrá-las da influência das concepções burguesas e da ação dos partidos coalizacionistas, para fazer delas verdadeiros combatentes pela libertação total da mulher.

4. Impondo aos partidos comunistas do Ocidente e do Oriente a tarefa imediata de reforçar o trabalho do partido entre o proletariado feminino, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista mostra, ao mesmo tempo, às operárias do mundo inteiro, que sua libertação da injustiça secular, da escravidão e da desigualdade, só se realizará com a vitória do comunismo.

O que o comunismo pode dar às mulheres, o movimento feminino burguês não poderá dar. Enquanto existir a dominação do capital e a propriedade privada, a libertação da mulher é impossível.

O direito ao voto não suprime a causa primeira da submissão da mulher dentro da família e da sociedade e não lhe dá solução para o problema das relações entre os dois sexos. A igualdade não formal, mas real, da mulher só é possível num regime em que ela seja a dona de seus instrumentos de produção e repartição, participando da administração e trabalhando em igualdade com os homens. Em outras palavras, essa igualdade só será realizada com a derrota do sistema capitalista e sua substituição pelas formas econômicas comunistas.

O comunismo criará uma situação na qual a função natural da mulher, a maternidade, não entrará em conflito com as obrigações sociais e não impedirá seu trabalho produtivo em proveito da coletividade. Mas o comunismo é, ao mesmo tempo, o objetivo final de todo o proletariado. Consequentemente, a luta do operário e da operária para esse fim comum deve, no interesse de ambos, ser conduzida em comum e inseparavelmente.

5. O Terceiro Congresso da Internacional Comunista confirma os princípios fundamentais do marxismo revolucionário, seguindo aqueles pontos “especialmente femininos”; toda relação da operária com o feminismo burguês, assim como todo apoio dado por ela à tática de meias-medidas e franca traição dos social-coalizacionistas e dos oportunistas só enfraquecem as forças do proletariado, retardando a revolução social e impedindo, ao mesmo tempo, a realização do comunismo, isto é, a libertação da mulher.

Chegaremos ao comunismo pela união na luta de todos os explorados e não pela união das forças femininas de classes opostas.

As massas proletárias femininas devem, em seu próprio interesse, sustentar a tática revolucionária do partido comunista e participar ativamente das ações de massa e da guerra civil sob todas as suas formas e aspectos, tanto no plano nacional como internacional.

6. A luta da mulher contra sua dupla opressão: o capitalismo e a dependência da família e do marido deve tomar, na fase que se aproxima, um caráter internacional transformando-se em luta do proletariado dos dois sexos pela ditadura e o regime soviético sob a bandeira da III Internacional.

7. Dissuadindo as operárias de todos os países a qualquer colaboração e coalizão com as feministas burguesas, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista previne, ao mesmo tempo, que todo apoio dado por elas à II Internacional ou aos elementos oportunistas que venham a se aproximar só pode fazer grande mal ao movimento. As mulheres devem sempre se lembrar que sua escravidão tem suas

raízes no regime burguês. Para acabar com essa escravidão, é preciso passar para uma nova ordem social.

Apoiando as Internacionais II e II^{1/2}, e os grupos análogos, paralisa-se o desenvolvimento da revolução, impede-se, conseqüentemente, a transformação social, adiando a hora da libertação da mulher.

Quanto mais as massas feministas se afastarem com decisão e sem possibilidade de retorno da II Internacional e da Internacional II^{1/2}, mais a vitória da revolução social estará assegurada. O dever das mulheres comunistas é condenar todos aqueles que temem a tática revolucionária da Internacional Comunista e se aplicar firmemente em excluí-los das fileiras cerradas da Internacional Comunista.

As mulheres devem também se lembrar que a II Internacional sequer tentou criar uma organização destinada à luta pela libertação da mulher. A união internacional das mulheres socialistas, na medida em que existe, foi estabelecida fora dos limites da II Internacional, pela iniciativa das próprias operárias.

A III Internacional formulou claramente, desde seu primeiro congresso, em 1919, sua atitude sobre a questão da participação das mulheres na luta pela ditadura, por sua iniciativa e com sua participação foi convocada a primeira Conferência das Mulheres Comunistas e, em 1920, foi fundado o Secretariado Internacional para a propaganda entre as mulheres, com representação permanente no Comitê Executivo da Internacional Comunista. O dever das operárias conscientes é romper com a II Internacional e com a Internacional II^{1/2} e sustentar firmemente a política revolucionária da Internacional Comunista.

8. O apoio que darão à Internacional Comunista as operárias e empregadas deve se manifestar primeiramente nas fileiras dos partidos comunistas de seus países. Nos países e nos partidos em que a luta entre a II e a III Internacional ainda não está terminada, o dever das operárias é sustentar, com todas as suas forças, o partido ou grupo que segue a política da Internacional Comunista e lutar impiedosamente contra todos os elementos hesitantes ou abertamente traidores, sem atribuir a eles a menor autoridade. As mulheres proletárias conscientes que lutam por sua libertação não devem permanecer num partido que não esteja filiado à Internacional Comunista.

Todo adversário da III Internacional é um inimigo da libertação da mulher

Cada operária consciente do Ocidente e do Oriente deve se alinhar sob a bandeira revolucionária da Internacional Comunista. Toda hesitação das mulheres no sentido de derrotar os grupos oportunistas

ou as autoridades reconhecidas retarda as conquistas do proletariado sobre o terreno da guerra civil, que assume o caráter de uma guerra civil mundial.

Métodos de ação entre as mulheres

Partindo dos princípios acima indicados, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista estabelece que o trabalho entre as mulheres proletárias deve ser levado pelos partidos comunistas de todos os países sobre as bases seguintes:

1. Admitir as mulheres como membros iguais em direito e deveres em todos os outros partidos e em todas as organizações proletárias (sindicatos, cooperativas, conselhos de antigos funcionários de usinas etc.).

2. Perceber a importância que existe em fazer as mulheres participarem ativamente de todos os planos da luta do proletariado (inclusive a defesa militar), da edificação de novas bases sociais, da organização da produção e da existência segundo os princípios comunistas.

3. Reconhecer a maternidade como uma função social, aplicar todas as medidas necessárias à defesa da mulher na sua condição de mãe.

Declarando-se energicamente contra toda espécie de organização em separado das mulheres no seio do partido, sindicatos ou outras associações operárias, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista reconhece a necessidade, para o partido comunista, de empregar métodos particulares de trabalho entre as mulheres e estima útil formar em todos os partidos comunistas órgãos especiais encarregados desse trabalho.

Nesse aspecto, o congresso foi guiado pelas seguintes considerações:

a) A servidão familiar da mulher não apenas nos países burgueses capitalistas, mas também nos países onde já existe o regime soviético, na fase da transição do capitalismo ao comunismo.

b) A grande passividade e o estado de atraso político das massas femininas, defeitos explicáveis pelo distanciamento secular da mulher da vida social e por sua escravidão na família.

c) As funções especiais impostas à mulher pela natureza, isto é, a maternidade e as particularidades que daí decorrem para a mulher, com a necessidade de maior proteção de suas forças e sua saúde no interesse de toda a sociedade.

Esses órgãos para o trabalho entre as mulheres devem ser seções ou comissões que funcionem próximos aos comitês do partido, a co-

meçar pelo distrito. Esta decisão é obrigatória para todos os partidos filiados à Internacional Comunista.

O Terceiro Congresso da Internacional Comunista indica como tarefa dos partidos comunistas a serem cumpridas pelas seções através do trabalho entre as mulheres:

1. Educar as grande massas femininas no espírito do comunismo e levá-las às fileiras do partido.

2. Combater os preconceitos relativos às mulheres nas massas do proletariado masculino, reforçando no seu espírito o ideal de solidariedade dos interesses dos proletários de ambos os sexos.

3. Afirmar a vontade da operária utilizando-a na guerra civil sob todas as formas e aspectos, despertar sua atividade fazendo-a participar das ações de massas, da luta contra a exploração capitalista nos países burgueses (contra a carestia, a crise de habitação e o desemprego), na organização da economia comunista e da existência em geral nas repúblicas soviéticas.

4. Colocar na ordem do dia do partido e instituições legislativas as questões relativas à igualdade da mulher e sua diferença como mulher.

5. Lutar sistematicamente contra a influência da tradição, dos costumes burgueses e da religião, a fim de preparar o terreno para relações mais sadias e harmoniosas entre os sexos e a saúde moral e física da humanidade trabalhadora.

Todo o trabalho das seções femininas deverá ser feito sob a responsabilidade dos comitês do partido.

Entre os membros da comissão ou da direção das seções, deverão figurar também, na medida do possível, camaradas comunistas homens.

Todas as medidas e todas as tarefas que se impõem às comissões e seções dos operários deverão ser realizadas por elas de uma maneira independente, mas, no país dos soviets, por intermédio dos órgãos econômicos ou políticos respectivos (seções dos soviets, comissariados, comissões, sindicatos etc.) e nos países capitalistas com a ajuda dos órgãos correspondentes do proletariado (sindicatos, conselhos etc.).

Onde os partidos comunistas têm uma existência legal ou semi-legal, eles devem formar um aparelho legal para o trabalho entre as mulheres. Este aparelho deve estar subordinado e adaptado ao aparelho ilegal do partido em seu conjunto. Lá, como no aparelho legal,

cada comitê deve compreender uma camarada encarregada de dirigir a propaganda ilegal entre as mulheres.

No período atual, os sindicatos profissionais e de produção devem ser para os partidos comunistas o terreno fundamental do trabalho entre as mulheres, tanto nos países onde a luta pela reversão do jugo capitalista não está ainda terminada, como nas repúblicas operárias soviéticas.

O trabalho entre as mulheres deve ser levado segundo o seguinte espírito: Unidade na linha política e na estrutura do partido, livre iniciativa das comissões e das seções com tudo o que possa levar a mulher à sua completa libertação e igualdade, o que só será plenamente atingido pelo partido como um todo. Não se trata de criar um paralelismo, mas complementar os esforços do partido para as iniciativas e atividades criativas das mulheres.

O trabalho político do partido entre as mulheres nos países de regime soviético

O papel das seções nas repúblicas soviéticas consiste em educar as massas femininas no espírito do comunismo, levando-as para as fileiras do partido comunista; consiste ainda em desenvolver a atividade, a iniciativa da mulher, levando-a ao trabalho de construção do comunismo e fazendo dela uma firme defensora da Internacional Comunista.

As seções devem, por todos os meios, permitir a participação feminina em todos os campos da organização soviética, desde a defesa militar da República até os planos econômicos mais complicados.

Na República Soviética, as seções devem velar pela aplicação das decisões do Terceiro Congresso dos Soviets concernentes à participação das operárias e camponesas na organização e construção da economia nacional, bem como em todos os órgãos dirigentes, administrativos, controlando e organizando a produção.

Por intermédio de seus representantes e pelos órgãos do partido, as seções devem colaborar na elaboração de novas leis e na modificação daquelas que devem ser transformadas, tendo em vista a libertação real da mulher. As seções devem dar prova de iniciativa para o desenvolvimento de legislação que proteja o trabalho da mulher e dos menores.

As seções devem levar o maior número possível de operárias e camponesas para a eleição dos Soviets e velar para que elas sejam eleitas para os comitês executivos.

As seções devem favorecer o sucesso de todas as campanhas políticas e econômicas levadas pelo partido.

É também papel das seções velar pelo aperfeiçoamento e especialização do trabalho feminino, pela expansão do ensino profissional, facilitando às operárias e camponesas o acesso aos estabelecimentos correspondentes.

As seções observarão para que se dê a entrada das operárias nas comissões para a proteção do trabalho nas empresas, reforçando a atividade das comissões de segurança e proteção da maternidade e da infância.

As seções facilitarão o desenvolvimento de uma rede de estabelecimentos públicos como creches, lavanderias, oficinas de consertos, instituições de seguridade social sobre as novas bases comunistas, que aliviarão para as mulheres o fardo da época de transição, levarão à sua independência material e farão da escrava doméstica e familiar uma colaboradora livre e criadora de novas formas de vida.

As seções deverão facilitar a educação dos membros femininos dos sindicatos no espírito do comunismo por intermédio de organizações para o trabalho entre as mulheres, constituídas pelas frações comunistas dos sindicatos.

As seções velarão para que as operárias assistam regularmente às reuniões dos delegados de usinas e de fábricas.

As seções repartirão sistematicamente os delegados do partido como estagiários nos diferentes ramos de trabalho: soviets, economia nacional, sindicatos.

Nos países capitalistas

As tarefas imediatas das comissões para o trabalho entre as mulheres estão determinadas por condições objetivas. De uma parte, a ruína da economia mundial, o agravamento prodigioso do desemprego, apresentando como consequências particulares a diminuição da demanda de mão-de-obra feminina e aumentando a prostituição, o custo de vida, a crise de habitação, a ameaça de novas guerras imperialistas; de outra parte, as incessantes greves econômicas em todos os países, as tentativas de sublevação armada do proletariado, a atmosfera cada vez mais sufocante da guerra civil se estendendo pelo mundo inteiro, tudo isso aparece como prólogo da inevitável revolução social mundial.

As comissões femininas devem levar adiante as tarefas de combate do proletariado, levar a luta pelas reivindicações do partido comunista, devem fazer a mulher participar de todas as manifestações

revolucionárias dos comunistas contra a burguesia e os socialistas coalizacionistas.

As comissões velarão para que não somente as mulheres sejam admitidas com os mesmos direitos e deveres que os homens no partido, nos sindicatos e outras organizações operárias da luta de classes, combatendo toda separação e toda particularização da operária, mas também para que os operários e operárias sejam eleitos igualmente nos órgãos dirigentes dos sindicatos e cooperativas.

As comissões ajudarão as grandes massas do proletariado feminino e das camponesas a exercerem seus direitos eleitorais não só nas eleições parlamentares como em outras em favor do partido comunista, fazendo tudo para ressaltar o pouco valor que existe nesses direitos, tanto para o enfraquecimento da exploração capitalista como para a libertação da mulher, opondo ao parlamento o regime soviético.

As comissões deverão também velar para que as operárias, as camponesas e as empregadas participem ativa e conscientemente das eleições dos soviets revolucionários, econômicos e políticos de delegados operários. Elas se esforçarão para estimular a atividade política entre as donas-de-casa e propagar a ideia dos soviets, particularmente entre as camponesas.

As comissões consagrarão maior atenção à aplicação do princípio de trabalho igual, salário igual.

As comissões deverão levar os operários a essa campanha por cursos gratuitos e acessíveis a todos e de forma a relevar o valor da mulher.

As comissões devem velar para que as mulheres comunistas colaborem em todas as instituições legislativas municipais, para preconizar nesses órgãos a política revolucionária do partido.

Mas participando nas instituições legislativas, municipais ou outros órgãos do Estado burguês, as mulheres comunistas devem seguir estritamente os princípios e a tática do partido. Elas devem se preocupar não apenas em obter reformas sob o regime capitalista, mas em transformar todas as reivindicações das mulheres trabalhadoras em palavras de ordem de maneira a despertar a atividade das massas e dirigir essas reivindicações para a rota da luta revolucionária e da ditadura do proletariado.

As comissões devem, nos parlamentos e nas municipalidades, permanecer em contato estreito com as frações comunistas e deliberar em comum sobre todos os projetos etc. relativo às mulheres. As

comissões deverão explicar às mulheres o caráter atrasado e não-econômico do sistema de negociações isoladas, o defeito da educação burguesa dada às crianças, agrupando as forças dos operários nas questões da melhoria real da existência da classe operária, questões suscitadas pelo partido.

As comissões deverão favorecer a entrada no partido comunista de operárias, membros dos sindicatos, e as frações comunistas desses últimos deverão destacar para esse objetivo organizadores para o trabalho entre as mulheres, agindo sob a direção do partido e as seções locais.

As comissões de agitação entre as mulheres deverão dirigir sua propaganda de maneira que as mulheres comunistas propaguem nas cooperativas os ideais comunistas e, chegando à direção dessas cooperativas, consigam influenciar e ganhar as massas, considerando que essas organizações terão grande importância como órgãos de distribuição durante e após a revolução. Todo o trabalho das comissões deve atender a um objetivo único: o desenvolvimento da atividade revolucionária das massas a fim de chegar à revolução social.

Nos países economicamente atrasados (Oriente)

O partido comunista, de acordo com as seções, deve obter nos países de fraco desenvolvimento industrial o reconhecimento da igualdade de direitos e deveres da mulher no partido, nos sindicatos e outras organizações da classe operária.

As seções e as comissões devem lutar contra os preconceitos, os costumes e os hábitos religiosos que pesam sobre a mulher e levar uma propaganda também entre os homens.

O partido comunista e suas seções ou comissões devem aplicar os princípios da igualdade de direitos da mulher na educação das crianças, nas relações familiares e na vida pública.

As seções procurarão apoio para o seu trabalho, antes de tudo na massa de operários que trabalham a domicílio (pequena indústria), trabalhadores das plantações de arroz, algodão e outras, favorecendo a formação, em todos os lugares onde seja possível (em primeiro lugar, entre os povos do Oriente que vivem nos confins da Rússia soviética), de cooperativas de produção, cooperativas da pequena indústria, facilitando a entrada de operários das plantações nos sindicatos.

A elevação do nível geral de cultura das massas é um dos melhores meios de luta contra a rotina e os preconceitos religiosos existentes no país. As comissões devem também favorecer o desenvolvimento

de escolas para adultos e para crianças, facilitando o acesso das mulheres à educação. Nos países burgueses, as comissões devem fazer uma agitação direta contra a influência burguesa nas escolas.

Em todos os lugares em que for possível, as seções e as comissões devem promover a propaganda a domicílio, organizar clubes de operários e atrair para os clubes, os elementos femininos mais atrasados. Os clubes devem ser focos de cultura e instrução, organizações modelo mostrando o que a mulher pode fazer por sua própria libertação e independência (organização de creches, jardins de infância, escolas primárias para adultos etc.).

Entre os povos nômades, deve-se organizar clubes ambulantes.

As seções devem, em conjunto com os partidos, nos países de regime soviético, contribuir para facilitar a transição da forma econômica capitalista para a forma de produção comunista colocando o operário diante da realidade evidente de que a economia doméstica e a família, tal como elas se apresentam, só podem escravizá-los, enquanto o trabalho coletivo é a sua libertação.

Entre os povos orientais da Rússia soviética, as seções devem velar para que seja aplicada a legislação soviética, igualando os direitos da mulher aos do homem e defendendo a primeira em seus interesses. Com esse objetivo, as seções devem facilitar às mulheres o acesso às funções de jurados nos tribunais populares.

As seções devem igualmente fazer as mulheres participarem das eleições dos soviets e velar para que as operárias e camponesas participem dos soviets e dos comitês executivos. O trabalho entre o proletariado feminino do Oriente deve ser conduzido segundo a plataforma da luta de classes. As seções revelarão a impossibilidade das feministas encontrarem solução para as diferentes questões da libertação da mulher; elas utilizarão as forças intelectuais femininas (por exemplo, as professoras) para a expansão da instrução nos países soviéticos do Oriente. Evitando sempre ataques grosseiros e sem tato às crenças religiosas e às tradições nacionais, as seções e as comissões que trabalham entre as mulheres do Oriente deverão lutar com clareza contra a influência do nacionalismo e da religião sobre os espíritos.

Toda organização de operários deve se basear, no Oriente como no Ocidente, não na defesa dos interesses nacionais, mas no plano de união do proletariado internacional de ambos os sexos nas tarefas comuns de classe.

A questão do trabalho entre as mulheres do Oriente, sendo de grande importância e, ao mesmo tempo, apresentando um novo

problema para os partidos comunistas, deve ser detalhado por uma instrução especial sobre os métodos de trabalho entre as mulheres do Oriente, adequado às condições dos países orientais. A instrução será juntada às teses.

Métodos de agitação e propaganda

Para cumprir a missão fundamental das seções, isto é, a educação comunista das grandes massas femininas do proletariado e o fortalecimento dos quadros de campeões do comunismo, é indispensável que todos os partidos comunistas do Oriente e do Ocidente assimilem o princípio fundamental do trabalho entre as mulheres que é o seguinte: “agitação e propaganda efetivas”.

Agitação efetiva significa, antes de tudo, ação para despertar a iniciativa da operária, destruir sua falta de confiança em suas próprias forças e, conduzindo-a ao trabalho prático de organização e luta, levá-la a compreender pela realidade que toda conquista do partido comunista, toda ação contra a exploração capitalista é um progresso para a melhoria da situação da mulher. “Da prática à ação, ao reconhecimento do ideal comunista e seus princípios teóricos”, tal é o método com que os partidos comunistas e suas seções femininas devem abordar as operárias.

Para serem realmente órgãos de ação e não apenas de propaganda oral, as seções femininas devem se apoiar nos núcleos comunistas das empresas e fábricas e designar, em cada núcleo comunista, um organizador especial do trabalho entre as mulheres da empresa ou fábrica.

As seções deverão se relacionar com os sindicatos por intermédio de seus organizadores, designados pela fração comunista do sindicato, e realizar seu trabalho sob a direção das seções.

A propaganda efetiva dos ideais comunistas consiste, na Rússia dos soviets, em fazer a operária, a desempregada e a empregada entrarem em todas as organizações soviéticas, começando pelo exército e pela milícia e em todas as instituições visando à libertação da mulher: alimentação pública, educação social, proteção da maternidade etc. Uma tarefa particularmente importante é a restauração econômica sob todas as suas formas, da qual é fundamental a participação da operária.

A propaganda efetiva nos países capitalistas deverá, antes de tudo, levar as operárias a participarem das greves, manifestações e da insurreição sob todas as suas formas, que temperam e elevam a vonta-

de e a consciência revolucionárias, em todas as formas de trabalho ilegal (particularmente nos serviços de ligação) na organização de sábados e domingos comunistas, para os quais as operárias simpatizantes e as empregadas aprenderão a se tornar úteis ao partido pelo trabalho voluntário.

O princípio da participação das mulheres em todas as campanhas políticas, econômica ou morais empreendidas pelo partido comunista serve igualmente aos objetivos da propaganda efetiva. Os órgãos de propaganda entre as mulheres, próximos ao partido comunista, devem estender sua atividade às categorias mais numerosas de mulheres socialmente exploradas e presas nos países capitalistas e, entre as mulheres dos Estados soviéticos, livrar seu espírito preso por superstições e resquícios da velha ordem social. Eles deverão se prender a todas as suas necessidades e sofrimentos, a todos os seus interesses e reivindicações, pelo que as mulheres perceberão que o capitalismo deverá ser esmagado como seu inimigo mortal e que as vias deverão se franqueadas ao comunismo, sua libertação.

As seções devem realizar metodicamente sua agitação e sua propaganda pela palavra, organizando reuniões nas fábricas e reuniões públicas, seja para as empregadas de diferentes ramos da indústria, seja para as donas-de-casa e trabalhadoras de todas as categorias, por quarteirão, bairros das cidades, etc.

As seções devem velar para que as frações comunistas dos sindicatos, das associações operárias, das cooperativas, elejam organizadores e agitadores especiais para fazer o trabalho comunista nas massas femininas dos sindicatos, cooperativas, associações. As seções devem velar para que nos Estados soviéticos, as operárias sejam eleitas para os conselhos de indústria e todos os órgãos encarregados da administração, controle e direção da produção. Enfim, as operárias devem ser eleitas para todas as organizações que, nos países capitalistas, servem às massas exploradas e oprimidas em sua luta para a conquista do poder político ou, nos Estados soviéticos, que servem à defesa da ditadura do proletariado e à realização do comunismo.

As seções devem delegar mulheres comunistas provadas nas indústrias, colocando-as como operárias ou como empregadas nos locais onde um grande número de mulheres trabalhem, tal como é praticado na Rússia soviética; instalam-se assim essas camadas nas grandes circunscrições e centros proletários.

Seguindo o exemplo do Partido Comunista da Rússia Soviética, que organiza reuniões de delegadas e conferências de delegadas sem

partido, que sempre têm um sucesso considerável, as seções femininas dos países capitalistas devem organizar reuniões públicas de operárias, trabalhadoras de todo tipo, camponesas, donas-de-casa, reuniões que tratem das necessidades e reivindicações das mulheres trabalhadoras e que devem eleger comitês ad hoc, aprofundar as questões levantadas em contato permanente com seus mandatários e as seções femininas do partido.

As seções devem enviar seus oradores para participarem das discussões nas reuniões dos partidos hostis ao comunismo. A propaganda e a agitação em reuniões e outras instituições similares devem ser completadas por uma agitação metódica e prolongada nas casas. Todo comunista encarregado desta tarefa deverá visitar as mulheres em suas casas, mas deverá fazê-lo regularmente ao menos uma vez por semana e a cada ação importante dos partidos comunistas e das massas proletárias.

As seções devem criar e preparar uma literatura simples, conveniente; brochuras e folhetos para exortar e agrupar as forças femininas.

As seções devem velar para que as mulheres comunistas utilizem da maneira mais ativa todas as instituições e meios de instrução do partido. A fim de aprofundar a consciência e temperar a vontade das comunistas ainda atrasadas e das mulheres trabalhadoras, levando-as à atividade, as seções devem convidá-las para os cursos e discussões do partido. Cursos separados, sessões de leitura e discussão, só para as operárias, podem ser organizados somente em casos excepcionais.

A fim de desenvolver o espírito de camaradagem entre operárias e operários, é desejável não criar cursos e escolas especiais para as mulheres comunistas: em cada escola do partido, deve, obrigatoriamente, haver um curso sobre os métodos de trabalho entre as mulheres. As seções têm o direito de delegar um certo número de suas representantes aos cursos gerais do partido.

Estrutura das seções

Serão organizadas para o trabalho entre as mulheres próximas aos comitês regionais e de distrito e, enfim, próximas ao comitê central do partido.

Cada país escolhe os membros da seção. O mesmo se aplica aos partidos dos diferentes países aos quais é dada a liberdade de decidir, segundo as circunstâncias, o número de membros da seção apon-tados pelo partido.

A direção da seção deverá ser, ao mesmo tempo, do comitê local do partido. No caso de não haver essa acumulação, ela deverá caber a todas as assembleias do comitê com voz deliberativa sobre as questões concernentes à seção das mulheres e com voz consultiva sobre as demais questões.

Além das tarefas gerais já enumeradas, que cabem às seções e comissões locais, elas serão encarregadas das seguintes funções: manutenção da ligação entre as diferentes seções da região e com a seção central, reuniões de informação sobre a atividade das seções e comissões da região, intercâmbio de informações entre as diferentes seções da região e com a seção central, reuniões de informação sobre a atividade das seções e comissões da região ou província; distribuição das forças de agitação, mobilização das forças do partido para o trabalho entre as mulheres, convocação de conferências regionais de mulheres comunistas no mínimo duas vezes por ano, com representantes de seções na proporção de duas por seção, e enfim, a organização de conferências de operárias e camponesas sem partido.

As seções regionais (de província) se compõem de cinco a sete membros, os membros do bureau são nomeados pelo comitê correspondente do partido, sob apresentação á direção da seção; esta é eleita da mesma forma que os outros membros do comitê distrital ou provincial para a conferência correspondente do partido.

Os membros das seções ou comissões são eleitos para a conferência geral da cidade, do distrito ou da província, ou ainda são designados pelas seções respectivas em contato com o comitê do partido. A comissão central para o trabalho entre as mulheres se compõe de dois a cinco membros dentre os quais um ao menos é pago pelo partido.

Além das funções enumeradas acima para as seções regionais, a comissão central terá ainda as seguintes tarefas: instruções a serem dadas aos militantes da localidade, controle do trabalho das seções, repartição, em contato com os órgãos correspondentes do partido, das forças para o trabalho entre as mulheres, controle por intermédio de seu representante ou encarregado das condições e desenvolvimento do trabalho feminino em torno das transformações jurídicas ou econômicas necessárias na situação das mulheres, participação dos representantes, dos encarregados, nas comissões especiais, estudando a melhoria das condições de vida da classe operária, da proteção do trabalho, da infância etc., publicação de uma “folha” central e redação de jornais periódicos para as operárias, convocação ao menos uma vez por ano dos representantes de todas as seções pro-

vinciais, organização de excursões de propaganda por todo o país, envio de instrutores do trabalho entre as mulheres, treinamento das operárias para participarem em todas as seções das campanhas políticas e econômicas do partido, ligação permanente com o Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas e celebração anual do Dia Internacional da Operária.

Se a direção da seção de mulheres ligada ao comitê central não é membro desse comitê, ela tem o direito de assistir a todas as sessões com voz deliberativa sobre as questões relativas à seção e com voz consultiva nas demais questões. Ela é, ou nomeada pelo comitê central do partido ou eleita no congresso geral desse último. As decisões e as resoluções de todas as comissões devem ser confirmadas pelo respectivo comitê do partido.

O trabalho em escala internacional

A direção do trabalho dos partidos comunistas de todos os países, a reunião das forças operárias, a solução das tarefas impostas pela Internacional Comunista e a participação das mulheres de todos os países e povos na luta revolucionária pelo poder dos soviets e pela ditadura da classe operária em escala mundial, cabem ao Secretariado Internacional Feminino da Internacional Comunista.

O número de membros da comissão central e o número de membros com voz deliberativa são fixados pelo comitê central do partido.

R es e nha

Mulher, Estado e revolução, de Wendy Z. Goldman

Cecília Toledo

Com este livro, a historiadora norte-americana Wendy Goldman dá um passo à frente nas pesquisas sobre a situação jurídica das mulheres russas no período da revolução. Com isso, faz uma enorme contribuição ao entendimento daquela situação tão complexa. Ela concentra suas investigações no problema da família e analisa cada um dos códigos familiares que foram sendo elaborados durante o período que vai de 1917 a 1936. Mostra que as primeiras medidas legislativas do governo bolchevique, já promulgadas um ano depois da tomada do poder pelos soviets, tiveram como objetivo iniciar o processo de emancipação das mulheres. A sua emancipação era necessária não só porque milhões de mulheres já faziam parte da produção social, trabalhando nas fábricas, mas também para que todas as demais se engajassem nas tarefas de construção do socialismo. Como veremos mais adiante, essas medidas geraram problemas adicionais ao jovem Estado operário.

Pressão contra a família

As primeiras medidas não diziam respeito às condições de trabalho das mulheres, como igualdade salarial, direito a ocupar todo e qualquer cargo, inclusive de gerência, nas empresas estatais, acesso a cursos profissionalizantes, exigência de que em cada unidade produtiva houvesse uma creche, horários especiais para amamentação, enfim, condições dignas de trabalho, o que não havia nas empresas privadas.

A pressão era toda voltada para a extinção da família. Todos os setores pequeno-burgueses da sociedade russa, sobretudo os mais abastados, como os intelectuais progressistas e democráticos tinham esse programa. Essa concepção também era defendida por algumas das mais importantes dirigentes bolcheviques, entre elas Alexandra

Kollontai e Inessa Armand, do Zhenotdel (Departamento Feminino do Partido Bolchevique). Generalizou-se a ideia de que a grande responsável pela opressão das mulheres era a família. Daí, portanto, a primeira a ser eliminada seria a família, sem fazer qualquer distinção entre a família burguesa e a família operária. Há uma diferença de classe entre ambas. O proletariado não tem condições de escolher o tipo de família na qual pretende viver. Isso lhe é imposto pela ideologia burguesa. Por outro lado, à diferença da família burguesa, a família operária está constantemente sendo destruída pelo capitalismo e, num primeiro momento, há de se demonstrar ao proletariado (homens e mulheres) que o socialismo significa melhores condições de vida para a família operária e que isso não significa defender a manutenção da família – na qual as mulheres são vistas como escravas – mas sim dar-lhe condições concretas para o surgimento de novas relações humanas.

Por isso, já mesmo em outubro de 1918, sem que a revolução tivesse minimamente se consolidado ou dado mostras de que iria prosseguir e se concretizar, a família e o casamento já foram alvos de questionamentos. Reuniu-se uma comissão de juristas do Comitê Executivo do soviets para ratificar um novo Código Integral do Matrimônio, a Família e a Tutela, que estabeleceu relações sociais baseadas na igualdade das mulheres vista como possível apenas se a família fosse atacada. A família passou a ser vista como um dos grandes males da sociedade e responsável pela opressão das mulheres e pela má criação dos filhos. Ela fazia mal tanto para as mulheres quanto para as crianças, que também ali recebiam uma educação opressora, já que os pais não sabiam educar adequadamente seus filhos. Logo, era urgente destruí-la mediante a criação de instituições soviéticas.

O programa bolchevique para a mulher

De fato, o programa bolchevique previa a extinção da família, mas de uma forma revolucionária. O programa bolchevique para a liberação das mulheres tinha dois eixos centrais: abolição de todas as leis que colocavam a mulher em situação de desigualdade em relação aos homens e socialização do trabalho doméstico. Faziam parte do primeiro eixo: divórcio, direito à herança, direitos iguais sobre os filhos, reconhecimento dos filhos ilegítimos, direito à educação e à formação profissional, acesso a todos os postos de trabalho sem discriminação, salário igual para trabalho igual, direito ao aborto, direitos políticos iguais. Do segundo eixo, faziam parte: construção de restaurantes

públicos e de boa qualidade, lavanderias públicas, escolas de tempo integral, hospitais, creches e postos de saúde em todos os bairros. Se pensarmos bem, esses dois eixos, ao invés de destruírem família, num primeiro momento fazem justamente o contrário: a fortalecem.

Nada disso era um sonho ou fruto de uma visão idílica da sociedade. Nenhuma dessas medidas poderia ser feita se não houvesse condições econômicas para isso. Esse era o programa bolchevique para as mulheres, a ser implementado conforme a situação econômica do país entrasse nos eixos, e a situação política do governo operário se consolidasse.

Wendy Goldman, em seu livro, reduz esse programa a quatro pontos:

(...) a visão bolchevique estava, portanto, baseada em quatro preceitos primários: a união livre, a emancipação da mulher por meio do trabalho assalariado, a socialização do trabalho doméstico e a extinção da família. (p. 36)²³⁰

Na verdade, o programa bolchevique para a mulher não estava reduzido a esses quatro preceitos, que ela chama de *primários*. Em primeiro lugar, estão longe de serem primários. São complexos porque envolvem toda uma vida, toda a cultura russa de séculos que deveria ser revolvida de cima abaixo e ter abaladas todas as suas estruturas. Como se da noite para o dia os bolcheviques pretendessem virar a Rússia e todos os seres humanos ali viventes, com suas famílias ancestrais, de cabeça para baixo. Em segundo lugar, a união livre não era compartilhada igualmente pelos dirigentes bolcheviques. Lenin, por exemplo, tinha sérias restrições a ela.

O concreto a ser levado em conta é que a opressão das mulheres não é algo que se elimine de uma hora para outra. Num país profundamente apegado às tradições religiosas e culturais de seu povo, extinguir a família, essa instituição histórica e extremamente cultuada entre os povos eslavos, não seria tão simples e rápido e tampouco bastariam uma ou duas medidas drásticas ou compulsórias. Era preciso mudar antes as condições materiais de vida para que homens, mulheres e crianças não sofressem penúria, como ocorria no czarismo e como ocorre no capitalismo. É preciso levar em conta que a família ainda constituía uma pequena unidade de produção e extingui-la antes de inserir toda a população adulta na produção social e garantir o bem estar e o cuidado requeridos pela infância seria uma medida extrema que não ajudaria em nada a construção e o apoio ao jovem Estado operário.

230 Todas as referências correspondem à edição em espanhol do livro de Wendy Goldman (Nota da edição brasileira)

Como disse Lenin, tomar o poder foi o mais fácil. Agora vem o mais difícil, que é construir o socialismo, tarefa que seria feita por homens e mulheres russos, nascidos e criados dentro do capitalismo e de todas as tradições culturais que encontraram desde o primeiro dia em que viram a luz do dia.

Essa bandeira – extinção da família – não estava na ordem do dia do programa bolchevique. Em *A revolução traída*, Trotski deixou isso bem claro ao lembrar que

a família não pode ser abolida: tem de ser substituída. A verdadeira emancipação da mulher é impossível no terreno da miséria socializada. A experiência revelou bem rapidamente essa dura verdade, formulada por Marx há mais de 80 anos. (p. 134)

Os bolcheviques tinham consciência de que a família não seria extinta de um só golpe, ou à força, mas iria perdendo seu sentido conforme caminhava a socialização do trabalho doméstico e a incorporação da mulher à produção social. Inclusive a família ou uma variante dela poderia continuar subsistindo conforme fosse o desejo dos homens e das mulheres.

Mas Wendy Goldman, em seu livro, acrescenta esse ponto ao programa bolchevique, além da defesa da união livre. A ideia de união livre foi duramente combatida por Lenin em suas polêmicas com o Zhenotdel, pois, para ele, essa era “na presente situação social, uma reivindicação burguesa e não proletária”. Ele inclusive propôs a Inessa Armand que suprimisse absolutamente a “reivindicação (feminina) do amor livre” (carta escrita em 17 de janeiro de 1915).

O programa bolchevique para as mulheres, do ponto de vista jurídico, defendia a abolição de todas as limitações, sem exceção, dos direitos políticos da mulher em comparação aos direitos do homem. Entendia que, sem incorporar a mulher à participação independente tanto na vida política em geral quanto no serviço social permanente, era inútil falar em socialismo. Defendia a criação de serviços públicos de boa qualidade para poder libertar a mulher da escravidão doméstica. Propunha a instalação, em todas as fábricas e empresas onde trabalhassem mulheres, de creches para crianças lactentes e de pouca idade, bem como locais para que fossem amamentadas. Chamava as mulheres a se incorporarem nas milícias e a lutar pelo socialismo. Defendia o direito da mulher de acionar judicialmente o pai para exigir alimentos para sustentar o filho.

Nada disso tinha como objetivo a abolição da família. Lenin, aliás, não se refere, em seus inúmeros textos, à abolição da família, mas sim

à abolição da escravidão doméstica, porque entendia que, sem abolir essa escravidão, não seria possível falar em socialismo:

A verdadeira emancipação da mulher e o verdadeiro comunismo não começarão senão onde e quando começa a luta em massa (dirigida pelo proletariado, dono do poder do Estado) contra essa pequena economia doméstica ou, mais exatamente, sua transformação massiva numa grande economia socializada. (1919)

A emancipação da mulher por meio do trabalho assalariado tampouco era um ponto do programa bolchevique. O trabalho assalariado, por si só, não promove a emancipação da mulher; é uma medida fundamental, mas apenas uma das medidas a serem postas em prática que, apenas como conjunto, poderão promover a emancipação da mulher. O trabalho assalariado sem livrar a mulher das tarefas domésticas não significa emancipação. O trabalho assalariado sem o direito ao aborto não significa emancipação. O trabalho assalariado sem igualdade salarial e iguais direitos de formação profissional tampouco significa emancipação da mulher.

Lenin e o Estado

A autora parte das análises de Lenin sobre o Estado, caracterizando-as como utópicas, libertárias e antiestatistas *dentro do corpus contraditório do próprio pensamento de Lenin e de toda a teoria marxista daí advinda*:

Lenin havia analisado cuidadosamente o futuro do Estado em seu famoso ensaio *O Estado e a revolução*, concluído em setembro de 1917, apenas um mês antes da tomada do poder por parte dos bolcheviques. Baseadas nas observações amplamente disseminadas de Marx e Engels sobre a natureza do Estado, as ideias compreendidas em *O Estado e a revolução* chegaram a representar o fio mais utópico, libertário e antiestatista dentro do corpus contraditório do próprio pensamento de Lenin, como também da teoria marxista subsequente. (p. 28)

Segundo a leitura de Wendy Goldman, Lenin dizia que os revolucionários teriam de destruir o Estado burguês e criar em seu lugar um Estado novo e que a nova ditadura do proletariado seria democrática para a ampla maioria, porque seu poder se mobilizaria unicamente para eliminar os antigos exploradores. Ela cita as palavras de Lenin: “desde o momento em que é a maioria do povo a que reprime por si mesma seus opressores, já não é necessária

uma força especial de repressão. Nesse sentido, o Estado começa a extinguir-se” (p. 28).

Essa ideia de que o Estado começa a se extinguir se refere ao Estado operário e não ao Estado burguês, que será tomado de assalto pelo proletariado e destruído, para que, em seu lugar, surja a ditadura do proletariado, o Estado operário. No entanto, essa ideia foi mecanicamente transferida para a família. Wendy informa, em seu livro, que a famosa observação de Engels, de que a maquinaria do Estado seria colocada no museu de antiguidades, junto com a pedra de fiar e o machado de bronze fora repetida quase textualmente em 1929 por S. I. Volfson, um sociólogo soviético, em relação à família:

“Os juristas, teóricos sociais e ativistas produziram análises com questionamentos teóricos e históricos para apoiar essas ideias. Em resumo, os bolcheviques pensavam que o capitalismo havia criado uma nova contradição, mais dolorosa para as mulheres, entre as exigências do trabalho e as necessidades da família.” (p. 28)

A delicada situação das crianças

Quanto às tarefas domésticas, como cozinhar, lavar e passar roupa, o problema seria resolvido com a criação de serviços públicos adequados. À diferença das feministas modernas, não se tratava de propor uma nova divisão de tarefas dentro da família ou que o homem e a mulher a repartissem igualmente, mas sim de passar as tarefas domésticas integralmente para a sociedade.

De fato, Lenin tinha uma grande preocupação com a situação de opressão vivida pelas mulheres e via a urgência de liberá-las não apenas no sentido humano, para que se sentissem mais livres e plenas, mas também pelas necessidades práticas da revolução, pela necessidade urgente de que toda a classe trabalhadora se incorporasse, cada qual com suas habilidades e seus talentos, nas tarefas de defesa da revolução e da construção do socialismo.

No entanto, sua preocupação maior recaía sobre as crianças. Lenin preocupava-se com o amor livre porque, enquanto não houvesse mecanismos de cuidados estatais com as crianças, poderia haver um descontrole, e as crianças ficariam desamparadas. Assim, o comportamento individual de cada um adquiria uma nova dimensão, porque não se tratava unicamente de garantir a liberdade individual, o prazer de cada um fazer o que quiser, mas sim o perigo de criar um problema para a sociedade com as crianças que daí adviriam. A comunidade tem sempre de estar acima dos desejos individuais.

A maioria dos teóricos soviéticos estava de acordo que as crianças seriam cuidadas pelo Estado. Citada por Wendy Goldman, Zinaida Tettenborn, especialista em direitos infantis, declarou que “a criação será igualitária, será a mesma para todas as crianças e nenhuma criança estará numa situação *pior* que outra” (p. 33). Ressalvando o deslize de dizer que nenhuma criança estará em situação *pior* que outra, quando o correto seria dizer em situação *melhor* que outra, vemos que a afirmação de Zinaida peca por uma confiança cega no futuro sem levar em conta o processo e as contradições da revolução.

Alguns teóricos argumentavam que os pais não eram aptos para criar os filhos: “a ignorância paternal e o egoísmo familiar atrofiavam o desenvolvimento dos filhos e limitavam suas perspectivas. O Estado faria um trabalho muito melhor na criação de cidadãos sãos”. Daí a conclusão de que a família fazia mal às crianças.

Outros diziam que o Estado só ajudaria os pais a combinar o trabalho com a criação dos filhos através de uma rede de serviços complementares. O educador V. Diuschen, escreveu, em 1921, um projeto detalhado argumentando que o espírito egocêntrico da família era incompatível com a ética socialista. A família “opõe seus interesses aos da sociedade e considera que só aqueles relacionados pelo sangue merecem ajuda e cuidado” (p. 34). As mães faziam mais mal do que bem para seus filhos, já que até as mães pedagogas eram incapazes de se relacionarem com seus filhos com suficiente objetividade.

A enorme pressão, sobretudo a partir dos setores pequeno-burgueses, pela destruição da família, causou uma tragédia na Rússia. Veio no pior momento, pois somou-se à guerra e à fome. O resultado, que Wendy Goldman descreve em detalhes no seu livro, foram milhões de crianças abandonadas.

Ao chegar o ano de 1922, existiam, aproximadamente, 7,5 milhões de crianças famintas e moribundas na Rússia. Muitos deles, depois de haver perdido os pais, fugiam das famílias desfeitas e dos povoados desolados e entravam nas cidades em busca de comida. Conhecidos como *besprizorniki* (crianças sem lar), viajavam sozinhos ou em grupos de forma ilegal, em trem, de uma ponta a outra do país. (p. 75)

Essa situação, provocada pela dissolução social, preocupava sobremaneira o jovem Estado operário que, envolvido em inúmeros problemas, ameaçado por todos os lados e envolto numa situação econômica crítica, não estava preparado para tantas e tamanhas transformações

sociais. Ainda não havia criado os mecanismos que substituiriam a família e permitiriam que ela fosse, aos poucos, se extinguindo sem causar traumas e tragédias como a dos *besprizorniki*. Esse problema – as crianças abandonadas – não foi fruto da Revolução de Outubro. Já existia na Rússia desde os tempos do czarismo, e os socialistas se propunham justamente a resolvê-lo de forma definitiva com a criação de serviços públicos, nos quais as mães pudessem deixar seus filhos com a garantia de que estariam recebendo uma atenção adequada.

Família: um conceito concreto

Wendy Goldman cita Marx e Engels para provar, corretamente, que a família não é um conceito abstrato, mas algo concreto e premissa da existência humana. No trecho citado por ela, extraído de *A Ideologia Alemã* (1845-1846), lemos que Marx e Engels questionaram a ideia de uma divisão de trabalho natural e postularam, pela primeira vez, a produção da vida material e a relação entre homens e mulheres, mulher, pais e filhos como premissas básicas da existência humana. A família era mais que um conjunto de relações naturais ou biológicas, adotando uma forma social correspondente ao modo de produção. Insistiram em que a família deveria ser analisada de forma empírica em todas as etapas históricas e não como conceito abstrato. A produção da vida, tanto da própria no trabalho como da alheia na procriação, se manifesta, imediatamente, como uma dupla relação de uma parte, como uma relação natural, e de outra como uma relação social. Sua ideia de família como uma forma social mutável correspondente a um modo de produção dado e constituiu um avanço enorme sobre as noções prevalecentes da família como uma entidade natural.

Logo, a ideia da extinção da família é algo um tanto duvidoso. Esse seria o resultado de um longo processo histórico que começou com a eliminação da família como unidade primária de produção. Se a família se transforma conforme se transforma o modo de produção econômico vigente, é de se prever que ela jamais será a mesma. Portanto, falar em família de forma abstrata nos coloca numa contradição insolúvel.

Um grande sonho

A ideia central do livro, aquela que permanece na memória após a leitura, é que tudo não passou de uma grande aventura baseada numa visão utópica e idílica da Revolução Russa. É como se tudo não

passasse de um grande sonho, e os seus dirigentes e idealizadores, o partido bolchevique, Lenin, Trotski, fossem *sonhadores inveterados* e não dirigentes sérios. Portanto, nada se devia temer em relação a essa revolução, a essa “grande aventura”.

Ao centrar sua análise do complexo processo revolucionário apenas no aspecto jurídico da família, Goldman passa outra ideia duvidosa: a de que a revolução, que implicava muito seriamente a libertação das mulheres e tinha urgência em tomar medidas nesse sentido, preocupou-se quase exclusivamente com esse aspecto como sendo totalmente desvinculado dos problemas econômicos que o país enfrentava naquele momento. A política de Lenin, de que não bastava mudar as leis para emancipar as mulheres, mas era preciso expropriar a terra e as empresas, mudar a base do sistema econômico e socializar a riqueza e toda a produção, girou toda a política do partido em torno a esse problema.

A mulher russa, operária e camponesa, teve grande participação em todo o processo que resultou na revolução socialista em 1917. Suportou séculos de uma cultura opressiva que via a mulher como ser inferior ao homem. Suportou o obscurantismo, a fome e a miséria, agravados pela Primeira Guerra Mundial. Deixou o sangue de seus filhos nos campos de batalha, numa guerra imperialista que resultou num dos mais trágicos genocídios da história. Suportou a invasão dos exércitos de Hitler e dos exércitos brancos que queriam ocupar a Rússia para apossar-se de seu território e, ao mesmo tempo, esmagar a revolução socialista.

Mas todos esses sofrimentos não foram em vão. Temperaram as mulheres russas com coragem e determinação. Elas sentiram, pela primeira vez, que sua emancipação não é uma utopia ou um sonho impossível, mas algo concreto, palpável, por meio da superação do capitalismo e do advento de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Enfim, o que demonstrou a Revolução Russa?

No tema específico das mulheres, a Revolução Russa mostrou que de utópica não tem nada. Pelo contrário, a própria Wendy descreve exaustivamente em seu livro os diversos códigos familiares e leis, como a legalização do aborto e do divórcio, que foram passos fundamentais para a libertação das mulheres. A revolução também demonstrou que a urgência em destruir a família como forma de libertar a mulheres não podia ser feita de afogadilho porque não co-

adunava com as necessidades criadas, de imediato, pela revolução. Como insistia Marx, a emancipação da mulher é algo do reino do concreto, do material e não da ideologia. Para emancipar a mulher, não bastam as leis e a vontade. São necessários equipamentos, como lavanderias, creches, escolas, restaurantes públicos, toda uma rede de serviços públicos que substituam de fato as tarefas que a mulher desempenha dentro de casa. A destruição da família não pode implicar, no socialismo, no abandono das crianças e idosos, por exemplo. Isso é feito constantemente no capitalismo contra a família operária, mas no socialismo não. E a criação dessa rede de serviços requer dinheiro e mão de obra, requer todo um planejamento que o jovem Estado operário ainda não havia tido tempo de conseguir.

Se incluirmos nesse rol de dificuldades as tradições culturais do povo russo, em que a família tem um peso enorme, sobretudo entre os camponeses, nos damos conta de quão difícil é mexer em algo tão delicado e sensível como são as relações humanas e familiares. Isso requer tempo e cuidado, se é para ser bem feita, de forma estrutural e duradoura, e não de forma superficial e passageira. Mas a pressão na Rússia revolucionária para a transformação da família, compreensível dada a escravidão das mulheres, acabou por precipitar uma situação que, logo nos anos 1930, foi habilmente utilizada pela burocracia stalinista.

A atualidade da Revolução Russa

A visão de que as medidas tomadas pelo jovem Estado operário causaram mais danos do que benefícios às mulheres e às crianças e não conseguiram ir adiante, de certa maneira justificam a política stalinista de revalorização da família, de retrocesso em todos os aspectos que tiveram algum avanço e a imposição burocrática e autoritária dos valores mais retrógrados. Se o socialismo não avança, mostrando assim a sua impossibilidade, há de retroceder. A restauração do capitalismo jogou a última pá de cal sobre as conquistas da revolução.

Mesmo com todas as dificuldades, no período que vai de 1917 a mais ou menos 1930, a realidade das mulheres russas modificou-se completamente. A entrada massiva das mulheres nas fábricas e as primeiras tentativas de socialização do trabalho doméstico mostraram sua efetividade e seu acerto como política para a libertação feminina. A mulher russa, antes humilhada e submetida a um atraso cultural tremendo, sentiu-se valorizada; assumiu cargos de

responsabilidade em tudo o que tinha a ver com a construção do novo Estado operário. As seguidas transformações na legislação civil significaram direitos iguais para ambos os sexos. A legalização do aborto e do direito ao divórcio eram necessidades vitais para a emancipação das mulheres. Tudo isso elas conquistaram já nos primeiros meses da revolução.

Infelizmente, tudo isso foi se perdendo já a partir dos anos 1930 com o fortalecimento do governo de Stalin. Nesse ano, a ditadura stalinista aboliu o Zhenotdel e perdeu-se, assim, um importante centro de debate de ideias, sugestões e propostas para seguir em frente com as atividades das mulheres. Foi também a partir dos anos 1930 que ocorreram os primeiros retrocessos na legislação que resultaram na proibição do aborto a partir de 1936. Os avanços que se haviam alcançado em relação à família foram duramente atacados pelo stalinismo, que os considerava resquícios da revolução de 1917. O governo fez uma enorme campanha de propaganda para convencer a todos de que a família deveria ser valorizada e, com isso, as mulheres voltaram à cozinha e ao fogão.

Hoje, com a restauração do capitalismo, as mulheres russas, que chegaram a ser as mais emancipadas do mundo, deram vários passos atrás, voltando a igualar-se em opressão às mulheres dos demais países capitalistas. Mas Revolução Russa não pode ser apagada da história. O Estado operário, apesar de ter tido uma curta duração, já havia provado que apenas o socialismo é capaz de garantir a plena igualdade da mulher. Nisso reside toda a atualidade da Revolução Russa e a necessidade premente de que ela ocorra em todos os países.

O livro de Goldman nos ajuda a fazer uma análise crítica de todo esse processo de forma aberta e democrática, porque não existe nada mais importante para nós, socialistas, do que estudar em detalhes as revoluções que ocorreram, em especial a russa, para tentar não repetir seus erros, apenas seus acertos. O livro de Wendy Goldman vai nesse sentido, o de aportar uma quantidade importante de informações para que possamos ter uma compreensão mais profunda do que foi o processo revolucionário russo.